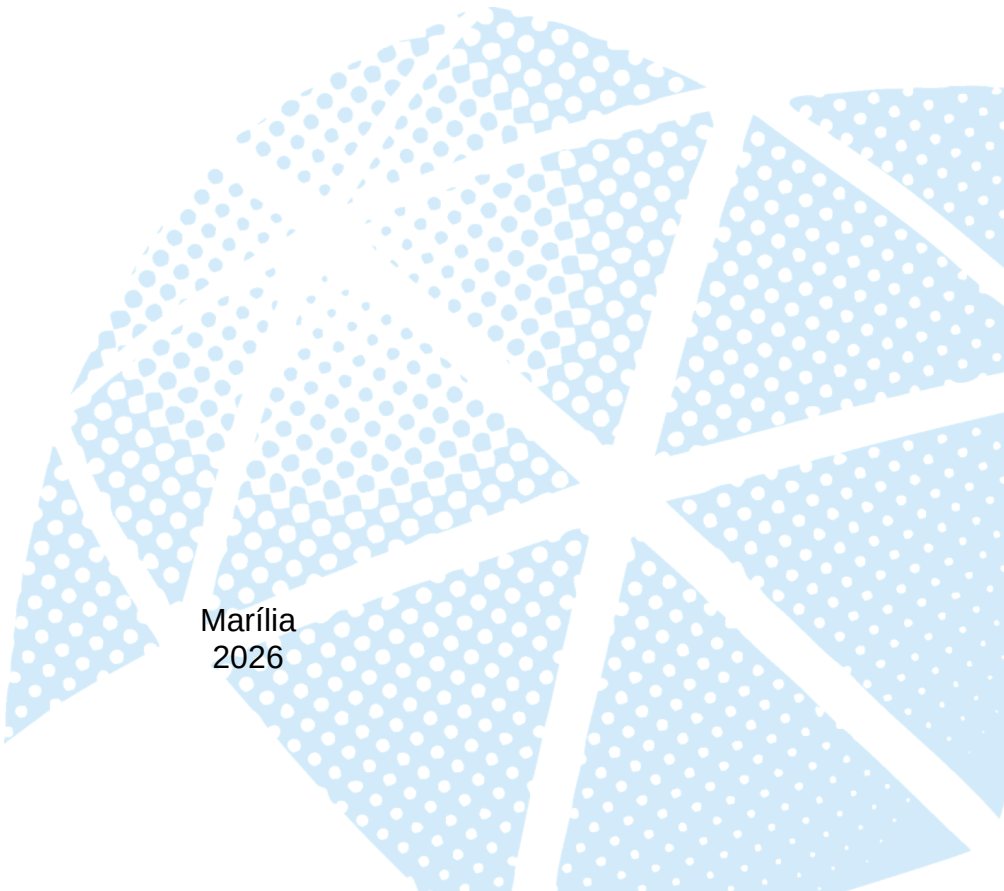


UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
Faculdade de Filosofia e Ciências - Campus de Marília

MARÍLIA ROVARON

HISTÓRIAS EM MOVIMENTO NO TEMPO SUSPENSO:
subjetividade e resistência nas narrativas de jovens encarcerados

Marília
2026



MARÍLIA ROVARON

HISTÓRIAS EM MOVIMENTO NO TEMPO SUSPENSO:
subjetividade e resistência nas narrativas de jovens encarcerados

Tese de doutorado apresentada à
Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Filosofia e Ciências, campus
de Marília, para obtenção do título de
Doutora em Ciências Sociais.

Área de Concentração: Pensamento
Social, Educação e Políticas Públicas.

Orientador(a): Prof. Dr. Aluísio Almeida
Schumacher.

Marília
2026

R873h Rovaron, Marília
HISTÓRIAS EM MOVIMENTO NO TEMPO SUSPENSO: :
subjetividade e resistência nas narrativas de jovens
encarcerados / Marília Rovaron. -- Marília, 2026
260 p. : tabs., mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Aluísio Almeida Schumacher

1. Juventudes. 2. Prisão. 3. História de vida. 4. Experiência
do tempo. 5. Resistência. I. Título.

MARÍLIA ROVARON

HISTÓRIAS EM MOVIMENTO NO TEMPO SUSPENSO:
subjetividade e resistência nas narrativas de jovens encarcerados

Tese de doutorado apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília, para obtenção do título de
Doutora em Ciências Sociais.

Área de Concentração: Pensamento Social, Educação e Políticas Públicas.

Data da defesa: 20/05/2026

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Aluísio Almeida Schumacher
UNESP – Faculdade de Filosofia e Ciências - Campus de Marília

Prof. Dr. Luís Antônio Francisco de Souza
UNESP – Faculdade de Filosofia e Ciências - Campus de Marília

Profa. Dra. Alessandra Teixeira
UFABC – Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas

Profa. Dra. Maria Cristina Gonçalves Vicentin
USP – Departamento de Psicologia Social e do Trabalho

Prof. Dr. Willian Lazaretti da Conceição
Universidade dos Açores – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Dedico este trabalho à memória de meus pais, Neusa e Domingos, e ao meu filho, Edgar.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Neusa e Domingos, pela vida construída e pelo exemplo de integridade e luta. Vocês seguem comigo em cada célula do meu corpo e em cada fio de minha memória.

Ao meu orientador, Aluísio Schumacher, pela paciência e generosidade, sobretudo por compreender as dores que me atravessaram durante o doutorado.

Aos professores Luís Antônio, Alessandra Teixeira, Willian Lazaretti e Maria Cristina Vicentin pelas contribuições atentas e cuidadosas a esta pesquisa.

À Ana Godoy, pela leitura rigorosa, pelo apoio crítico e por ser fundamental na construção de meu reencontro comigo mesma.

À minha irmã, Milena, por estar comigo no momento mais desafiador da minha vida e por me ensinar a cuidar de um bebê, quando eu achava que não podia mais sequer cuidar de mim.

Ao Valmir Mariano, pela jornada compartilhada nos últimos anos.

À Beatriz Saks, pela amizade, pela presença ética e sensível no mundo e por me oferecer outras lentes para enxergar a vida.

Ao Paulo Cardoso, pelas trocas generosas e pela amizade que nasceu em meio à pandemia, aproximando Santo André de Salvador de forma tão inesperada.

À Lurdinha Trassi, Joana D'Arc Teixeira e Elionaldo Julião, pelas trocas e por serem, há muitos anos, inspiração em minha trajetória profissional e acadêmica.

Aos amigos que seguem ao meu lado e me sustentam cotidianamente: Wanderson Vieira, Vanessa Mezzette, Victor Nogueira, Suellen Evangelista, Juliana Luque, Leide Pereira, Heloísa Dantas, Wellington Araújo, Lívia Domingues, Washington Góes, Mônica Antônio, Elisângela de Melo, Daniela Vasconcelos e Sebastião Filho (Sebá), que segue lutando bravamente pela vida.

À equipe do Instituto Fazendo História, pela parceria e pelo trabalho que mobiliza e transforma.

À Ayra, Luck, Luna e Mel, pelo amor incondicional e por fazerem a minha vida mais feliz.

Aos jovens que confiaram em mim e aceitaram compartilhar suas histórias, tornando essa pesquisa possível. A eles, minha eterna gratidão.

“A cadeia não é um brinquedo literário.”
(Graciliano Ramos, Memórias do Cárcere)

“O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes, a vida presente.”
(Carlos Drummond de Andrade, Sentimento do Mundo)

RESUMO

Esta tese analisa como jovens privados de liberdade em um Centro de Ressocialização situado no interior do estado de São Paulo interpretam e narram suas trajetórias, atribuem sentido à experiência do cárcere e elaboram projetos de futuro. Parte-se da hipótese de que a prisão reconfigura a experiência do tempo, instituindo uma temporalidade marcada por suspensões, incertezas e constantes negociações entre passado, presente e futuro. A pesquisa, de natureza qualitativa e inspiração etnográfica, faz uso da história de vida como estratégia principal, baseada em grupos focais e entrevistas semiestruturadas realizadas com dez jovens em cumprimento de pena. Ao privilegiar as narrativas, busca-se compreender como esses sujeitos produzem leituras sobre suas experiências e sobre o mundo que habitam, em um contexto atravessado por dinâmicas de classe, raça e intenso controle sociopenal. A leitura das narrativas evidencia que a experiência prisional reorganiza dimensões fundamentais da vida, como identidade, vínculos e expectativas de futuro, ao mesmo tempo em que se conecta a processos ampliados de criminalização e gestão das populações marginalizadas. Nesse contexto, emergem formas de elaboração do vivido que tensionam os limites impostos pela instituição. O estudo contribui para a compreensão da prisão como um regime que incide não apenas sobre os corpos, mas sobre os modos de viver, narrar e projetar o tempo.

Palavras-chave: juventudes; prisão; experiência do tempo; história de vida; sistema penal.

ABSTRACT

This thesis analyzes how young people deprived of liberty in a Center for Social Reintegration located in the countryside of the state of São Paulo interpret and narrate their trajectories, attribute meaning to the experience of imprisonment, and construct projects for the future. It is grounded in the hypothesis that imprisonment reconfigures the experience of time, instituting a temporality marked by suspensions, uncertainties, and constant negotiations between past, present, and future. The research, qualitative in nature and ethnographically inspired, adopts life history as its main methodological strategy, based on focus groups and semi-structured interviews conducted with ten young people serving custodial sentences. By privileging narratives, the study seeks to understand how these subjects produce interpretations of their experiences and of the world they inhabit, within a context shaped by dynamics of class, race, and intense socio-penal control. The analysis of the narratives reveals that the prison experience reorganizes fundamental dimensions of life, such as identity, social ties, and expectations for the future, while also connecting to broader processes of criminalization and the management of marginalized populations. In this context, forms of meaning-making emerge that challenge the limits imposed by the institution. The study contributes to the understanding of prison as a regime that operates not only upon bodies, but also upon ways of living, narrating, and projecting time.

Keywords: youth; prison; experience of time; life history; penal system.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
TRAJETÓRIA E PERCURSOS METODOLÓGICOS	20
A HISTÓRIA DE VIDA COMO DIREITO: ESCOLHA E CAMINHO METODOLÓGICO	21
CAMINHOS PARA O CAMPO: REFLEXÕES SOBRE PODER, SUBJETIVIDADE E RESISTÊNCIA NO CÁRCERE.....	25
1 INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CASTIGO	32
1.1 RAÇA COMO DETERMINAÇÃO DA VIDA	33
1.2 FUNÇÕES E ASPECTOS HISTÓRICOS DA PRISÃO	39
1.2.1 DO SUPLÍCIO À CORREÇÃO: A PUNIÇÃO COMO REGULADORA DA ORDEM	40
1.2.2 DO CÁRCERE À FÁBRICA: A PENITÊNCIA COMO DISCIPLINA.....	46
1.3 HIPERENCARCERAMENTO E GESTÃO DA MISÉRIA NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	51
1.3.1 A PUNIÇÃO ENTRE SAFRAS: ESCRAVIDÃO E ABOLIÇÃO COMO FACES DE UMA MESMA MOEDA	52
1.3.2 DA PRISÃO OCIDENTAL AO CÁRCERE TROPICAL: O LEGADO ESCRAVOCRATA BRASILEIRO	55
2 A LEI CRIA O CRIMINOSO? (CONSIDERAÇÕES SOBRE A CRIMINALIZAÇÃO DOS JOVENS NEGROS NO BRASIL).....	68
2.1 A CONDIÇÃO JUVENIL SOB O PESO DA MARGEM	68
2.2 OS MATÁVEIS: A JUVENTUDE COMO ALVO	74
2.3 CONTROLE SOCIOPENAL DA JUVENTUDE NO BRASIL.....	83
3 POR DENTRO DO LABIRINTO: O CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO	91
3.1 O IDEAL RESSOCIALIZADOR	92
3.1.1 O SISTEMA PENITENCIÁRIO PAULISTA.....	97
3.2 O CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO: CEMITÉRIO DOS VIVOS	100
3.2.1 MAPEANDO O LABIRINTO.....	102
3.2.2 UM COTIDIANO CONTROVERSO.....	112
3.2.3 IDENTIDADES CONFINADAS: QUEM SÃO OS PRESOS DO CR	124
4 HISTÓRIAS EM MOVIMENTO NO TEMPO SUSPENSO.....	133
4.1 SER JOVEM X SER HOMEM: FRAGMENTOS DE IDENTIDADE.....	153
4.2 ENTRE PARTIR E TER PARA ONDE VOLTAR.....	160
4.3 ATÉ TU, BRANCA DE NEVE?.....	169

4.4 NAS MARGENS: DA ESCOLA QUE HOSTILIZA AO TRABALHO QUE CONDENA	174
5 NAS ENGRENAGENS DO SILENCIAMENTO: UM RESPIRO ENTRE GRADES	186
5.1 ESPELHO RETROVISOR: VIOLÊNCIA COMO PARTE DA VIDA	187
5.2 A PENA COMO REGIME DO TEMPO.....	198
5.3 TEMPORALIDADES EM ELABORAÇÃO: LINHAS DO TEMPO E CARTAS AO PASSADO	209
5.4 RASCUNHOS DE FUTURO.....	216
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	224
REFERÊNCIAS.....	228
APÊNDICE A – Dicionário de dialetos	242
APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido	246
APÊNDICE C – Carta de cessão.....	249
APÊNDICE D – Roteiro de entrevista semiestruturado	250
APÊNDICE E – Linhas do tempo.....	252
APÊNDICE F – Cartas ao eu do passado.....	257

PRÓLOGO

Por dez anos, entre 2011 e 2021, trabalhei como coordenadora em organizações sociais atuantes nos centros de internação da Fundação CASA, entidade responsável pela execução das medidas socioeducativas em meio fechado no estado de São Paulo. Foram cinco anos à frente das equipes de qualificação profissional e outros cinco coordenando oficinas de arte e cultura. Em meio a dezenas de unidades, perdi a conta dos adolescentes e jovens que conheci. Mais ainda, das histórias que me foram confiadas. Foram muitas. Meninos e meninas, vindos de diferentes regiões de São Paulo – e do Brasil – compartilhavam o mesmo espaço desbotado, o mesmo uniforme surrado e, quase sempre, a mesma tristeza pela vida suspensa e pelos dias cheios de incerteza.

Falamos, muitas vezes, sobre família, estudo, trabalho, desejos... O que começou como um trabalho provisório tornou-se parte central da minha vida. Transformou-se em leitura diária, assunto em conversas com amigos, familiares e profissionais e em pesquisa acadêmica. No mestrado, mergulhei na análise sobre o que considereei os resquícios da ditadura presentes na Fundação CASA – essa instituição historicamente marcada pelo confinamento de crianças e adolescentes, e que, apesar das mudanças de nome e de gestão, mantém práticas violentas e estruturas conservadoras.

Estudar a instituição com a qual eu me relacionava profissionalmente foi tarefa delicada. Exigiu equilíbrio entre distanciamento e envolvimento de outra ordem; foi um percurso denso. A Fundação CASA produz silenciamentos, violências e indignações – pelos atos presenciados, pelas marcas deixadas, pela vida de quem, ali dentro, se torna indigno, sitiado, situado em uma lógica de quase-morte. Aquela dissertação, dura de digerir e elaborar, revelou o que tantos já sabiam: a medida socioeducativa, invariavelmente, se traduz em prisão. Seus princípios pedagógicos encontram barreiras quase intransponíveis, para além dos muros altos e portas trancadas. O Estado, ali, é eficiente na gestão dos indesejáveis. Meninos e meninas seguem acessando direitos básicos apenas no limite da lei – e a regulação de sua condição humana é tamanha que, por vezes, alguns deles sentem-se gratos por, durante a internação, acessarem direitos

negados em liberdade. Já outros, indignam-se e firmam o olhar atento às possibilidades de resistência.

Foi nos centros de internação que aprendi o sentido da palavra resistência. Antes verbo teórico, foi com aqueles meninos e meninas que compreendi que a resistência reside na pele, nos ossos, na raiva, na ternura, no que pulsa e não se negocia nas juventudes. Alguns resistem à dor, ao controle, às gaiolas. Outros resistem ao sonho, à graça, ao rótulo da rebeldia que lhes colaram. Foi especialmente ao encontrar a tristeza dos que resistem ao sonho que me aproximei ainda mais da temática da violência, compreendendo que o cárcere – seja ele nomeado como medida socioeducativa, centro de ressocialização ou simplesmente prisão – é, antes de tudo, a forma mais contundente de produção de dor e sofrimento, sobretudo para quem a ele é submetido.

É recorrente, entre alguns profissionais e adolescentes nos centros de internação, a ideia de que o próximo passo é a prisão. Alcançar a maioridade, para muitos, é apenas mudar de cela. Às vezes, é até desejado – pela possibilidade de convívio direto com a facção que organiza a vida (dentro e fora) dos presídios paulistas, ou pela rotina mais flexível do que a dos centros socioeducativos. Há diversas visões entre os adolescentes: para alguns, a prisão eleva o reconhecimento entre os pares; para outros, marca de maneira definitiva suas trajetórias. Em todo caso, ela está presente, seja como profecia anunciada pela sociedade, como lugar comum entre familiares e conhecidos, ou como sombra do presente. No entanto, sobre a realização da profecia, pouco se sabe. Faltam dados sobre a trajetória dos adolescentes que cumpriram medida socioeducativa. De fato, quantos seguem no campo do ilícito? Quantos engrossam as fileiras do sistema prisional? Quantos são mortos assim que saem das unidades de internação? Esta é uma lacuna que tem se apresentado como de difícil superação no campo das pesquisas sobre juventudes e criminalidade no Brasil.

Foi minha atuação profissional e acadêmica nas medidas socioeducativas que me conduziu, inevitavelmente, aos estudos sobre o sistema prisional. Nos últimos quinze anos, me debrucei sobre vasta literatura – de biografias a textos técnicos do Direito. Em 2014, a leitura de *Memórias de um Sobrevivente*, de Luiz

Alberto Mendes Júnior¹, deu forma a inquietações que ainda não estavam plenamente elaboradas. Suas memórias despertaram em mim o desejo de escutar aqueles que vivem o cárcere e de compreender as formas de vida que nele se produzem.

Tive a oportunidade de conhecê-lo pessoalmente, no ano de 2019, um ano antes de sua morte. Fiquei profundamente impactada com sua capacidade de resistência, mesmo após três décadas de cárcere. A experiência de ouvir presencialmente seu relato ecoou em mim nos anos seguintes, moldando minha trajetória como pesquisadora.

Em 2021, em plena pandemia, iniciei minha pesquisa de doutorado, motivada a acessar prisões e escutar jovens em cumprimento de pena. A proposta inicial previa entrevistas em presídios comuns da cidade de São Paulo, mas foi reformulada a partir de interlocuções acadêmicas e do reconhecimento de uma questão central: como pensar a condição juvenil em um contexto prisional que se apresenta como alternativo ao modelo tradicional?

Assim, conhecer quem são os jovens encarcerados em um centro de ressocialização (CR) no interior de São Paulo tornou-se o eixo da minha pesquisa. A escolha pelo CR se deu pela sua história (por anos, foi referência em um modelo prisional) e por ser uma das unidades mais próximas de minha cidade – afinal, minha condição de trabalhadora em tempo integral afeta meu percurso como pesquisadora.

Avançar da pesquisa no sistema socioeducativo para o sistema prisional, sem aceitar ser essa a “trajetória natural” para esses jovens, é buscar compreender como e apesar de tudo, eles seguem vivos. É tentar alcançar esse sopro de vida que permite suportar a sequência de um dia após o outro em pleno estado de negociação da vida e, junto disso, entender suas condições juvenis, suas trajetórias e suas perspectivas de futuro.

Assim como são muitas as perguntas, muitos são os desafios em obter respostas em um campo tão tensionado: como fazê-los participar da pesquisa

¹ Luiz Alberto Mendes Júnior (1952–2020) foi um escritor brasileiro que se destacou principalmente por suas obras que abordam suas vivências no sistema prisional. Natural de São Paulo, ele começou a se dedicar à escrita enquanto cumpria pena no Complexo Penitenciário do Carandiru, onde participou de uma oficina literária. Seu livro mais conhecido, “Memórias de um Sobrevivente”, publicado em 2001 pela Companhia das Letras, foi escrito à mão enquanto ainda estava preso e oferece um relato impactante sobre a realidade no cárcere.

sem que haja coação? Como garantir direito à fala, à escuta e ao pensar livres? Como respeitar suas singularidades, ao mesmo tempo em que busco as recorrências? Como protegê-los em minha escrita, para além do uso de pseudônimos? Na prisão, o termo de consentimento livre e esclarecido não basta como garantia de um processo ético. Assumir que os sujeitos da pesquisa não podem, verdadeiramente, negociar os termos de sua participação foi ponto de partida para um fazer, de minha parte, ancorado em um estado de permanente cuidado.

Minha entrada no campo não foi neutra. Minha trajetória nos centros da Fundação CASA me conferiu certa familiaridade com os códigos institucionais e, ao mesmo tempo, me confrontou com o desafio de me apresentar como pesquisadora e não como técnica. Algumas vezes, fui recebida com desconfiança; outras, com abertura imediata, especialmente pelos jovens que viam na minha presença uma rara oportunidade de falar sobre si com liberdade, ainda que sob vigilância.

As entrevistas, muitas delas longas, foram atravessadas por silêncios, pausas e olhares. Houve momentos em que precisei conter a emoção diante de relatos de violência, perda e abandono. Em outros, ri junto com os jovens, ouvindo histórias marcadas por ironia e crítica. O campo afetou-me profundamente.

Essa dimensão se intensificou no entrelaçamento entre vida e pesquisa. Ao ingressar no doutorado, em 2021, eu não tinha ideia de tudo que estava por vir: no ano seguinte, mudança de emprego, a morte da minha mãe, mudanças de casa e, logo depois, o nascimento do meu filho, Edgar. As despedidas foram dolorosas. Me tornar mãe, ainda em luto, foi (e tem sido) algo como reconstruir uma nova morada, mas com a sensação de não ter um chão firme onde possa fincar com segurança as estacas que estruturam esse novo lar.

Durante o doutorado, eu entendi o que é ser mãe-trabalhadora-pesquisadora. Para quem não sabe, essa tríplice jornada é uma luta contínua, sem pausas entre um round e outro. A maternidade reorganiza profundamente o corpo, os afetos e até mesmo processos cognitivos básicos. A sensação de impotência alcança até nossos saberes mais enraizados. Em meio a isso tudo, escrever uma tese parece um projeto inalcançável. Conciliar maternidade, trabalho em tempo integral e pesquisa é um desafio ainda pouco reconhecido

pela academia no Brasil, que segue sendo bastante impermeável às condições concretas de vida de muitas pesquisadoras.

Embora as mulheres sejam maioria na pós-graduação no Brasil, a dupla (ou tripla) jornada reduz significativamente as chances de progressão na carreira, dadas as demandas de produtividade – incompatíveis com a configuração de cuidados e parentalidade em nossa realidade. Ainda assim, nós seguimos. Falar sobre isso, neste momento, é situar a autoria desse trabalho na dimensão da vida real, que deve ser a medida da vida acadêmica, e não o contrário.

Talvez por isso, esta pesquisa tenha sido construída como um exercício contínuo de elaboração crítica da experiência e das contradições no trabalho realizado com as juventudes que são atravessadas pela institucionalização e pela violência estatal.

Este trabalho parte, portanto, dessa tensão: entre a prisão como profecia autorrealizadora e as formas pelas quais esses jovens narram suas trajetórias e produzem sentido nos tempos divergentes da norma jurídica e da vida. Ao centrar-se em suas narrativas, busca não apenas evidenciar as estruturas que os capturam, mas compreender como, no interior dessas estruturas, a vida insiste e se projeta.

INTRODUÇÃO

A prisão interrompe trajetórias, suspende percursos, rompe vínculos e redefine horizontes. No espaço intramuros, o tempo deixa de operar como uma sucessão previsível e passa a ser vivido como espera, entre incertezas e constantes negociações. O passado é continuamente revisitado e o presente se alonga, tornando o futuro incerto.

Todavia, se “onde há poder, há resistência” (Foucault, 1976, p. 89), os processos de dominação, ainda que austeros, constituem brechas (Biondi, 2010), encruzilhadas (Rufino, 2019), aquilombamentos (Nascimento, 1980). Mesmo nos contextos mais adversos, a potência de reinvenção persiste como um traço humano fundamental. Dostoiévski, ao narrar a experiência do cárcere em *Memórias da Casa dos Mortos*, expressa isso com precisão: “O homem é um ser que se habitua a tudo, e é essa, talvez, a melhor definição que se possa dar dele” (Dostoiévski, 2016, p. 26). No cotidiano da prisão, essa capacidade de adaptação se revela menos como resignação e mais como estratégia de sobrevivência – uma reinvenção do viver forjada na escassez, na dor e também na invenção de vínculos, de ritmos, de significados. São formas de continuar existindo, ainda que à margem, ainda que no limite.

Nos últimos anos, a violência tem sido tema de recorrentes pesquisas acadêmicas em diversas áreas, entre elas, as ciências sociais (Costa; Lima, 2018). A temática mobiliza a sociedade e, conseqüentemente, setores políticos e econômicos. Com frequência, o fenômeno da violência ganha centralidade no debate acerca da segurança pública e das políticas de combate e repressão ao crime. Nesse campo, as prisões se configuram como lócus privilegiado de punição daqueles considerados pela sociedade como violentos e perigosos.

Os estudos sobre prisão no Brasil se consolidaram nas ciências sociais a partir da década de 1970 e, desde então, vêm se diversificando em termos de abordagens e objetos. Parte dessa produção se dedicou à análise das instituições e de suas relações com o crime e a violência, enquanto trabalhos mais recentes têm ampliado o olhar para temas como cultura prisional, facções, trabalho, religião, gênero e sexualidade. De forma transversal, a questão racial atravessa esse campo, evidenciando a sobrerrepresentação da população negra no sistema prisional.

Nota-se que o número de pessoas em situação de cárcere no Brasil tem progressivamente aumentado nos últimos anos (Cavalcanti, 2019), ao mesmo tempo que a eficácia do encarceramento tem sido questionada por pesquisadores da área, a exemplo de Telles (2010), Misse (2011) e Teixeira (2012). Isso parece demonstrar que o aumento da população prisional não se refletiu na diminuição da violência no país e, ao contrário, passou a fomentar diferentes articulações de grupos faccionados constituídos no interior das prisões, com atuação em todo o território nacional.

Diante desse cenário, coloca-se uma questão central: como o encarceramento incide sobre as trajetórias de jovens privados de liberdade e de que forma esses sujeitos elaboram e significam essa experiência em suas vidas?

O interesse, aqui, é compreender como a experiência prisional reorganiza dimensões fundamentais da vida social, como as identidades, as relações e a vivência temporal, uma vez que são relativamente escassos estudos que privilegiem as narrativas dos próprios sujeitos encarcerados, especialmente em contextos como os dos centros de ressocialização, lacuna que esta pesquisa busca preencher.

Ao deslocar o foco das instituições para as experiências, busca-se contribuir para os estudos sobre punição, sofrimento social e juventudes. Nesse deslocamento, dialoga, entre outros, com autores como Didier Fassin (2006, 2017, 2019) e Veena Das (2020), que permitem pensar o social a partir das margens, das trajetórias e das formas ordinárias de viver e de resistir.

Em uma perspectiva mais ampla, a tese dialoga com o campo da criminologia crítica, da sociologia da juventude e dos estudos sobre prisão, mobilizando autores que analisam as transformações contemporâneas do poder punitivo e os processos de expansão do encarceramento. Nesse sentido, a pesquisa toma as contribuições de, entre outros autores, David Garland (1990, 2017), Loïc Wacquant (2003, 2008, 2011) e Alessandro De Giorgi (2017). A reflexão proposta também se aproxima de debates desenvolvidos no contexto brasileiro por autores como Vera Malaguti Batista (2003, 2008, 2011) e Fernando Salla (1999).

A mobilização de autores provenientes de diferentes tradições teóricas, como Michel Foucault e a criminologia crítica, implica o reconhecimento de diferenças importantes, especialmente no que diz respeito às formas de

compreensão do poder, do Estado e da punição. Nesta pesquisa, não se busca conciliar tais perspectivas, mas mobilizá-las de forma situada, reconhecendo suas tensões e potencialidades de análise. Enquanto as contribuições foucaultianas permitem a compreensão das racionalidades e tecnologias de poder que atravessam a prisão, a criminologia crítica oferece lentes que situam tais dinâmicas no contexto das desigualdades, evidenciando a centralidade da intersecção de classe, gênero, raça e controle social. A aproximação entre esses referenciais, assim, não se dá pela homogeneização, mas pelo reconhecimento de que, em diálogo, ampliam as possibilidades de entendimento da experiência prisional.

No Brasil, as dinâmicas de controle não são executadas de maneira aleatória. Jovens pobres e negros são os alvos principais das políticas de controle penal e das estatísticas de violência. A sobrerrepresentatividade dessa população nas prisões não é um dado isolado. A população que superlota os espaços prisionais no Brasil tem características bastante semelhantes. De forma geral, são indivíduos cujos direitos têm sido historicamente negligenciados pelo Estado, vivendo sob ampla condição de desproteção social, vulnerabilizados (e não vulneráveis)² por engrenagens austeras.

A escolha por homens jovens, nesse contexto, não é casual. Trata-se do grupo que ocupa posição central nas dinâmicas do hiperencarceramento brasileiro, sendo o alvo principal das políticas de controle penal. Na espiral de amplificação do desvio (Wilkins, 2014), instaura-se o pânico moral (Cohen, 1972), elemento determinante na sujeição desses jovens como metáfora da violência, processo que contribui para a legitimação da violação de direitos e de práticas de extermínio dessa população. Além disso, a juventude é uma fase fortemente atravessada por expectativas de futuro, o que torna a experiência da prisão particularmente significativa na dimensão temporal, eixo central desta pesquisa.

² Ao tratar da população pobre e posta à margem no campo da cidadania, optei por substituir o conceito normalmente empregado de *vulnerabilidade social* por *desproteção social*, considerando que o primeiro termo é fácil e erroneamente interpretado como uma condição individual dos sujeitos e não como uma responsabilidade do Estado que, ao não garantir seus direitos individuais e coletivos, não os protege, produzindo vulnerabilidades que, contrariando uma leitura equivocada do termo, não são inatas a essa população. Não se trata, portanto, de questão meramente semântica, mas de revisitar conceitos solidificados que fortalecem o que busco problematizar através de nossas análises e discursos.

Nesse sentido, o sistema penal pode ser compreendido como parte de um regime diferencial de vidas, no qual determinados sujeitos são expostos à punição e à violência institucional. As contribuições de autores que pensam a centralidade do racismo e das desigualdades estruturais, como Achille Mbembe (2018, 2020), Juliana Borges (2019, 2020) e Vera Malaguti Batista (2003a, 2003b, 2010) ajudam a situar o hiperencarceramento como mecanismo de produção e controle dos indesejáveis.

Ao mesmo tempo, analisar apenas a estrutura não é suficiente para que possamos compreender como essas dinâmicas são vividas e negociadas no cotidiano. Ao privilegiar a narrativa dos jovens, esta pesquisa se aproxima de abordagens que tomam a experiência como espaço de conflito, elaboração e produção de sentidos.

A partir dessa perspectiva, a questão temporal se torna central. A tese que orienta este trabalho é a de que a prisão não apenas interrompe trajetórias, mas reconfigura a experiência do tempo. O cárcere institui uma temporalidade própria, marcada por suspensões, onde não há linearidade entre passado, presente e futuro, mas constantes reelaborações nas narrativas dos sujeitos. Opta-se aqui pela noção de reconfiguração para ressaltar que não se trata apenas de descrever uma temporalidade própria da prisão, mas de evidenciar uma transformação na forma como o tempo é vivido e narrado pelos sujeitos na experiência prisional.

A partir disso, a pesquisa se desenvolve com base em três hipóteses principais: 1) o sistema de justiça criminal opera como um dispositivo de controle direcionado a determinados segmentos sociais, atravessados por dinâmicas de classe e raça; 2) o encarceramento produz rupturas profundas nas trajetórias e culturas juvenis, impactando identidades, relações e projetos de futuro; 3) mesmo sob controle institucional intenso, os sujeitos não permanecem passivos, mas elaboram sentidos e produzem formas de resistência.

Partindo dessas hipóteses, são analisadas as experiências de dez jovens em cumprimento de pena em um Centro de Ressocialização no interior de São Paulo, buscando compreender como esses sujeitos interpretam suas trajetórias de vida, atribuem sentidos à experiência do cárcere e elaboram expectativas de futuro.

Trajetória e percursos metodológicos

Inserida no campo das abordagens qualitativas, a pesquisa mobiliza a história de vida como principal estratégia metodológica de produção das narrativas dos participantes, a partir das contribuições de Bosi (2003), Passeggi (2014) e Riessman (2008), autoras que ressaltam a importância do processo de escuta de sujeitos em privação de liberdade, cujas experiências são raramente reconhecidas como fontes legítimas de conhecimento.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma perspectiva de inspiração etnográfica, que orienta a aproximação ao campo e a atenção às experiências vividas no cotidiano institucional. Nesse sentido, a história de vida constitui o principal recurso metodológico para acessar as trajetórias dos jovens entrevistados, permitindo compreender como eles narram e atribuem sentidos às experiências que marcaram seus percursos.

O acesso ao campo, para além do cumprimento de procedimentos burocráticos, descortinou dinâmicas de poder que determinam as possibilidades da pesquisa nos espaços prisionais. As negociações para entrada no campo com os “gatekeepers” institucionais – atores que controlam quem entra e sob quais condições se dá o acesso ao presídio – evidenciaram mecanismos institucionais de controle e vigilância que atravessam também a produção de conhecimento nesses contextos.

De outra parte, no que diz respeito à interlocução com os participantes da pesquisa, o posicionamento ético adotado e a metodologia escolhida foram fundamentais para conversas profundas pautadas pela confiança, onde as histórias de vida e as subjetividades dos entrevistados tinham lugar central na relação estabelecida, favorecendo o desenvolvimento de novos encontros e diferentes atividades com o grupo.

Desse modo, o acesso ao campo de pesquisa não se configurou apenas como uma etapa procedimental, mas como um processo reflexivo fortemente atravessado por microdinâmicas de poder que influenciaram as formas de circulação da pesquisadora no espaço prisional e as possibilidades de encontro com os participantes.

As relações institucionais que restringem e atravessam a realização de pesquisas nos contextos prisionais não são apenas obstáculos metodológicos,

são parte constitutiva do próprio campo. A negociação constante dos acessos, os limites de circulação e as condições impostas pela direção da unidade revelam aspectos centrais da lógica de funcionamento do sistema prisional. Ao mesmo tempo, o cotidiano fortemente regulado da prisão possui pequenas brechas que permitem a circulação de conversas e experiências que escapam à rigidez do controle institucional. Brechas que pude acessar e por onde foi possível desenvolver os encontros com os jovens participantes da pesquisa, construir relações de confiança e acessar narrativas mais densas sobre suas vidas.

Nesse sentido, a realização da pesquisa no interior do CR constitui também uma vantagem metodológica relevante. A presença frequente no campo e a interlocução direta e privada com os jovens possibilitaram apreender dimensões da experiência do encarceramento que dificilmente emergem em estudos baseados exclusivamente em documentos institucionais e dados estatísticos produzidos à distância. A escuta das narrativas no próprio espaço em que essas experiências se desenrolam permitiu compreender de maneira mais situada como os jovens compreendem suas trajetórias, elaboram sentidos sobre o tempo do cárcere e constroem planos para o futuro em um contexto marcado profundamente pelo controle e por incertezas. Assim, o conhecimento produzido nesta pesquisa resulta não apenas da mobilização de referenciais teóricos, mas também da experiência empírica construída no interior do próprio campo pesquisado.

A história de vida como direito: escolha e caminho metodológico

Realizar uma pesquisa com jovens em privação de liberdade é um exercício de escuta profunda e de presença ética em um espaço que, acima de tudo, produz silenciamentos. Diz respeito a habitar, provisoriamente (e com privilégios de saída), um terreno árido, onde os sujeitos são constantemente controlados sob uma lógica institucional que frequentemente busca reduzir suas identidades à condição de internos.

Nesta pesquisa, adota-se uma abordagem de inspiração etnográfica, compreendida como uma perspectiva qualitativa que privilegia a escuta atenta, o envolvimento situado da pesquisadora e a atenção às experiências vividas no

cotidiano. Nesse sentido, a inspiração etnográfica se expressa tanto como estratégia de aproximação ao campo quanto como posicionamento analítico, demandando atenção aos detalhes e reconhecimento das assimetrias que atravessam o encontro entre pesquisadora e participantes (Goffman, 1961; Peirano, 2008).

Entre os muros da prisão, os tensionamentos decorrentes das contínuas negociações de acesso, circulação e escuta produzem efeitos que reverberam na própria compreensão da realidade pesquisada. Os muros, as grades e as portas constituem uma espécie de labirinto concreto. A arquitetura prisional produz vislumbres fracionados do que é possível a quem pesquisa ver e conhecer da prisão.

Nesse contexto, o trabalho de campo exige um esforço constante de articulação entre fragmentos de experiência, reunindo cenas, relatos e observações que permitem compor, gradualmente, uma espécie de quebra-cabeças que revela os modos de vida e as relações estabelecidas naquele espaço.

Os jovens, invariavelmente oriundos das periferias, chegam ao cárcere atravessados por processos de criminalização acumulados ao longo de suas trajetórias. Como aponta Passos (2019), o controle sobre eles não se inicia na prisão, mas se estende desde os territórios onde vivem, atravessando a escola, o trabalho e a relação com a polícia.

Suas vidas são marcadas por rupturas, perdas e despedidas precoces. Dores que nem sempre encontram espaços de escuta, elaboração ou cuidado. Nesse sentido, a escuta das narrativas desses jovens também atua na produção de significados sobre as experiências vividas. Conforme propõe Biondi (2010), essa escuta demanda atenção ao modo como se produzem sentidos e normas no interior do cárcere e às estratégias que os sujeitos desenvolvem para circular, negociar e resistir em contextos de forte controle institucional.

A metodologia adotada nesta pesquisa baseia-se no uso da História de Vida, recurso valioso para captar as trajetórias de jovens privados de liberdade, uma vez que permite acessar não apenas experiências individuais, mas também as relações sociais e os contextos históricos que atravessam suas vidas (Gaulejac, 2005).

A História de Vida se destaca pela valorização do relato do sujeito como forma legítima de produção de conhecimento, especialmente em relação a sujeitos socialmente subalternizados (Spivak, 2010; Segato, 2006), como é o caso da população encarcerada.

A História de Vida, tal como mobilizada nesta pesquisa, é compreendida como um relato construído a partir do olhar do próprio narrador, que, ao revisitar sua trajetória, reorganiza os eventos que marcaram sua existência e atribui novos sentidos às experiências vividas (Queiroz, 1988). Desse modo, trabalhar com histórias de vida permite acessar não apenas a singularidade das experiências narradas, mas também os entrelaçamentos entre trajetórias individuais e processos sociais mais amplos.

Como aponta Ecléa Bosi (2003), a memória narrada não se constitui como um simples depósito de acontecimentos passados, mas como um processo ativo de elaboração do vivido. Ao narrar suas lembranças, o sujeito reconstrói experiências e produz interpretações sobre sua própria trajetória.

Para Thompson (2002), a História de Vida também possui um potencial democratizador, na medida em que possibilita que pessoas frequentemente excluídas das narrativas oficiais possam reconstruir e compartilhar suas próprias histórias.

Ao narrar sua vida, o sujeito fala também de seu entorno social, das estruturas que o atravessam e dos marcadores que o situam socialmente. Trabalhar com história de vida é, portanto, uma forma de acessar visões de mundo, valores, escolhas e experiências que permitem compreender como trajetórias individuais se organizam e se articulam nas margens da história oficial.

Outro aspecto fundamental dessa metodologia é a implicação de quem pesquisa. Nenhum relato é neutro ou indiferente: ele é sempre dirigido a alguém. Assim, a escuta também nos afeta (Favret-Saada, 2005). A entrevista, nesse sentido, não é uma via de mão única, ela se constrói na interlocução. É nessa relação, entre quem narra e quem ouve, que a história de vida ganha forma, densidade e sentido.

Desse modo, a opção por uma metodologia que centraliza os sujeitos na pesquisa buscou distanciar-se de práticas que objetificam os participantes e restringem suas possibilidades de autorrepresentação. Partindo da premissa de enfrentamento daquilo que Spivak (2010) denomina como “violência epistêmica”,

reconheço também meu lugar no campo de pesquisa – sou uma mulher branca, pesquisadora acadêmica, que nunca vivenciou experiências de privação de liberdade enquanto sanção.

É nesse horizonte de escuta como gesto político que se inscreve também a revisão bibliográfica realizada antes e durante o trabalho de campo. O contato com a literatura sobre sistema prisional, juventude e estudos de trajetória social foi fundamental para sustentar teoricamente a análise e construir um repertório interpretativo capaz de dialogar com as vozes dos participantes.

Vale destacar que a proposta desta pesquisa não foi reconstruir fatos com o objetivo de confirmar ou questionar processos judiciais. A metodologia de História de Vida não tem como propósito comprovar ou invalidar vereditos, mas compreender os sentidos atribuídos pelos sujeitos às experiências que atravessam suas trajetórias. As narrativas dos jovens não se pretendem totalizadoras, mas constituem leituras empíricas situadas de experiências sociais frequentemente invisibilizadas. Neste sentido, antecipo um fato que será identificado pelo/a leitor/a no decorrer do texto: eu não pergunto aos jovens quais crimes eles cometeram. Essa é a escolha que faço para que suas histórias sejam acessadas por quem são e não pelo estigma do crime a eles atribuído.

Assim, a estratégia metodológica adotada nesta pesquisa articula uma abordagem qualitativa de inspiração etnográfica com o uso da história de vida como principal recurso para a produção das narrativas dos jovens entrevistados. Essa combinação permitiu acessar não apenas acontecimentos isolados de suas trajetórias, mas também os modos pelos quais esses jovens interpretam suas experiências e atribuem sentidos às experiências de violência, criminalização e encarceramento que atravessam suas vidas.

Ao privilegiar a escuta dessas narrativas e a construção de uma interlocução situada no campo, a pesquisa buscou compreender como esses jovens elaboram leituras sobre si mesmos, sobre o mundo que habitam e sobre as possibilidades de futuro que imaginam a partir da experiência do cárcere.

A seguir, apresento o processo de acesso ao campo e as condições institucionais que tornaram possível a realização desta pesquisa.

Caminhos para o campo: reflexões sobre poder, subjetividade e resistência no cárcere

Após explorar os fundamentos teóricos da metodologia de História de Vida, detalha-se aqui os procedimentos para o trabalho de campo realizado em um Centro de Ressocialização (CR) no interior de São Paulo, entre os anos de 2022 e 2023.

O primeiro passo foi a submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética da Universidade, em maio de 2022. A aprovação foi rápida, sendo possível seguir com a solicitação na Secretaria de Administração Penitenciária do estado de São Paulo (SAP), órgão responsável por planejar, coordenar, implementar, fiscalizar e executar a Lei de Execuções Penais (LEP).

Ao entrar em contato com a Coordenadoria de Unidades Prisionais da SAP, recebi por e-mail a relação de documentos necessários³ para pleitear a autorização de pesquisa em um Centro de Ressocialização. Em junho de 2022, dei entrada no pedido e, em poucos dias recebi o Termo de Anuência para a realização de minha pesquisa.

Entre a aprovação da pesquisa de campo, em junho de 2022, e a efetiva entrada no CR, quase um ano se passou. A comunicação com a unidade prisional foi marcada por muitas pausas e ausência de retorno. Os diferentes tempos de resposta entre a SAP e a direção do presídio revelaram uma lógica distinta de comunicação institucional. A insistência necessária para o início da pesquisa de campo confirma que a entrada no presídio não se resume às autorizações formais.

Vera Malaguti Batista (2003a) aponta que o sistema carcerário brasileiro é estruturado por uma “criminologia do medo”, que dificulta o acesso externo, ratificando a afirmação de Garland (2001) sobre o limite imposto pelas instituições penais às pesquisas acadêmicas como forma de proteção das contradições entre os discursos ressocializadores e as práticas de confinamento. O presídio, esse “mundo fechado”, projeta em qualquer estranho o risco de

³ A documentação exigida pela SAP para o pedido de autorização para pesquisa no centro de ressocialização era composta por: parecer consubstanciado do Comitê de Ética da Universidade; Roteiro prévio de perguntas que seriam feitas aos participantes da pesquisa; Projeto de pesquisa; Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE); Formulário de Anuência para realização de pesquisa nas unidades prisionais do estado de SP e Formulário síntese do projeto de pesquisa para a vara das Execuções Criminais.

ameaça à ordem social (Alexandre, 2017). As longas pausas na comunicação com a direção e, posteriormente, as condições impostas para a realização da pesquisa refletiram tal desconfiança, exigindo estratégias metodológicas alinhadas com o discurso de “ressocialização”, como as oficinas de empregabilidade.

Desse modo, a autorização para a pesquisa, ainda que tenha sido concedida, foi permeada por condicionantes que reforçaram a minha subordinação às regras institucionais, evidenciando o que Garland (2001) nomeia como “governo à distância”.

Minha primeira conversa com a diretora do CR aconteceu no formato online, momento em que apresentei a pesquisa e minha trajetória profissional com os centros socioeducativos da Fundação CASA, fato que acreditei ser favorável para minha entrada no campo, pois sinaliza alguma familiaridade com regras de conduta em espaços de privação de liberdade. Ao saber de minha atuação profissional, a diretora me convidou para ministrar uma oficina no CR durante a Semana da Cidadania e da Empregabilidade.

Minha primeira ida ao presídio aconteceu em 7 de dezembro de 2022, quando ministrei duas oficinas sobre empregabilidade para 77 presos/as⁴. O grupo era composto por pessoas de diferentes faixas etárias, em que a pessoa mais nova tinha 20 e a mais velha, 69 anos. Ao pedir para que se apresentassem, muitas profissões foram informadas: contador, engenheiro, lavrador, cabelereira, eletricista, torneiro mecânico, músico, pedreiro, comerciante... a lista era extensa, revelando, ao mesmo tempo, a heterogeneidade da população do CR, composta por pessoas com trajetórias profissionais diversas, e a sua homogeneidade como alvos de um sistema penal seletivo que criminaliza os pobres.

⁴ Ainda que o CR pesquisado seja considerado um centro para população masculina, havia no grupo uma mulher trans, que sinalizou interesse em participar da pesquisa, mas não foi possível pela negativa da direção, ao utilizar o recorte etário como impossibilidade, pois ela tinha 34 anos. Ainda que ela não tenha participado formalmente da pesquisa, como os demais jovens, ela esteve presente em muitos momentos durante as atividades realizadas com o grupo, onde tivemos a oportunidade de conversar e eu conheci um pouco sobre sua vida antes e durante a prisão. As opressões às quais estão submetidas as pessoas trans nos presídios são extremamente violentas e revelam limites concretos no respeito aos direitos humanos, ressaltando a importância de pesquisas sobre a temática e, principalmente, de incidência política.

Dois pontos chamaram minha atenção naquele dia: a quantidade de homens mais velhos e o fato de homens com idade entre 25 e 35 anos aparentarem ter mais idade. A vida no cárcere produz muitas marcas.

O encontro foi proveitoso, o grupo demonstrou interesse nas atividades realizadas. Aquela experiência suscitou o desejo de continuidade, embora eu compreendesse que ministrar oficinas e realizar pesquisa eram ações distintas.

Entre maio e dezembro de 2023, foram realizadas inúmeras idas ao CR, totalizando aproximadamente 120 horas de pesquisa de campo, incluindo as entrevistas individuais, grupos focais, conversas com funcionários e observações do cotidiano prisional. Durante as visitas, utilizei o diário de campo como estratégia de registro do que via e sentia naquele espaço.

As entrevistas realizadas com os jovens tiveram duração entre 34 minutos e 3h20min. Em alguns casos foi necessária mais de uma conversa, em decorrência do interesse em narrar suas trajetórias em detalhes. Os grupos focais, principal estratégia para aprofundar as questões abordadas com os participantes, tiveram duração média de 3 horas por encontro.

O único critério para participação na pesquisa foi a faixa etária dos participantes, que deveria ser entre 18 e 29 anos, recorte etário que designa, no Brasil, a população jovem⁵. No primeiro dia de campo, conversei com um grupo de jovens que foi elencado pela equipe do centro, ocasião em que expliquei os objetivos da pesquisa e como seria o processo de entrevistas individuais.

Naquele mesmo dia, durante as aulas do ensino formal, as professoras abriram espaço para que eu pudesse me apresentar, falar sobre a pesquisa e convidar os jovens das turmas a participarem. Em ambos os momentos, alguns deles disseram se lembrar de mim da oficina ministrada em dezembro.

Ao término de uma das aulas, um jovem se aproximou, passou seu nome completo para que fosse incluído no grupo de participantes da pesquisa e disse: *“não esquece de mim não, senhora, por favor”*. Aquela frase me soou como um

⁵ O Estatuto da Juventude estabelece que, no Brasil, são considerados jovens aqueles que têm entre 15 e 29 anos. Entretanto, os jovens que participam desta pesquisa terão entre 18 e 29 anos. Essa redução do limite etário diz respeito à condição em que os jovens estão: no sistema prisional. Os jovens que têm entre 15 e 18 anos incompletos são considerados, pela legislação brasileira, inimputáveis. Neste caso, caso cometam algum ato infracional, devem responder judicialmente e cumprir uma das medidas socioeducativas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e não à uma medida penal.

pedido de socorro, que só pude compreender um mês mais tarde, quando o entrevistei.

No campo a ser estudado, o tipo de acesso que um pesquisador obtém depende fortemente de quem ele é, ou de quem ele é considerado ser (Becker, 2008). Penso que minha experiência na Fundação CASA moldou a relação com o campo.

Alguns dias depois da minha primeira inserção no CR como pesquisadora, recebi do coordenador de educação e trabalho do presídio uma lista com dez nomes de jovens que participariam da pesquisa. Os encontros aconteceram individualmente, no espaço destinado aos atendimentos da assistência social dentro da unidade. Durante as entrevistas, pude ficar sozinha com cada jovem e as conversas foram gravadas em áudio, para posterior transcrição.

A escuta das histórias de vida dos jovens foi conduzida com respeito, garantindo anonimato, confidencialidade e o direito de não participar ou de desistir da pesquisa a qualquer momento, sem prejuízos. Os riscos e benefícios envolvidos na pesquisa foram apresentados previamente, assegurando que os participantes compreendessem os propósitos do estudo e pudessem decidir com autonomia sobre sua participação. Ao confirmarem interesse em seguir, os jovens liam e assinavam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido⁶ (TCLE) e a Carta de Cessão⁷, com autorização de gravação e uso das transcrições. Também neste momento, os jovens foram convidados a escolher um nome que os representasse, para que suas identidades fossem protegidas.

A opção pela metodologia de História de Vida levou à adoção de um roteiro de entrevistas semiestruturado⁸, favorecendo a livre expressão das memórias, afetos, sentidos e reflexões dos participantes. Tal roteiro, que não havia sido pensado como estratégia inicialmente, foi requerido como item obrigatório para submissão da pesquisa à SAP. Após a gravação e transcrição das entrevistas, foi realizada, de forma manual, a análise temática de orientação indutiva. As principais categorias que emergiram nos relatos, como família, tempo, futuro e violência, foram trabalhadas à luz dos referenciais teóricos adotados.

⁶ Ver apêndice B

⁷ Ver apêndice C

⁸ Ver apêndice D

Além das entrevistas individuais, foi possível realizar grupos focais com jovens⁹, para que alguns temas pudessem ser aprofundados coletivamente, saindo da esfera individual dos relatos. Para complementar as entrevistas e aprofundar a compreensão das trajetórias dos jovens e dos sentidos apontados por eles para essas experiências, utilizei técnicas complementares nos grupos, como linha do tempo, produção de cartas, apresentações pessoais, e discussões sobre temas variados, além da produção de uma cartografia afetiva do presídio.

Além dessas atividades, as rodas de conversa realizadas em todos os encontros em grupo foram dinamizadas por recursos como exibição de filmes (*Escritores da Liberdade*, *Mãos Talentosas* e *Creed III*), músicas escolhidas pelos participantes e por mim, leitura de trechos de livros e jogos de cartas reflexivas. Entre os materiais levados para os encontros em grupo, selecionei alguns livros escritos por pessoas que vivenciaram o cárcere, como Luiz Alberto Mendes Júnior (*Manual de um Sobrevivente e Desconforto*), Igor Mendes (*A Pequena Prisão*), Samuel Lourenço Filho (*Ressocializado na cidade do caos*), entre outros. Também apresentei livros de literatura escritos por autores jovens.

Dentre os filmes exibidos, o primeiro foi *Escritores da liberdade*¹⁰. Eles não conheciam o filme e gostaram muito. Nesse dia, entreguei a cada um deles um caderno e uma caneta, para que escrevessem o que quisessem, explicando que não teria acesso ao que produzissem.

No último encontro realizado com o grupo, recebi de um dos jovens o caderno que eu havia dado a ele, agora transformado em diário, onde havia o registro de muitas memórias de sua vida. Segundo ele, essa era sua contribuição para o estudo e na dedicatória, ele escreveu “Obrigada por ter feito a minha estadia no inferno um pouco mais feliz”.

⁹ Não foi possível fazer os encontros em grupo com os dez jovens. Alguns deles, só participaram da entrevista, porque, pouco tempo depois, saíram da unidade, por transferência em decorrência de quebra de normas ou pela finalização da pena de privação de liberdade. Um dos jovens participou de apenas um encontro, pois começou a trabalhar fora da unidade e o horário de trabalho coincidia com o horário em que aconteciam os grupos. Entretanto, ainda que os demais jovens continuassem na unidade, alguns encontros aconteceram com uma ou outra ausência, pois os jovens cumpriam sanção de isolamento por descumprimento de regras do CR. Um desses jovens não participou de dois encontros consecutivos, por estar isolado *no pote* (como nomeiam a cela de isolamento destinada a quem cometeu alguma falta no CR).

¹⁰ No filme *Escritores da Liberdade* (Lagravenese, 2007), a professora Erin Gruwell incentiva seus alunos, jovens à margem da sociedade, a escreverem suas histórias, transformando suas experiências de violência em atos de agência. Da mesma forma, as narrativas de jovens encarcerados nos centros de ressocialização revelam suas identidades e resistências, mesmo no contexto opressivo do sistema prisional.

Esse gesto sublinhou o impacto da pesquisa, mas também a sua limitação: ainda que a escuta das narrativas seja um ato transformador, ela não altera a materialidade do encarceramento. Além do diário, também recebi um “dicionário de dialetos”¹¹, redigido por dois jovens com a contribuição de outros presos.

Durante a pesquisa de campo foram realizadas ainda entrevistas com três profissionais do presídio: a diretora, o coordenador de educação e trabalho, e a assistente social. Tais entrevistas não estavam previstas no projeto inicial, entretanto, foram percebidas como possibilidade de melhor compreender o cotidiano e a operacionalização do CR.

Além da pesquisa de campo, também foi realizada pesquisa documental sobre o CR, limitada aos arquivos disponibilizados pela direção da unidade: Regimento Interno, Manual de Normas e Condutas e Lista Geral de Reeducandos. Foi realizada ainda revisão bibliográfica de publicações sobre a unidade, provenientes de variadas fontes: matérias publicadas pela SAP, pela Prefeitura da cidade, além de dissertações e teses.

A opção pela não nomeação do CR pesquisado diz respeito aos cuidados com a preservação da identidade dos participantes da pesquisa. Assim, não será realizada a identificação da unidade prisional e da respectiva cidade. Os caminhos metodológicos descritos revelaram a complexidade da realização da pesquisa em um contexto prisional, marcada por desafios institucionais, relações afetivas e compromissos éticos.

A tese está organizada em cinco capítulos que articulam a análise das formas históricas e contemporâneas de produção e gestão do castigo e a compreensão das experiências vividas pelos jovens.

O capítulo 1, *Institucionalização do castigo*, contextualiza a formação do sistema punitivo como parte de um arranjo histórico que articula racismo, capitalismo e controle social. Nesse percurso, discute-se a transformação das formas de punição no Ocidente e sua vinculação aos modos de produção, para então debater a especificidade do hiperencarceramento brasileiro. Na sequência, o capítulo intitulado *A lei cria o criminoso? (Considerações sobre a criminalização dos jovens negros no Brasil)* analisa a seletividade penal e os

¹¹ Ver apêndice A

efeitos das políticas de segurança pública, demonstrando como a prisão opera de modo diferencial sobre determinados corpos, tendo a juventude pobre e negra como alvo central. Busca-se compreender como esse processo se sustenta e se legitima, articulando práticas institucionais, discursos e expectativas sociais que produzem e ecoam a centralidade da punição como resposta à questão social.

Após a contextualização do castigo como instituição e seus desdobramentos na esfera do controle social das populações marginalizadas, transitamos do plural para o singular, com foco no micro cotidiano do CR e nas trajetórias dos jovens participantes da pesquisa.

O capítulo 3, *“Por dentro do labirinto: o Centro de Ressocialização”*, apresenta o percurso metodológico da pesquisa, ancorado na abordagem de História de Vida. Ao tomar as narrativas dos jovens como eixo da pesquisa, o capítulo discute as condições de produção dessas falas, os limites e possibilidades do trabalho de campo em contexto prisional e as implicações éticas envolvidas.

No capítulo 4, *Histórias em movimento no tempo suspenso*, a análise das narrativas dos jovens permite evidenciar que a prisão não apenas interrompe trajetórias, mas produz uma temporalidade própria, marcada por suspensões, incertezas e rearranjos de sentido. Neste capítulo são abordadas questões relacionadas à identidade, uso e comércio de drogas, família, escola e trabalho.

Por fim, *Nas engrenagens do silenciamento: um respiro entre grades*, último capítulo da tese, são retomados os principais argumentos da tese, explicitando que o cárcere reconfigura a experiência do tempo de modo profundamente desigual. Ao articular as experiências narradas pelos jovens às dimensões estruturais do sistema punitivo, o capítulo evidencia como determinadas experiências são silenciadas e interrompidas. Nesse movimento, a noção de “respiro” aparece como brechas em um sistema que administra corpos, tempos e possibilidades de existência. Nesse ínterim, busca-se demonstrar a relação entre estrutura e agência, a partir da reconstrução, pelos jovens, de suas trajetórias e de seus esboços de planos para o futuro.

1 INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CASTIGO

Mas quando enfrentei aquela impressionante galeria toda branca, o teto, as paredes, os ladrilhos; a luz jorrando fortemente sobre aquela brancura sem limites, branco à esquerda e à direita, branco em cima, branco embaixo, branco o solo, branco o teto, branca a farda, branca a frieza dos guardas, brancura estonteante, alucinante, fiquei estarrecido. [...] Se na entrada do inferno houver luz, deverá ser também assim coberta de trevas iluminadas.

(Abdias Nascimento em *Submundo: Cadernos de um penitenciário*, 2023, p. 41)

Ao longo da história, o cárcere assumiu diversas funções, refletindo as transformações nas estruturas sociais, econômicas e culturais de cada época. Entretanto, a prisão não pode ser analisada isoladamente; é essencial considerar o contexto histórico em que foi reformulada e adquiriu diferentes funções.

Para uma análise aprofundada das estruturas punitivas no Brasil, é imprescindível abordar a questão racial como elemento central das relações sociais. Propõe-se aqui examinar o racismo antinegro como antessala do sistema prisional contemporâneo. Para isso, serão discutidas as origens da punição e os desdobramentos do aparato punitivo que resultaram no hiperencarceramento de uma parcela específica da população, tendo como ponto de partida o processo de escravização da população negra, um componente fundamental na configuração dos mecanismos de controle da criminalidade vigentes atualmente.

1.1 RAÇA COMO DETERMINAÇÃO DA VIDA

[...] Estamos sempre à porta ou na esquina de qualquer coisa. Em homenagem à Conceição Evaristo, a gente combinamos de não morrer. Precisávamos também que eles tivessem combinado de não nos matar. [...] Estamos sós na dor de nossas posições. Se por dois segundos eu ponho a cabeça fora da espiral em que estou afogando, chego a uma conclusão imediata: ou eu paro ou isso para comigo. Mas quando um corpo negro para de funcionar, quem ou o que pode ampará-lo? E quando a gente quebra, que infraestruturas se precipitam, as do cuidado ou do descarte?

(Jota Mombaça em *Não vão nos matar agora*, 2021, p. 33-34)

O Brasil é um país marcado por um passado escravocrata, que mantém como herança a dominação de corpos que são tidos como de domínio público, subjugados e expostos a toda ordem, para que sejam contidos, controlados, cerceados (Batista, 2003a). Os corpos negros, encarnação de um “mal” propagado por muitos séculos, atualizam em sua pele e em seus ossos, diariamente, as múltiplas violências da sociedade do controle (Deleuze, 1992), ou seja, uma sociedade em que há vigilância constante e onde o poder, não mais concentrado em instituições, opera de forma mais fluida e descentralizada, abarcando todas as esferas da vida privada e comum.

O racismo antinegro não é um “acontecimento momentâneo ou pontual, mas uma experiência contínua que atravessa a biografia do indivíduo, [...] que envolve uma memória histórica de opressão racial, escravização e colonização” (Kilomba, 2019, p. 85) e, não tendo sido superado, segue vigente como elemento que perpetua uma condição de subcidadania (Souza, 2017) à maioria da população, que permanece estigmatizada.

O estigma, segundo Goffman (2013), é uma situação do indivíduo que o mantém inabilitado para uma aceitação social plena, um signo que permite o domínio de um indivíduo sobre outro, ou de um povo sobre outro. O estigma pode ser visível ou não. O racismo antinegro está no campo do estigma visível, que torna o seu *portador* um sujeito “consciente, o tempo todo, de que os outros o enxergam como um ser humano defeituoso” (Monsma, 2017, p. 69), um “outro alienado”, inferior por natureza (Hund, 2003), resultado de um processo extenso de dominação e subordinação.

Essa condição de inferioridade é fruto de processo de desumanização em massa (Mbembe, 2018), que teve origem no processo de escravização da população negra, cujo impacto desta violência, que foi também simbólica e cultural, até hoje influencia a identidade e subjetividade das populações africanas e seus descendentes.

No Brasil, trata-se de uma operação que teve início na década de 1550 e durou mais de trezentos anos, sendo formalmente finalizado apenas em 1888. Durante este período, cerca de 5 milhões de africanos foram trazidos à força para o país, que se tornou o maior território escravista da América e o último país a abolir a escravidão, a partir de intensa articulação e mobilização de parte da sociedade, com destaque para os movimentos abolicionistas e os processos de luta e resistência do povo negro (Moura, 2021b).

Entretanto, ainda que tenha sido extinta como instituição, as manifestações da escravidão seguem vigentes nas formas contemporâneas de dominação e exclusão dos corpos negros, sobretudo em decorrência da forte influência do racismo científico, desenvolvido no século XIX, que afirmava existir uma hierarquia biológica que se manifestava através das diferentes raças, sendo a raça branca superior às demais.

Tal postulado, pautado nas ideias iluministas, serviu como base para as teorias raciais e justificativa para os processos de escravização, colonização e exploração de povos tidos como inferiores. Nesta seara, a difusão da tese de que os negros eram desprovidos de inteligência e de alma, que agiam como selvagens – eram uma espécie não-humana –, legitimou o fortalecimento do processo de escravização do povo negro, sobretudo no Brasil.

Na área da saúde, o racismo científico instaurou a medicina legal, dando origem às análises criminológicas pautadas no determinismo biológico¹². Neste campo, ganha destaque o médico Cesare Lombroso, autor do livro *O homem delinquente* (1876), onde afirmava, em consonância a outras teses contemporâneas nos campos do direito e da saúde, existir “um tipo humano destinado ao crime, estigmatizado por sua organização morfológica defeituosa” (Lombroso *apud* Pesavento, 2009).

Lombroso, uma das principais referências que consolidaram a Antropologia Criminal, foi o responsável pela propagação da teoria do criminoso nato, aquele que nascia com a marca da criminalidade, ou seja, aquele que era predestinado ao crime, um tipo sub-humano: defeituoso, perigoso, incapaz de alterar sua natureza violenta.

A partir de pesquisas de observação em presídios, onde analisava os corpos dos prisioneiros e da realização de autópsias em pessoas que cometeram crimes, Lombroso definiu sua teoria sobre o criminoso atávico onde, fazendo uso da antropometria¹³ e da frenologia¹⁴, apresentava uma lista de características físicas, comportamentais, psicológicas e sociais daqueles que eram definidos como delinquentes. Dentre as características que indicavam a condição de delinquente nato, estavam: orelhas afastadas, maçãs do rosto salientes, fronte esquiva e baixa, assimetrias cranianas, barba rala, tatuagens, insensibilidade à dor etc.

Desse modo, a antropologia criminal inverteu a ideia de que uma pessoa se torna criminosa ao infringir a lei. Sendo o crime um fenômeno biológico, o centro da questão criminal não é mais a condição jurídica ou social, mas sim o próprio criminoso, que carrega em sua genética a condição da violência, ou seja, os comportamentos são, para esta teoria, biologicamente determinados (Pesavento, 2009).

No final do século XIX, ao mesmo tempo em que Lombroso caía em descrédito na Europa, por suas análises serem consideradas superficiais, as teses lombrosianas foram amplamente difundidas na América Latina e no Brasil, ganhando eco nas ciências criminais, campo em desenvolvimento, que buscava

¹² O determinismo biológico, também chamado de determinismo genético, foi uma ideia amplamente difundida entre os séculos XIX e XX, sobre a determinação das características físicas e biológicas no comportamento e na personalidade dos indivíduos.

¹³ É o estudo das dimensões (medição) do corpo humano.

¹⁴ Em síntese, é o estudo das dimensões cranianas dos indivíduos, que eram relacionadas a aspectos de sua personalidade e caráter.

desvendar a natureza do crime e do criminoso. Dentre os principais responsáveis pela introdução e difusão das teses lombrosianas no país, destacam-se João Vieira de Araújo, professor da Faculdade de Direito do Recife, os juristas como Tobias Barreto, Viveiros de Castro e o médico maranhense Raymundo Nina Rodrigues.

Nina Rodrigues considerava o negro e o mestiço como inferiores, com predisposição à criminalidade e defendia a tese de que a mistura das raças levava a uma degenerescência na população brasileira, que estaria, portanto, impossibilitada de alcançar a civilidade. O médico defendia a criação de um código penal que fosse regionalizado, considerando as diferenças climáticas e raciais do país e da população, para que os desiguais fossem tratados de maneira diferente.

Por outro lado, intelectuais como Silvio Romero e João Batista Lacerda, acreditavam que a miscigenação do povo brasileiro levaria ao desaparecimento da raça negra e, sendo a raça branca mais forte, gradativamente o país teria uma população embranquecida, um caminho para a regeneração racial.

O cenário da época, marcado pela “cultura do medo” (Batista, 2003a) que o recente fim do processo de escravização de negros suscitava na população branca, era um solo fértil para as teorias raciais, culminando na ideologia do branqueamento, que levou o país a construir uma ideia de identidade branca, inspirada no perfil europeu, onde a população africana e seus descendentes não tinham lugar.

A ideologia do branqueamento foi base para a criação de políticas de branqueamento, um conjunto de medidas adotadas para mudar a composição racial da população, promovendo a predominância de traços considerados brancos, como i) o incentivo à imigração europeia na substituição da mão-de-obra escravizada; ii) medidas legislativas e econômicas que dificultavam o acesso da população negra à educação, a postos de trabalho qualificados e à propriedade privada; iii) políticas culturais e discursos que reforçavam a superioridade branca e, consequentemente, a inferioridade negra, a partir de representações artísticas que associavam os traços negros a defeitos que deveriam ser corrigidos e iv) políticas penais que incidiam em maior severidade à população negra suspeita ou autora de atos considerados criminosos por sua condição, promovendo um intenso processo de criminalização da população negra, ao criminalizar sua cultura e modo de sobreviver.

No Brasil, a difusão do medo do caos e da desordem tem sempre servido para denotar estratégias de neutralização e disciplinamento planejado das massas empobrecidas. O

ordenamento induzido pela escravidão na formação socioeconômica sofre diversos abalos a qualquer ameaça de insurreição. O fim da escravidão e a implementação da República (fenômenos quase concomitantes) não romperam jamais aquele ordenamento. Nem do ponto de vista socioeconômico, nem do cultural. Daí as consecutivas ondas de medo da rebelião negra, da descida dos morros. Elas são necessárias para a implantação de políticas de lei e ordem. A massa negra, escrava ou liberta, se transforma num gigantesco Zumbi que assombra a civilização; dos quilombos ao arrastão nas praias cariocas (Batista, 2003a, p. 21).

Assim, além das políticas que subordinavam a população negra à supremacia branca, são consolidadas narrativas culturais e psicológicas que moldaram o pensamento da sociedade no tocante à *população racializada*, sobretudo na associação direta entre a negritude e a animalidade, naturalizando a escravização e a exclusão social (Kilomba, 2019).

Os efeitos desta política multifacetada ecoam na atualidade, constituindo mecanismos de barragem (Moura, 2021a), que invisibilizam a história e os conhecimentos da população negra, ao mesmo tempo em que promovem as desigualdades sociais, econômicas e culturais que atravessam a sociedade, mantendo a população negra nas *franjas da marginalidade* e excluía do acesso a direitos e da própria condição de cidadania. Tais mecanismos, além da ordem econômica e cultural, constituem-se como elementos ideológicos de barragem social, implicando nas relações subjetivas de aceitação e legitimação da população negra na sociedade:

Quando se fala do negro brasileiro costuma-se dizer que ele foi ótimo escravo e, atualmente, é péssimo cidadão [...] É visto ainda como mau cidadão negro aquele que vive nas favelas, nos cortiços, nos mocambos nordestinos e se situa nas mais baixas camadas sociais, como operário não qualificado, doméstica, mendigo, biscateiro, criminoso ou alcóolatra. É exatamente aquele segmento descendente do escravo, hoje apenas negro livre, porém que não foi, ainda, incorporado, na sua grande maioria, a não ser formalmente, à sociedade civil atual, como cidadão (Moura, 2021, p. 27-29).

A partir da análise dos processos de subordinação perpetrados nas colônias e, considerando o modo com o qual a população negra é historicamente submetida à ordem branca, Mbembe cunhou o termo Necropolítica para referenciar uma política de controle social pela morte, gestada pelo Estado e sustentada pelas demais esferas da sociedade. Para o autor, o conceito de biopoder, de Michel

Foucault (1976), era “insuficiente para dar conta das formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte” (Mbembe, 2018, p. 71), pois, o poder não se concentra unicamente no domínio sobre a vida (fazer viver), mas também na regulação e gestão da destruição dos corpos (fazer morrer). Ou seja, o pleno exercício da soberania reside no controle da mortalidade. O Estado, então, através de seu poder político, se apropria da morte como objeto de gestão, sobretudo na dominação racial e na exploração sistemática dos corpos negros.

De acordo com Mbembe, necropolítica não é apenas um conceito que faz referência ao exercício de eliminação dos corpos, como também abarca um contexto mais amplo, de produção de “mortos-vivos” no estado de exceção¹⁵, indivíduos para os quais a fronteira entre a vida e a morte é profundamente tênue. Certas vidas (as vidas negras), para o autor, são assim expostas a uma violência letal e contínua:

Nessas formas mais ou menos movediças e segmentadas de administração do terror, a soberania consiste no poder de fabricar toda uma série de pessoas que, por definição, vivem no limite da vida, ou no limite externo da vida – pessoas para quem viver é um constante acerto de contas com a morte, em condições em que a própria morte tende cada vez mais a se tornar algo espectral, tanto em termos de como é sofrida quanto pela forma como é infligida (Mbembe, 2020, p. 68).

Ainda que o autor parta da experiência colonial e escravocrata africana, consideramos que suas ideias podem ser estendidas à realidade brasileira, atravessada pelo capitalismo. Reforçamos, ao evocar o conceito do autor camaronês, a impossível dissociação do conceito de necropolítica da ordem do capital, pois trata-se de uma construção histórica e social, gerada e mantida por um sistema econômico que, essencialmente, produz e reproduz continuamente as desigualdades, ao passo em que inferioriza a população negra e a relega a um lugar de descartabilidade, parecendo ser a manutenção e a dignificação da vida determinadas pela cor da pele dos indivíduos.

Concomitantes ao período de abolição da escravidão, as teses lombrosianas foram fundamentais para a instauração de uma política de controle social exercida

¹⁵ Medida governamental emergencial e temporária onde os direitos são restringidos e o poder do Executivo sobrepõe-se ao poder do Legislativo e do Judiciário. Achille Mbembe faz uso do conceito para analisar o extermínio da população negra em alguns contextos.

por instituições como hospitais psiquiátricos e prisões, que passaram a adotar métodos de identificação e segregação baseados em características físicas, com o objetivo de “corrigir” indivíduos considerados perigosos para a sociedade. Tais métodos, incorporados pelas forças de segurança, ao selecionar certos grupos sociais como propensos ao crime, situam a população negra como alvo das políticas de repressão, cujas ações seguem vigentes até hoje no racismo estrutural das abordagens policiais e das sentenças judiciais que compõem um complexo sistema de criminalização da população negra e pobre, como veremos a seguir.

1.2 FUNÇÕES E ASPECTOS HISTÓRICOS DA PRISÃO

Prisão é dor
Prisão é esculacho e vacilação
A justiça não tem pudor
É vingança e humilhação.

(Trecho do poema “Punitivistas de boa-fé”, de
Samuel Lourenço Filho)

Ao longo da história ocidental, as formas de punição evoluíram significativamente, refletindo as transformações nas estruturas sociais, econômicas e culturais. Inicialmente, predominavam castigos físicos, suplícios e execuções públicas, que não apenas penalizavam o infrator, mas também serviam como advertência exemplar para a coletividade.

Foi na Idade Média que o encarceramento começou a se delinear como forma de punição, especialmente com o confinamento de monges e clérigos que cometiam infrações. Esses religiosos eram recolhidos às suas celas monásticas para meditar e buscar arrependimento por meio da penitência, estabelecendo um precedente para a reclusão como método de correção moral. Essa prática influenciou a criação de instituições como as Casas de Correção inglesas e irlandesas, que surgiram com o propósito de disciplinar e reabilitar indivíduos considerados desviantes, incorporando o trabalho forçado como instrumento de reforma.

Na sequência, apresentarei um breve resumo da evolução das prisões no mundo ocidental, desde sua origem como espaços de custódia até sua

centralidade no sistema de justiça, onde se consolidam como instrumentos de punição e potencial reabilitação para aqueles que transgridem as normas sociais.

1.2.1 Do suplício à correção: a punição como reguladora da ordem

Melossi e Pavarini, em sua obra *Cárcere e Fábrica: As origens do sistema penitenciário* (2010), situam a prisão no contexto histórico a fim de explicar sua gênese e seus desdobramentos como uma instituição que incide concretamente na organização econômica e política da sociedade, não sendo possível, portanto, sua análise como instituição isolada.

Interessados em compreender os motivos pelos quais “em todas as sociedades industrialmente desenvolvidas, essa instituição (prisão) cumpre, de modo predominante, a função punitiva, a ponto de cárcere e pena serem considerados comumente quase sinônimos” (Melossi; Pavarini, 2010, p. 19), os autores partiram da questão: a quem serve e para que serve a prisão? Tal questão, simples, porém essencial, “destruía a concepção sagrada de que o cárcere sempre existiu, objeto dado *in rerum natura* [na natureza das coisas]” (Melossi; Pavarini, 2010, p. 20).

A prisão, locus privilegiado da punição na contemporaneidade, é uma invenção recente da humanidade. Mesmo tendo sido utilizada da Antiguidade ao Renascimento, a reclusão figurava como um estabelecimento de custódia (Julião, 2012), local onde o condenado aguardava sua sentença, com punições que variavam entre o banimento, a multa ou o suplício (tortura, fogueira, roda, mutilação, humilhação em praça pública ou execução). Ainda que a sentença fosse o banimento ou a multa, ela contemplava uma dimensão de suplício: açoite, coleira de ferro, marcação com ferrete etc.

Foucault, em *Vigiar e Punir* (2013), apresenta em detalhes a execução do espetáculo do suplício, ao narrar o lento sofrimento de Damiens, condenado à morte em Paris, em meados do século XVIII, por tentativa de assassinato do Rei. O corpo supliciado do regicida, exposto como “ato de justiça legível para todos” (Foucault, 2013, p. 44), é produto da economia do poder que, manifestada nos “excessos do suplício”, configura o “código jurídico da dor” (Foucault, 2013, p. 36), onde a pena suplicante é a marcação dos corpos e a ação do poder que

pune. O poder soberano, assim, se faz presente e visível no exercício de “fazer morrer e deixar viver”.

Durante a Idade Média, havia também o cárcere eclesiástico, destinado aos clérigos rebeldes, que eram confinados nos mosteiros para que, por meio da penitência, se arrependessem de seus atos e buscassem a salvação. Daí surge o termo “penitenciária”, fundado no Direito Penal Canônico¹⁶, alicerce da pena de prisão. Pena, termo decorrente de penitência, e pecado, sinônimos neste contexto, seguem conectados em termos gerais, na contemporaneidade¹⁷.

A crise do sistema feudal, que marca a transição da Idade Média para a Idade Moderna, leva às cidades uma imensa massa de ex-camponeses que não são absorvidos com rapidez pela recente manufatura. A impossibilidade de absorção produtiva desta população resulta em um quadro de extrema pobreza, culminando em um aumento de delitos patrimoniais sem precedentes.

A emergência do mercantilismo trouxe, com a nova concepção de trabalho, um novo olhar para as penas privativas de liberdade no Ocidente. A prisão passou a ser pensada como penalidade em potencial, levando-nos à compreensão de que “todo sistema de produção tende a descobrir punições que correspondem às suas relações produtivas” (Rusche; Kirchheimer, 2004). Nessa perspectiva, Anitua (2008, p. 14) pontua que

O mercantilismo necessitou de um disciplinamento selvagem dos grupos sociais que não se integravam a nenhum dos grupos economicamente produtivos. A forma de “educar” os não proprietários para que aceitassem como natural esse estado de coisas foi através da violência punitiva. A nova ordem estatal capitalista libertava o servo feudal de suas cadeias, mas também o despojava dos meios de produção – a terra, as fontes comunitárias de subsistência, as ferramentas. As regras de jogo do mercado capitalista tentariam impor um difícil equilíbrio entre a reclamada igualdade no processo de circulação de bens e uma marcada desigualdade no processo produtivo.

De acordo com Melossi e Pavarini (2010), o internamento compulsório tem origem na Inglaterra, na segunda metade do século XVI, quando ociosos,

¹⁶ O direito penal canônico é o conjunto de regras que regulava as infrações cometidas por membros da Igreja. Objetiva manter a ordem e defender os bens jurídicos da Igreja.

¹⁷ Para uma análise mais aprofundada sobre a conexão entre pena/penitência e expiação do pecado, sugerimos o livro de Rusche e Kirchheimer, *Punição e Estrutura Social*.

vagabundos e ladrões passam a ser recolhidos e submetidos ao trabalho obrigatório, com rígida disciplina nas casas de correção.

Nesta primeira fase a segregação não se deve tanto a exigências de destruição ou de eliminação física, mas sim à utilização de força de trabalho e, mais ainda, à necessidade de se adestrar para o trabalho manufatureiro os ex-camponeses que se recusam a se submeter aos novos mecanismos de produção (Melossi; Pavarini, 2010, p. 13).

Buscava-se, com isso, ocupar os desocupados, que eram diferenciados como incapacitados ao trabalho, aqueles a quem era permitido mendigar e os demais, que não podiam receber nenhum tipo de caridade, sob pena de açoite. O número de pessoas em situação de mendicância em Londres era tão alto, que o castelo de Bridewell foi designado para acolher essa população. Foi assim

[...] que o modelo de presídio converteu-se no lugar de expulsão dentro do próprio meio, ou “expulsão para dentro”. Porém, de uma forma geral, estes expulsos eram enviados aos cárceres para morrer, para não fazer nada. Essa situação permaneceu inalterada até que necessidades estruturais levaram a que se buscasse aproveitar esta mão-de-obra e criar, também no interior dos lugares de detenção, mecanismos de disciplina (Anitua, 2008, p. 116).

Em pouco tempo, novas casas de correção (*houses of correction* ou *workhouses*), chamadas de *bridewells*, foram fundadas em diferentes regiões do país. As casas de correção que foram implantadas no decorrer dos anos passaram a abrigar, além dos desempregados, filhos de pobres, para que fossem educados para o trabalho, além de prostitutas, rebeldes, vagabundos e pequenos ladrões. A potência máxima destas instituições totais¹⁸ foi atingida na primeira metade do século XVII, nos novos modelos das casas de correção de Amsterdã, chamadas de *rasp-huis*¹⁹, que respondiam ao grande desafio da ausência de mão-de-obra na Europa, decorrente do declínio demográfico e do tráfico mercantil, ao mesmo tempo em que produziam os corpos dóceis

¹⁸ O sociólogo Erving Goffman cunhou o termo Instituição total em referência a espaços de confinamento em tempo integral de um grupo de pessoas, marcado por rígida administração, como prisões, conventos, mosteiros, hospitais psiquiátricos e campos de concentração, por exemplo.

¹⁹ O termo advém da atividade central do trabalho desenvolvido, que consistia em raspar. Com uma serra de várias lâminas, um certo tipo de madeira, até transformá-lo em pó, do qual os tintureiros retiravam os pigmentos para tingir os fios. (Melossi; Pavarini, 2010).

necessários ao modelo vigente. Esse modelo, considerado um sucesso, foi expandido para diferentes países europeus. Desse modo, argumenta Foucault (2013, p. 119),

A disciplina fabrica [...] corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ele procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada.

O trabalho nas *rasp-huis* era extremamente exaustivo e os condenados, quando muito cansados, deviam se apegar a Deus, pois a formação religiosa era um componente fundamental para a disciplina da massa. No período noturno, depois do expediente, aconteciam as aulas de alfabetização, para que os detidos tivessem condições de ler os livros de catequização produzidos especialmente para eles, onde o temor a Deus era conteúdo central e única salvação daquela população.

O final do século XVII marca uma importante mudança nos tipos de crimes cometidos e, conseqüentemente, no perfil dos criminosos. Há uma diminuição dos crimes de sangue das agressões físicas, e os delitos contra a propriedade, a vigarice e os roubos passam a compor um quadro de delinquência “limitada e hábil”: “os criminosos do século XVII são ‘homens prostrados, mal alimentados, levados pelos impulsos e pela cólera, criminosos de verão’; os do século XVIII, ‘velhacos, espertos, matreiros que calculam’, criminalidade de ‘marginais’” (Foucault apud Chaunu, 2013, p. 73).

O surgimento de uma delinquência antipropriedade, mais individualista e furtiva, desloca a “criminalidade de massa” para a “criminalidade das bordas e margens”. Nesse cenário, onde a pena de morte e o suplício não eram mais tolerados e o processo de domesticação dos corpos não mais servia de exemplo para a população, a pena deixa de ser física, infligida pela dor, e passa a ser moral. A detenção, como espera, deixa de existir, dando lugar à pena de detenção, onde o tempo da privação de liberdade se torna a pena em si.

Nesse período, o Iluminismo foi central para a mudança no paradigma da pena criminal. Figuras como Cesare Beccaria, autor da obra *Dos Delitos e das Penas*, publicada em 1764, foram fundamentais para o combate à violência desmedida das penas, em proveito de um sistema de justiça que fosse mais inteligente, a partir de uma distribuição funcional do poder de punir. Conforme assinala Anitua (2008, p. 163),

[...] a privação da liberdade, era vista como adequada para o futuro. [...] Beccaria manifestava sua repulsa em relação à pena de morte e aos castigos corporais [...]. A moderação nos castigos se relaciona com a eficácia e a utilidade e, por tanto, está ligada a uma velha prática estatal moderna de reclusão, a nova penalidade por excelência dos regimes democráticos contemporâneos - a prisão -, ainda que não apenas a ela uma vez que também defende outros castigos significativos e significantes.

A Teoria do Contrato Social, obra prima do Iluminismo, situa o menor crime como um ataque a toda a sociedade. Aquele que comete o crime, quebra o pacto social do qual faz parte e, por isso, será punido pela sociedade que compõe e contra a qual cometeu o delito. Assim, o direito de punir é deslocado do poder do soberano para a defesa da ordem social (Foucault, 2013, p. 76). O criminoso passa a ser considerado inimigo da sociedade. Este cenário, onde a criminalidade passava a ser mais difusa na sociedade, aliado às críticas que vinham sendo realizadas sobre o suplício e a má organização do poder entre as diferentes esferas (Igreja, monarquia e burguesia) resultou na Reforma Penal, onde foram estabelecidos objetivos e táticas que alcançassem a criminalidade e universalizassem a arte de punir os criminosos, em resumo, uma nova tecnologia do poder de punir.

Foucault (2013) afirma não ser uma nova conjuntura de sensibilidade, mas de outra política em relação às ilegalidades. É preciso controlar e codificar as novas práticas ilegais, separando as ilegalidades toleráveis (ilegalidade dos direitos²⁰) das ilegalidades intoleráveis (ilegalidade dos bens²¹). A primeira, praticada pela classe detentora do capital e a segunda, pela classe trabalhadora e excluída dos meios de produção.

²⁰ Fraudes, evasão fiscal, operações comerciais irregulares.

²¹ Roubos.

As prisões passam a configurar a essência do modelo punitivo, como estabelecimento público de privação de liberdade. Seu rigor, diretrizes, higiene e impossibilidade de fuga representam uma dinâmica de repressão dos delitos e de busca pela reinserção dos prisioneiros. A punição deixa de ser realizada pelo espetáculo da violência contra os corpos e passa a ser administrada através do controle e da disciplina dos corpos.

O início do século XIX é marcado por uma visão crítica às políticas assistenciais. A situação de pobreza da população passava a ser vista como de responsabilidade individual de cada pessoa e não mais como consequência e responsabilidade de uma ordem social. Atribuía-se a indigência aos vícios causados pelo álcool e pela preguiça, que faziam com que a população pobre aguardasse o socorro caritativo, de forma passiva, sem interesse em trabalhar e modificar sua situação econômica. O pauperismo, assim, passava a ser vinculado ao comportamento desviante e criminoso.

A alternativa apresentada à crise do assistencialismo era baseada no trabalho obrigatório. As velhas workhouses passaram por um processo de revitalização, como aposta na institucionalização (internamento compulsório das massas de pobres, ociosos e vagabundos), onde seriam submetidos, pela administração pública, à educação através do trabalho. Segundo Melossi e Pavarini (2010, p. 181),

A proposta institucional – ou seja, a ênfase no momento do internamento – tornou-se assim, na América da primeira metade do século XIX, a nota mais marcante de toda a política do controle social. Na verdade, a escolha segregativa, originariamente circunscrita à solução do problema do pauperismo, quase que por contaminação, estendeu-se até assumir o papel de modelo paradigmático na luta contra as diversas formas sociais de desvio.

A juventude e a população com distúrbios mentais eram tidas como potenciais criminosos e seu controle precisava ser rigoroso. Para tanto, a família e a Igreja, responsáveis até então pelos cuidados únicos com estes indivíduos, passam a ser desacreditadas por não terem nenhuma garantia de operar como instrumentos eficazes de controle social, dada sua crise de autoridade na sociedade vigente. À juventude, educação firme e pautada no trabalho e na disciplina. Aos loucos, o afastamento do tecido social, onde rígidas regras,

hierarquias e orações possam curá-los e reeducá-los para viver novamente em sociedade.

1.2.2 Do cárcere à fábrica: a penitência como disciplina

No novo cenário que se apresentava, a aposta na segregação, agora não apenas dos pobres, foi ampliada, causando um aumento progressivo e incontrolável da população internada, transformando a responsabilidade pública de manutenção dos espaços em um ônus difícil de ser custeado. A saída encontrada neste período foi a busca por um sistema administrativo mais econômico, solução protagonizada pelos Quakers²², no estado da Filadélfia (EUA), cujo objetivo central era a criação de uma instituição de isolamento celular, onde a oração e abstinência de bebidas alcóolicas fossem capazes de salvar “tantas criaturas infelizes” (Melossi; Pavarini apud Barnes, 2010, p. 187).

Nascia assim a execução penitenciária, baseada no isolamento dos internos e na obrigação do silêncio, da meditação e da oração. Esse novo modelo reduzia drasticamente os custos com vigilância, o que resolveu, parcialmente, os problemas financeiros decorrentes do alto encarceramento e serviu como estímulo para a rápida difusão deste modelo de reclusão para outros estados estadunidenses. É importante destacar que o trabalho, neste modelo prisional, não era possível de ser aplicado em larga escala, dada a situação de isolamento dos presos. Seu fim era, portanto, terapêutico (buscava-se o arrependimento) e não econômico (processos de produção lucrativos).

Neste período, a América passava por uma crise de mão-de-obra parecida com a crise europeia com o surgimento do mercantilismo, onde a escassez de mão-de-obra decorrente na dificuldade de importação de escravizados resultou em grandes aumentos de salário dos trabalhadores. A ausência de mão-de-obra foi fundamental para que fossem iniciadas as críticas ao modelo de confinamento celular de presos, pois o isolamento imposto reduzia a capacidade de trabalho dos presos e privava o mercado de trabalho de potenciais trabalhadores.

²² Os Quakers, também conhecidos como Sociedade dos Amigos ou Igreja dos Amigos, são um grupo cristão, que surgiu no século XVII, na Inglaterra. Diferenciam-se dos católicos e dos protestantes, valorizando o contato direto com Deus. Foram muito ativos e pregavam o pacifismo, a solidariedade e a filantropia.

No bojo das críticas tecidas a este modelo, o cárcere como um investimento improdutivo configurava elemento central para a reestruturação das penitenciárias norte-americanas, levando à instauração do “sistema de Auburn”, um novo sistema penitenciário, onde os internos eram isolados durante o período da noite e, durante o dia, eram submetidos ao common work, trabalho que era realizado de forma coletiva, mas sem livre comunicação entre os internos, conforme explica Foucault (2013, p. 224),

O modelo de Auburn prescreve a cela individual durante a noite, o trabalho e as refeições em comum, mas, sob a regra do silêncio absoluto, os detentos só podiam falar com os guardas, com a permissão destes e em voz baixa. Referência clara tomada ao modelo monástico; referência também tomada à disciplina de oficina. [...] Mais que manter os condenados “a sete chaves como uma fera em uma jaula”, deve-se associá-lo aos outros, “fazê-los participar em comum de exercícios úteis, obrigá-los em comum a bons hábitos, prevenindo o contágio moral por uma vigilância ativa, e mantendo o recolhimento pela regra do silêncio” (Foucault, 2013, p. 224).

No novo modelo, a disciplina mudou, passando da simples vigilância para a disciplina operativa do trabalho típico das indústrias. Surgia, assim, a industrialização carcerária, com o trabalho produtivo como elemento central da pena, agora operacionalizada através da privatização das instituições prisionais, onde a organização institucional era mantida pela autoridade administrativa e o empresário era responsável pela direção do trabalho e venda da produção. O processo de reeducação do preso era regido não mais pela punição, mas pelos benefícios que lhes podiam ser concedidos, como a redução da pena proporcional aos dias trabalhados, por exemplo.

O trabalho como prêmio (Carvalho, 2011) situa o prisioneiro na lógica de subordinação, primeiro tornando-o um “puro sujeito de necessidade” (Melossi; Pavarini, 2010, p. 233) e depois ao buscar transformá-lo em um indivíduo reeducado, apto ao trabalho.

A tentativa de transformação do cárcere em fábrica foi fundamental, em solo estadunidense, para a redução de custos de produção de setores industriais e para frear o aumento salarial dos trabalhadores, que agora contavam com a concorrência da mão-de-obra prisional. Entretanto, os salários recebidos pelos reclusos eram menores do que os salários recebidos pelos operários em

liberdade, resultando em mais lucro ao Estado e aos empresários-contratantes. Além disso, os custos reduzidos com a exploração da mão-de-obra prisional possibilitavam a venda dos produtos com um valor significativamente inferior aos produzidos fora do cárcere, fazendo com que os trabalhadores livres tivessem seus salários reduzidos e, sobretudo através dos sindicatos, iniciassem um processo de resistência e oposição ao “cárcere-fábrica”.

A forte oposição ao trabalho prisional finalmente alcançou resultados no início do século XX, quando os prisioneiros passam a compor a força de trabalho utilizada em serviços públicos e não mais, de forma predominante, no sistema industrial. A penitenciária deixava de ser uma “empresa produtiva” não só pelos protestos crescentes e cada vez mais articulados dos sindicatos, mas também pela dificuldade do setor privado em manter o trabalho penitenciário competitivo no cenário de renovação tecnológica no mundo da produção livre (Melossi; Pavarini, 2010, p. 207).

O cárcere, espaço utilizado como laboratório da punição, foi historicamente aprimorado para servir ao modelo econômico vigente. A segregação dos prisioneiros, em um primeiro momento como espera para a sentença e, posteriormente, como transformação do criminoso em proletário, foi baseada em fins econômicos, atravessada pelos marcadores raciais, de classe e gênero. A penitenciária, que transforma o criminoso-perigoso em um sujeito contido e disciplinado, para além da função ideológica, cumpre uma importante função econômica, ao promover o prisioneiro a proletário ou a um proletário em potencial. Esta transformação, regulada nos limites concretos da prisão, opera na lógica do mercado, incidindo na oferta e na demanda de mão-de-obra livre, como concorrente desleal em ambas as frentes – na exploração dos reclusos e na precarização das condições de trabalho da classe trabalhadora livre.

A partir do momento em que não há demanda para a mão-de-obra explorada no sistema prisional, o trabalho perde sua capacidade de incidência econômica. Para Foucault, a função do trabalho penal “não é um lucro; nem mesmo a formação de uma habilidade útil; mas a constituição de uma relação de poder, de uma forma econômica vazia, de um esquema da submissão individual e de seu ajustamento a um aparelho de produção” (2013, p. 230).

No contexto neoliberal, não há mais trabalho para todos, tampouco condições de inclusão laboral dos sobrantes. A prisão, neste sentido, não é mais

um dispositivo de disciplinamento e docilização para o trabalho. Além de produzir delinquência, conforme afirma Foucault (2013), ela passa a imobilizar o contingente de sobrantes que estão à margem da ordem capitalista, sem valia no mundo produtivo. Para Salla (1999), a prisão contemporânea funciona como um depósito onde os indesejáveis são imobilizados e excluídos, ação resultante de um “longo processo de acumulação social da violência” (Misse, 2011, p. 212).

De Giorgi, no livro *A miséria governada através do Sistema Penal* (2006), pontua que há significativa diferença entre as massas enclausuradas nas prisões disciplinares dos séculos XIX e XX e a multidão armazenada nas prisões da contemporaneidade. A diferença tem relação direta com o sistema produtivo vigente, que não mais comporta os sobrantes e, em sua lógica operativa, liquida todas as condições de categorização intrínseca das populações. Desse modo, na atualidade, não há como delimitar as categorias de classe (massa faz parte deste conjunto conceitual) como era no passado. O conceito de multidão emerge, portanto, como uma categoria de análise deste grupo social. Neste sentido, o termo hiperencarceramento traz uma dimensão distinta do termo encarceramento em massa, usualmente utilizado em pesquisas da área.

O declínio do Estado de Bem-Estar Social, que reproduziu de modo incalculável as desigualdades econômicas em nível mundial, resultou na ascensão do Estado Penal (Wacquant, 2003), solidificado por políticas austeras de combate à criminalidade, como a Política de Guerra às Drogas e a Política de Tolerância Zero, que alcançam uma multidão de indesejáveis.

A Política de Guerra às Drogas, declarada pelo presidente dos EUA, Richard Nixon em 1971 e intensificada por Ronald Reagan, na década de 1980, situava as drogas como o “inimigo número 1 da América”. Instituída como uma estratégia governamental de repressão ao tráfico e consumo de drogas consideradas ilícitas, a política teve como desdobramentos a militarização das forças policiais e as sentenças austeras do sistema judiciário, que incidiram na criminalização dos usuários e daqueles que passaram a ser considerados como traficantes. A adoção da política por diversos países, nos diferentes continentes, é o principal fator para o processo de hiperencarceramento nos últimos 40 anos.

A Política de Tolerância Zero, inspiração para a Política de Guerra às Drogas, foi baseada na Teoria das Janelas Quebradas²³ e se constituiu como medida de segurança pública na década de 1990, sobretudo nos Estados Unidos, na gestão do prefeito de Nova York, Rudolph Giuliani. A ideia central da política consistia em punir severamente os crimes mais brandos, para que crimes mais graves não fossem cometidos futuramente. Como repressão, as abordagens policiais se intensificaram e houve um aumento significativo do encarceramento da população, sobretudo a população pobre e negra.

Tais políticas fizeram com que, nos últimos 40 anos, o sistema prisional dos Estados Unidos passou de aproximadamente 500.000 para 1,8 milhões de prisioneiros, liderando o ranking dos países com as maiores populações carcerárias do mundo, seguido por China e Brasil²⁴.

Entretanto, ainda que tais países tenham o maior número de pessoas presas, os países com as maiores taxas de encarceramento atualmente são El Salvador (1659 pessoas presas a cada 100 mil habitantes), Cuba (794 pessoas presas a cada 100 mil habitantes) e Ruanda (620 pessoas presas a cada 100 mil habitantes), países com posições políticas distintas, mas que se assemelham na escolha da pena de prisão como reguladora da ordem social. O Brasil ocupa a 14ª posição, com uma taxa de 408 pessoas presas a cada 100 mil habitantes²⁵.

Observamos, nas diferentes realidades dos países apontados no ranking, que não parece importar a orientação política de seus governantes. Sejam eles conservadores, liberais ou progressistas, a punição segue vigente como alicerce das políticas de segurança pública. O clamor punitivo (Batista, 2003b) da população encontra eco (ou produz reflexo) nas promessas políticas de campanha, que se desdobram, invariavelmente, em mais prisões e violência.

A tendência punitiva tem sido a resposta encontrada por diferentes países para as ondas de violência anunciadas pelos respectivos governantes. As

²³ A Teoria das Janelas Quebradas foi desenvolvida pelos criminologistas James Q. Wilson e George L. Kelling, na década de 1980. A ideia central da teoria é que pequenas infrações ou sinais de abandono, se não sanados imediatamente, podem passar a ideia de que infrações maiores serão toleradas. O exemplo utilizado é o de um edifício com uma janela quebrada que, ao não ser consertada com brevidade, apresentará muitas outras janelas quebradas, resultado de um processo de degradação progressiva.

²⁴ Dados obtidos na Plataforma World Prison Brief. Disponível em: https://www.prisonstudies.org/highest-to-lowest/prison-population-total?field_region_taxonomy_tid=All. Acesso em: 25 mar. 2025.

²⁵ Consultar a mesma fonte da nota 14.

expressões da questão social, relacionadas às violências estruturais da distribuição desigual de riqueza são reguladas pela gestão dos riscos operada pelo Estado (Garland, 2017), que incorre em discriminações, opressões e morte (física e simbólica) da população pobre e periférica, sobretudo os jovens, como veremos a seguir.

1.3 HIPERENCARCERAMENTO E GESTÃO DA MISÉRIA NO CONTEXTO BRASILEIRO

Esse é o trabalho ideológico que a prisão realiza – ela nos livra da responsabilidade de nos envolver seriamente com os problemas de nossa sociedade, especialmente com aqueles produzidos pelo racismo e, cada vez mais, pelo capitalismo global.

(Ângela Davis em *Estarão as prisões obsoletas?* 2018, p. 17)

A análise do sistema punitivo como produto social requer uma contextualização histórica das prisões no mundo ocidental. Contudo, é inadequado aplicar diretamente as experiências europeias ou norte-americanas ao contexto brasileiro. Nessas regiões, o surgimento das prisões se deu em um cenário de grandes transformações econômicas e sociais impulsionadas pela industrialização e acumulação de capital, concomitante à ampliação dos direitos da população.

No Brasil, porém, as prisões emergiram em um cenário profundamente marcado pelo escravismo, onde grande parte da população não tinha acesso ao que hoje consideramos direitos básicos. Essa discrepância ressalta a singularidade do desenvolvimento do sistema prisional brasileiro e latino-americano, influenciado por uma estrutura social excludente e desigual.

A prisão, no Brasil, foi utilizada durante muito tempo como uma prática punitiva secundária. A escravidão, por si, garantia a permanência da forte estrutura hierárquica racial. Após o período da abolição, a prisão passa a configurar outro modo de exercer controle sobre a população considerada

indesejável, mais prático e, ainda, com caráter reabilitador. Sua função regenerativa, entretanto, não perdura, e sua utilização parece seguir um propósito específico de gestão das desigualdades ou, mais especificamente, de gestão das populações miseráveis.

Assim, enquanto o modelo ocidental de prisão buscava produzir “corpos dóceis” para o mercado de trabalho, no Brasil, o cárcere servia como um mecanismo de gestão da miséria e de perpetuação da exclusão racial. O cárcere brasileiro, longe de ser um espaço de reabilitação, consolidou-se como um instrumento de controle social que, sob o véu da modernidade penal, perpetuou a subalternidade da população negra.

1.3.1 A punição entre safras: escravidão e abolição como faces de uma mesma moeda

Vera Malaguti Batista (2013) afirma que o medo do “negro violento” serviu como um fio condutor que legitimou políticas violentas de controle social durante e após o período escravista em território nacional. Isto se deu durante a escravidão, como forma de estabelecer a ordem e evitar uma possível rebelião incontrolável e, após a abolição, como forma de permanência estética da escravidão, onde a população negra pudesse ser contida, marginalizada, mantida sob condição de miséria e subalternidade. Segundo a autora, “conhecer o eixo dos medos é traçar o caminho das criminalizações e identificar os criminalizáveis” (Batista, 2011, p. 24).

A primeira lei criminal brasileira, o Código Criminal Imperial de 1830, estabelecia um regime diferenciado de punição para brancos e negros, inclusive negros libertos. Ainda que penas como açoites, tortura e marcação a ferro quente fossem banidas do novo Código, os castigos cruéis e as penas capitais seguiram vigentes em situações consideradas como “crimes particulares”, que envolviam homicídio, principalmente dos senhores de escravos e latrocínio. Os incisos do Código tratavam das maneiras utilizadas pelos escravizados para matar seus senhores, como envenenamento, incêndios e rebeliões, que culminavam em penas agravadas, caso fossem consideradas como crimes premeditados.

Além dos crimes particulares, eram estabelecidas punições para os “crimes públicos”, ligados aos atentados à independência, integridade e

dignidade da nação, que resultavam em pena de prisão ou, em alguns casos, em pena de prisão com trabalho. Dentre os crimes considerados públicos, estava a sublevação de escravizados, que perturbavam a “segurança interna do império” e a “tranquilidade pública”. Aqueles que eram considerados líderes das rebeliões, eram condenados à prisão perpétua com trabalho e a pena capital era aplicada aos considerados “inimigos internos”, grupo de vinte ou mais escravizados que se insurgissem para alcançar a liberdade através do uso da força (Solazzi, 2007).

O Código selecionava determinados grupos sociais e os nomeava inimigos da ordem pública imperial, induzindo a perseguição e suspeição dos escravizados e sujeitando seus descendentes, livres ou libertos, como alvos do que hoje nominamos racismo de Estado.

Por fim, os “crimes policiais” diziam respeito às “ofensas da religião, da moral e bons costumes”, como cultos que não fossem os da ordem religiosa imposta, jogos, vadiagem, mendicância, uso indevido da imprensa, fabricação de instrumentos para roubo, dentre outros.

De acordo com Shecaira e Corrêa Júnior (2002, p. 41), foi neste marco que “a prisão como pena substitui as penas corporais e mostra indícios de sua futura supremacia sobre as demais modalidades punitivas”. Apesar da prisão ganhar destaque entre as penas, seu alcance era desigual entre os apenados. A ideia de regeneração dos condenados encontrava limites quando o indivíduo em questão era um escravizado. Segundo Koerner (2001), dadas as condições precárias das prisões brasileiras naquele contexto, escravizados condenados a longas penas eram mortos e, aqueles que saíam das prisões não encontravam lugar na sociedade livre.

Em 1832, como desdobramento do Código Imperial, foi promulgado o Código de Processo Penal, que definia as funções jurisdicionais e policiais. Estabelecia-se, assim, uma nova sociabilidade pautada no policiamento, que ia das casas e ruas, às províncias e à nação.

Um evento importante neste período, que merece destaque na produção histórica de um imaginário social do “negro violento”, foi a Revolta dos Malês²⁶,

²⁶ A Revolta dos Malês foi uma insurreição urbana organizada por africanos muçulmanos escravizados e libertos em Salvador, em 1835, que articulou religião, letramento e experiência

em 1835. A Revolta foi utilizada para instauração do pânico na população, sendo o principal motivo da onda de medo que mobilizou o Império. Os rumores eram exagerados, mas “o medo ganhava forma concreta e sua cor era negra” (Batista *apud* Gomes, 2003a, p. 27).

As possíveis insurreições aterrorizavam a sociedade imperial escravocrata brasileira, que se valeu disso para manter as violentas políticas de controle sobre a população que estava prestes a se rebelar. A revolta quilombola de 1838, em Vassouras, serviu de reafirmação para o medo que se alastrava (Batista, 2003). Sobre a opressão e o abuso em que os escravizados viviam, não se falava; apenas sua possibilidade de insurreição era motivo de mobilizações nas mais variadas esferas, sendo a principal delas, no campo penal.

O debate acerca da função regeneradora da prisão era incipiente no país e na América Latina, desdobramento dos debates acerca da humanização das penas, em voga na Europa naquele momento. Na década de 1840, surgiram as primeiras manifestações sobre a organização das prisões como sistemas de contenção da reincidência e de imersão em hábitos de moralidade e de ordem (Matos *apud* Salla, 2020, p. 80). Entretanto, o modelo de sociedade vigente no país continuava sendo estratificado e escravocrata, o que tornava impossível qualquer tentativa de inclusão dos excluídos.

Em 1841, com a Reforma do Código do Processo Criminal do Império do Brasil, a polícia passou a ter maiores poderes de vigilância e controle da população escravizada, dos estrangeiros e dos viajantes, além daqueles considerados perturbadores da ordem social: marginais, bêbados, prostitutas, desterrados e vadios. Na metade do século 19, o cenário brasileiro era de deslegitimação do sistema escravista e de fortalecimento das políticas de imigração de europeus para o trabalho livre. Trinta anos mais tarde, em 1871, a Lei do Ventre Livre se configurou como o estabelecimento de um regime de trabalho livre compulsório (Solazzi, 2007), além de ser uma estratégia de contenção do africanismo. Além da população negra, os indígenas e os imigrantes não portugueses eram constantemente policiados e, sob cada grupo, o rigor punitivo recaía de forma distinta.

diaspórica como forma de enfrentamento à ordem escravista imperial. É considerada a maior revolta de pessoas escravizadas da história brasileira.

A população recém-liberta, após a abolição, tornou-se alvo da regulação policial, estabelecida através da fiscalização e registro policial da população empregada, ao passo em que eram infligidas punições corretivas e disciplinares àqueles que não estavam submetidos ao trabalho. As pessoas que eram considerados vadias, sobretudo as que estavam entre a faixa etária de 21 a 40 anos, eram enviadas para o trabalho obrigatório nas lavouras e nos estabelecimentos correcionais.

Esse cenário foi influenciado pelas teorias eugenistas importadas no final do século XIX, que moldaram o Decreto Penal de 1890. Este decreto não mais distinguia entre crimes públicos, particulares e policiais, consolidando uma divisão entre crimes e contravenções. Dentre as práticas criminalizadas estavam o candomblé e a capoeira, manifestações religiosas e culturais associadas à população negra *que*, embora não figurasse como alvo punitivo do Código, eram punidas por quaisquer manifestações que contrariassem as normas vigentes.

A defesa da sociedade, pautada nas teorias médicas e criminais, visava meios reparadores, preventivos, repressivos e eliminatórios dos criminosos. A população negra, espectro de uma anomalia degenerativa, não poderia ser avaliada da mesma forma que os indivíduos não negros. Desse modo, sobre os negros, recaíam medidas extremas de esterilização e segregação do corpo social, resposta ideal para a possibilidade de “uma hereditariedade mórbida” (Solazzi, 2007, p. 212).

Assim, o medo branco, solidificado pelos diagnósticos médicos e pelos discursos penais populistas, criou lastros nos diferentes regimes, passando da naturalização da escravidão à legitimação da miséria e marginalização da população negra, alijada dos direitos mais básicos.

1.3.2 Da prisão ocidental ao cárcere tropical: o legado escravocrata brasileiro

A primeira penitenciária brasileira, inspirada nos modelos de Auburn e da Filadélfia, foi inaugurada em 1850, no Rio de Janeiro, sendo seguida pela Casa de Correção de São Paulo, inaugurada dois anos depois, em 1852. Ainda que as penas corporais seguissem vigentes mesmo após a implementação das prisões no Brasil, uma nova forma de controle social se tornou possível para o Estado que, ao adotar um modelo estrangeiro de modernidade, oferecia às elites

urbanas uma maior sensação de segurança, além de possibilitar a reabilitação dos delinquentes (Aguirre, 2017).

Entretanto, como pontua Serra (2009, p. 180), a realidade penitenciária brasileira era muito diferente da inspiração europeia de humanização das penas. O interior da prisão, que já não seguia o modelo arquitetônico importado, foi sendo acrescido de outros espaços, destinados a receber diferentes tipos de prisioneiros, com calabouços, galés, oficinas e até um depósito para receber africanos livres. Além disso, contava ainda com um espaço para os *menores*, uma seção de bombeiros e a casa da administração do presídio. No entanto, como ressalta o autor,

[...] era no plano das condições de salubridade e higiene que a Casa de Correção do Rio de Janeiro iria se mostrar mais distante de sua concepção original: a superlotação que logo ela experimentaria, somado à má-ventilação das celas, além da inexistência de separação entre presos sadios e enfermos, fariam com que uma condenação superior a dez anos equivalesse a uma sentença de morte. [...]. Essa situação acaba por se agravar, em função da disfuncionalidade arquitetônica da instituição: incapaz de propiciar os efeitos da máquina panóptica sobre o comportamento dos condenados, a disciplina interna reclama a presença permanente e próxima dos guardas, a qual é indissociável da exibição e utilização dos instrumentos de violência – único meio de obter a obediência.

De acordo com Koerner (2001), essas cópias malfeitas das instituições europeias figuravam como o “impossível panóptico tropical-escravista”, dadas as particularidades de um país periférico, onde a violência não era monopólio do Estado e o controle era difuso nas relações sociais, não sendo possível diferenciar claramente quem eram os vigilantes e os vigiados. Além disso, as penas eram individualizadas a partir da posição social do condenado, o que inviabilizava, inclusive, o uso do saber médico de forma desassociada da categoria à qual pertencia cada pessoa.

Foi apenas a partir da abolição da escravidão, com a incorporação do país ao capitalismo, que o sistema punitivo brasileiro passou a sofrer significativas mudanças, sendo influenciado pelo positivismo criminológico, que fazia uso dos estabelecimentos penais como laboratórios para produção de conhecimento científico, onde os presos eram, literalmente, objetos de estudo. Inaugurada em 1920, a Penitenciária de São Paulo, mais tarde renomeada como “Instituto de

Regeneração”, se tornou referência para as práticas que visavam a regeneração da população encarcerada. Para Salla (2006, p. 36), “o crescimento de um discurso científico que buscava na medicina, na sociologia, na biologia, na antropologia, legitimar as práticas de ‘regeneração’ na prisão só acarretou mais e mais poderosos controles e arbitrariedades sobre o condenado”.

Os estudos realizados nos estabelecimentos carcerários foram fundamentais para a compreensão do Estado sobre o contexto da criminalidade brasileira, levando à conclusão de que “as condutas criminais se explicavam por uma combinação de fatores biológicos, culturais e sociais” (Aguirre, 2017, p. 43). Os indivíduos criminosos o eram em razão de sua pobreza, da falta de estudos e de sua raça. Para tanto, a solução do Estado passava pela educação compulsória desta população, além de outras medidas eugênicas e das reformas urbanas. Tais conclusões, além de levarem o Estado a intervir no cotidiano carcerário, criaram a figura do criminoso, estereótipo que segue vigente na atualidade, sendo, desde então, a população pobre e negra o alvo da suspeição generalizada.

A penitenciária como estabelecimento de recuperação dos criminosos não foi um projeto bem-sucedido e, a partir da década de 1940, como aponta Aguirre (2017), os sistemas penitenciários latino-americanos mostraram sinais de corrupção, ineficiência e esgotamento, e os presos passaram a contar com a própria sorte. Depois deste período, a questão penitenciária não mais ocupou a agenda política com tanta relevância (Matos *apud* Salla, 2020, p. 84).

O colapso do tratamento corretivo, preconizado pelas penitenciárias brasileiras do início do século XX, dá lugar ao hiperencarceramento da população sobre a qual foi lançado o estigma da periculosidade. Indivíduos pobres e negros passam a lotar espaços carcerários insalubres, onde sua humanidade é negligenciada, doenças proliferam e qualquer pretensão ressocializadora não encontra meios de se cumprir.

A superlotação nos cárceres brasileiros tem seu início na década de 1990, período marcado por intensas desigualdades sociais e econômicas, e de forte repressão às populações marginalizadas, sobretudo pela pressão da sociedade por mais punição aos crimes cometidos. A sensação de insegurança decorrente do aumento da criminalidade resultou no encarceramento como medida de

contenção da violência, sem investimentos necessários em prevenção ou medidas alternativas de responsabilização.

Ainda na década de 1990, foi sancionada a Lei de Crimes Hediondos (Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990), que aumentou as penas para alguns tipos de crimes, como tráfico de drogas e sequestro, tornando-os inafiançáveis. A nova legislação foi fundamental para o crescimento exponencial da população carcerária, que passou de 90 mil presos em 1990, para mais de 232 mil nos anos 2000. No ano de 2006, a Política de Combate às Drogas, que prevê uma distinção subjetiva entre usuários e traficantes, elevou ainda mais o número de pessoas encarceradas.

Nos anos seguintes, com o recrudescimento da seletividade penal, os números relacionados ao encarceramento no país só aumentaram, resultando na taxa de 197% de superlotação prisional no ano de 2016, onde o número de presos era o dobro do número de vagas disponíveis.

Importante ressaltar que, em meio ao processo de superlotação carcerária, o surgimento de facções como forma de reivindicação por melhores condições para a população prisional, foi um elemento de grande importância na reconfiguração das prisões brasileiras. As facções passaram a organizar e recrutar os detentos, ganhando força na disputa pelo controle do poder nos presídios. Seu alcance ultrapassa os muros da prisão, sendo uma instância de grande relevância na sociedade brasileira, ainda que não se tenha contornos tão visíveis da real capilaridade de suas ações e composição. A combinação dos fatores apresentados, somada à operação seletiva do sistema de justiça, levou ao hiperencarceramento da população brasileira.

A seguir, apresento tabela consolidada com dados referentes à população encarcerada no Brasil, conforme o último Relatório de Informações Penais (RELIPEN) publicado, referente ao primeiro semestre de 2024. Os dados que correspondem ao perfil da população não consideram as pessoas em prisão domiciliar.

Tabela 1 – População prisional brasileira

Indicador	Valor
População Prisional Total	888.791
Em estabelecimentos penais	668.570
Em prisão domiciliar	220.221
Presos Provisórios	183.806
Déficit de Vagas no Sistema	178.579

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados disponibilizados pela Secretaria Nacional de Políticas Penais – Senappen.

De acordo com os dados apresentados, no período entre janeiro e junho de 2024, os presos provisórios representavam 27% da população encarcerada, o mesmo percentual referente ao déficit de vagas no período. Qualificado por Zaffaroni (2021) como “endêmico” na América Latina, o problema dos presos sem condenação merece atenção especial nas análises acerca dos números do sistema prisional brasileiro.

A prisão preventiva, com suas raízes no período inquisitorial (Anitua, 2010, p. 78), é produto de uma justiça lenta e burocrática, que produz sofrimento não apenas em quem já foi condenado, mas, de igual maneira, naqueles que aguardam por sua sentença: presos que cumprem pena antes mesmo de sua condenação oficial. Na criminologia do outro²⁷ (Garland, 1999), prende-se primeiro e averigua-se depois, o que descortina um processo estrutural de banalização da *vida menor*, ou seja, da vida daqueles que supostamente valem menos.

A taxa de aprisionamento no Brasil, naquela ocasião, era de 329,2 pessoas presas a cada cem mil habitantes. O estado de São Paulo é o 7º estado com a maior taxa do país, com 453,2 pessoas presas a cada cem mil habitantes. Na liderança do ranking, estão os estados do Acre, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo. Embora o hiperencarceramento no Brasil seja um fenômeno nacional, as

²⁷ A “criminologia do outro” é um conceito introduzido por David Garland para descrever uma abordagem que retrata os criminosos como figuras ameaçadoras e distintas, enfatizando sua alteridade em relação à sociedade. Essa perspectiva leva a políticas criminais mais punitivas e excludentes, contrastando com a “criminologia do eu”, que vê o criminoso como semelhante a nós e propõe estratégias de prevenção focadas na gestão de riscos. Garland explora essas ideias em seu artigo “As Contradições da ‘Sociedade Punitiva’: O Caso Britânico” (1999).

desigualdades entre as regiões e a presença das facções nos presídios oferecem uma chance de compreensão sobre como se molda o sistema prisional brasileiro.

Tabela 2 – Perfil da população carcerária brasileira

Perfil da população encarcerada	
Distribuição por Gênero	
Homens	95,67%
Mulheres	4,33%
Distribuição por Cor/Raça	
Pardos e Pretos	424.620
Branços	187.384
Amarelos	5.963
Indígenas	1.436
Sem Informação	46.799
Faixa Etária	
18 a 29 anos	40%
35 a 45 anos	26,33%
Nível de Escolaridade	
Ensino Fundamental Incompleto	43,79%
Ensino Médio Incompleto	17%
Analfabetos/Alfabetizados sem Escolarização	5,73%
Maternidade na prisão	
Gestantes	212
Lactantes	117
Crianças residentes nas unidades prisionais	119
Pessoas com Deficiência	
Total	9424
Cadeirantes	467

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados disponibilizados pela Secretaria Nacional de Políticas Penais – Senappen.

É importante destacar que, ainda que o levantamento seja publicizado semestralmente desde o ano de 2023, os dados apresentam algumas lacunas em campos bastante específicos. Em relação à cor/raça, 7% do total da população carcerária não está contemplada no levantamento, pois, segundo consta no relatório, isso se deve ao preenchimento incompleto de dados por algumas unidades federativas. O mesmo é observado em relação aos demais

dados referentes aos perfis dos presos, como faixa etária e grau de instrução, por exemplo. O mesmo não é observado em relação aos tipos penais. A falta de dados completos sobre a população em cumprimento de pena no Brasil parece revelar a menor importância dada aos indivíduos, em comparação à apuração dos crimes cometidos.

De acordo com os dados apresentados, podemos afirmar que o perfil médio da população encarcerada corresponde a homens jovens, negros e com baixa escolaridade. Nos cárceres brasileiros, eles representam 40% da população total. No país, os jovens representam apenas 21,5% da população. Estas informações indicam que há uma sobrerrepresentatividade de jovens nos cárceres brasileiros, descortinando o que podemos afirmar ser o alvo principal do nosso sistema de justiça. O contingente de jovens negros presos salta aos olhos, evidenciando uma situação que se perpetua desde a escravidão.

Cabe ressaltar, também, a situação das mulheres grávidas e das que estão com seus filhos na prisão. Dentre os estabelecimentos penais femininos, a absoluta maioria não possui celas/dormitórios adequados para gestantes, tampouco berçários ou centros materno-infantis e a quase totalidade dos estabelecimentos não possui creche.

Dos 489 estabelecimentos que dispõem de atendimento de berçário ou creche, apenas 1 deles conta com médico pediatra, 2 com médicos ginecologistas e 1 com cuidador. Nos estabelecimentos restantes, os atendimentos médicos são realizados externamente. No Brasil, a legislação prevê que mulheres gestantes ou que tenham filhos de até 12 anos tenham a prisão preventiva substituída pela prisão domiciliar. No entanto, não é o que acontece na prática, pois a decisão é tomada individualmente pelos juízes, não sendo concedido o substitutivo de maneira automática.

Em relação a *tipos penais*²⁸, podemos afirmar que os dados ratificam as análises realizadas por pesquisadores da área (Borges, 2018; Rocha, 2020; Souza, 2018), que salientam a inferioridade do número de *crimes de violência*²⁹ frente a outros tipos de crime, que deveriam ser sancionados com

²⁸ Delitos classificados pela tipificação definida no direito penal.

²⁹ Os crimes de violência dizem respeito aos casos de estupro, crimes de tortura, homicídios, lesão corporal, violência doméstica e sequestro.

*substitutivos penais*³⁰. O tráfico de drogas segue sendo o principal motivo encarcerador, seguido dos casos de roubo simples e qualificado.

Abaixo, apresentamos os dados levantados acerca das mortes ocorridas nos estabelecimentos penais entre janeiro e junho de 2024:

Tabela 3 – Óbitos no Sistema Prisional entre janeiro e junho de 2024

Óbitos Registrados	1.064
Motivos de Saúde	747 casos
Causas Desconhecidas	101 casos
Criminais	100 casos
Suicídios	84 casos
Acidentais	32 casos

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados disponibilizados pela Secretaria Nacional de Políticas Penais – Senappen.

No período analisado, cerca de 6 pessoas morreram por dia nas prisões brasileiras, sob custódia do Estado. Destacamos o número de mortes identificadas como naturais, acidentais e de causa desconhecida, que representam 83% das mortes registradas. Tais dados revelam um cenário de brutal violência. Além de não garantir condições mínimas de salubridade, o sistema penitenciário brasileiro produz mortalidade: não é exagero afirmar que, no Brasil, a condenação à privação de liberdade incorre, em muitos casos, em sentença de morte, dadas as condições às quais são submetidas as pessoas encarceradas.

Os massacres carcerários, como o Massacre do Carandiru, em 1992, em que 111 presos foram mortos pela Polícia de São Paulo e a rebelião em Altamira, no ano de 2019, com 58 mortos, exemplificam a gestão de morte em ação. Esses não são exemplos de conflitos isolados, mas de um sistema que negligencia as condições carcerárias e autoriza intervenções letais contra a população prisional.

³⁰ Substitutivos penais, também conhecidos como penas restritivas de direitos ou penas alternativas, são sanções que substituem a pena privativa de liberdade. O objetivo dos substitutivos penais é permitir que a pessoa condenada cumpra sua pena sem que os efeitos negativos do encarceramento prejudiquem seu processo de “reintegração social”. As principais modalidades de penas alternativas são a prestação de serviços à comunidade, a prestação pecuniária, a perda de bens e valores, a interdição temporária de direitos e a limitação de circulação aos finais de semana.

No ano de 2019, o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura teve todos os seus peritos exonerados. Entretanto, antes da exoneração, tais profissionais produziram diagnósticos que apontavam graves violações de direitos nas prisões, incluindo negligências na área da saúde na maior parte dos presídios, falta de medicamentos, esgotos a céu aberto, falta de água, dentre outras. Esse cenário escancara o terror vivido nas prisões brasileiras, onde muitas pessoas presas morrem em decorrência de doenças tratáveis, adquiridas ou pioradas pelo espaço insalubre a que são submetidas no cumprimento de sua pena (Borges, 2020, p. 31).

Durante a pandemia causada pela Covid-19, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) emitiu a Recomendação nº 62/2020 orientando tribunais e magistrados a adotarem medidas preventivas para evitar a disseminação do vírus nos sistemas prisional e socioeducativo. A Recomendação não foi efetivamente seguida e, de acordo com os dados oficiais, 649 pessoas morreram em decorrência da Covid-19. No entanto, este número é refutado por organizações que atuam no campo dos direitos humanos, como a Pastoral Carcerária, que afirma a subnotificação do Sistema Prisional em relação ao número de infectados e mortos durante a pandemia. De acordo com o boletim lançado pelo CNJ, no mês de janeiro de 2022, o número de novos óbitos nas prisões, em decorrência do Coronavírus, aumentou em 225%.

Nesse sentido, segundo dados apresentados pela Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN (Brasil, 2025) a despesa total com o sistema penitenciário no Brasil em fevereiro de 2025, é de R\$ 960.243.977,10, sendo 64% deste valor relativo às “despesas com pessoal”³¹. Nesse período, o custo médio do preso por unidade federativa é de R\$ 2.372,65. Recursos para assistência à saúde do preso representam 1,43% das despesas no mês. Colchões, uniformes, roupas de cama e banho, significam 0,15% dos custos.

A desproporção na alocação de recursos indica que a prisão, como símbolo e produto da humanização do castigo (Fassin, 2017, p. 83), não cumpre sua principal função declarada. O aparato estatal penal segue operando na gestão dos ilegalismos, através da contabilidade de um estado de “beligerância

³¹ De acordo com a Secretaria, despesas com pessoal incluem salários dos profissionais da administração penitenciária, prestadores de serviços, estagiários remunerados e material de expediente dos profissionais.

permanente” (Pavarini, 2019, p. 14), que parece servir apenas para manter a “economia política da pena” (Giorgi, 2017).

Didier Fassin, em seu livro *Punir, uma paixão contemporânea* (2017), apresenta sua compreensão sobre os motivos pelos quais, nas sociedades ocidentais, a lógica da reparação deu lugar à lógica da punição, em que a economia afetiva foi substituída pela economia moral do castigo. Sua conclusão passa pela correspondência entre a intolerância seletiva da sociedade e o populismo penal dos políticos. Segundo Fassin (2017, p. 179-180), se punir, de acordo com os filósofos e juristas, significa corrigir um mal, proteger a sociedade e reformar um culpado,

A legitimidade última do castigo deveria, conseqüentemente, ser a restauração de uma ordem social justa que o fato incriminado havia ameaçado. Ora, se o castigo não é bem aquilo que dizemos ser, se ele não é justificado pelas razões que acreditamos, se ele favorece a reiteração das infrações, se ele pune em excesso os atos cometidos, se ele sanciona mais em função do status dos culpados do que da gravidade da infração, se ele visa, acima de tudo, categorias definidas a priori como passíveis de punição, e se ele contribui para produzir e reproduzir desigualdades, ele então não se torna uma ameaça à ordem social? – e não é preciso, nesse caso, repensá-lo, não somente na linguagem ideal da filosofia e do direito, mas também, e sobretudo, na realidade incômoda da desigualdade social e da violência política?

Pode-se verificar que os processos de institucionalização servem a objetivos políticos na medida em que funcionam numa dinâmica em que a prisão e seus mecanismos disciplinares desenvolvem um novo modelo de investimento político sobre o corpo, instituindo a microfísica do poder, que se expande nos engendramentos das relações sociais, incidindo sobre todo o corpo social, além de constituírem o elemento central de diferenciação e colonização dos ilegalismos. Segregando as ilegalidades populares em um espaço isolado e controlado, converteu-se sua reprodução em delinquência, transformando-a em uma “ilegalidade concentrada, controlada [...] sem poder de ação, politicamente sem perigo e economicamente sem consequência”, sendo então “diretamente útil” (Foucault, 2013, p. 147).

Garland (1990) chama atenção para o refinamento das práticas de punição presentes na sociedade, que retiram da esfera pública a percepção do

sofrimento dos condenados, que passa a ser consumado de maneira mais sutil e em um período de tempo mais longo, configurando danos psicológicos e sociais, como a marginalização atribuída a esses sujeitos no conjunto da população.

Tal sofrimento não é percebido por todos os indivíduos, pois está mantido sob as muralhas da prisão, impossibilitando também uma reflexão acerca das perdas e danos sofridos pelos penalizados e suas famílias. Porque o público não escuta a angústia dos prisioneiros e suas famílias, porque o discurso da mídia e da criminologia popular apresenta os criminosos como “diferentes”, e menos que totalmente humanos, e porque a violência das penas é geralmente sanitária, situacional e de pouca visibilidade, o conflito entre as sensibilidades civilizadas e a frequentemente brutal rotina da punição é minimizada e feita tolerável. A punição moderna, portanto, é ordenada institucionalmente e representada em um discurso que nega a violência inerente das suas práticas (Garland, 1990, p. 243).

O resultado é a marginalização sofrida pelos apenados, que têm enfraquecidos seus laços sociais a partir de uma ausência de solidariedade dos demais membros da sociedade, que os hostilizam e vivenciam um processo de difusão da insegurança via mídia e entidades políticas, tornando a punição uma questão ideológica. Nils Christie (2016) afirma que a dor, destinada a ser dor, é elevada ao posto de resposta legítima ao crime.

O castigo como instituição social funciona como um espelho retrovisor que reflete os valores e afetos da sociedade. Operador central do castigo, grande ordenador social dos dias de hoje (Batista, 2010, p. 31), o complexo industrial-prisional³² (Gilmore, 2024) molda o funcionamento do sistema de justiça e da sociedade, organizando e reproduzindo a vida sob o capitalismo, atingindo de maneira desproporcional as populações marginalizadas. Na espiral da criminalidade contemporânea, jovens negros e pobres perpetuam a imagem do inimigo social, cujo castigo é justificado pela sua própria existência, que referenda uma “declaração de guerra à sociedade” (Fassin, 2017, p. 130).

³² Ruth Gilmore define o “complexo industrial-prisional” como um sistema multifacetado em que interesses governamentais e corporativos convergem para expandir a vigilância e o policiamento, resultando no aumento da população carcerária.

Ao passo que a lei cria o criminoso, como veremos a seguir, constatamos, com a história das prisões e as diferentes funções atribuídas ao cárcere, que o sistema econômico vigente regula e institui suas conseqüentes formas de punir. A relação entre crime e castigo não incide de forma equitativa sobre a sociedade. Os atos elencados como infrações e as infrações que se pune evidenciam a diferença de valores entre os indivíduos:

O corpo do sujeito – o do preso, mas também o do menino, o dos retirantes – é o lugar privilegiado onde se marca a história e se enuncia, em carne viva, sem subterfúgios, a violência desmedida do poder. Instrumento de ataque e defesa no embate com o “nosso pequenino fascismo tupinambá”, o corpo vai além de si mesmo e se faz voz do vivido coletivo (Miranda em Memórias do Cárcere, 2020, p. 645).

Os sujeitos incrimináveis não povoam os espaços carcerários por ausência de sanções. Eles estão fora do circuito penal por uma escolha racional do aparato criminal, que distribui os castigos de forma desigual, mas coerente com seu surgimento e função social. A diferenciação das infrações a partir dos marcadores sociais aos quais os indivíduos estão associados e a conseqüente distribuição das penas consolidam as desigualdades sociais que seguem imobilizando o contingente de sobranes, frequentemente herdeiros das misérias produzidas com a escravidão.

A análise das formas históricas de punição permite compreender que a prisão, além de ser um dispositivo de controle dos corpos, é também um mecanismo de reorganização das formas de viver e de experimentar o tempo. Se, em diferentes períodos, o castigo incidiu sobre o corpo por meio do suplício, do trabalho forçado ou da disciplina, na contemporaneidade ele se consolida como gestão da vida por meio do controle do tempo.

Nesse sentido, o encarceramento não apenas impossibilita deslocamentos e impõe novas rotinas, mas institui uma temporalidade própria, marcada por espera e incerteza. A pena de prisão, ao capturar o tempo dos sujeitos, redefine a relação entre passado, presente e futuro, produzindo experiências que extrapolam a dimensão jurídica da pena. É neste deslocamento entre o castigo como marca no corpo e a punição como gestão do tempo que se insere a proposta desta tese.

É também nesse quadro que se torna possível compreender como determinados sujeitos são historicamente produzidos como alvos centrais das

políticas de segurança. A seguir, apresentarei elementos que caracterizam os jovens – especialmente os jovens negros – como os sujeitos matáveis na sociedade brasileira.

2 A LEI CRIA O CRIMINOSO? (CONSIDERAÇÕES SOBRE A CRIMINALIZAÇÃO DOS JOVENS NEGROS NO BRASIL)

Um belo dia, o poder político para de caçar as bruxas e aí não existem mais bruxas.

(Louk Hulsman em Penas perdidas: o sistema penal em questão, 1993, p. 64)

Os processos de criminalização da população negra, conforme discutido no anteriormente, refletem o legado escravocrata que marcou profundamente as relações sociais e raciais no Brasil, com desdobramentos dramáticos na contemporaneidade. Tais desdobramentos, sobretudo no campo do sistema penal, incidem de forma significativa sobre a juventude, categoria historicamente referenciada como problemática/perigosa. A condição juvenil, sublinhada por impermanências e vulnerabilidades, discrimina quem são os alvos privilegiados das políticas repressoras e do sistema criminal.

Aqui serão apresentadas a construção e a atualização do binômio juventude-violência no imaginário social, que é fortemente influenciado por discursos midiáticos e políticos os quais, por sua vez, invoca práticas criminalizantes contra essa população.

Em diálogo com autores da Criminologia Crítica (Wacquant, Garland, Batista) e da Sociologia da Juventude (Diógenes, Groppo, Novaes), serão apresentados dados que revelam os ciclos de violências aos quais esses jovens estão submetidos, descortinando processos de controle situados, que os cerceiam e imobilizam.

2.1 A CONDIÇÃO JUVENIL SOB O PESO DA MARGEM

É preciso manter a todo custo a geografia moral: de um lado, o bem; de outro, o mal. Pague-se o preço que for, mesmo que o preço seja a preservação das condições que propiciam a existência do mal. Tudo para que cada um de nós jamais encontre, em si mesmo, o outro lado; tudo para que a sociedade e suas instituições possam

preservar intocado seu espelho idealizador. A invisibilidade de uns serve à invisibilidade que mais importa, aquela que sustenta uma certa visão de mundo.

(Luiz Eduardo Soares em *Cabeça de porco*, 2005, p. 219)

Parece ser consenso nas Ciências Sociais a afirmação de que ser jovem no Brasil é uma experiência singular que não permite generalizações (Borelli; Soares, 2022). A condição juvenil, conjunto de elementos que dá contorno às diferentes experiências de ser e estar no mundo, é aqui compreendida como base para reflexões sobre aqueles e aquelas que são considerados/as jovens no país.

Os marcadores que compõem a condição juvenil, como raça, classe, gênero, território, sexualidade etc., atravessam diretamente a formação identitária dos jovens e incidem no lugar que ocupam na sociedade. Jovens negros e periféricos são relegados a um “lugar de subalternidade” (Gonzalez, 1988), onde o racismo e a pobreza criam barreiras concretas à cidadania plena.

Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)³³ apontam que, em 2022, o Brasil tinha aproximadamente 48,5 milhões de jovens com idade entre 15 e 29 anos, o que corresponde a aproximadamente 25% da população total do país. Destes, 19% (9,2 milhões) estavam fora da escola, sem concluírem o ensino básico.

Entre os jovens que não concluíram o ensino básico, 71% são negros/as e a taxa de abandono escolar por jovens negros é o dobro, se comparada aos jovens brancos.

O motivo apresentado com maior frequência para o abandono escolar diz respeito à “necessidade de trabalhar”, apontado por 42% dos jovens, sendo mais recorrente entre os homens (53%), seguido por “falta de interesse” (25%). Já

³³ Os dados apresentados foram recolhidos na Plataforma QEdu e encontram-se disponíveis em: <https://juventudesetrabalho.qedu.org.br/retrato-das-juventudes/>. Acesso em 30 mai. 2025.

entre as jovens, a necessidade de trabalhar (25%) é seguida pelos motivos “gravidez” (23%) e “desinteresse” (21%).

Faltam dados qualitativos que aprofundem a análise sobre a falta de interesse dos jovens em relação à escola. No entanto, há vasta bibliografia sobre como a escola reproduz estigmas, discriminações e racismo, sendo este um fator muito importante para compreendermos os desafios na permanência de crianças e adolescentes – sobretudo negros e pobres – no ensino formal (Pereira Júnior, 2025).

Ainda de acordo com os dados divulgados, em 2022 tínhamos aproximadamente 10,5 milhões de jovens que não estudavam e não trabalhavam no país. Destes, 72,5% são negros e as mulheres correspondem à maior parte do grupo.

Os recortes de raça e gênero são evidentes nas disparidades dos dados e, quando somados à análise de renda, temos um quadro de desigualdades ainda mais localizado: 42% dos jovens entre a população mais pobre estão fora da escola, ao passo em que, entre os mais ricos, o percentual é de 6% de jovens. Entre os jovens pobres que abandonaram os estudos, a maior parte deles não concluiu sequer o ensino fundamental (39,4%).

No campo da empregabilidade, ao cruzarmos os dados de comparação salarial e racial entre jovens que abandonaram os estudos e jovens que estavam estudando e trabalhando em 2022, constatamos que jovens pretos e pardos tinham um rendimento em média 27% menor que os jovens brancos. Ao incluirmos o indicador de gênero, os resultados apontam que as mulheres ganhavam, em média, 12% menos que os homens. Tal cenário ratifica uma informação já conhecida: quanto menor a escolaridade e mais escura a cor da pele, menor o salário.

Outro fator importante na análise sobre jovens e o mundo de trabalho diz respeito à precariedade das relações às quais esta população está submetida. No período analisado, 45% dos jovens ocupados estavam na informalidade. Entre aqueles que não haviam concluído o Ensino Médio, a taxa era ainda maior, chegando a 64%. Somando o componente racial, notamos que, dentre os jovens nesta condição, 63% eram negros.

Ainda que o índice de desemprego juvenil tenha diminuído em 2022 em comparação aos anos anteriores, o percentual de pessoas desempregadas

ainda é composto por uma maioria de pessoas jovens (14,1%) em relação às pessoas adultas (5,8%). A intersecção entre raça, gênero e classe na análise dos dados sobre educação e trabalho apontam para um perfil definido do desemprego no Brasil: ele é juvenil, feminino, negro e metropolitano.³⁴

Vommaro e Vázquez (2022) utilizam o conceito de “inclusão excludente” para tratar das ambivalências e contradições que põem em relevo a situação dos jovens pobres na América Latina. Ao mesmo tempo em que houve a ampliação de direitos, como a expansão da cobertura educacional, a qualidade da educação não alcança os estudantes pobres com a mesma capilaridade. As desigualdades educacionais seguem abismais, ainda que os programas estatais de transferência de renda sejam funcionais para o aumento da escolaridade entre as crianças e adolescentes pobres.

Reforço a importância do conceito paradoxo de “inclusão excludente” ao retomar os dez anos em que atuei junto aos centros de internação da Fundação CASA, onde pude perceber o aumento dos níveis de escolaridade entre os jovens internados. Avalio esse aumento como consequência, em primeiro lugar, dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, onde as crianças precisam frequentar a escola para que o benefício seja disponibilizado às famílias e, em segundo lugar, ao número de internações que os adolescentes cumprem em suas trajetórias. Durante a medida socioeducativa em meio fechado, os adolescentes são obrigados a frequentar a escola. Nas conversas que tivemos, muitos deles diziam que haviam abandonado a escola antes do cumprimento da MSE. Entretanto, pela obrigatoriedade do estudo e pelo tempo de cumprimento da medida, os adolescentes alcançavam maior escolaridade durante as múltiplas passagens pelos centros socioeducativos. Ou seja, esses jovens acessam alguns direitos a partir do limite da lei.

No campo das políticas públicas, é usual a “narrativa protagonista”, ancorada em teses neoliberais como a Teoria do Capital Humano³⁵, cujo

³⁴ Esta é a mesma constatação realizada durante minha pesquisa de mestrado (Rovaron, 2017), com dados analisados no período entre 2010 e 2016. Os anos passam e o perfil da população mais exposta à pobreza e desproteção no Brasil segue sendo o mesmo, jovens negras residentes nas áreas urbanas.

³⁵ A Teoria do Capital Humano, formulada nos anos de 1960 por Theodore Schultz, Gary Becker e Frederick Harbison, que tem como base o pressuposto de que o treinamento e a qualificação para o exercício profissional são basicamente suficientes para garantir a empregabilidade e o aumento da renda do trabalhador, além de garantir o crescimento econômico das nações.

elemento central é o processo de individualização das responsabilidades, sucesso ou fracasso dos sujeitos. O discurso meritocrático ecoa nos postulados do protagonismo juvenil que buscam mobilizar as juventudes pobres, sobretudo nas ações de empregabilidade.

Como se dependesse apenas dos esforços dos sujeitos para alcançarem alguma mobilidade social, as políticas criadas para as juventudes pobres invariavelmente substituem o trabalho formal pelo empreendedorismo, o direito por metodologias de projeto de vida, em que o jovem é levado a “fazer por si mesmo”, em um esforço voluntário que é desvinculado da efetividade dos direitos sociais e de uma consciência cidadã. Os efeitos da ideologia meritocrática produzem o que Vommaro e Vázquez (2022) nomeiam como aceitação das desigualdades como algo natural e até justo.

Neste contexto, se por um lado temos um mercado de trabalho globalizado, com demandas tecnológicas e conhecimentos especializados, por outro, temos a fragilidade de um sistema educacional com altos índices de analfabetismo funcional e que não dialoga com os jovens, resultando na acentuação das desigualdades sociais (Appadurai, 2004; Santos, 2000) e na restrição de horizontes possíveis para a juventude negra e periférica, relegando-a a um contingente nomeado por Bauman (2004) como “população supérflua”. Tal população perfaz aqueles que são descartáveis no modelo de produção capitalista, sem condições de vivenciar plenamente a sociedade de consumo, os “consumidores falhos”.

Estes jovens, postos à margem da cidadania e dos direitos, acabam ocupando os postos mais precarizados da cadeia produtiva, normalmente vinculados ao setor de serviços, que se configura ainda como alternativa de empregabilidade (não para todos), com jornadas exaustivas, condições duras de trabalho e ausência de reconhecimento e ascensão social.

Ao mesmo tempo em que a juventude é público-alvo da cultura de consumo, os jovens periféricos são destituídos das condições materiais de aquisição de objetos de desejo. Esse investimento no desejo, contraposto às dificuldades de sua realização produz outras possibilidades de ganhos financeiros e visibilidade social para alguns desses jovens, que não se reconhecem na ideologia das gerações anteriores, para as quais o trabalho formal figurava como horizonte moral (além de possibilidade concreta). A

ascensão das facções como instância normativa nos territórios periféricos e a perda de influência dos movimentos sociais de base junto à juventude caracterizam um cenário, sobretudo a partir da década de 1990 e início dos anos 2000, de expansão do campo do ilícito, que alcança com facilidade os jovens das periferias (Feltran, 2011; Teixeira, 2012; Rovaron, 2017).

Os arranjos laborais e as relações estabelecidas no universo do ilícito possibilitam aos jovens alguma valorização e, ao se sentirem incluídos em um grupo com influência, se veem em condições de se impor, através do dinheiro ou da violência, e reivindicam para si o status de consumidores (Bill; Athayde; Soares, 2005).

A ostentação do consumo confere status e visibilidade, sendo a forma pela qual esses jovens mediam sua identidade e posição no mundo, ainda que seus desejos sejam realizados temporariamente e com alto custo, resultando, em muitos casos, em conflitos com a polícia, apreensão e até em morte (Batista, 2003b). Nesse sentido, o trabalho, sobretudo no tráfico, como aponta Feffermann (2009), confere aos jovens um lugar de destaque que dificilmente seria alcançado de outra forma quando consideramos o nível de escolaridade que conseguem atingir e as ofertas de trabalho: “pode-se dizer que o mercado ilegal se constitui como resposta à marginalidade econômica” (Feffermann 2009, p. 63).

Essa busca por reconhecimento, ainda que marcada por contradições e riscos, também se expressa através das culturas juvenis, que funcionam como alternativas simbólicas em face das violências do racismo, da pobreza e da exclusão social, não sendo apenas expressões estéticas, mas também estratégias de comunicação e até de sobrevivência. A ideia de culturas juvenis surgiu como contraponto às visões que homogeneizavam a juventude ou a tratavam como problema social. Elas oferecem uma lente diferenciada de análise da juventude, pois, ao contrário de uma leitura dos jovens pela ausência (de emprego, de escolaridade, de responsabilidade), a ótica posta é da presença: suas criações, suas redes, seus códigos e performances. As juventudes periféricas, através de suas culturas, produzem estilos de vida a partir de estratégias de pertencimento e resistências cotidianas (Diógenes, 1998; Reguillo, 2007; Soares, 2021).

Para Regina Novaes (2006), a juventude é um território de experimentações, com muita potência política e simbólica, onde se negociam valores, projetos e identidades. Não representando apenas um tempo de transição, a juventude é um espaço de elaboração de projetos de vida, ainda que em contextos de precariedades, violências e suspensão de direitos. Novaes produziu, nas últimas décadas, inúmeros estudos sobre as culturas juvenis, evidenciando a importância do movimento hip-hop junto aos jovens como forma de pertencimento e sobrevivência e como movimento social e político que oferece a eles uma linguagem particular para narrar suas experiências, esperanças e dores.

Autores como Abramo (2011), Carrochano (2012), Dayrell (2003), Diógenes (1998) Groppo (2017), Hahne (2024) e Teixeira (2015) têm produzido vasto material sobre as juventudes brasileiras, especialmente sobre os jovens das camadas mais empobrecidas, dando destaque às suas agências e centralidade na produção de práticas culturais, simbólicas e políticas. Concordo com tais autores ao reconhecer a centralidade das culturas juvenis nos estudos e debates sobre juventudes, pois, deste modo, reconhecemos os jovens como sujeitos históricos, produtores de saberes e de outros mundos possíveis, ainda que estejam sitiados em contextos de profunda desproteção social.

Entretanto, ao mesmo tempo em que as culturas juvenis revelam a potência das juventudes, elas também produzem profundas tensões com os dispositivos de controle, pois evidenciam os estigmas que conformam as existências juvenis, como será abordado a seguir.

2.2 OS MATÁVEIS: A JUVENTUDE COMO ALVO

Se você for preto como eu ou meu irmão
Parado é suspeito, correndo ladrão
[...]
Se sou pego, eu sou chamado de ladrão
Apanho antes, durante e depois da prisão
Não adianta reclamar pro delegado no Distrito
Nem fazer exame de corpo delito
Pois tudo é abafado, como eu não sei
Só então me lembro que eles são a lei

(Rappin' Hood em *Caso de Polícia*)

Ruiz (2022) considera o corpo como categoria analítica e analisadora da experiência de ser jovem. Para o autor, o corpo juvenil, que é atravessado pela necropolítica, também é atravessado por luta e resistência. A construção da ideia de juventude principia pelo corpo jovem, por sua representação e força vital, sendo o “corpo-imagem” a articulação central para pensar as juventudes e os jovens. As imagens visuais funcionam como um dispositivo que articula disciplinamento, regulação e disputas pela representação do corpo jovem.

Esse corpo que é histórico, se experimenta na relação com outros corpos, compondo um “corpo coletivo” que, assim como no campo individual, é marcado pela história de diferentes formas. O “protagonismo corporal” dos jovens afetados por estruturas classistas, racistas, sexistas, homofóbicas e xenofóbicas revela um território de controle e sujeição, mas também é lugar de identidade e resistência (Valenzuela, 2022). Ele constitui-se como elemento vital e estratégico para os jovens, a partir de onde buscam reconhecimento, visibilidade e relação com pares, e é significado por vestimentas, tatuagens e penteados que conferem identidade, ao mesmo tempo em que conjugam singularidades e coletividades.

As disputas pelos sentidos das corporeidades ultrapassam o jovem, desdobrando-se nos territórios – nos muros, nas ruas, calçadas e praças –, desafiando o controle biopolítico (Pereira; Guerra; Silvatti, 2022). A criminalização das culturas juvenis é resultado direto do controle imposto sobre as juventudes, suas manifestações e territórios.

Nas últimas décadas, temos presenciado a importância do movimento *hip hop* junto aos jovens periféricos, com destaque para o rap e suas variações, que evidenciam o caráter contestatório de uma juventude plural que busca representatividade estética e política, como acontece nos slams, onde “[...] as vozes tornam-se audíveis e os/as poetas visíveis” (D’Alva, 2019). O rap marcou e marca gerações de jovens que, através das rimas e das batidas, dão sentido às dores e aos sonhos de uma população que é diariamente alvo de inúmeras opressões e violências. O funk, com diferentes enfoques, narra igualmente desejos, denúncias e realidades juvenis também oprimidas e subjugadas.

Em que pesem as diferenças entre os gêneros, suas semelhanças reforçam a potência juvenil em significar suas vidas, as violências, as injustiças sociais e as moralidades, e estabelecem sociabilidades que criam fissuras na realidade social, na medida em que permitem a ascensão econômica e a visibilidade de sujeitos marginalizados que, através de suas vozes e letras, amplificam as vozes da favela, problematizando ou reforçando narrativas tidas como criminais:

Eles têm seus territórios de moradia inscritos em seus modos de se vestir, de conversar, e também nos conteúdos que enunciam. As marcas da periferia também estão em seus corpos: técnicas corporais, tatuagens, brincos, *piercings* e acessórios compõem uma estética própria. Se o projeto de mobilidade permanece como pano de fundo, ao qual se recorre em discursos voltados ao exterior, entre eles mais do que nunca o lugar é *aqui* e o tempo é *hoje* (Feltran, 2010, p. 587).

Nesse sentido, o baile funk representa um espaço central de cultura e entretenimento para os jovens das periferias (ainda que não sejam apenas os jovens periféricos que ocupem esses espaços), além de movimentar a economia local e oportunizar ações de ativismo político (Santiago, 2024).

A associação dos bailes com a comercialização de drogas, circulação de objetos roubados e a possível presença de traficantes configura-se como justificativa para abordagens policiais extremamente violentas. Abordagens que não raramente resultam em jovens feridos e mortos, como aconteceu na noite de 1 de dezembro de 2019, no baile da DZ7, na favela de Paraisópolis, quando 9 jovens, com idade entre 14 e 23 anos, foram mortos em decorrência da ação da polícia militar.

Um exemplo mais recente sobre a criminalização da cultura juvenil e dos jovens negros aconteceu em 29 de maio de 2025. Marlon Couto, conhecido como MC Poze do Rodo, foi preso pela Polícia Civil em sua residência, um condomínio de luxo no Recreio dos Bandeirantes (RJ), por apologia ao crime em suas letras e suposto envolvimento com a facção Comando Vermelho. A polícia informou que os shows do MC são utilizados pela facção “para aumentar seus lucros com a venda de entorpecentes, revertendo os recursos para a aquisição de mais drogas, armas de fogo e outros equipamentos necessários à prática de crimes”. Ela também afirmou que “as letras extrapolam os limites constitucionais

da liberdade de expressão e artística, configurando crimes graves de apologia ao crime e associação para o tráfico de drogas”³⁶.

A prisão do MC seguiu um roteiro de espetacularização da violência já conhecido pela sociedade brasileira, onde a repressão ultrapassa o exercício do controle legal, adquirindo uma forma estética, quase ritualística e teatral. Poze foi retirado de casa algemado, descalço e sem camisa. Sua casa foi revistada e sua esposa afirma que jóias foram levadas pela polícia, sem qualquer prova ou materialidade que justificasse a apreensão. As fotos do MC sendo preso imediatamente foram divulgadas nas mídias, assim como o prontuário do presídio preenchido por Poze, documento sigiloso exaustivamente publicizado pela imprensa. No prontuário, uma das perguntas diz respeito ao envolvimento da pessoa presa com facções. Havia diferentes opções de resposta, incluindo as facções do Estado, além das opções “milícia”, “servidor”, “ex-servidor”, “LGBTQIA+” e “neutro”. Poze assinalou – por motivos bastante óbvios para quem conhece a realidade dos morros e para quem nasceu e foi criado em territórios de determinadas facções – a opção “CV” (Comando Vermelho). Tal indicação implica o que se pode considerar como ato de sobrevivência, uma vez que o MC é de um território dominado pela facção, o que lhe causaria possivelmente muitos problemas caso assinalasse outra opção de resposta.

As letras de funk do MC, assim como as inúmeras outras letras de muitos outros MCs brasileiros, não significam o enaltecimento do uso de armas e drogas, como afirmado pela polícia, que busca encapsular todos os jovens periféricos na esfera da narcocultura. Elas retratam a realidade dos morros e periferias, onde a presença violenta e seletiva do Estado ocupa de forma brutal a lacuna deixada pela ausência da efetivação de direitos básicos da população. Muitas letras de funk apresentam discursos machistas, racistas e giram em torno da ostentação e do consumo, elementos base de um sistema econômico neoliberal que atravessa a subjetividade também dos jovens periféricos. Considerar que elas são produto de políticas econômicas e sociais que confluem para determinadas visões de mundo é fundamental para que as análises tecidas

³⁶ LOURENÇO, Anna Beatriz; SANTOS, Guilherme; LEITÃO, Leslie; NASCIMENTO, Rafael. *MC Poze do Rodo é preso por apologia ao crime e por envolvimento com o tráfico*. G1, 29 mai. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/05/29/mc-poze-do-rodo/>. Acesso em: 08 jun. 2025.

no campo das culturas juvenis sejam ancoradas na realidade social, sem preconceitos de aspecto criminalizador.

Poze foi solto cinco dias depois de sua prisão, após determinação do desembargador Peterson Barroso, que declarou, na sentença, se tratar de prisão que compromete a ação regular da polícia, com tratamento desproporcional e ampla exposição midiática. O promotor ressaltou a desproporcionalidade das ações comparando a prisão do MC à impunidade gozada pelos autores das fraudes realizadas contra o INSS, em prejuízo de milhares de idosos, expondo a seletividade penal brasileira³⁷.

Na porta do presídio, centenas de fãs aguardavam a soltura do MC. Na saída da prisão, Poze criticou as polícias militar e civil do RJ, afirmando não ter nenhuma associação criminosa com facções e ressaltando a perseguição que sofre por ser artista, preto e favelado. Na ocasião, houve tumulto após tentativa da PM em dispersar os fãs do MC que comemoravam sua soltura. A polícia fez uso de gás lacrimogêneo e balas de borracha contra a multidão, gerando ainda mais revolta. Segundo nota emitida pela polícia, *“Foram empregados os meios necessários para conter e dispersar os manifestantes, a fim de restabelecer a ordem e garantir a segurança da região”*³⁸.

Frequentadores e pesquisadores associam a consolidação dos bailes funk como estratégia de lazer instaurada na ausência de políticas de cultura para a juventude nas periferias, onde o baile configure um espaço democrático de direito à cidade e de viver o contexto urbano (Santiago, 2024). É fato que sua existência não é tensionada apenas pelas forças de segurança, mas também por moradores dos territórios onde os bailes acontecem, por diferentes motivações (questões morais, excesso de barulho, perturbação da ordem, acúmulo de sujeira, brigas, atos de vandalismo etc.).

Grupos juvenis são objeto de estudo de autores brasileiros há algumas décadas, como os realizados por Zaluar (1994), Diógenes (1998) e Rosa (2014). Ainda que, entre os agrupamentos de jovens sejam destacados variados perfis

³⁷ NASCIMENTO, Rafael; ESPÍRITO SANTO, Thaís. *Justiça manda soltar Poze do Rodo*. G1, 2 jun. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/06/02/justica-manda-soltar-poze-do-rodo/>. Acesso em: 08 jun. 2025.

³⁸ G1 Rio. *Poze do Rodo: ‘Meus filhos têm trauma de polícia. A polícia do RJ não gosta de mim, e o tratamento aos meus fãs foi spray de pimenta’*. G1, 4 jun. 2025. Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/06/04/o-que-disse-mc-poze-do-rodo-ao-sair-da-cadeia/>. Acesso em jun. de 2025.

e tipos de filiação que variam por estado e região, como as galeras, as gangues, os bondes e os rolezinhos, por exemplo, percebemos confluência em relação à circulação pela cidade, para curtição, a partir grupos que se tornam visíveis em espaços onde habitualmente não frequentam, em um movimento de negação da segregação territorial imposta à periferia.

O centro das cidades, com suas opções de lazer – no caso de São Paulo, especialmente os shopping centers –, são espaços onde os jovens sentem-se “no centro”, em um movimento que é de busca por pertencimento, em que “os corpos dos jovens, expostos em público, ao transporem os limites dos espaços segregados das periferias urbanas, mergulham no turbilhão de olhares e imagens da cidade ‘inscrita’, oficializando sua existência” (Diógenes, 1998, p. 40).

Os grupos compostos por jovens periféricos buscam reconhecimento como parte do espaço central da cidade, em um movimento que produz também a identidade dos jovens, ainda que de forma ambígua, conforme destaca Diógenes:

Ao mesmo tempo em que as turmas de jovens da periferia assemelham-se e buscam assemelhar-se aos atores-jovens que ganham destaque nas grandes cidades, eles se organizam em grupos fechados, criam uma linguagem peculiar, rechaçam o trabalho como forma de sobrevivência, inserem-se na dinâmica da cultura em massa, desautorizam as famílias e assim, as práticas de rebeldia e violência, ensajadas por turmas de jovens da periferia, podem representar um modo de ‘inclusão’ social às avessas (Diógenes, 1998, p. 57).

Rosa (2014), por sua vez, afirma que os jovens se utilizam dos agrupamentos para “fortalecerem-se e buscarem um processo de subjetivação alternativo ao ethos do trabalho que lhes é imposto e ao ethos do consumo massivo que lhes é negado” (Rosa, 2014, p.19).

Esses grupos, contudo, tendem a ser vistos pela sociedade, sobretudo por aqueles que não querem dividir o espaço central e privilegiado da cidade com moradores das periferias, como perturbadores da ordem social e muito rapidamente tornam alvos da polícia. O movimento de autoafirmação desses jovens no mundo é criminalizado, como aconteceu com os *rolezinhos*, tomados como questão de segurança pública, ao situar os jovens como violentos,

dispostos a diferentes ações no campo ilícito (arrastões, furtos, roubos e depredação de patrimônio público e privado), culminando em ações de deslocamento dos grupos para espaços delimitados na cidade como “política de cultura” para a juventude, ação fortemente atravessada pelo controle dos corpos juvenis, ecoando o clamor da sociedade contrária à livre circulação desses sujeitos.

Essa forma de sitiar e situar (Domínguez, 2016) os jovens em espaços delimitados, em um processo de guetificação (Wacquant, 2008), está condicionado a um processo de produção perpétua das desigualdades sociais, que mantem os jovens periféricos como potenciais inimigos da sociedade, ao mesmo tempo em que lhes são retiradas quaisquer possibilidades de rompimento com o estigma produzido. Alvos principais da necropolítica, quando não são vigiados, são encarcerados ou executados, em um ciclo de violências que parece naturalizado.

Forrester (1997) afirma que os jovens pobres, quando escapam do extermínio, são “excluídos por excelência” e sequer conseguem chegar ao mercado de trabalho formal. A atuação desses jovens em redes ilegais se configura como forma de sobrevivência, aumentando a apartação social a que estão submetidos:

Para esses “jovens”, destinados de antemão a esse problema, fundidos com ele, o desastre é sem saída e sem limites [...] Marginais pela sua condição, geograficamente definidos antes mesmo de nascer, reprovados de imediato, eles são os “excluídos” por excelência [...] Por acaso eles não moram naqueles lugares concebidos para se transformar em guetos? Guetos de trabalhadores, antigamente. Dos sem-trabalho, dos sem-projeto, hoje [...] que podem eles esperar do futuro? Como será sua velhice, se chegarem até lá? [...] bloqueados numa segregação [...] eles têm a indecência de não se integrar [...] (Forrester, 1997, p. 57-58).

Tal violência exercida sobre os jovens é atroz, como podemos observar no Atlas da Violência 2025 (Cerqueira *et. al.*), que anuncia um cenário de guerra, onde mais de 312 mil jovens foram assassinados no país entre os anos de 2013 e 2023. É como se toda a população da cidade de Vitória, capital do Espírito Santo, desaparecesse do mapa.

No ano de 2023, em média 60 jovens foram assassinados por dia no Brasil. De acordo com o levantamento, eles correspondem à metade de todas as vítimas de homicídios no país. Dentre elas, a desproporcionalidade racial segue localizando os jovens negros como os principais alvos de mortes violentas (77%), evidenciando um padrão de vitimização que alimenta estereótipos criminalizantes. Os “homicídios ocultos” revelam que mortes violentas por causa indeterminada (MVCI) frequentemente mascaram homicídios, muitos dos quais afetam a população de jovens negros nas periferias urbanas, gerando subnotificação e reforçando a invisibilidade das vítimas e da violência estrutural que perpetua a violência policial.

O relatório aponta a violência policial como problema central, com 6.393 mortes por intervenção policial apenas no ano de 2023. A criminalização de jovens negros é agravada por políticas de segurança pública que priorizam o policiamento ostensivo em comunidades periféricas, onde esses jovens são desproporcionalmente alvos de violência letal e prisões, resultando não raramente em chacinas, como as do Jacarezinho, em maio de 2021, onde 37 jovens foram mortos, ou a chacina do Cabula, em 2015, que resultou em 12 jovens mortos, eventos com grande repercussão, igualmente violentos como dezenas de outras ações realizadas na última década.

De acordo com estudo publicado pela Rede de Observatórios da Segurança, em 2024, 88% das pessoas mortas por policiais no Brasil eram negras, sendo os jovens, como apontamos, a parcela da população mais vitimada pela polícia.

Dados do relatório *As câmeras corporais na Polícia Militar do estado de São Paulo: mudanças na política e impacto nas mortes de adolescentes*, produzido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, lançado em abril de 2025, indicam que as Operações Escudo, conduzidas a partir da gestão do governador Tarcísio de Freitas e do Secretário de Segurança Pública do estado de SP, Guilherme Derrite, aumentaram em 153,5% o número de mortes pela Polícia Militar. As mortes de crianças e adolescentes por PMs aumentaram em 120% e os negros são 3,7 vezes mais vítimas em intervenções letais da polícia paulista. Ao mesmo tempo, houve a redução no número de Conselhos de Disciplina, responsáveis por julgar as infrações e crimes cometidos pelos policiais, além da queda no

número de processos administrativos disciplinares e das sindicâncias. O número de inquéritos policiais militares em 2024 foi o menor dos últimos oito anos, indicando uma orientação violenta das políticas de Segurança Pública do Estado, com baixa punição aos agentes da lei que cometem crimes.

Após a Operação Verão, realizada na Baixada Santista, em 2024, onde pessoas foram executadas torturadas e executadas sumariamente, o governador Tarcísio de Freitas negou as denúncias realizadas por organizações sociais sobre a violência do Estado, afirmando que “[...] o pessoal pode ir na ONU, pode ir na Liga da Justiça, no raio que o parta, que eu não tô nem aí”.

A escalada da violência pelas forças policiais no Estado de São Paulo e a postura do governador parecem apontar como uma licença do Estado para matar, torturar e violar os direitos da população periférica, sobretudo os jovens negros. O que observamos em São Paulo é reflexo de uma tendência nacional, com o fortalecimento de visões conservadoras atuantes no cenário político, que representam maioria no Congresso Nacional e compõem um grupo fortalecido em diferentes municípios e Estados brasileiros. Tais visões, que rechaçam os direitos humanos e propagam discursos punitivos e criminalizantes, não se limitam às posições de poder, se espalhando para a sociedade, com muita capilaridade inclusive nas periferias, contando com intenso apoio de parte das igrejas evangélicas, muito atuantes nesses espaços.

Chama atenção a necessidade de consulta de variadas fontes para a composição de um cenário nacional de violência e, especificamente, de violências cometidas contra a juventude. Ainda que tenhamos composto algum cenário, ele segue com lacunas, pois os dados coletados em cada estado não são padronizados, tampouco revelam a totalidade das ocorrências, evidenciando ausência de dados consolidados que efetivamente representem a dimensão da violência estatal no país. Certamente não se trata de falta de ferramentas e inteligência de operacionalização, mas sim de uma escolha política, que faz uso da ausência de padronização na coleta de dados acerca da violência para mascarar a violência perpetrada pelo Estado, independente da orientação político-partidária, como pudemos acompanhar nas últimas décadas.

Trata-se do que Valenzuela (2022) nomeou como juvenicídio, um conceito que abarca a amplitude das condições juvenis da América Latina, marcadas pela precarização da vida e pela descrença na identidade dos jovens, culminando em

múltiplas violências que atravessam e, em muitos casos, determinam suas trajetórias:

Definimos o juvenicídio como a morte traiçoeira, sistemática e persistente de jovens; ou seja, os jovens são assassinados por meio de estratégias, políticas e agentes do Estado. O juvenicídio implica o que definimos como *iuvenis sacer*, que se refere às estratégias de política social que expropriaram os jovens das condições para desenvolver projetos de vida viáveis (projetos visíveis). (Valenzuela, 2022, p. 26-27, tradução minha).

Os conceitos de juvenicídio (Valenzuela, 2022), necropolítica (Mbembe, 2018), morte social (Borelli et al., 2022) e genocídio por gotejamento (Zaffaroni, 2021) confluem para a mesma situação, em que jovens negros e periféricos são submetidos a um *continuum* violento de uma morte que vai matando aos poucos, na imposição de barreiras à sobrevivência, na estigmatização e controle de seus corpos e de seus desejos, na ausência ou ineficácia de políticas que garantam seus direitos básicos, condicionantes que impossibilitam às juventudes vidas dignas e projetos de futuro. Esses indivíduos são transformados em sujeitos matáveis, seja pela morte moral (Feixa; Cabasés; Pardell, 2015), processo social de extermínio que envolve exclusão social, ausência de emprego e estigmatização midiática e cultural, seja pela morte física. A seguir, serão abordadas as formas de captura das juventudes matáveis.

2.3 CONTROLE SOCIOPENAL DA JUVENTUDE NO BRASIL

O adolescente encarcerado como delinquente [...] passa pela FEBEM como mais um futuro corpo de necrotério ou habitante das prisões. Faz parte do invariante segmento para qual o Estado destina parte dos impostos coletados junto aos cidadãos, não para integrá-los – como diz supor a economia política da pena –, mas para dar continuidade à administração dos corpos mortos. [...] Imaginando suprimir seu contrário complementar – a desordem, a ilegalidade –, a Justiça afirma a continuidade da delinquência e participa de maneira decisiva na reprodução da situação-

problema. Enfim, ela própria constitui-se numa situação-problema.

(Edson Passetti em *Violentados*, 1995, p. 112-113)

A juventude é historicamente tratada como “questão pública”, geralmente classificada como violenta e conflituosa, ao mesmo tempo em que é considerada, sobretudo a partir do neoliberalismo, como forte alvo das campanhas de consumo e agentes de transformações sociopolíticas.

Iulianelli (2003) afirma que, no início do século XX, a juventude tinha centralidade no controle da delinquência, considerada como um perigo social. A década de 1980 foi atravessada, na América Latina, pela pauta juvenil, através da eclosão dos movimentos sociais, com destaque para os movimentos estudantis, em que os jovens disputam legitimidade no cenário político, e pela pauta da delinquência, com a insurgência da *menoridade*.

A década de 1990, no Brasil, foi fortemente influenciada pelo surgimento dos movimentos protagonizados, em sua maioria, por jovens, como a cultura hip hop e a formação de grupos que valorizavam a violência interétnica e entre amigos – as galeras e os grupos neonazistas das regiões Sul e Sudeste do país. Neste período, onde as periferias viviam um processo de intensificação, sobretudo a partir da reestruturação produtiva que acirrou as crises econômicas, houve um aumento exponencial no número de mortes entre jovens, principalmente jovens negros e moradores das periferias urbanas. Neste contexto, onde as “classes laboriosas” passaram a ser vistas de maneira ainda mais intensa como “classes perigosas”, a ascensão das facções apresentou novas perspectivas de autoafirmação e de sociabilidades para parte da juventude, além se apresentarem como possibilidade para novos arranjos laborais.

A construção do binômio juventude-violência no imaginário social está ancorada no tratamento dispensado às infâncias pobres e negras no país. Relegados a uma *vida menor*, de filhos e filhas dos ventres livres aos *menores infratores* que superlotam os centros socioeducativos do país, quando escapam à morte precoce, eles engrossam as longas fileiras daqueles que seguem

considerados, simultânea e ironicamente, “delinquentes e responsáveis pelo destino do gênero humano” (Iulianelli, 2003, p. 61), eles são os indignos (D’Elia Filho, 2015), os indesejáveis (Bauman, 2005), os ninguéns (Galeano, 2011).

É importante frisar que a disposição violenta das juventudes não está circunscrita aos jovens pobres, conforme ressaltado por pesquisadores da área (Perlman, 1997; Adorno, 1999; Teixeira, 2002, 2006; Spagnol, 2008; Batista, 2003b; Rolim, 2016), mas “os mitos” que atrelam a violência à juventude pobre e negra revelam a construção de perfis juvenis socialmente legitimados como culpados, passíveis de punição e controle – ainda que não tenham efetivado infração alguma, mas carregam em seus corpos as marcas da periculosidade – ou fragilizados, com demandas por cuidados e tratamentos.

Tal distinção não é operada por critérios sofisticados, mas por marcadores de classe e raça que descortinam a força dos mitos que solidificam a imagem do jovem infrator, dos quais destacamos os três que têm maior centralidade. O primeiro mito diz respeito a uma criminalidade crescente e descontrolada, praticada por adolescentes e jovens, contrariando as estatísticas oficiais que mostram um hiperdimensionamento na apresentação das violências praticadas por jovens se comparadas às violências praticadas por adultos.

O segundo mito diz respeito à associação entre pobreza e criminalidade, indicando o risco que crianças e jovens pobres representam para a sociedade, enquanto criminosos em potencial. Sérgio Spagnol, em pesquisa realizada sobre a criminalidade praticada por adolescentes na cidade de São Paulo, afirma não existir fronteiras sociais nos crimes cometidos. Adolescentes de classe média e classe média alta, assim como adolescentes pobres, são autores de atos infracionais dos mais variados tipos, não sendo a pobreza de algumas regiões periféricas o fator que justifica a violência na cidade.

Em pesquisa realizada na década de 1990, a partir de processos judiciais dos anos de 1993 a 1996 no município de São Paulo, os pesquisadores Sérgio Adorno, Renato Sérgio de Lima e Eliana Bordini (1999) identificaram diferenças significativas nas sentenças aplicadas aos jovens brancos em comparação aos jovens negros. Os primeiros tinham maior propensão às sentenças arquivadas ou à remissão, ao contrário dos negros.

A historiadora Vera Malaguti Batista (2009) chegou à mesma conclusão em sua análise dos prontuários de jovens que ingressaram no sistema de justiça

juvenil no Rio de Janeiro, entre as décadas de 1960 e 1980: aos jovens negros, prisão. Aos jovens brancos, “tratamento corretivo” em clínicas para dependentes químicos ou em casa, sob responsabilidade das famílias. O mesmo foi constatado por Liana de Paula em sua pesquisa de doutorado (2011), sobre os adolescentes internados na FEBEM no final da década de 1990 em São Paulo, onde afirma a permanência do trinômio “pobreza-desvio-delinquência” como concepção compartilhada pelos operadores do sistema juvenil:

[...] embora não fossem os únicos a cometer atos infracionais, eram os preferencialmente punidos com medidas mais severas. Enfim, esses dados da década de 1990 revelam um sistema de justiça juvenil pouco voltado para a transformação da vida social por meio da inclusão de adolescentes pobres pela via do direito e ainda muito centrado no exercício do controle social e da manutenção da ordem, principalmente no que se refere à defesa da propriedade privada. Nesse sentido, o poder judiciário tendeu mais à sua clássica vocação de mantenedor do estado de coisas do que à possibilidade de se tornar protagonista das transformações sociais tal como pretende o Estatuto da Criança e do Adolescente (Paula, 2011, p. 67).

O terceiro mito diz respeito à impunidade dos jovens frente à passividade do Estado, reforçando o desejo da sociedade por mais punição, desconsiderando os índices crescentes de encarceramento da juventude, medidas de endurecimento penal que não se conectam à diminuição da violência nas cidades. A sensação de impunidade e insegurança legitima o processo de criação de projetos de lei que visam maior e mais punição à juventude, como a proposta de redução da maioridade penal, ainda que sejam inúmeros os estudos que apontam a ineficácia desta medida (Singer, 1998; Christie, 2016; Rovaron, 2017; Sinhoretto, 2018; Alves; Palotti, 2025).

O medo difundido na sociedade nos anos de 1830, com a libertação dos escravos, nomeado por Sidney Chalhoub (1990) como “o medo branco das almas negras” é atualizado como medo projetado na sociedade contemporânea, que demoniza os jovens periféricos, sobretudo os negros. Nesse processo, emergem os mecanismos de etiquetamento (“*labelling*”) e estereotipagem dos jovens que são desqualificados socialmente e vistos como subversivos, representantes do mal, que devem ser mantidos fora do convívio social. O estigma é reforçado na figura deste “inimigo interno” forjado pela guerra às

drogas, e fixa no imaginário coletivo o jovem traficante, uma identidade “colada” a esse grupo, em uma discrepância entre sua identidade real e sua identidade imposta por outros.

A imagem do jovem perigoso é produzida e reproduzida incansavelmente pela mídia conservadora, sobretudo através de programas policiais, operantes na lógica do senso comum (Budó, 2013), que instauram o pânico social na população, resultando no que Batista (2012) nomeou como “adesão subjetiva à barbárie”, processo que impulsiona e legitima a crescente demanda coletiva por castigo e punição. Considero importante ressaltar que não se trata aqui de castigo e punição generalizados, mas de um controle social/penal racializado, com práticas de repressão seletivas e específicas, que incidem sobre alvos específicos tidos como “potencialmente perigosos”:

Os bandidos têm cor de pele escura, vestem-se e falam de maneira própria, têm modos de se portar e idade específica, enfim, quase sempre identificam-se [sic] com moradores jovens das periferias [...] Assim, quando a polícia aborda um menino favelado negro, e de bermuda, ele teme, ainda que não deva (Feltran, 2009, p. 320).

Alguns dos jovens “potencialmente perigosos” que encontram no comércio de drogas ilícitas formas possíveis de sobrevivência, aos quais D’Elia Filho (2011) intitula como “acionistas do nada”³⁹, têm sua existência reduzida ao “mito da droga”, atravessada por uma carga social moralizante e estigmatizadora. Segundo Vera Malaguti Batista (2003, p. 81), a criação do “mito da droga” enseja um processo de repressão ao tráfico que na verdade atende a objetivos de regulação econômica fortalecedores do comércio nacional e internacional. Aos jovens negros e periféricos é conferido título de “traficantes”, bandidos que despertam medo e ódio na sociedade:

[...] funkeiro, morador de favela, próximo do tráfico de drogas, vestido com tênis, boné, cordões, portador de algum sinal de orgulho ou de poder e de nenhum sinal de resignação ao desolador cenário de miséria e fome que o circunda. A mídia e a opinião pública destacam o seu cinismo, a sua afronta. Não

³⁹ Expressão utilizada pelo delegado de polícia Orlando Zaccone D’Elia Filho em seu livro *Acionistas do Nada: quem são os traficantes de drogas* (2011), originalmente cunhada por Nils Christie ao tratar da seletividade punitiva dos pequenos varejistas, mão-de-obra de escala mais barata do comércio de drogas ilícitas do país.

merecem respeito ou trégua, são os sinais vivos, os instrumentos do medo e da vulnerabilidade, podem ser espancados, linchados, exterminados ou torturados (Batista, 2003, p. 36).

Já aos jovens brancos, sobretudo de classe média e alta, são atribuídos os papéis de “consumidores” e “dependentes”, dualidade que reforça os tentáculos criminalizantes que alcançam apenas os jovens negros e periféricos.

O tráfico, que se constitui como alternativa laboral para crianças e adolescentes, ao não ser considerado oficialmente como trabalho infantil, desloca esses meninos e meninas do lugar de vítima para o lugar de algoz, fortalecendo o caráter violador e de desproteção do Estado:

O tráfico funciona como qualquer indústria e os jovens trabalham em todas as etapas de sua produção. Sua realidade mostra a violência encrustada na economia ilegal. Nas periferias da cidade e da economia, os jovens sofrem e são coadjuvantes nessa forma cruel e avassaladora de violência (Feffermann, 2009, p. 67).

Como dado que evidencia a dimensão da questão, em 1968, 8% dos jovens internados na FEBEM tinha envolvimento com drogas ilícitas. Em 2024, quase 30% dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa respondem por infração análoga ao tráfico de drogas, muitos desses, por porte e consumo pessoal.

Seguindo a mesma perspectiva de Massimo Pavarini (1983), Vera Malaguti Batista afirma que, para compreender o poder punitivo consolidado na Europa Ocidental e em suas colônias, como o Brasil, é fundamental considerar o processo de controle social de longa duração, que tem por foco a busca por ordem nas tramas das conflitividades sociais. Neste contexto histórico prolongado, os jovens, que representam a energia e mão-de-obra constante no universo criminal, constituem o alvo permanente do poder punitivo.

As novas formas de sociabilidade e sobrevivência emergentes nas periferias (Feltran, 2011; Teixeira, 2012) reforçam o rótulo de “juventude problema”, que precisa ser então tratada pelo viés da lógica penal, como principal forma do Estado de resolver a conflitividade social juvenil. Desse modo, a transição da ideia de “juventude em vulnerabilidade” para “juventude em risco” (Teixeira, 2012; Teixeira, 2015), desloca ações do campo da proteção para o

campo punitivo e revela a indisponibilidade histórica de nossa República na efetividade de direitos e na construção de futuros dignos para nossas infâncias e juventudes (Batista, 2013).

Não se limitando aos muros da prisão, o controle dirigido aos jovens negros alcança todas as esferas da vida em sociedade, produzindo o que autores como Marildo Menegat (2012), Acácio Augusto (2010) e Edson Passetti (2006) nomearam como campos de concentração (ou prisões) a céu aberto, uma forma de gestão das vidas juvenis periféricas que se opera através de medidas socioeducativas e das penas em semiliberdade, meio aberto e via monitoramento eletrônico, em um processo de elastificação da prisão-prédio (Augusto, 2010), onde há a expansão do controle carcerário para além dos muros da prisão.

O controle a céu aberto ultrapassa as medidas penais alternativas, alcançando outras esferas do cotidiano vivido pelos jovens periféricos, como a escola, as igrejas, as políticas assistenciais, culturais e as relações estabelecidas nas comunidades e com as organizações sociais que ali atuam. Não são controlados apenas aqueles que infracionam, mas todos que habitam os espaços periféricos e que, por isso, devem permanecer o maior tempo possível em sua região de moradia, com pouca ou nenhuma mobilidade pela cidade. As câmeras de vigilância espalhadas pela cidade e os enclaves fortificados que constituem os condomínios residenciais, espaços reservados a grupos seletos, onde a presença de corpos periféricos se faz necessária na prestação de serviços de limpeza e manutenção, são outras maneiras de operar a vigilância descentralizada na atual sociedade do controle, onde a margem passa a ser um conceito de uso relativo. No controle sideral que opera as prisões simbólicas, não há margem para os olhos que tudo vêem: o panóptico foi atualizado com sucesso.

Assumindo novamente o papel central nas questões de segurança pública, os menores da década de 1980, hoje *jovens infratores* (ainda que não tenham sequer infracionado) protagonizam o papel de metáfora vigente da violência social. São expostos aos ilegalismos e aos múltiplos tentáculos do controle penal. Na espiral do crime urbano contemporâneo, são vítimas e produtores de violência, bodes expiatórios de uma sociedade que justifica sua convivência pela ótica do medo e pela manutenção da chamada ordem social.

A prisão, mesmo não apresentando resultados que indiquem redução da criminalidade, segue desempenhando papel central no controle exercido sobre essa juventude. Em meio aos discursos sobre impunidade e o fracasso das prisões convencionais, emergiram os Centros de Ressocialização, unidades que operam a partir dos ideais ressocializadores, dentro de uma lógica ambígua de reintegração e vigilância mais branda, mas ainda punitiva.

O discurso ressocializador se alinha a ideais de respeito, reintegração social e dignidade, mas enfrenta desafios práticos significativos quando confrontados com o cotidiano da rotina prisional. O contraste entre teoria e prática aponta para a necessidade de analisar, de forma aprofundada, como os pressupostos de tais instituições são vivenciados (ou não) pelos jovens em cumprimento de pena.

A seguir, abordarei o descompasso entre teoria e realidade, a partir da análise sobre o CR onde foi conduzida a pesquisa de campo. Por meio de entrevistas com jovens presos e com profissionais do Centro e de observações da rotina institucional, buscarei apresentar como o ideal de ressocialização é operado no cotidiano da unidade, assim como suas conquistas, resistências e limitações. Assim, será problematizado o modo como a promessa de ressocialização, elemento central nos discursos das políticas penais na contemporaneidade, se constrói e se sustenta na experiência concreta dos sujeitos que a vivenciam.

3 POR DENTRO DO LABIRINTO: O CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO

La novela *Anna Karenina* comienza diciendo que las familias felices son más o menos iguales y que las infelices lo son cada una a su manera. El mundo de las prisiones comparte una infelicidad, pero es importante destacar la infelicidad específica de cada una de ellas, que necesita ser investigada con rigor.

(Gabriel Ignacio Anitua, 3º FONAPE, 2021)

Aqui serão apresentados os aspectos da ideologia ressocializadora e seus desdobramentos no sistema penitenciário paulista, a partir da crise instaurada na década de 1990 e agravada pelo massacre do Carandiru, ocorrido em outubro de 1992.

Ao mesmo tempo em que se buscava uma forma de contenção aos vários motins e fugas ocorridos nas unidades prisionais, também era necessária uma resposta aos setores da sociedade que pressionavam o Estado na provisão de melhores condições carcerárias para o cumprimento das penas privativas de liberdade. Dentre os encaminhamentos dados pelo governo paulista, estava o centro de ressocialização, um novo modo de operar o castigo, executado inicialmente via parceria público-privada e, posteriormente, pela Secretaria de Administração Penitenciária.

A partir de análise documental, imersão no cotidiano do CR pesquisado e entrevistas com funcionários da unidade, serão apresentadas as diretrizes operacionais desse novo modelo prisional e sua aplicabilidade no cotidiano institucional.

Para que a descrição física do CR corresponda de forma mais fiel a uma realidade que não me foi permitida acessar completamente, farei uso do mapa da unidade elaborado pelos jovens participantes da pesquisa durante os grupos focais, em que eles atribuíram sentimentos aos diferentes espaços por eles acessados, constituindo, assim, um mapa afetivo do presídio, algo que não seria possível fazer como pesquisadora visitante neste espaço. Desse modo, a

apresentação da unidade prisional será composta por múltiplos olhares, meu, dos funcionários, e dos jovens.

3.1 O IDEAL RESSOCIALIZADOR

O problema da regeneração do criminoso, que é a pedra de toque da existência das penitenciárias, prende muito a atenção dos sentenciados. Todos discutem, argumentos sensatos e outros disparatados são trazidos à baila.

(Abdias Nascimento em *Submundo: Cadernos de um penitenciário*, 2023, p. 247)

O surgimento do Estado Liberal, em substituição ao Estado Absolutista, fez emergir novas formas de preservação do pacto social, forjadas à luz das relações capitalistas. Tais relações reforçam as noções duais que distinguem os sujeitos como “bons” ou “maus”, operando na lógica da preservação e interesse da burguesia.

Para tanto é preciso, nesse contexto, determinar as condutas, as normas e os castigos destinados àqueles que sejam enquadrados no espectro oposto ao do bom trabalhador e do bom cidadão. A passagem do poder que destrói (suplício) ao poder que transforma (prisão) se fundamenta no Direito Penal Liberal que, ao buscar a preservação do poder da classe dominante, atua na criação e proteção dos bens jurídicos, com foco na propriedade. Sua violação incide no uso das sanções, sendo a principal delas, a privação de liberdade, espécie de operadora do processo de “expição dos pecados” daqueles que cometem determinados delitos.

O castigo, resultante de uma regra violada, é determinado pelo grupo que detém o poder na sociedade e que elege os bens jurídicos de seu interesse. Os conceitos de bem e mal que orientam as regras e, conseqüentemente, determinam os castigos, são atravessados pela simbiose da moralidade e da religião, portanto, situados social e historicamente, com variações no tempo e no espaço. No âmbito das teorias gerais da pena, a pena de prisão, como castigo, aponta para duas formas de prevenção de delitos, a prevenção especial,

direcionada àqueles que já cometeram delitos, com foco em coagi-los para que não reincidam e a prevenção geral, a partir da reafirmação da norma e de intimidação ampla da sociedade, numa espécie de coação e controle aos impulsos dos indivíduos no cometimento de delitos.

Nessa linha, há também a teoria retributiva da pena, onde sua aplicação, atribuída pelo Estado para punir um mal é questionável ao se considerar o processo de criminalização de atos e comportamentos que não atentam ao convívio e à integridade da vida. A proteção de bens jurídicos, nesse caso, corresponde à existência de objetivos particulares que são sobrepostos à coletividade através de discursos pautados em ideais de convivência pacífica e harmoniosa, ainda que a garantia de proteção aos bens de uns justifique a violência perpetrada através da miséria de outros.

O período entreguerras resultou em uma nova faceta do Estado, de viés paternalista, em que os direitos humanos foram declarados, fundando uma nova etapa onde a sociedade foi nutrida de uma falsa sensação de bem-estar e da promessa de uma vida digna, tendo o Estado como protetor de seus direitos. A partir desta nova concepção de direitos, as principais finalidades da pena de prisão passam a ser a neutralização dos sujeitos que cometeram delitos e sua recuperação. Neste escopo, o trabalho ganha importância, sendo o principal elemento “regenerador” do criminoso – como será visto mais adiante. Além do efeito psicológico da privação de liberdade, a ressocialização operada principalmente através do trabalho e da educação, tornará o apenado sociável, alguém apto a viver em sociedade. Ou seja, o indivíduo criminoso, anteriormente visto como um ser anormal que não pode viver em sociedade, passa a ser representado como alguém (mesmo indesejável) que necessita de tratamento e suporte para a vida comum (Baqueiro, 2017, p. 175).

A ideia de reintegração social se desdobra em outros termos de igual teor, como reeducação, reinserção e ressocialização, nomeados por Vera Malaguti Batista como “as ilusões re” (Batista, 2008). Elenquei o termo ressocialização como central nesta pesquisa por considerá-lo o mais usual na bibliografia da área e no próprio nome do tipo de unidade prisional analisada – centro de ressocialização.

De acordo com o Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa, a palavra “ressocializar” significa “tornar a socializar-se”. O condenado, considerado como

um sujeito não sociável, deve então ser retido pelo Estado (prevenção geral negativa), para que seja novamente educado a viver em sociedade, tornando-se sociável, obediente às ordens (prevenção geral positiva). O trabalho, na forma de purificação do homem, tem neste cenário a função de resgatar no indivíduo que delinuiu as condições de sociabilidade que ele perdeu ao cometer um crime, ou ainda, que ele nunca possuiu de forma completa, dada sua “postura inapta” à vida harmônica em comunidade.

Sendo a sociabilidade inerente à experiência humana, a concepção de ressocialização indica uma leitura de desumanização dos indivíduos que cometem determinados delitos, incidindo em processos de anulação de suas identidades, trajetórias de vida e valores, ao imputar condições subjetivas e objetivas para sua redefinição de *sujeito sociável*. Como forma de doutriná-lo para a nova postura esperada a partir da vivência carcerária, é construída então a ideia de ressocialização, cuja função declarada indica a capacidade do Estado em transformar indivíduos com formação social deteriorada em cidadãos aptos ao cumprimento do pacto social.

Como função não declarada da ressocialização sublinho o processo de deterioração da identidade do apenado, a partir de um processo de castração⁴⁰ neutralização e culturalização prisional, que implica na assimilação de valores e comportamentos da cultura do cárcere, onde são limitadas suas relações, suprimidas suas culturas e os modos de vida no mundo livre, agindo fortemente em sua autoconsciência.

De acordo com Alessandro De Giorgi (2017), a instituição carcerária é uma tecnologia repressiva que, ao mesmo tempo em que impõe ao apenado uma situação de privação absoluta, faz dele um indivíduo totalmente dependente do aparelho de poder que o subordina. Por seu discurso oficial, funciona como um dispositivo ideológico que destaca a submissão ao trabalho como único

⁴⁰ O termo castração aqui é simbólico e pode ser melhor compreendido a partir da psicanálise, que associa esse conceito a um processo psicológico de limitação ou perda da autonomia. De modo parecido, o sociólogo Erving Goffman, ao analisar as instituições totais, cunhou o termo "mortificação do eu", que se refere a um processo de redução da identidade dos sujeitos forçados a adaptarem-se à cultura institucional. Assim, o termo castração, aqui empregado, diz respeito à anulação do sujeito preso, que se vê imposto a uma identidade forjada nas regras e valores da instituição penal, negando seu modo de vida e sua identidade própria.

caminho para sair da condição de detento, revelando assim “o paradoxo de um mecanismo que, de um lado, produz privação, falta, carência, e, de outro, impõe as próprias engrenagens disciplinares como remédio para esta condição” (De Giorgi, 2017, p. 48). Ainda de acordo com o autor, a prisão estabelece o status de detento ao mesmo tempo em que impõe a esse detento o trabalho, a obediência e a disciplina, evocando assim, nos indivíduos, “uma representação imaginária de si mesmos em relação à própria condição material. A privação extrema imposta ao preso é, assim, representada como consequência óbvia e quase natural da recusa da disciplina do trabalho” (De Giorgi, 2017, p. 48).

Como resultado desse processo, a ideologia retributiva-legalista, ao passo que oculta toda a violência produzida no interior do presídio e a realidade de subordinação e exploração produzida na fábrica, reproduz um tipo de proletariado que considera o salário como “justa retribuição do próprio trabalho e a pena como justa medida dos seus próprios crimes” (De Giorgi, 2017, p. 49). Mais do que estabelecida no imaginário social, cumpre-se a ideia da “justa medida da dor” (Coelho, 2005).

Embora não esteja expresso na Constituição Federal de 1988 que a ressocialização seja a finalidade da pena, o ordenamento jurídico brasileiro estabelece que a pena possui caráter misto: ao mesmo tempo em que devem proteger os bens jurídicos, devem reincorporar os “infratores” à comunidade.

Ainda que o Código Penal de 1940, vigente no país desde 1942, tenha introduzido o princípio da individualização da pena e tenha considerado o preso como parte de um sistema moral e trabalhador, foi somente em 1984, com a promulgação da Lei de Execução Penal (LEP – Lei nº 7.210/1984), que se admitiu formalmente que a execução da pena objetiva a integração social e harmônica do condenado, sendo preciso, para tanto, que sejam disponibilizadas as condições para sua efetividade.

A realidade penitenciária brasileira, marcada por péssimas condições carcerárias, oferece uma possibilidade mínima de trabalho, geralmente maçante, repetitivo, sem reflexão sobre seu fazer, no qual o preso passa a compor parte dessa engrenagem. Desse modo, “o isolamento do condenado, bem como o exercício da atividade laboral massificada do cárcere, serve, tão somente, para deteriorar a identidade do prisioneiro e retirar todo e qualquer tipo de sentimento

social que ele venha a nutrir” (Baqueiro, 2017, p. 213), castrando-o intelectualmente e reforçando o estigma de *delinquente*.

A ressocialização, corrompida (não apenas) pela insalubridade do sistema penitenciário, embora se constitua como uma ficção jurídica, cumpre sua função não declarada ao legitimar e manter o poder punitivo estatal e seu simbolismo na sociedade ao afirmar que a ausência de seu cumprimento implicará, inevitavelmente, na reincidência, ou seja, no retorno do sujeito à criminalidade. Desse modo,

A ressocialização não pode ser conseguida numa instituição como a prisão. Os centros de execução penal, as penitenciárias, tendem a converter-se num microcosmo no qual se reproduzem e se agravam as graves condições que existem no sistema social exterior [...]. A pena privativa de liberdade não ressocializa o recluso, impedindo sua plena reincorporação ao meio social. A prisão não cumpre sua função ressocializadora. Serve como instrumento para a manutenção da estrutura social de dominação (Mirabete, 2002, p. 24).

Além da contradição inerente ao sistema prisional na promoção da ressocialização dos condenados, que segue como uma operação simbólica, encobrindo a permanência de estruturas violentas, racistas e estigmatizantes, cabe destacar os obstáculos enfrentados pelos egressos, marcados pelo estigma da condenação, fator de extrema importância no impedimento de um “convívio normal” em sociedade. As marcas da prisão criam barreiras concretas de acesso a oportunidades de trabalho, fator preponderante para o cometimento de novos crimes.

Entretanto, segundo Julião (2020), ainda que o conceito de ressocialização nas sociedades contemporâneas esteja falido, para desviar a atenção das contradições do sistema, é usualmente repaginado, transposto a uma nova utilidade, em uma “esfera mitológica, utópica”, em que o mito da ressocialização figura como a única chance de tais indivíduos retornarem ao convívio social.

A constatação da inviabilidade de se ensinar alguém a jogar futebol dentro de um elevador, como analogia ao isolamento imposto a alguém que precisa aprender a viver em sociedade (Zaffaroni, 2010), inaugurou novas formas de execução dos “ideais re” em território nacional e, mais especificamente, no

estado de São Paulo, sendo a principal delas os centros de ressocialização, como veremos a seguir.

3.1.1 O sistema penitenciário paulista

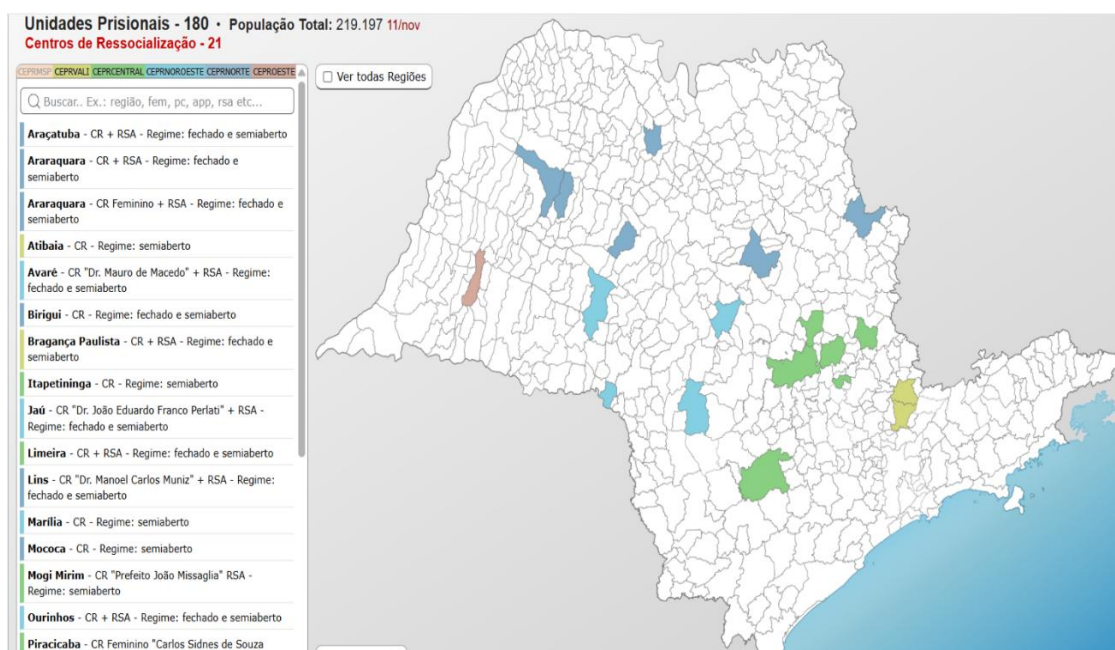
O sistema penitenciário do estado de São Paulo ocupa posição central no panorama carcerário brasileiro, com o maior número de unidades prisionais e pessoas presas, correspondendo a cerca de 30% da população encarcerada no Brasil.

É válido ressaltar que, no Brasil, não contamos com um sistema penitenciário estruturado e coordenado. Melo (2018) afirma que, ao contrário de uma unidade centralizada, temos vários sistemas espalhados pelos estados e municípios. São Paulo não foge à regra, inclusive há diferentes modelos de unidades, com diferentes atribuições e nomenclaturas (Godói, 2017).

Considerando tal arranjo, a estrutura prisional paulista conta atualmente com 182 unidades prisionais, sendo 97 Penitenciárias, 44 Centros de Detenção Provisória, 16 Centros de Progressão Penitenciária, 21 Centros de Ressocialização, 1 Centro de Readaptação Penitenciária e 3 Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

As unidades prisionais são divididas em 5 coordenadorias de execução prisional. As coordenadorias são divididas por regiões, sendo elas: Região Metropolitana de São Paulo, Região do Vale do Paraíba e Litoral, Região Central, Região Noroeste, Região Norte e Região Oeste. No mapa abaixo, podemos verificar como estão distribuídos os 21 Centros de Ressocialização no Estado, a partir da divisão por coordenadorias, representadas aqui por diferentes cores.

Figura 1 – Centros de Ressocialização no Estado de SP



Fonte: Secretaria de Administração Penitenciária, 2025.⁴¹

A atual configuração do sistema prisional paulista tem início na década de 1990, a partir de um amplo processo de expansão e interiorização das unidades prisionais, sob gestão da COESPE – Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado, como tentativa de resposta à crise instalada no sistema prisional brasileiro, marcado por inúmeros motins, decorrentes principalmente da superlotação nas unidades prisionais, sendo o mais conhecido deles ocorrido no Carandiru, em 2001, um massacre que dizimou mais de uma centena de presos.

Durante a década de 1990, muitas mudanças aconteceram na gestão prisional do estado. Após um breve período sob responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública (SSP), entre os anos de 1991 e 1993, o sistema penitenciário passou a ser de responsabilidade da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), que conta com cinco Coordenadorias Regionais, responsáveis pela organização, administração, coordenação e fiscalização dos estabelecimentos prisionais que estão sob sua área de abrangência.

Dos modelos citados, três foram criados entre os anos de 1999 e 2006, durante a gestão do Secretário Nagashi Furukawa: os Centros de Detenção

⁴¹ Esse mapa encontra-se disponível em <https://www1.sap.sp.gov.br/sp/unidades-prisionais/cr.html>. Acesso em nov. 2025

Provisória (CDP), os Centros de Ressocialização (CR) e os Centros de Progressão Penitenciária (CPP). Além desses, também as Penitenciárias Compactas, que contam com um número reduzido de pessoas presas.

Para melhor compreendermos a criação do modelo prisional analisado neste estudo, é preciso recuarmos no tempo. No ano de 1995, Nagashi Furukawa, então juiz de execuções criminais em Bragança Paulista, apresentou ao Governador Mário Covas uma proposta inovadora de gestão e operacionalização de unidades prisionais, que consistia em significativa redução de custos de manutenção dos presos, ao mesmo tempo em que ampliava os benefícios direcionados a essa população, com foco em ações de trabalho e estudo, viabilizadas principalmente pela “participação comunitária” na gestão prisional. A execução deste novo modelo, chamado de Centro de Ressocialização, ficou sob responsabilidade da APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, com exceção das ações no campo da segurança, que seguiram sob gestão e operacionalização do Estado. A primeira unidade foi inaugurada na cidade de Bragança Paulista, cidade do interior do estado.

Furukawa supervisionou a implementação do CR, na antiga Cadeia Pública da cidade, reformada pela Associação. No modelo “apaqueano” instaurado, os presos trabalhavam em diferentes frentes, a partir de parcerias com empresas locais, estudavam e tinham acesso à assistência social, psicológica, jurídica, médica, odontológica e religiosa. A participação da comunidade se dava através da própria execução por uma organização do terceiro setor e pela presença de voluntários, que realizavam ações em diferentes esferas de assistência. A terceirização da operacionalização prisional foi considerada, por alguns anos, um caso de sucesso, sobretudo pelo baixo custo de manutenção dos presos, se comparado às penitenciárias comuns e a diminuição nos casos de fugas e rebeliões.

Os êxitos da experiência liderada por Furukawa em pleno período de crise no sistema penitenciário paulista levaram o governador Mário Covas a nomear o juiz como o novo Secretário de Administração Penitenciária do Estado.

Segundo Faustino (2008), a política implementada nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), marcada pela globalização do capital e pela privatização de setores estatais, ultrapassou a esfera econômica,

acarretando também repercussões no sistema penitenciário. No estado de São Paulo, a expansão dos presídios, o reforço do aparato policial e o encolhimento do Estado no âmbito das políticas sociais coadunam com o que Loïc Wacquant (2011) nomeou como “penalidade neoliberal”. Ainda de acordo com a autora, há neste conjunto de ações estratégicas repressivas a contradição entre a introdução do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD)⁴² e a terceirização das unidades penais com o modelo dos Centros de Ressocialização.

Tal ambivalência constituiu, segundo Teixeira (2006, p. 145) a marca da administração de Nagashi, onde as práticas foram endurecidas, mas o discurso permaneceu com o verniz da preservação dos direitos humanos e humanização das prisões.

Durante a gestão de Nagashi, a iniciativa foi expandida para outras cidades, alcançando o número de 22 estabelecimentos sob gestão de parceria público-privada⁴³. Apesar dos êxitos propagados pelo novo modelo, foram inúmeras as denúncias de irregularidades nos convênios firmados entre o Estado e as organizações sociais, culminando, em 2006, na finalização da parceria. A partir de então, os CRs passaram a ser administrados e operacionalizados integralmente pelo Estado, via pela SAP.

3.2 O CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO: CEMITÉRIO DOS VIVOS

Diretamente da selva de concreto e aço, procuro matar o tempo para ele não me matar, pois o relógio é um dos grandes inimigos... outro deles é o pensamento que se une com os sentimentos e os dois juntos ficam muito forte [sic], mas é como costumamos dizer, podem prender nossos corpos, mas nossos pensamentos continuam

⁴² O RDD é uma forma de cumprimento de pena no regime fechado aplicada a presos (provisórios ou condenados) que cometem faltas graves, que subvertam a ordem ou a disciplina prisional ou têm envolvimento com facções. É a medida mais severa do regime fechado, onde o preso fica isolado em cela individual, com regras restritas, limitação de visita e tempo reduzido de banho de sol. Sua aplicação incide em danos físicos e psicológicos significativos, sobretudo pelo longo período de isolamento ao qual o preso é submetido.

⁴³ Atualmente estão em funcionamento 21 centros de ressocialização no estado de São Paulo. Os dados sobre os CR's estão disponíveis no site da Secretaria de Administração Penitenciária: <https://www1.sap.sp.gov.br/sp/unidades-prisionais/cr.html> Acesso em set. 2025.

mais livres do que nunca. [...] não vejo a hora desse pesadelo acabar e poder acordar em meu lar, longe desse vale da sombra, da morte, desse cemitério de corpos vivos!

(Trecho da carta escrita por “Sobrevivente”, um dos jovens participantes da pesquisa)

Entre os anos de 2011 e 2022, visitei periodicamente por volta de 60 unidades de internação para adolescentes no estado de São Paulo. Eram visitas recorrentes, parte do trabalho que desenvolvi como coordenadora de cursos de educação profissional e oficinas de arte e cultura desenvolvidas por duas organizações sociais conveniadas à Fundação CASA.

Seguir os rituais de entrada nos centros de internação passou a ser um hábito. Tocar o interfone, apresentar o crachá, passar pela revista, abrir a mochila, entregar o celular para ser guardado na portaria, contar os materiais para entrar nos espaços das salas de aula e, finalmente, encontrar os meninos e meninas.

Entre os procedimentos de segurança e a ação pedagógica, havia um processo por vezes arrastado, com longos períodos de espera e busca por informações sobre como estava a unidade naquele dia. “Sentir o clima” passa a ser parte de nosso trabalho. Não basta organizar as aulas, é preciso também desenvolver habilidades para que, ao chegar à unidade, seja possível fazer uma leitura atenta (ainda que seja bastante intuitiva e, portanto, subjetiva) da expressão nos rostos e corpos dos funcionários. Um sorriso acompanhado de um “bom dia” geralmente indicava que estava tudo aparentemente bem, expressões fechadas indicavam muitas coisas, dentre elas, possíveis problemas que implicariam no cancelamento das aulas e, conseqüentemente, na impossibilidade de permanecer na unidade.

A experiência e o tempo vão ajustando as lentes e dando proporção ao que não se consegue nomear, à intuição que se vai assimilando como parte do trabalho, que indica possibilidades favoráveis ou desfavoráveis de estarmos, eu e os funcionários, naquele dia ou momento.

As unidades de internação para adolescentes que cumprem medida socioeducativa têm uma arquitetura bastante parecida, com a maior parte dos

centros seguindo um modelo arquitetônico comum, seja o modelo antigo, de complexos, ou o modelo mais atual, de unidades menores, chamadas de T40. As cores da unidade, o mobiliário e sua disposição, os sons que se ouve e o cheiro que se sente são muito semelhantes.

Depois de tantos anos frequentando esses espaços, e mesmo estando há três anos sem entrar em uma unidade da Fundação CASA, o cheiro permanece em minha memória. Aquele cheiro que nunca fui capaz de explicar para quem nunca entrou em uma unidade de internação. É um cheiro forte, constrangedor, para mim, violento. Não me refiro ao cheiro permanente de comida, proveniente dos refeitórios, mas ao cheiro que exala dos espaços onde se amontoam gente, onde o sol não alcança e as condições de higiene e limpeza são bastante reduzidas, reguladas por uma segurança que parece funcionar apenas para destituir a humanidade daqueles sujeitos.

Entrar em uma unidade privativa de liberdade sempre foi, para mim, uma experiência ambivalente. Um misto de curiosidade e atenção àquilo que eu tinha o privilégio de acessar e, ao mesmo tempo, um sentimento de profunda tristeza pela condição imposta às pessoas que são trancafiadas nesses espaços.

À parte todos os bons encontros produzidos com os meninos e as meninas que ali estavam e aos respiros proporcionados pelos profissionais implicados em um trabalho ético, as lembranças invariavelmente me remetem à dureza brutal dos espaços de encarceramento.

Ao me preparar para a pesquisa de campo no doutorado, agora no sistema prisional, imaginei que encontraria uma versão ainda pior que a das unidades socioeducativas. E foi com essa ideia que entrei, pela primeira vez, no Centro de Ressocialização pesquisado, em dezembro de 2022. Mal pude conter a ansiedade quando finalmente cheguei ao CR para ministrar oficinas de empregabilidade para os presos do regime fechado. Não era ainda uma ação com os jovens que seriam meus interlocutores na pesquisa, mas era minha entrada no presídio e o primeiro contato com os presos.

3.2.1 Mapeando o labirinto

O CR está localizado em frente ao cemitério da cidade, que os jovens nomeiam como “anexo 3”. A rua que separa o presídio do cemitério é bem

estreita, sendo a distância entre ambos algo em torno de 4 ou 5 metros. Essa disposição geográfica não parece ser uma simples coincidência. É fato que as prisões normalmente são construídas em áreas afastadas, muitas vezes nos limites dos municípios e até dividindo áreas destinadas aos lixões. Essa geopolítica que estabelece onde os espaços de exclusão serão construídos sinaliza de forma bastante concreta um recado à população prisional sobre onde devem permanecer e, mais do que isso, qual deve ser seu horizonte. No caso do CR, o horizonte tumular me remeteu, já na primeira visita, ao jargão utilizado popularmente para falar sobre o destino de quem comete crimes que se desdobram em punições no Brasil, “os dois Cs: cadeia ou caixão”.

Naquele dia tudo aconteceu de forma muito rápida, minha entrada na unidade, a conversa com a diretora, a revista pessoal e dos materiais que seriam utilizados e a realização das oficinas, uma no período da manhã e outra no período da tarde. No diário de campo, encontro anotações sobre os pontos que mais chamaram minha atenção: praticamente todos os participantes das oficinas, quase uma centena, tinham profissão, alguns deles, até formação superior. No CR estão muitos homens mais velhos, acima dos 50, 60 anos, mais do que eu imaginava encontrar. Alguns, com idade entre 35 e 40 anos, aparentavam ser muito mais velhos. O cárcere produz marcas nos corpos, esse era um fato que eu já sabia, mas ainda assim me espantava em constatar.

Eles cuidam do jardim, da cachorra, da louça, da alimentação, das mercadorias que chegam. Circulam pelos espaços, e quando passo, olham para o chão. Me chamam de professora, parecem ficar mais à vontade dentro da sala de aula. Há muitos idosos. Alguns precisam ir com bastante frequência ao banheiro, me dizem que é por causa dos remédios. Estão empolgados com os materiais que eu trouxe para as atividades, um deles me diz que vai mandar os papéis coloridos para sua netinha, na próxima visita. O cheiro de comida é muito forte em toda a unidade, principalmente na sala onde foram realizadas as oficinas, por ser um espaço muito próximo à cozinha e ao refeitório. Não tive acesso hoje a outros espaços do CR (Diário de campo, 7/12/2022).

Saí do presídio bastante entusiasmada, pois o campo me parecia mais acessível do que eu imaginava e a receptividade dos funcionários e dos presos indicava que a pesquisa seria intensa e com boas trocas. Imaginei, naquele momento, que teria mais acesso aos diferentes espaços do CR, o que não

aconteceu. Minha presença, durante os oito meses da pesquisa de campo, ficou limitada aos espaços da sala de aula e ao caminho entre a parte administrativa do presídio e à sala de entrevista e os espaços onde aconteceram os grupos focais.

Apenas em duas ocasiões pude acessar outros espaços da unidade: o espaço da “fábrica”, onde alguns presos trabalham para uma empresa local, na produção e embalagem de componentes eletrônicos; a quadra, onde tomam sol; e o consultório odontológico. Não pude transitar nos demais espaços do presídio, mesmo tendo solicitado e não recebendo uma resposta negativa. Este processo de não negar, mas também de não liberar, mantendo uma espera contínua de quem demanda, parece ser um procedimento muito comum no CR, e que vivi com certa frequência em muitas das solicitações que fiz e para as quais não obtive retorno, a não ser algo como “depois vemos isso”.

A atividade realizada em dezembro de 2022 aconteceu durante um período de licença do doutorado, de setembro de 2022 a abril de 2023. A pesquisa de campo iniciou no mês seguinte ao meu retorno da licença, em 26 maio de 2023. Neste dia, cheguei ao CR às 6h36, para acompanhar as aulas do ensino formal que me informaram iniciar às 7h. Só depois de algum tempo fui informada de que as aulas, na verdade, começavam às 7h30, mas naquele dia não tinham horário para começar, pois estava acontecendo uma blitz na unidade.

A funcionária que me recepcionou estava bastante apressada, pediu meu RG e solicitou que aguardasse, pois, quando há blitz na unidade, nenhuma atividade pode ser realizada. Perguntei o que era blitz e ela disse que era uma revista surpresa nas celas. Fui direcionada para a área administrativa do CR, onde fiquei até às 9h30, momento em que as atividades pedagógicas puderam ser iniciadas. Durante este tempo, fiquei conversando com uma professora dos anos iniciais, que atua no CR desde 2018. Graduada em Pedagogia, Direito e Letras, a professora se mudou para a cidade do CR para ficar mais próxima do trabalho - falava com muito entusiasmo das atividades que realizava em sala de aula. Neste dia, acompanhei aulas de três professoras, nos períodos da manhã e da tarde. Estes momentos foram muito importantes para que eu pudesse apresentar a pesquisa aos jovens que participavam das aulas e para conhecer melhor a rotina e as atividades da escola no CR. O uniforme dos presos é branco e cáqui. A maioria calça chinelos, mas há alguns que estão usando tênis e blusas

que não fazem parte do uniforme. Posteriormente, soube que eles podem utilizar blusas e tênis trazidos por suas famílias, desde que estejam de acordo com as regras do CR⁴⁴.

Havia muito barulho no ambiente naquele dia: barulho da sala de aula ao lado, do rádio ligado em um volume bastante alto no andar de baixo, som de campainhas, de conversas na quadra e de máquinas que não consegui identificar a localização. Também havia um barulho muito intenso do que me explicaram ser parte da revista pela equipe de segurança: eles batiam com ferros nas grades das celas para verificar se estavam todas intactas ou se havia alguma solta.

Nos corredores, muitos gritos, que fui compreendendo ser a forma como se comunicavam sobre qualquer evento: chegada de alguém, chamada para medicação ou qualquer outra situação que demandava presença de alguma pessoa em particular. Todos pareciam muito acostumados com todo aquele barulho e a aula seguia sem aparentes incômodos.

A cada grito dado no corredor, eu levava um susto. Ao contrário do que pensei, em pouco tempo eu também me acostumei aos gritos – não que deixassem de causar incômodo, apenas não me assustavam mais.

Durante os meses que se seguiram, o trajeto na unidade era sempre o mesmo: após a liberação no portão de entrada, seguia até a sala da direção para informar minha chegada, guardava minha mochila na sala da assistente social e me dirigia para a entrada do anexo I. O ritual neste espaço consistia na entrega no RG, apresentação do material que seria utilizado dentro do anexo e na passagem pelo scanner corporal, equipamento que detecta a presença de metais, como os que têm na porta de entrada das unidades bancárias. Depois do scanner, há um portão controlado pelo agente de segurança, conhecido como “gaiola”⁴⁵. Do outro lado do portão, um preso faz a função de guarda, abrindo o

⁴⁴ Os tênis disponibilizados pelas famílias não podem ter solado grosso ou molas, pois esses modelos podem ser utilizados para esconder algo, como droga. Já em relação às roupas, não é permitido nenhuma blusa preta, por exemplo, por assemelharem-se ao uniforme dos guardas. De acordo com o Manual de Normas e Condutas do CR, cada preso pode ter até 4 calças de elástico da cor padrão do uniforme, sem bolsos laterais e sem elásticos na barra; até 2 bermudas de elástico sem bolsos laterais e sem estampa; até 2 blusas sem toucas, sem forro e sem zíper; até 2 lençóis brancos, até 2 cobertores sem bordas e de face única; até 2 pares de tênis sem amortecedores e sem molas; até 6 camisetas brancas e sem qualquer estampa; até 5 cuecas e até 5 pares de meia.

⁴⁵ O espaço chamado de gaiola é composto por dois portões com um espaço pequeno no meio, onde devemos aguardar o primeiro portão ser fechado para que o segundo seja aberto, dando

portão para que eu entre e, depois de um “bom dia”, ele anuncia gritando que há “*visita feminina na casa!*”.

O aviso objetiva evitar que presos circulem pelo espaço sem camisa. Quando eu passo, a maioria deles abaixa a cabeça, um gesto por mim já bastante conhecido – obrigatório e normalizado⁴⁶ nos espaços prisionais, que indica respeito às visitas, sobretudo quando são mulheres.

Os presos que desempenham atividades nos corredores do anexo são chamados de “galeria”. São selecionados dentre a população prisional pelo Diretor de Segurança e Disciplina e ficam responsáveis por algumas atividades, dentre elas, controlar a movimentação interna do presídio e cuidar da “tranca”⁴⁷. A posição que ocupam lhes permite ampla circulação pelo anexo durante todo o dia e acesso a benefícios que os demais presos não têm⁴⁸, ao mesmo tempo em que são malvistas por parte da população prisional, por serem considerados “caguetas” e por, segundo os jovens, fazer uso de sua posição de trabalho para incriminar outros presos, os denunciando aos guardas, ainda que não comprovem suas acusações.

Depois de passar pela gaiola, sigo por um corredor onde há algumas celas e desço uma pequena escada. Até ali sou acompanhada por um galeria. No final da escada, outro preso me aguarda para acompanhar o trajeto até a sala onde são realizadas as entrevistas. Atravesso o refeitório, limite entre os anexos I e II, onde alguns homens trabalham na cozinha e na organização do espaço. Chego até outro corredor, onde alguns galerias estão presentes, alguns em pé, outros sentados. O corredor dá acesso a algumas salas, dentre elas, uma sala de aula ampla, a maior da unidade, onde realizei a maior parte dos grupos focais. Ao lado da sala de aula está a sala de atendimentos, onde antigamente, até a pandemia da Covid-19, eram realizados os atendimentos com a assistente social. É uma sala pequena, com uma escrivaninha, um arquivo, duas cadeiras,

condições de acesso ao anexo. É a mesma estrutura existente nas unidades da Fundação CASA, chamada, inclusive, pelo mesmo nome.

⁴⁶ Tal comportamento é comum em unidades socioeducativas, imposto pelos funcionários e em unidades prisionais controladas pelas facções, ambas imposições que indicam respeito às visitas. Ou seja, uma regra comum imposta pelo Estado e pelos próprios presos.

⁴⁷ Tranca é o termo utilizado como referência tanto para o isolamento quanto para o fechamento das celas.

⁴⁸ Alguns dos “benefícios” são: maior tempo de banho (20 min), em comparação com os demais presos que têm 4 minutos; recebimento da mesma refeição dos guardas do presídio e necessidade de *fazer o rapa*, ou seja, a limpeza de suas celas uma vez por dia, diferente dos demais presos que devem fazê-lo duas vezes por dia.

dois ventiladores, um computador que está sempre tocando música sertaneja e duas prateleiras, onde estão alguns livros, materiais pedagógicos, caixas e sacolas com roupas e cobertores. Na parede, um quadro com uma paisagem rural e um terço pendurado, além de outros quadros, aparentemente produzidos na unidade. É o espaço utilizado pelos presos que são responsáveis pelo setor. Sobre a escrivaninha, papéis com anotações de materiais, pedidos dos internos, recados a serem dados e folhas de ponto dos galerias e faxinas do setor.

Em frente à sala de atendimento há uma escada que dá acesso ao piso superior, onde estão outras duas salas de aula, sendo uma pequena, com capacidade para aproximadamente 15 pessoas e que é utilizada como fraldário em dias de visita, e outra maior, com uma estrutura melhor, onde, além da lousa e cadeiras, estão as prateleiras com os livros didáticos, materiais pedagógicos e um aparelho de televisão. No corredor, estão expostos alguns trabalhos dos alunos, atividades em sulfite coladas na parede e outras feitas com garrafa pet, penduradas no teto e expostas no chão.

No piso superior também está localizada a biblioteca da unidade, que conta com dezenas de livros doados pela prefeitura municipal, pela comunidade e por voluntários que realizam atividades no presídio, como membros das igrejas, por exemplo. Na biblioteca, dois presos se revezam na organização e manutenção do espaço.

Outros dois espaços aos quais tive acesso foram a quadra e o espaço da “fábrica”. A quadra é um espaço pequeno, onde os presos podem tomar sol, que dá acesso ao corredor onde ficam outras celas e a produção (chamada por eles de fábrica). No espaço da fábrica há também a sala da coordenação e a “sala da física”, uma academia improvisada com cabos de vassoura e garrafas pet, que pode ser utilizada apenas pelos presos que trabalham. No espaço da academia, há também um aparelho de televisão e algumas cadeiras.

A diferença entre os anexos chama atenção. Enquanto o anexo I é escuro e com pouca ventilação, uma arquitetura comum aos espaços prisionais, o Anexo II é arejado, com paredes brancas e portas azuis.

O anexo I, destinado aos presos do regime fechado, é composto pelo corredor central, com 10 celas, incluindo a cela de triagem (X10), onde ficam os presos recém chegados à unidade, a cela 7, chamada de castigo ou pote, local destinado aos presos que cometem faltas consideradas médias ou graves e o

espaço de inclusão, onde ficam os presos que estão em trânsito (chegada ou saída da unidade). Este espaço localiza-se logo à frente da portaria de entrada do anexo e com frequência, enquanto aguardava pela minha entrada, ouvia os pedidos incessantes dos presos por cigarro, informações e outras solicitações, que geralmente eram ignorados pelos funcionários que estavam no espaço. Ainda no anexo I, estão as salas de atendimento odontológico e da enfermagem.

O anexo II, local onde estão as salas de aula, a biblioteca e a fábrica, foi construído entre os anos de 1996 e 1998, durante a gestão da APAC. É um espaço mais claro e arejado, que remete a uma escola (uma correlação curiosa, se considerarmos que a maior parte das escolas se assemelhem a presídios). Este anexo também conta com 10 celas, destinadas aos presos do semiaberto e que, diferente das celas do anexo I, não têm banheiros internos. Os banheiros são coletivos e localizados fora das celas, o que contribui para maior higiene e privacidade. O espaço que divide os anexos é o refeitório, que faz parte do anexo II, assim como a cozinha industrial, onde são preparadas as refeições para a população prisional.

No espaço externo aos anexos está localizada a área administrativa do CR, onde ficam as salas da Direção Geral, da Direção de Segurança e Disciplina, da Direção Administrativa, do Responsável pela Educação e Trabalho, a sala da assistente social, o refeitório dos funcionários (onde almocei durante os dias em que estive no CR) e a chamada “copinha dos funcionários”. Além desses espaços, há o jardim e a horta. Entre o setor administrativo e os anexos, encontra-se a lavanderia da unidade e o espaço em que as famílias são recebidas e revistadas em dias de visita.

O barulho constante, que não dá trégua, e o cheiro de comida misturado a diversos outros cheiros estão presentes em todos os espaços do presídio, com maior ou menor intensidade. Iniciei mencionando o cheiro “violento” das unidades de internação da Fundação CASA como algo que marcou minha trajetória nesses espaços. Essa lembrança foi muito presente quando me preparei para acessar o espaço prisional, pois imaginava que encontraria algo muito semelhante.

Para minha surpresa, o CR, ainda que esteja longe do que podemos considerar como um espaço com estrutura adequada ao convívio coletivo constante entre mais de uma centena de pessoas, não chega a ser tão ruim

como as unidades de internação para adolescentes em cumprimento de MSE. Diferentemente do que o senso comum pressupõe como verdade, em algumas unidades, os adolescentes são submetidos a condições inferiores a alguns espaços prisionais, não apenas em relação à estrutura física, mas às condições de higiene, alimentação, saúde e até à forma como são tratados pelo corpo funcional.

Nos centros de internação para adolescentes, sobretudo nos modelos chamados T40, não tínhamos acesso aos dormitórios dos adolescentes, por estarem em um andar diferente de onde as aulas acontecem, ao contrário de como é no CR, onde, para acessar alguns espaços, precisei passar muitas vezes em frente às celas. Ali, em cada canto, eram muitos os olhos que me viam, mas eram poucos os que eu via. A preocupação em realizar os encontros, o cuidado com os materiais que entravam e que deveriam sair, a atenção a cada fala, orientação ou pedido a mim dirigidos, tudo isso significava um grande esforço mental. Havia em mim um receio permanente de causar (mais) incômodos àqueles homens. Evitar olhar para todo e qualquer canto dizia respeito à busca por uma presença que não queria se fazer existir como fiscalizadora ou como uma observadora em uma espécie de zoológico.

Ao mesmo tempo em que cada detalhe importava e fazia diferença, eu não sentia que devia ficar à vontade observando tudo e todos, pois se trata do espaço onde aqueles homens vivem suas vidas. Um espaço imposto, hostil, mas ao mesmo tempo, o espaço que podem habitar, onde são tecidas novas relações e um novo modo de sustentação da vida. Uma espécie de espaço público e privado, com um quê de íntimo. Eu não queria “violar” essa intimidade. Por isso, em cada incursão no anexo, eu quase não olhava para as celas de onde alguns homens me olhavam de soslaio, num misto de vergonha por sua condição e curiosidade sobre minha presença. Nesse trajeto, eu buscava aparentar naturalidade, não externar algum possível desconforto, mas a verdade é que nunca senti ser natural presenciar seres (humanos ou não) enjaulados.

Eu me sentia bastante perdida no CR. Tinha a sensação de estar em um labirinto, onde não era possível ver além do que estava há poucos metros a minha frente. A visão era limitada e as falas eram parte de um todo também de difícil acesso. O caminho não parecia se fazer apenas ao caminhar, havia entradas aparentemente falsas que não me permitiam avançar.

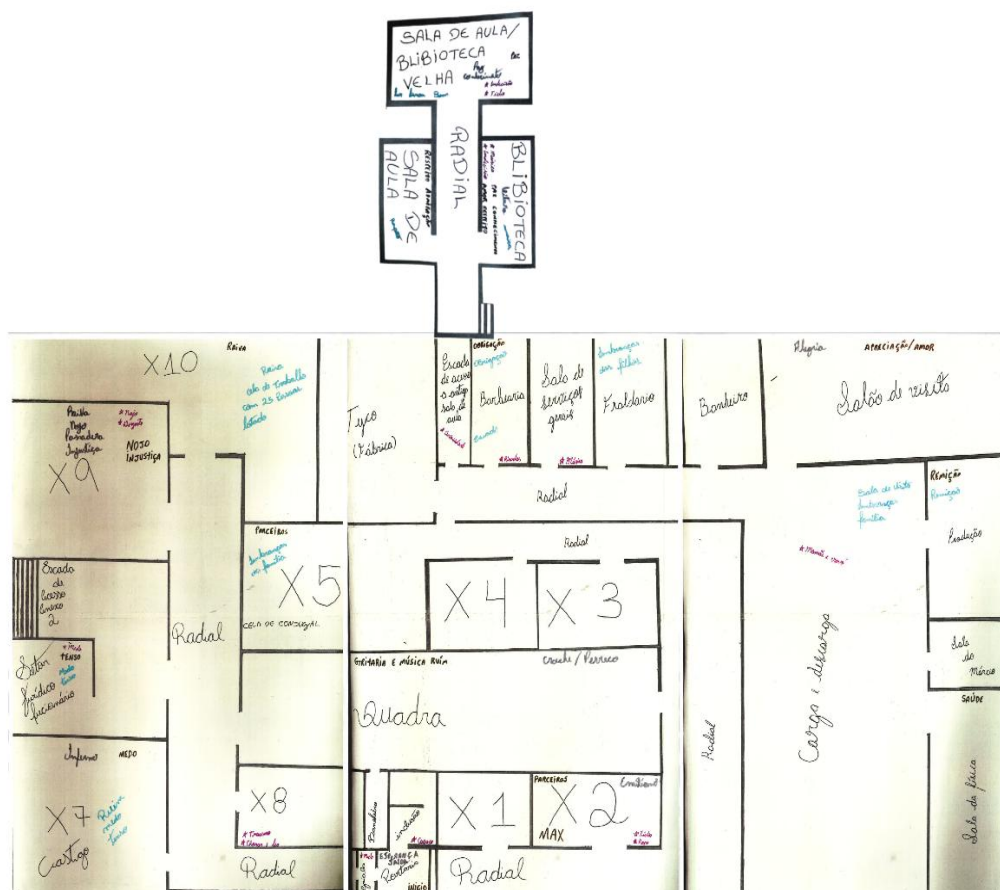
Acessar informações como alguém “de fora” do cotidiano prisional não foi um desafio pessoal. Esse é um obstáculo para qualquer pessoa ou organização que não pertença ao corpo funcional do sistema prisional. Uma barreira intencional, que impossibilita a devida transparência do funcionamento do sistema carcerário brasileiro. Ainda que eu tenha recebido o Manual de Normas e Condutas do CR, disponibilizado pela Direção, as diretrizes declaradas oficiais (ou não) e a rotina da unidade foram por mim acessadas de diferentes maneiras: nos grupos com os jovens, nas entrevistas com alguns profissionais e nas conversas informais que tive com diferentes interlocutores, entre funcionários e outros presos que não participaram da pesquisa.

As conversas informais foram muito importantes para que eu tivesse condições de montar o “quebra-cabeça” do presídio, do qual ainda faltam algumas peças. Esse território, aqui compreendido como “lugar de passagem” (Deleuze; Guattari, 1997, p. 132), apesar de representar um labirinto até meu último dia de campo, foi sendo desvelado através de outros olhares e vivências, como no mapa afetivo criado pelos participantes da pesquisa. Trata-se de um território composto por locais de medo, dor e angústia (gaiola de entrada, cela de inclusão, castigo e sala de atendimento jurídico), mas também de esperança (portaria de saída), de alegrias (salão de visitas, cela de visita íntima e fraldário) e de respeito, curiosidade e paz (salas de aula e biblioteca).

As celas onde eles passam a maior parte do dia foram descritas como espaços de tédio, trauma e choro. A cela do castigo (X7), bastante mencionada durante os grupos e entrevistas, foi descrita no mapa como um espaço ruim, de medo e tensão, “*um inferno*”. A cela 9 é o espaço onde ficam os galerias e os coordenadores dos galerias, presos que estão há mais tempo no CR e têm maior confiança do corpo funcional. A presença desses presos a torna, para os interlocutores da pesquisa, um espaço extremamente rejeitado, descrito como lugar de “*raiva, nojo, injustiça e desgosto*”⁴⁹.

Figura 2 – Mapa afetivo do CR

⁴⁹ As palavras em itálico e entre aspas correspondem às palavras escritas pelos jovens no mapa.



Fonte: mapa elaborado por quatro jovens participantes da pesquisa.

Ainda que eu tenha contado com a efetiva participação dos jovens, há limites na descrição do CR realizada neste trabalho, pois nem todos os espaços foram acessados por eles e por mim. O mapa refere-se apenas aos espaços onde os jovens circularam durante o tempo em que estão no CR. O que eles sabem dos demais espaços foi por ouvirem falar e, por esse motivo, não os incluíram no desenho. A ausência de participantes na pesquisa que estivessem no regime semiaberto, decorrente de suas agendas de trabalho, impossibilitou que tivéssemos condições de construir um mapa geral do CR. Foi interessante constatar, durante a construção do mapa, que mesmo sendo locais onde os jovens circulavam com frequência, foram muitos os momentos em que eles tiveram dificuldade em localizar a sequência correta dos espaços.

O labirinto se apresenta de diferentes maneiras para cada um de nós, e o cerceamento de locomoção, somado aos movimentos sempre controlados e

vigiados por todos os espaços em que estão, parecem dificultar a efetiva percepção espacial do grupo. De modo semelhante, a restrição imposta a mim tornou possível apenas a captura de fragmentos da unidade, sem uma locomoção que fosse favorável à compreensão da totalidade do CR.

3.2.2 Um cotidiano controverso

Os Centros de Ressocialização são unidades com baixo número de vagas, se comparadas às penitenciárias comuns, e comportam cerca de 210 pessoas. O centro pesquisado tem uma capacidade maior que os demais, contando com 259 vagas. Como o próprio nome anuncia, os CRs foram criados como um novo modelo de execução prisional, com foco na reinserção do preso na comunidade e abrigam presos do regime fechado e semiaberto, além daqueles que estão em prisão provisória.

Segundo Macaulay (2015), os Centros de Ressocialização seguem um regime que conduz à reintegração do preso à sociedade, baseado em quatro elementos centrais, sendo eles:

A criação de uma cultura prisional alternativa que subverte e inverte as subculturas e rituais, hierarquias e normas morais e de linguagem predominantes na prisão; um engajamento consciente da família e da comunidade para a qual o ofensor provavelmente retornará; uma oportunidade para completar sua educação, para trabalhar e receber treinamento ocupacional; e apoio à autoestima, às habilidades sociais e às perspectivas futuras de vida do detento (Macaulay, 2015, p. 8).

O processo de transferência dos presos para o CR segue algumas etapas, sendo a primeira delas a manifestação de interesse do próprio preso, de sua família ou do seu advogado. A partir daí, é realizada a avaliação pelo responsável, geralmente o/a Diretor/a Geral ou de Segurança e Disciplina e pelo/a assistente social da unidade. Os critérios dizem respeito, basicamente, ao perfil do preso e sua condenação: deve ser réu primário, não ultrapassar dez anos de pena sentenciada, ter bom comportamento e boas condições de saúde; não pertencer ou ter ligação com facções criminais e a região de moradia do preso e de sua família deve ser próxima ao CR requerido, para que seja possível a manutenção dos vínculos familiares através das visitas semanais, que

engajam e apoiam o preso em seu processo de reeducação e seu desejo pela “mudança de comportamento”:

A triagem antigamente era presencial. Depois da Covid, passou a ser por vídeo. A primeira pergunta que é feita é: tem interesse em vir para o CR? Se ele falar sim, depois a gente explica como funciona a unidade no CR. O que a gente quer aqui no CR? Que estude, que trabalhe, para que possa se ressocializar. As regras são trabalhar, estudar, seguir as normas, que são: não brigar, ter convívio com todo mundo, independente do artigo que tem aqui dentro (Diretora do CR).

Segundo o responsável pelo setor de Trabalho e Educação, que atua na unidade há 5 anos, se o candidato não tiver interesse em trabalhar e estudar, terá seu pedido de transferência negado, pois

Ele tem que demonstrar interesse de vir para uma melhora, porque ele sabe que vindo aqui, ele vai ter que estudar e trabalhar. Então, se ele não terminou o estudo na rua, ele vai terminar o Ensino Médio, ele vai ter que estudar. Aí a faculdade é critério dele, se ele quiser fazer ou não, aí não tem obrigatoriedade. Mas até o terceiro ano do Ensino Médio é obrigado. E se ele já terminou, se ele tem o interesse em vir para trabalhar. Por que é o que vai acontecer com ele. Por mais que venha para o [regime] fechado, pode ser que não tenha trabalho assim de imediato. Quando ele passar para o semiaberto, é praticamente automático, ele vai trabalhar, porque a empresa aqui é a Prefeitura Municipal da cidade, praticamente emprega 100% do semiaberto, não é opção dele, ele vai ter que trabalhar. Se ele falar que não quer, aí a gente vai falar então tá bom, você não quer, aqui você não vai vir para ficar o dia inteiro na cela, igual em outras unidades (Responsável pelo Setor de Trabalho e Educação).

Ele também afirma que há um número significativo de candidatos que desistem do pedido de transferência durante a entrevista, não só por causa da obrigatoriedade dos estudos e trabalho, mas também pela possibilidade de fazer parte ou desejar um dia fazer parte de uma facção criminosa, pois, para “o crime”, o preso que passa por um CR fica “manchado”. O primeiro trabalho que o reeducando assume ao ingressar no CR é abrir e fechar os portões internos, algo considerado inadmissível para os presos que pertencem a facções e até mesmo aos presos que não são de nenhuma facção, mas que consideram errado que um preso “prenda” outro preso, como se fosse um agente de

segurança. Outro aspecto de grande rejeição por muitos presos é que os centros de ressocialização são previamente conhecidos pela grande quantidade de presos “artigo”, ou seja, presos condenados por crimes sexuais, como o estupro:

Essa é a grande diferença (do CR): o convívio entre todos. Não tem como eu colocar alguém que é homossexual numa cela e alguém em outra não. Por isso, na triagem, a gente já fala: aqui tem todos os artigos. Tem artigo, homossexual, tem tudo, tem que conviver. Tem uns que não querem, e a gente já encerra a entrevista (Diretora do CR).

Após entrevista realizada, havendo vaga na unidade, o preso é transferido para o CR. Nos primeiros 15 dias, o agora chamado *reeducando*⁵⁰ passa pelo período de triagem, onde permanece isolado dos demais presos, em celas específicas para este fim. Após o período de triagem, onde recebe as orientações dos agentes de segurança referentes às normas e à disciplina da unidade, é encaminhado à cela onde permanecerá durante o cumprimento de sua pena. No CR analisado, os presos ingressantes recebem, quando chegam na unidade, o Manual de Normas e Condutas dos Reeducandos, um documento com 13 páginas, dividido em 17 sessões, que contemplam as regras relacionadas à entrada na unidade, às normas das visitas e às normas gerais de disciplina, às regras para trabalhos manuais, estudo, trabalho, ao controle dos pertences, ao pecúlio, aos atendimentos médico e jurídico, ao uso da biblioteca e às faltas disciplinares.

Ao iniciar a pesquisa de campo, solicitei à Direção Geral da unidade documentos e arquivos que pudessem contribuir para a análise das regras e princípios do CR. Tive acesso, assim, ao Manual e ao Regimento Interno Padrão dos Centros de Ressocialização do Estado de São Paulo (Resolução SAP nº 191, de 13/09/2012). Segundo a diretora geral, que atua no CR há 23 anos, a unidade não tem outros documentos que sejam específicos do CR que pudessem ser consultados, inclusive afirmou serem inexistentes dados sobre

⁵⁰ O termo *reeducando* foi inicialmente empregado pela APAC de São José dos Campos. Entretanto, mesmo após seu idealizador, Mário Ottoboni, identificar um equívoco em seu uso e substituí-lo por “recuperando”, a unidade analisada neste estudo preferiu seguir com o termo inicial. Para Ottoboni, o termo *reeducando* remete a uma nova educação daquele sujeito que já recebeu um processo educativo anterior. Entretanto, para ele, não era possível reeducar sujeitos que não foram educados anteriormente, o que era o caso dos detentos. Portanto, aqueles que não tiveram acesso às normas de bons costumes e às regras de sociabilidade precisavam passar por uma educação inicial e, neste sentido, o termo *recuperando* era mais fiel à sua condição.

reincidência dos presos que passaram pela unidade, o que impossibilita a comparação entre as taxas do CR e das demais unidades prisionais do Estado. Ao buscar as informações no site da SAP, confirmei que também não são divulgados dados pela Secretaria, um fato relevante para a dificuldade de avaliação da efetividade do modelo prisional analisado.

De acordo com o Regimento Interno, o objetivo central dos CRs consiste em buscar a ampla aplicação da filosofia de recuperação social do preso, oportunizada por meio: I) da participação familiar, com o cumprimento de pena nas proximidades da residência da família, de forma a favorecer a visitação e a constância dos laços familiares, II) da participação comunitária, III) da valorização do trabalho e da educação e IV) da valorização da dignidade humana e da ética prisional.

A valorização do trabalho e da educação aparece com ênfase nas falas dos funcionários entrevistados. Entretanto, a falta de postos de trabalho e outras modalidades de ensino para todos aqueles que estão presos no CR constitui a maior queixa entre os jovens participantes da pesquisa:

Aqui eu vim com essa ilusão também. Tenho colegas em outros CRs, que têm 4 empresas para quem tá no fechado trabalhar, onde 100% da massa carcerária trabalha. O CR era para proporcionar 100% de trabalho. Aqui são uns 60, 70%. [...] E aqui nem tem a remição por leitura. [...] Essa unidade faz muita coisa que é ilegal [...] a gente tá aqui dentro e tá vendo muita coisa, mas os órgãos que finalizam não vê (Ângelo).

Ao invés de fazer você continuar lutando, o sistema faz você parar, não te dá uma oportunidade. Eu não posso fazer uma faculdade para me aprimorar, não tem um curso para fazer. Se eu tomo uma falta, eu não posso mais trabalhar. [...] Por que não tem espaço para todo mundo aqui trabalhar, se é um Centro de Ressocialização? Qual é a dificuldade? É verba? É falta de interesse de ir atrás de alguma firma? Tô parado aqui dentro e o mundo lá fora tá girando (Vicente).

Você passa por entrevista com o diretor, mas tipo assim, tudo que ele fala, pelo menos pelo tempo que eu tô aqui, eu não vi. Ele fala que aqui é bom, que você vai ganhar remição, que você vai conseguir fazer curso, você vai conseguir estudar, trabalhar. Eu cheguei aqui e fui perguntar sobre os cursos, só tem pro regime semiaberto. [...] Então eu fico na cela, o dia inteiro na cela (Wellington).

O sistema penitenciário é um campo de concentração, aonde a gente tem o tempo todo só para pensar no que fez. [...] Me

venderam um elefante rosa, cheguei aqui e ele era azul, nada do que me falaram (Sobrevivente).

Ainda que não haja trabalho para todos, aqueles que trabalham são obrigados a comparecer todos os dias (exceto aos finais de semana) e recebem falta disciplinar caso se ausentem sem justificativa cabível – o mesmo valendo para a escola.

A agenda da unidade inicia às 6h, quando todos devem acordar, tomar café, organizar a cela e se vestir, para a primeira contagem, que acontece às 7h, momento em que são chamados pelo nome e devem responder com o número da respectiva matrícula. Aqueles que tomam remédio controlado devem ir até à farmácia antes da contagem, para tomar o medicamento, assim como às 20h, quando devem tomar a segunda dose do remédio. Depois da contagem, são designados ao trabalho ou ao estudo. Às 7h30 o ônibus da prefeitura busca aqueles que trabalham fora da unidade. Às segundas, quartas e sextas-feiras acontece o “bate grade”, quando os agentes de segurança passam, como o próprio nome já diz, batendo com um bastão de ferro nas grades das celas para verificar se todas estão intactas. Nesse momento, todos os presos devem ficar em pé e a televisão deve estar desligada. Entre 10h e 12h acontece o horário de almoço para os dois anexos, em momentos separados, no refeitório. Entre 12h e 13h é o período de descanso. O jantar é servido entre 16h e 18h. Às 18h é o horário limite para que os presos encham as garrafas com água para uso nas celas.

Os momentos em que os presos podem “tomar ar” na quadra são divididos em três horários, das 8h às 10h, das 14h às 16h, e das 20h às 21h30. Geralmente estão presentes aqueles que estão em regime fechado e que não trabalham. Os presos do regime semiaberto dificilmente estão na unidade nestes horários, a não ser que não estejam trabalhando por algum motivo, como feriado na cidade, por exemplo.

Às 19h todos devem estar de volta à cela para a contagem da noite. Durante o período da noite, não há aula do ensino formal, apenas cursos profissionalizantes, que são ministrados pelos próprios presos, como o curso de empreendedorismo, que estava prestes a iniciar quando finalizei a pesquisa de campo. À noite também acontecem os cultos, que são ministrados por diferentes

igrejas evangélicas e por um grupo espírita, cada uma em um dia da semana. Às 22h há o “sinal de baixa” na unidade, que indica a proibição, a partir de então, de qualquer barulho. Os aparelhos de televisão podem continuar ligados, mas com volume mínimo, até à 1h30 da manhã, de segunda à quinta-feira, e até às 2h da manhã, às sextas-feiras e aos sábados, quando então devem ser desligados.

As aulas da escola acontecem no período da manhã e da tarde e os horários do trabalho interno são divididos em três turnos: das 6h às 14h, das 14h às 22h e das 9h30 às 18h30.

A rotina, que deve ser seguida fielmente pelos presos, não faz sentido para todos. Alguns participantes da pesquisa questionam o fato de haver horário limite para encher as garrafas de água que ficam nas celas, por exemplo. O não cumprimento desse horário incide em falta, aplicada a partir da indicação de um preso que trabalha no setor seja como galeria, seja como representante de cela.

Entretanto, os participantes da pesquisa afirmam que as regras não valem para todos, pois os próprios presos que atuam nessas posições não respeitam todas elas, assim como alguns presos que são próximos destes e que contam com sua “confiança”. A divisão entre presos que trabalham internamente e os demais presos gera relações de poder no interior do CR, que se desdobram em muitos tensionamentos, podendo culminar na transferência dos presos. Aqueles que trabalham internamente têm alguma autoridade sobre os demais presos, ainda que não haja uma hierarquia declarada entre a população do presídio.

Tal hierarquia não se assemelha ao que acontece nos presídios comuns, com a divisão promovida pelas facções, que são mais rígidas e demarcadas. Entretanto, como os presos que trabalham têm uma relação de confiança e diálogo direto com o corpo funcional da unidade, além de fiscalizarem o cumprimento das regras do CR, sua palavra tem peso maior em casos de denúncia sobre alguma ação proibida realizada por outro preso, ainda que o este negue ter cometido a ação. Durante o período da pesquisa, tive acesso a muitos relatos sobre denúncias falsas que eram realizadas e que prejudicavam os presos. De acordo com os jovens, a motivação geralmente vinha de rivalidades sem explicação e de abuso de autoridade cometido pelos galerias, que se veem como “diferentes” dos demais. A relação estabelecida entre os presos fez-me

lembrar da afirmação de Primo Levi, sobre os espaços de opressão difundirem entre os oprimidos a disponibilidade de colaboração com o poder:

Também essa disponibilidade é matizada por nuances e diferenciações infinitas: terror, engodo ideológico, imitação barata do vencedor, ânsia míope por um poder qualquer, mesmo que ridiculamente circunscrito no espaço e no tempo, covardia, e até lúcido cálculo dirigido para escapar das regras e da ordem imposta. Todos esses motivos, singularmente ou em combinação, foram operantes na origem da faixa cinzenta, cujos componentes, em relação aos não privilegiados, eram unidos pela vontade de conservar e consolidar seu privilégio (Levi, 2020, p. 33).

Os entrevistados foram unânicos em afirmar que a maior dificuldade encontrada no CR, em comparação com os presídios comuns, era a convivência entre os presos e não com os funcionários:

Aqui o problema não são os guardas, são os outros presos. Aqui o pessoal tem prazer de atrasar sua cadeia. Por exemplo, veem você quebrando alguma norma de conduta, alguma regrinha besta, coisa estúpida, feita exatamente para você tomar falta [...] Ele viu você fazendo alguma coisa ali ou ele tem algum problema com você, ele vai ficar de olho e esperar a primeira oportunidade [...] eles ficam passando pelos corredores, então eles ficam de olho dentro das celas e se veem alguma coisa ali, eles já passam direto pro guarda e normalmente fazem isso por gosto, essa é a verdade. Eles não são obrigados. O trabalho deles é abrir e fechar os portões de acesso (Átila).

A relação entre guardas e presos é um grande diferencial do CR. Atualmente, a unidade conta com 28 funcionários, somando as áreas administrativa e operacional. Se pensarmos na divisão de funcionários por plantões e áreas, constatamos que o número de guardas nos anexos é muito baixo. Em minhas visitas não presenciei plantões com mais de dois guardas na entrada do anexo. Na parte interna do presídio, não há nenhum funcionário, apenas os presos que atuam nas funções de galeria e que, de certo modo, fazem as vezes da segurança. Esse modo de funcionamento do CR, baseado em uma suposta igualdade entre os presos, é fortalecida pelo discurso de respeito e trabalho cooperativo com os funcionários da unidade. Além dos presos que trabalham como galerias e que têm controle sobre as chaves dos anexos, há os presos que trabalham no setor administrativo, que contam com um grau de

confiança ainda maior, por acessarem e trabalharem “lado a lado” com os profissionais do setor. Além do baixo número de guardas, o CR não conta com torres de vigilância externas, ou seja, a segurança é mantida principalmente por coerção moral.

As relações de poder entre funcionários e presos são reconfiguradas nos centros de ressocialização. Os guardas acabam sendo vistos como mais “simpáticos e solícitos”, em comparação aos galerias, por exemplo, como podemos constatar na fala de um dos jovens:

O funcionário, ele trata nós melhor que os preso. Ele chega, dá bom dia, pergunta como você tá. Conversa com nossa família. Às vezes a gente manda recado pra nossa família, a nossa família liga aqui. Igual a minha mãe, ela vem lá de Guarulhos, ela vem me visitar, minha mãe e meu pai. Aí ela sai cedinho, 4h da manhã pra me visitar. Eles chega aqui umas 8h. Aí quando eles vai embora, eles sai daqui umas quatro da tarde, eles fica até o último sinal. Aí quando é uma nove hora da noite, aí chega lá na casa deles. Aí eles liga: “oh, por favor, você tem como avisar meu filho que a gente chegou bem?”. Aí eles avisam aqui (Ângelo).

Observa-se uma intencionalidade declarada na relação estabelecida pelos guardas do CR, cujo objetivo é, através do respeito e da cortesia, “modelar a conduta que eles esperam dos presos, numa abordagem essencialmente comportamental” (Macaulay, 2015). Bismarque compreende a dinâmica e a considera contraditória. Para ele, a aparente cordialidade sucumbe às tentativas de o retirarem do CR:

O pessoal venderam ilusão pra mim, falando que aqui era isso, que aqui era aquilo. Que era bom e tinha um monte de serviço. Que era tranquilo, modo de dizer. Aqui é um inferno pra mim. [...] Pensam que eu sou menininho, cê tem que ver. Bom dia, bom serviço, não sei o que. Eu não fico vendendo ilusão pra ninguém não, fingindo ser outra pessoa que não sou, não gosto disso não. Ainda mais que eles ficam me perseguindo (Bismarque).

As relações de poder entre os presos, ainda que sejam extraoficiais, são fortemente atravessadas por uma ideologia institucional que atua na fragilidade e rompimento de laços de solidariedade comuns aos presídios dominados pelas facções. As violações às regras são remetidas pelos galerias e coordenadores de cela para os guardas, gerando faltas leves, médias e graves. O sentimento

de “preso contra preso” sustenta um cotidiano aparentemente pacífico entre a população carcerária, contribuindo para uma visão positiva deste modelo prisional, ainda que, para os presos que estão sob esse regime, o cotidiano seja de uma exaustiva desconfiança absoluta de todos o tempo todo, nas palavras de Emiliano, “*até pior que o Big Brother*”.

O discurso de igualdade entre os presos, preconizado pelo CR, não encontra eco no cotidiano institucional, como pude observar durante a pesquisa de campo. É perceptível a assimetria entre a população do CR, dividida entre trabalhadores internos e não trabalhadores. Aqueles que realizam trabalho externo e que estão, portanto, no semiaberto, não fazem parte diretamente desta divisão. O tensionamento, aqui, se dá entre os presos que passam o dia na unidade, sobretudo os que estão em regime fechado, a partir da vigilância sobre o cumprimento das regras do presídio. Sobrevivente ressaltava a diferença que sente em relação aos demais presídios em que já esteve:

Aqui, se o preso ver algo ele já leva direto pro polícia. Aí o polícia vai primeiro te jogar no castigo, pra depois entender o que tá acontecendo. Até ele ver, entender, você se explicar... você já tomou uma falta. Já na cadeia do PCC não é assim bagunçada, tem uma ética. [...] Aqui tem tudo pra ser um lugar bom, mas o que precisa mudar não é o CR em si, são as pessoas que estão nele, começando pelos presos. Esse negócio de dar autoridade para o preso, tem que cortar isso aí. Ele é igual eu, tem que ser tratado igual eu (...) Isso é onde eles quer pôr um preso na guerra com o outro, dá pra ver. Essas relações de poder, tem que mudar isso (Sobrevivente).

O controle imposto pelo CR inclui uma rígida rotina de higiene pessoal e dos espaços, além da proibição de troca de itens pessoais e de alimentação e comercialização de qualquer espécie. Nem todos os jogos são permitidos, como o baralho, por exemplo. As apostas são proibidas, para evitar o que Coelho (2005, p. 74) nomeia como “economia delinquente”, comum nos presídios, abastecida parcialmente pelas famílias através do jumbo⁵¹, das drogas que entram nas unidades de variadas formas e por tudo que é produzido no próprio presídio, incluindo serviços prestados. Além disso, os presos devem se barbear

⁵¹ Itens que a família pode levar para a pessoa privada de liberdade, composta por alimentos, produtos de higiene, roupas, calçados, produtos de limpeza etc. No estado de São Paulo há uma relação única de produtos liberados para o jumbo, que pode ser acessada em: <https://www1.sap.sp.gov.br/jumbo-padronizado-unidades.html>

todos os dias e manter os cabelos com corte “na altura padrão”, correspondente ao corte de máquina nº 1 ou nº 2, conforme estabelecido no Manual da unidade. Durante as entrevistas e grupos focais, os jovens reforçaram as críticas ao que consideram regras sem sentido:

Tem muitas coisas bestas aqui, regrinhas bestas, que ao invés de ajudar, só atrapalham. [...] Aqui eles educam pro CR. Se eles estabelecerem regras que vão ser usadas no mundo lá fora, pode ter certeza que a gente vai seguir. Mas qual o sentido da gente estar seguindo essas regras que não têm futuro nenhum lá fora? Vamos supor, o corte de cabelo. Por que eu tenho que andar com um único corte de cabelo, se na rua eu vou poder andar do jeito que eu quero? Não tem sentido, entendeu? Já que aqui é um Centro de Ressocialização, por que eu tenho que ficar olhando pro chão? Quando um guarda vai passar por mim, ou alguém vai passar por mim? Eu creio que eu tenho que andar de cabeça erguida. Que na rua alguém vai falar comigo, eu tenho que falar com ela de cabeça baixa? Eu não sou bicho. Ela não é bicho, nós somos dois seres humanos. Então são muitas coisas que contradizem eles mesmos, se for parar para pensar (Sobrevivente).

Nessa cadeia, qualquer coisinha dá falta, você piscou errado aqui, dá falta (Ângelo).

Por exemplo, aqui não pode entrar batata. A família não pode te trazer batata, purê de batata... sabe Deus porquê. [...] Toda vez que a gente pergunta, é “porque tá na norma”. Aquela coisa, se tem placa é porque tem história (Átila).

Para a assistente social que atua no CR, há uma rigidez muito grande nas regras do centro, que leva a transferências por motivos insignificantes, que não comprometem a segurança. Ainda que possa ter acontecido alguma violação às regras, ela afirma que os lados envolvidos não são ouvidos da mesma forma. Geralmente, o acusador é ouvido e legitimado, levando o acusado a ser punido sem que haja sequer comprovação do ato. Para ela, alguns presos, que são mais próximos do corpo funcional, manipulam sutilmente as situações. Entretanto, ainda que as regras sejam mais rígidas do que deveriam ser, ela ressalta o trabalho realizado pelos funcionários do CR junto aos presos, sobretudo na organização dos documentos e prontuários e nas demandas de saúde, propiciando um cuidado “maior do que um convênio particular”.

A assistente social é funcionária da prefeitura municipal e está “emprestada” ao CR há 14 anos. Aposentada, não tem planos de se afastar do

trabalho no presídio, inclusive por uma questão de saúde mental, para se manter bem e ativa, ela me diz. No CR, ela é responsável pelos exames criminológicos⁵², que acabam tomando praticamente todo o seu tempo de trabalho, correspondente a 24 horas semanais. É também responsável pelo contato com os familiares dos presos, e providências relativas a documentos, como o registro de paternidade, quando necessário. Não apenas durante a entrevista, mas em muitas das conversas que tivemos durante os meses em que estive no CR, ela ressaltou a importância do curso que criou, sobre a Lei Maria da Penha, para a população do presídio, não apenas para aqueles que estejam cumprindo pena por este crime. Seu objetivo era ministrá-lo pelo menos duas vezes ao ano, para duas turmas. Entretanto, a demanda relacionada aos exames criminológicos não tem dado tempo para a realização do que ela considera ser o seu trabalho prioritário, as discussões sobre a violência contra a mulher.

O CR não conta com os cargos de psicólogo/a e assistente social. Por esse motivo, ela atua no CR como funcionária “emprestada” da Prefeitura. Em relação à Psicologia, área tão importante e fundamental no trabalho com pessoas privadas de liberdade e, conseqüentemente, em sofrimento, relatou uma experiência positiva com uma psicóloga voluntária que atuou no CR por um tempo, até ser aprovada em um concurso público. Informou que a psicóloga recentemente entrou em contato, afirmando que no próximo ano voltará a atuar como psicóloga no CR, “*mas não para fazer o exame criminológico, ela só vem para fazer atendimento, porque a paixão profissional dela é essa*”. Os exames criminológicos seguirão sob responsabilidade da assistente social, que continuará sem condições de realizar ações importantes com a população prisional e suas famílias. Os jovens sentem e narram o impacto da ausência de profissionais da psicologia no CR:

Aqui não tem atendimento psicológico. Essa unidade aqui não proporciona, ela engana a gente. E faz muita falta, igual eu falei pra senhora que eu sofri choque na cabeça e tudo. Eu não tinha ansiedade na rua, não tinha esse problema de ansiedade. Eu

⁵² Os exames criminológicos consistem em avaliações integradas que mobilizam saberes psicológicos, sociais e outros, realizadas no âmbito prisional com o propósito de traçar o perfil do detento. Esses instrumentos auxiliam o magistrado na concessão de benefícios, como, por exemplo, a progressão de regime, ao investigar se o indivíduo reúne condições para reinserção social e qual o seu estado físico e psíquico. Para tanto, consideram fatores como personalidade, laços familiares, capacidade de lidar com frustrações e histórico de práticas delituosas.

não travava. Às vezes quando vou falar agora, dou aquela gaguejadinha. Foi sequela do que aconteceu comigo. No CDP eu tinha psicóloga e psiquiatra. Ela demorava para atender, mas atendia (Ângelo).

Por isso que eu até agradeço você a vir... eu tenho você como uma psicóloga para que eu possa desabafar, conversar... sei que o que vai sair daqui, com o seu ponto de vista, é para melhorar isso daqui (Vicente).

Faz falta uma psicóloga, uma assistente social para conversar. [...] Eu acho que se o sistema tivesse um pouquinho de acolhimento, não deixasse as pessoas jogadas, maltratadas, eu acho que bastante das pessoas eles conseguiria salvar (João Lucas).

Aqui dentro você não aprende nada praticamente. Cê fica com raiva, tipo assim, por ser o tratamento que a gente recebe aqui. Cê acaba ficando com traumas, com raiva, vai despertando a parte negativa em vez da positiva. [...] Depende da pessoa, mas devia ter psicólogos pra conversar, ter algum tratamento, mais acompanhamento. Nem que fosse dentro da prisão mesmo, mas ser frequente a conversa com um psicólogo. [...] Aqui eles não tá analisando se a pessoa tá melhorando, se tá piorando. Não tem esse acompanhamento pra ter essa noção (Wellington).

A ressocialização mesmo, não é só questão de cê chegar aqui e deixar a pessoa presa, privar ela da vida dela aqui dentro. [...] Ela vai sair e vai voltar pro que ela tem costume de fazer. [...] Aqui não tem uma aula de ressocialização [...] Tem que ter mais diálogo, poder falar mais [...] Aqui você fica preso esperando dar a data (para sair). Simples assim (Átila).

A ausência de postos de trabalho tão importantes em um ambiente prisional põe em xeque o modo como são viabilizadas as condições de os presos cumprirem suas penas. Ainda que os CRs não sejam mais executados pelas ONGs, cuja ação era fortemente marcada pelo trabalho voluntário, seu funcionamento não é plenamente efetivado pelo Estado. O engajamento da família e da comunidade, preconizados nas normativas, correspondem, em alguma medida, à provisão de subsídios básicos que deveriam ser garantidos pelo Sistema Prisional, como itens de higiene, alimentação, vestuário, assistência psicológica, jurídica e até médica. Este aspecto é importante de ser considerado nas análises sobre as vantagens econômicas do CR perante os custos com as demais modalidades prisionais.

De modo geral, os jovens contam que a vinda para o CR é mobilizada por estar mais próximo da família, ter oportunidades de trabalho e estudo, e pelas

condições de higiene e alimentação, que são superiores aos presídios comuns. A fala de Átila sintetiza bem o que o grupo verbalizou sobre o tema em diferentes momentos:

Aqui tem uma ducha quente, aqui não tem sujeira. Teve um problema com piolho esses dias, mas nossa, até que resolveram bem rapidamente, então foi bem tranquilo. [...] O pessoal que vem pra cá, sabe, não vem muito com essa idealização de se ressocializar. Na verdade, eles vêm porque é mais higiênico que uma cadeia do CDP. [...] E aqui tem comida decente. [...] No CDP todo mundo passa fome e passa frio. Lá a ducha é fria, aqui é quente. E tem essas vantagens. E outra, todo mundo vem pra cá com aquela ilusão que aqui é que nem os outros CRs. Aqui é um CR mais fechado, devidamente o pior CR que tem (Átila).

Não há, entre os jovens entrevistados, expectativas a respeito da ressocialização preconizada pelo CR. Com exceção de Kayque, os jovens criticam a realidade do CR, que dizem ser diferente do que lhes foi prometido durante a entrevista de admissão. A ausência de atividades educativas e laborais para todos os presos, além da escola formal e de postos de trabalho para aqueles que estão no regime semiaberto é a principal crítica, seguida da falta de acompanhamento psicológico. Entretanto, eles reconhecem que há grandes diferenças entre o CR e os presídios comuns, sobretudo em relação à segurança e alimentação, pontos basilares na custódia.

3.2.3 Identidades confinadas: quem são os presos do CR

Ao iniciar a pesquisa de campo, fui surpreendida com a quantidade de homens brancos, mais velhos, e com profissões de nível técnico cumprindo pena no CR.

Analisar o perfil da população carcerária dos centros de ressocialização é fundamental para que possamos fazer comparações mais realistas com os demais presídios. O sucesso atribuído aos CRs, sobretudo no início de sua execução, quando ainda eram geridos por organizações sociais no estado de São Paulo, está diretamente relacionado a alguns aspectos, como veremos a seguir. Um deles é a capacidade de atendimento das unidades que, diferente das penitenciárias comuns, que têm capacidade média 800 presos e abrigam, geralmente, o dobro dessa quantidade, os CRs têm capacidade média para 210

peessoas e quase sempre operam dentro ou abaixo desse limite. Os centros de ressocialização paulistas atendem apenas 2% da população prisional encarcerada atualmente no estado e, é importante ressaltar que, dentre a população interessada em cumprir pena neste modelo de unidade, há total gerência por parte dos responsáveis pelo processo de seleção em escolher aqueles que lhes transmitem “confiança” para o processo ressocializador proposto. Assim, o processo de escolha daqueles que podem acessar o CR, baseado em critérios como tempo de pena, que deve ser inferior a 10 anos e a impossibilidade de ser reincidente, funcionam como uma peneira e contribuem para uma gestão diferenciada da população e da rotina proposta, incidindo em maior possibilidade de “sucesso” no combate à reincidência prisional.

Outro aspecto importante é que existe a condicionalidade de os presos contarem com familiares que residam a até 200 km do CR e que estejam dispostos a contribuir para sua recuperação, através de visitas regulares e suporte emocional. A proximidade com as famílias é um elemento muito importante para a regulação emocional das pessoas privadas de liberdade, além de também impulsionarem seus projetos para a o futuro, para a vida em liberdade, contrária à reincidência criminal, como será visto mais adiante.

A relação estabelecida nos CRs, onde os presos são chamados pelos seus nomes e não por alcunhas ou por denominações como “ladrão” e “vagabundo”, algo comum em unidades prisionais, também se constitui como um fator importante para o processo de reconfiguração da autopercepção do indivíduo acerca de sua identidade. É comum, nos CRs, que os presos se refiram uns aos outros como “senhor”, algo não usual no sistema prisional.

A seguir, apresento uma tabela consolidada com dados referentes à população geral encarcerada no estado de São Paulo e dados do CR analisado, ambos referentes ao primeiro semestre de 2025.

Tabela 4 – Perfil da população encarcerada no estado de São Paulo – janeiro a junho de 2025

Característica	Estado de SP		CR analisado	
Distribuição por Gênero	Quantidade	%	Quantidade	%
Homens	203.554	95%	272	100%
Mulheres	9847	5%	0	0%
Distribuição por Cor/Raça	Quantidade	%	Quantidade	%
Amarelos	1804	1%	1	0%
Brancos	79081	37%	138	51%
Indígenas	22	0%	0	0%
Pardos	104167	49%	116	43%
Pretos	28273	13%	17	6%
Sem Informação	54	0%	0	0%
Faixa Etária	Quantidade	%	Quantidade	%
18 a 24 anos	33867	16%	35	13%
25 a 29 anos	44171	21%	40	15%
30 a 34 anos	41540	19%	38	14%
35 a 45 anos	62507	29%	74	27%
46 a 60 anos	26277	12%	61	22%
61 a 70 anos	3904	2%	21	8%
Mais de 70 anos	1082	1%	3	1%
Pessoas com Deficiência	Quantidade	%	Quantidade	%
Total	3049	1%	4	1%
Nível de Escolaridade	Quantidade	%	Quantidade	%
Analfabetos	1704	1%	0	0%
Alfabetizados sem Escolarização	1607	1%	9	3%
Ensino Fundamental Incompleto	84959	40%	53	19%
Ensino Fundamental Completo	26083	12%	12	4%
Ensino Médio Incompleto	51806	24%	46	17%
Ensino Médio Completo	42256	20%	124	46%
Ensino Superior Incompleto	2798	1%	13	5%
Ensino Superior Completo	2129	1%	13	5%
Acima de Superior Completo	33	0%	2	1%
Estado civil	Quantidade	%	Quantidade	%
Solteiro	99390	47%	108	40%
União estável	70671	33%	70	26%
Casado	19401	9%	70	26%
Divorciado	5625	3%	22	8%
Viúvo	1371	1%	2	1%
Filhos	Quantidade	%	Quantidade	%
Sem filhos	70332	33%	91	33%
Com filhos	65160	31%	181	67%

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados disponibilizados pela Secretaria Nacional de Políticas Penais – Senappen.

De acordo com os dados, podemos verificar que a primeira impressão que tive ao acessar o CR se confirma: o centro de ressocialização conta com uma

população majoritariamente branca, com maior escolaridade e idade. A seleção de um perfil mais propenso à “ressocialização”, considerando marcadores importantes como de raça/etnia e de escolaridade, indica diferenças significativas nas possibilidades de reinserção social dos egressos, dado altamente relevante para a necessária (e inexistente) avaliação desse modelo prisional, pois a escolha do perfil enviesa a análise. A seleção daqueles que podem ou não habitar este espaço indica, conseqüentemente, resultados mais próximos aos esperados pela instituição. Se não for a efetiva reinserção social, ao menos em termos de relações “pacificadas” no interior da instituição, uma vez que qualquer infração que comprometa a tranquilidade do CR resulta em transferência imediata do preso.

Ainda em relação ao perfil da população encarcerada, apresento abaixo o comparativo entre questões ligadas à pena imputada aos presos no estado e aqueles que estão no CR:

Tabela 4 – Perfil da população encarcerada no estado de São Paulo – Aspectos penais - janeiro a junho de 2025

Característica	Estado de SP		CR analisado	
Situação	Quantidade	%	Quantidade	%
Presos provisórios (sem condenação)	41208	19%	23	8%
Sentenciados (regime fechado)	129058	61%	108	40%
Regime semiaberto	42208	20%	141	52%
Medida de segurança	730	0%	0	0%
Tratamento ambulatorial	197	0%	0	0%
Total	213401	100%	272	100%
Visitantes	Quantidade	%	Quantidade	%
Total cadastrados	172731	81%	260	96%
Tempo total de pena	Quantidade	%	Quantidade	%
Até seis meses	1411	1%	3	1%
De 6 meses a 1 ano	1772	1%	3	1%
De 1 a 2 anos	5546	3%	3	1%
De 2 a 4 anos	11347	5%	7	3%
De 4 a 8 anos	45744	21%	104	38%
De 8 a 15 anos	47370	22%	115	42%
De 15 a 20 anos	20858	10%	8	3%
De 20 a 30 anos	16034	8%	1	0%
Entre 30 e 100 anos	10586	5%	0	0%
Tipos penais	Quantidade	%	Quantidade	%
Lesão corporal	2780	1%	4	1%

Homicídio qualificado	10322	5%	45	17%
Violência doméstica	3586	2%	7	3%
Crimes contra a pessoa	26105	12%	2	1%
Roubo qualificado	31506	15%	47	17%
Extorsão	1148	1%	5	2%
Atentado violento ao pudor	2378	1%	2	1%
Estupro	4463	2%	13	5%
Estupro de vulnerável	8632	4%	72	26%
Tráfico de drogas	79644	37%	65	24%
Porte ilegal de arma de fogo	1510	1%	1	0%
Homicídio culposo na direção de veículo automotor	227	0%	1	0%

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados disponibilizados pela Secretaria Nacional de Políticas Penais – Senappen.

Em relação ao tipo de regime, constatamos que o CR possui o dobro de presos no regime semiaberto (52%), em comparação ao estado (20%). Já em relação aos tipos penais, podemos verificar que a fama do CR de ser “cadeia de artigo” tem algum fundamento, pois o número de presos sentenciados por estupro e crimes de atentado violento ao pudor corresponde a 32% da população atual do CR, o maior índice entre os tipos penais, enquanto a taxa estadual é de 7%.

Em relação à região de moradia dos presos do CR, a maioria é proveniente de áreas urbanas em municípios do interior (57%), seguido de 35% de pessoas advindas de regiões metropolitanas. Não foi possível comparar este aspecto com a população prisional ampliada, dada a ausência de dados estaduais no Levantamento.

Outro aspecto importante de ser comparado diz respeito à quantidade de presos que trabalham interna ou externamente. No CR, o percentual de presos que trabalham é de 74%, enquanto no estado esse número corresponde a 22%. Ressalto que os números do estado compreendem também os números dos 21 centros de ressocialização. Se subtrairmos o número de presos em cumprimento de pena dos CRs, esse índice será ainda menor. Ou seja, ainda que no CR não haja trabalho para 100% da população prisional, conforme preconizado, seus índices são muito superiores aos do sistema carcerário paulista. O mesmo podemos dizer acerca da remição pelo estudo através da leitura. Enquanto no CR 63% dos presos fazem uso de tal direito, no estado o índice corresponde a apenas 9% dos presos.

No CR analisado, 16% dos presos estudam e trabalham ao mesmo tempo. Este dado confirma o que observei e ouvi em campo: os presos que trabalham são aqueles que já finalizaram o ensino médio e, na maior parte dos casos, que estão em regime semiaberto. Os presos em regime fechado que ainda estão em processo de escolarização, sobretudo aqueles que estão no ensino fundamental não trabalham ou trabalham internamente, recebendo um salário inferior aos que trabalham fora do CR. Ao proibir a transferência de presos que façam parte ou tenham passado pelo PCC⁵³ (e até mesmo presos que não pertencem à facção mas têm simpatia por ela), o Centro de Ressocialização se constitui e se anuncia como um regime intolerante às hierarquias produzidas nos presídios sob controle das facções. Entretanto, o que foi constatado em campo sinaliza que as hierarquias entre presos não desaparecem no CR. Elas são operacionalizadas de forma implícita, sem anúncio oficial, como acontece com as facções, mas como uma regra do “jogo” institucional, em que os presos “de confiança” ganham benefícios e status sobre a população carcerária, a partir não só de suas funções laborais, mas principalmente dos *perrecos*⁵⁴ que criam.

As assimetrias resultantes das escolhas promovidas pelo corpo funcional, que determinam quem merece trabalhar e em que podem trabalhar (o que não tem ligação com suas habilidades e conhecimentos) são o pilar das relações estabelecidas pelos presos no centro. As rivalidades, ainda que não explícitas, por serem motivo de punição, são forjadas em um modo de gestão que privilegia aqueles que já têm inclinações para alcançar maiores resultados, em detrimento daqueles que precisam de mais recursos para atingir melhores resultados. Não há igualdade no cotidiano da ressocialização: há desigualdades prévias que são acentuadas pelas escolhas institucionais.

O levantamento de informações penitenciárias nacional não compreende dados importantes como religião, gênero e sexualidade. Tais dados, se

⁵³ O Primeiro Comando da Capital (PCC) é uma facção criminosa que surgiu no interior do sistema prisional paulista, em 1993, no presídio da Casa de Custódia de Taubaté. O grupo se legitimou como uma resposta às condições degradantes e opressivas da prisão, marcadas por superlotação e violência institucionalizada e se consolidou como instância de regulação interna do cárcere, construíram uma hierarquia própria, desenvolveram estatutos e assumiram o controle de redes de proteção, serviços e atividades ilícitas, convertendo-o em um poder paralelo dentro da prisão. A genealogia do PCC, assim, está diretamente vinculada à falência do regime penal punitivo e à omissão do Estado diante das violações de direitos humanos nas unidades prisionais, fenômeno que terminou por favorecer a organização coletiva de presos em torno de uma facção estruturada, que hoje atua em grande parte do território nacional.

⁵⁴ No CR, são chamadas de *perrecos* as intrigas causadas entre os presos.

coletados, permitiriam uma leitura interseccional sobre a população prisional brasileira, colaborando para análises mais profundas sobre as desigualdades prévias e sobre as desigualdades geradas pelo processo de aprisionamento.

A assistência religiosa prestada nos presídios parece semelhante àquela que encontrei nas unidades de internação no campo das medidas socioeducativas, composta basicamente por igrejas evangélicas, sem ou com uma presença ínfima de religiões de matriz afro-brasileira e espíritas. O mesmo pude constatar em relação à igreja católica, que tem baixa incidência nas unidades prisionais, ainda que haja um importante trabalho desenvolvido pela Pastoral Carcerária de assistência religiosa, jurídica, cultural etc. em centenas de presídios pelo país.

Durante os anos em que atuo e pesquiso o campo, foram inúmeras as conversas que tive com adolescentes, profissionais e voluntários de diferentes igrejas/religiões sobre a assistência nos espaços privativos de liberdade. Tais conversas me levaram à conclusão de que a presença quase absoluta de igrejas evangélicas em espaços de privação de liberdade não se trata de mera coincidência. Há uma conjunção de interesses e recursos que oportunizam este cenário. Ainda que o trabalho realizado pelas igrejas evangélicas seja um suporte importante às pessoas privadas de liberdade, abordo este aspecto como um questionamento acerca da efetividade do direito à diversidade religiosa previsto na Lei de Execução Penal.

Ainda em relação aos direitos da população privada de liberdade, é fundamental destacar a invisibilidade dos marcadores de sexualidade e de gênero nos levantamentos nacionais e nos registros individuais dos presídios. Essa ausência revela que a negligência e o desrespeito aos direitos básicos dessa população é uma escolha. Essas pessoas não são invisibilizadas apenas nos dados (não) publicizados, mas também no cotidiano prisional, sendo relegadas a condições de maior desproteção em relação aos demais presos.

Uma dessas pessoas é a Júlia, uma mulher trans que conheci na oficina que fiz em dezembro de 2022 no CR e com quem mantive contato durante minha permanência em campo. Júlia manifestou interesse em participar da pesquisa, mas não tivemos aprovação da diretora para que isso acontecesse, em virtude de sua idade – Júlia tinha 33 anos e a pesquisa era voltada aos jovens com idade entre 18 e 29 anos. Segundo a diretora, essa abertura causaria um problema

com os demais presos com idade acima de 29 anos e que gostariam de participar da pesquisa, mas não podiam, pelo limite de idade. Além disso, disse ela, Júlia não podia ter “privilégios” que os outros não tinham. Esse é um comentário que chama bastante atenção, pois, além de não ter nenhum privilégio, a presença de Júlia, uma mulher trans em um centro masculino, representa grave violação de um direito: Júlia deveria cumprir pena em um centro de ressocialização feminino ou, pelo menos, ter a garantia de uma cela específica para pessoas trans.

Ainda que não haja definição na LEP que contemple identidades de gênero, apenas sexo biológico, existem normativas que respaldam a transferência de pessoas trans para presídios que correspondam ao seu gênero. Em 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que presas transexuais e travestis com identidade de gênero feminino podem optar por cumprir penas em estabelecimento prisional feminino ou masculino. Caso opte por um presídio masculino, deve ficar em uma ala específica, separada dos presos de gênero masculino. Não tive acesso ao modo como foi conduzido o processo de Júlia, mas ela me disse que sua família reside próxima ao CR, o que facilita seu contato e, por isso, ela decidiu ficar em um CR masculino, mesmo sem contar com ala ou dormitório específico como determina a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 527.

Júlia não conta com ala especial, com cela individual, tampouco com ações institucionais que representem práticas educativas acerca de questões de gênero e sexualidade voltadas à população do CR. Júlia me disse que se sentia muito desrespeitada e era muito difícil não ter direito, ao contrário dos demais presos, de receber visita íntima. Presenciei, em algumas ocasiões, piadas e falas de desdém dos demais presos sobre Júlia. Em uma ocasião, ela me disse que gostaria muito que fossem realizadas rodas de conversa e formações com todos do CR sobre gênero, para que as pessoas entendessem sua condição, além da condição de outros presos que se assumiam como homossexuais e que também sofriam preconceito e discriminação na unidade. Até o término de minha pesquisa de campo, não foi realizada nenhuma ação neste sentido pelo CR e, ainda que Júlia não tenha sido autorizada a participar da pesquisa, mantive diálogo com ela em quase todas as minhas visitas. Ela teve acesso aos livros que levei para o grupo e, em nossos encontros, falamos sobre sua vida e outros temas que ela sentia necessidade e vontade de falar.

Como é possível perceber, o Centro de Ressocialização é um local de contradições, onde discursos de humanização coexistem com práticas rigorosas de controle e seleção social. As descrições físicas, os mapas afetivos e os dados aqui mobilizados desvelam tanto elementos reveladores quanto lacunas: as tabelas apontam perfis selecionados como “ressocializáveis”, invisibilização de marcadores identitários e assimetrias (raça/etnia, idade, escolaridade, tipos penais), enquanto as narrativas e os depoimentos trazem à tona as dinâmicas de delação interna, os adjetivos com os quais os presos nomeiam os espaços do labirinto e as pontas soltas que a estatística não alcança. Esses vazios (falta de acesso, omissões documentais e invisibilidades institucionais) são, em si, importantes reveladores metodológicos: mostram onde se acumulam as contradições do modelo ressocializador, esse enclave que opera em grande medida na contramão do que afirma como um mecanismo de exclusão e reprodução de estigmas.

A seguir, transitaremos dos modelos e mapas institucionais para as micro-histórias que atravessam esses regimes: as trajetórias biográficas dos jovens participantes da pesquisa. A partir das entrevistas e dos grupos focais, descreverei perfis, trajetórias e agências que permitem compreender como as discriminações (de raça, de classe, de gênero etc.) articuladas às dinâmicas internas do CR atravessam biografias concretas e como as pontas soltas das tabelas se fazem presentes nas narrativas, pelas lembranças, afetos e estratégias de sobrevivência desses sujeitos. A partir dessas vozes, é possível problematizar a eficácia, os custos sociais e os efeitos de subjetivação produzidos também pela política ressocializadora.

4 HISTÓRIAS EM MOVIMENTO NO TEMPO SUSPENSO

A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam. Para compreender, é essencial conhecer o lugar social de quem olha. Vale dizer: como alguém vive, com quem convive, que experiências tem, em que trabalha, que desejos alimenta, como assume os dramas da vida e da morte e que esperanças o animam. Isto faz da compreensão sempre uma interpretação.

(Leonardo Boff, em *A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana*)

Antes de acessar as trajetórias dos jovens e as formas como eles elaboram suas identidades, vínculos, dores e perspectivas de futuro, é preciso situar quem são os sujeitos-viventes⁵⁵ (Bosi, 2003) que compõem essa pesquisa. Este movimento não pretende reduzi-los a categorias, mas como reconhecimento de que cada narrativa é produzida a partir de uma presença no mundo. No caso deste grupo, uma presença marcada desde muito cedo por desigualdades e expectativas específicas associadas à condição juvenil nas periferias, ao mesmo tempo em que é atravessada por deslocamentos e tentativas reiteradas de seguir adiante.

Os dez jovens participantes da pesquisa têm em comum a intersecção entre juventude, masculinidade e encarceramento. São oriundos de bairros periféricos de cidades médias paulistas, têm trajetórias escolares interrompidas e ocupações laborais marcadas pela informalidade, aspectos comuns da violência estrutural que atravessa a existência de jovens pobres. Mesmo compartilhando condições estruturais semelhantes, esses jovens não formam um bloco homogêneo, e é justamente essa heterogeneidade a lente que nos permite vislumbrar a complexidade da dimensão do encarceramento juvenil.

⁵⁵ Para Ecléa Bosi, o termo "sujeitos-viventes" refere-se às pessoas que participam ativamente da pesquisa, especialmente em estudos de memória social. A autora propõe a expressão como alternativa ao termo "informante", considerado por ela reducionista e impessoal.

A seguir, apresento um retrato inicial dos jovens interlocutores da pesquisa, que os situa no interior da população do CR e, conseqüentemente, do sistema penitenciário paulista:

Quadro 1 – Perfil dos jovens participantes da pesquisa

Pseudônimo	Idade	Cor/raça	Escolaridade	Território de origem	Religião	Profissão / Ocupação anterior	Sentença
Ângelo Assis	26	Branco	EM completo	São Mateus	Não tem - acredita em Deus	Trabalhador da construção civil	5 anos e 6 meses
Átila	18	Pardo	3º ano do EM	Bragança Paulista	Agnóstico	Professor de inglês	Indefinido
Bismarque	19	Pardo	1º ano do EM	Atibaia	Católico	Não tem	4 anos e 5 meses
Emiliano	25	Preto	9º EF	Amparo	Ateu	Serralheiro e soldador	Prisão preventiva
João Lucas	20	Pardo	1º ano do EM	Atibaia	Evangélico	Empacotador em mercado	5 anos
Kayque	24	Pardo	1º ano do EM	Bragança Paulista	Não tem - acredita em Deus	Pintor predial	5 anos e 10 meses
Max	27	Branco	1º ano do EM	Amparo	Umbandista	Motoboy	Prisão preventiva
Sobrevivente	22	Preto	1º ano do EM	Diadema	Evangélico	Não tem	6 anos e 8 meses
Vicente	24	Pardo	EM completo	Vila Medeiros	Católico	Vendedor	9 anos e 6 meses
Wellington	26	Branco	EM completo	Águas de Lindóia	Não tem - acredita em Deus	Instalador de internet	8 anos e 10 meses

Fonte: elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelos jovens.

Os marcadores acima são bastante significativos quando comparados ao perfil geral da unidade. Conforme vimos no capítulo anterior, a população do CR analisado é composta, majoritariamente, por homens brancos, mais velhos e com maior escolaridade. Meus interlocutores, de forma contrária, aproximam-se do perfil estadual: são jovens majoritariamente negros, com alto índice de defasagem escolar e inserções precarizadas no mercado de trabalho.

Nesse sentido, se os Centros de Ressocialização operam na lógica do “preso ideal”, que é mais velho, mais escolarizado, não faccionado, morador da região onde está localizado o centro e com suposta compatibilidade com o ideal

ressocializador, os jovens figuram como uma espécie de corpo estranho, tensionando a lógica institucional e evidenciando o que Gilmore (2024) descreve como distribuição desigual da vulnerabilidade penal. O “desalinhamento institucional” que esses jovens carregam em seus corpos e trajetórias são marcas comuns da juventude encarcerada no Brasil, ainda que estejam habitando um espaço pensado para outro perfil.

A composição do grupo também revela um dado importante: embora o CR seja reconhecido como “cadeia de artigo”, essa característica não se aplica aos participantes da pesquisa, que apresentam outro histórico criminal. Dessa forma, o grupo não apenas difere de um perfil recorrente do CR, como também rompe com a imagem comum dessa modalidade prisional.

Considerar tais existências apenas sob a ótica estatística seria ignorar aquilo que Veena Das (2020) ressalta ao tratar da vida sob violência: as subjetividades são produzidas no ordinário, nos pequenos gestos, nas brechas entre a norma e a ruptura. Assim, ainda que seja fundamental situá-los sociologicamente, o foco aqui está na forma como esses jovens produzem narrativas de si, no que dizem, em como dizem e, também, o que silenciam.

Para compreender o modo como os jovens selecionam, ocultam e reorganizam e narram suas trajetórias, faço uso do conceito de “arquivamento de si” (Artières, 1998). Para o autor, arquivar é, ao mesmo tempo, revelar-se e resguardar-se, um ordenamento do vivido que segue critérios próprios a partir da escolha do que pode ser contado, para quem e de que modo. Nesse sentido, arquivar é produzir uma versão possível de si, o que Artières (1998, p.11) nomeia como “uma intenção autobiográfica”, um dispositivo de resistência.

Ao observar esses arquivos narrativos, vemos como os jovens atualizam suas memórias, produzem sentidos e constroem estratégias de dignificação da vida no interior de uma instituição forjada para atuar em sentido contrário, na busca pelo arrependimento e apagamento de ser quem se é.

Suas narrativas, portanto, estão nos entremeios: do desalinhamento entre o que são e o que a instituição espera que sejam e das margens que habitam dentro de uma condição já marginalizada.

A estatística serve para localizá-los, mas é a narrativa que os singulariza e nos permite acessar o sofrimento social vivenciado como outra dimensão em suas trajetórias. Compreendido aqui como efeito de arranjos sociais, históricos

e econômicos, o sofrimento social antecede a entrada dos jovens no mundo carcerário e se reorganiza no seu interior. Inspirada em Fassin (2006) e Das (2020), adoto o sofrimento social como chave analítica que não se limita a uma experiência íntima e individual, mas desvela uma estrutura política que produz reiteradamente vidas precarizadas atravessadas por múltiplas violências que, no âmbito desta pesquisa, se atualizam na (e a partir da) prisão.

O sofrimento social não aparece apenas nos grandes acontecimentos traumáticos, ele opera no cotidiano e podemos acessá-lo quando os jovens falam de perdas constantes que sofreram ao longo de suas vidas, dos amigos e familiares mortos, das violências nos territórios, das ausências materiais acumuladas desde a infância; um cenário de lutos que atravessa a maior parte das trajetórias.

O CR reorganiza esse sofrimento a partir de novos elementos, como a distância da família, a vigilância constante, o medo do castigo, as negociações internas, a gestão do tempo e do corpo. Das (2020) faz referência à vida cotidiana, que continua na forma imediata, como algo que nos ajuda a perceber como o sofrimento de algum modo se normaliza e se incorpora nas micropráticas diárias que sustentam a possibilidade da vida. Ele deixa de ser um acontecimento pessoal e passa a ser a textura da vida (Das, 2020), e é nessa textura que os jovens revelam também sua agência ao descreverem, por exemplo, suas estratégias de autocontrole, os códigos que aprendem a seguir e as alianças que estabelecem na prisão.

Ao escutarmos suas histórias, temos a dimensão do peso de suas experiências e dos modos pelos quais eles tentam produzir algum sentido diante desse acúmulo de violência. A partir daqui, acompanharemos o que os jovens dizem de si, não mais a partir do discurso institucional, mas das palavras que escolheram para se narrar e para narrar suas múltiplas experiências.

A seguir, apresento retratos individuais dos meus interlocutores, que não pretendem fixar identidades, mas demonstrar a forma como eles produzem seus arquivos, ocultando e ressaltando aspectos que consideram relevantes para comunicar quem são ou quem precisam parecer em um contexto adverso de constante vigilância.

Átila: Tarde demais

Desde criança eu fui muito bem cuidado, sempre estudei em escola particular [...] cresci meio mimado, tive tudo que quis, frequentava os ambientes saudáveis e evitava tudo de ruim até meus 14 anos. Era raro eu sair, porque os meus pais ficavam muito em cima de mim e eu não tinha paciência de ficar pedindo. Eu também preferia ficar em casa jogando. [...] Aos 15 anos comecei a ficar entediado dessa mesma coisa de sempre, comecei a sair bastante. [...] Comecei a fazer um curso militar, eu estudava e gostava de lá. [...] Dos meus 16 aos meus 18 anos eu era professor de inglês. [...] Eu, bem de vida, um tio policial, só ando bem-vestido, nunca gostei de andar com gente que eu considerava noia. [...] Eu era bem-vestido, o que causa uma boa impressão nas pessoas, querendo ou não. Pô, eu falava inglês bem, era de boa família... parecia gente boa mesmo sendo maconheiro, sabe? [...] Nunca gostei de ficar falando gíria, de ficar bebendo, bagunçando. Eu sempre gostei de andar mais bonito, mais arrumado, com o pessoal mais decente. [...] O pessoal que eu considerava decente e gostava de ter perto foi se afastando pelo fato de eu estar levando muito a sério o meu trabalho [comércio de drogas]. [...] O meu problema é o excesso de confiança. [...] Nunca fui preso, nunca tive nada assim, complicado, passo o dia inteiro chorando só. A minha vida tava divertido. Pô, agora que eu tava saindo, viajando, fazendo as coisas, tava curtindo de verdade, até comecei a namorar. [...] Eu queria fazer faculdade, eu queria seguir gastronomia, que eu gosto de cozinhar. [...] Me lembrar de tudo isso aos detalhes me dói de verdade. Eu aprendi a me arrepender de verdade, antes de ser preso. Agora eu só tenho mais tempo livre para juntar mais arrependimentos. Nada mudou, eu não liguei um interruptor de repente e criei bom senso e entendi o valor de certas coisas. Eu sempre soube, mas por egoísmo, ou algo do tipo, eu simplesmente ignorava e gostava de ser daquela forma. [...] Aqui é muito ruim, normalmente aqui ninguém tem os mesmos gostos que eu. Por exemplo, o momento que quero morrer aqui dentro é quando coloca sertanejo lá. Coloca na Nativa, meu deus do céu. [...] Acho que nunca falei o quanto a música é importante para mim. Eu passava 24/7 ouvindo música, literalmente. [...] Eu sou de direita, apoio o conservadorismo em muitos pontos e sou bem antipático dependendo da situação [...] Eu sou crítico com tudo e tenho dificuldade em lidar com opiniões que divergem da minha. Sou amante de química, ligeiramente preguiçoso e extremamente brincalhão. [...]

Não escolhi ser romântico, vim assim de fábrica. [...] Tolstói dizia que nós devíamos aprender com os “camponeses”. Eu entendo o que ele quis dizer agora, eles sabem ser felizes com pouco, eu faria qualquer coisa para ser assim. [...] por mais que eu tente, não dá, falta alguma coisa. Eu sinto uma sensação de desperdício. [...] Não compreendo a falta de ambição. Acho que esse é o meu problema, o vazio. [...] Eu tenho que ficar em completo movimento, físico ou mental para conseguir ignorar ele. Ignorar, já que ele nunca some, está sempre ali, só esperando o momento certo para atacar. Eu convivo com ele desde sempre, ele nasceu comigo.

Wellington: O que resta é sonhar

Foi muito difícil minha infância. Vim de família pobre, sabe? Bem pobre. Aí a situação lá em São Paulo quando eu morava lá era bem difícil, muita criminalidade lá. Minha mãe resolveu trazer os filhos dela para o interior. [...] Eu tinha uns 13, 14 anos. Vim de uma cidade grande para uma cidade pequena, não conhecia ninguém, é difícil. Mas aí vai indo pra escola, conhecendo as pessoas, fazendo amizade com gente nova, aí vai se adaptando. [...] Eu gosto de jogar bola, sou corintiano, sempre tive facilidade para fazer novos amigos. [...] Sou uma pessoa calma, gosto de tatuagem, não gosto de legumes e verduras e de conhecer lugares novos. [...] Sempre tive bastante amigo, amigo de verdade mesmo, sempre tive. [...] Em São Paulo eu não saía muito, minha mãe não deixava eu sair, por ser muito perigoso, mas aqui eu saía bastante. Aí a polícia enquadrava, por ser tipo assim, de bairro mais pobre assim, aí eles viam o jeito de vestir e tudo, quando abordava, esculachava a gente. [...] Aí fiquei maior de idade. Eu saía bastante, gostava de ir no barzinho, na choperia, tabacaria, na praça, no shopping. [...] Eu gosto de música eletrônica, de funk também. Mas funk consciente assim, que relata... tipo assim, a vida da periferia. Tipo assim, a gente se identifica mais. E quem começou, tipo de baixo assim, vamos dizer assim, vai se identificar com as pessoas que faz letras, tipo, que nem Mano Brown, assim. [...] Eu me considero adulto já. Fui jovem até os 20 anos [...] Tipo, você não tinha uma mentalidade formada ainda. Cê acabou de sair da escola, cê tá acostumado ainda na, tipo assim, naquela fase de escola, os amigo tudo, aí depois você vai criando uma maturidade maior, conforme vai passando o tempo. [...] Agora mudou bastante coisa. Minha mãe, quando vem, ela fala:

“nossa, você mudou muito”. Tipo, até a fisionomia assim, o jeito de se expressar. Eu era uma pessoa feliz na rua, muito mais alegre, mais comunicativo. (na prisão) Cê acaba pegando vários traumas, tipo, medo. Cê fica ansioso, muito ansioso, por causa do tempo que não passa. Cê acaba meio que se apagando, sabe? Hoje em dia até pra escrever, até na hora de escrever assim, tá difícil. [...] Desde pequeno eu trabalho. Desde uns 16 anos eu comecei a trabalhar. [...] Trabalho bastante. Eu gosto de aprender. [...] Tipo, eu fui preso com 24 anos. Agora tô com 26, vou sair com 29, 30 anos. Aí cê pensa, o que vou fazer da minha vida? Aí cê fica pensativo nisso daí. Tem muito preconceito a sociedade, com quem passou no sistema. Tipo assim, querendo ou não, cê não arruma emprego. Será que eu vou arrumar outro rumo? O rumo que eu, tipo, não queria. Tipo, querer ganhar dinheiro fácil, se envolver com coisa que não presta? Abre vários leques na sua mente. É bem complicado mesmo.

Bismarque: Se correr o bicho pega, se ficar, o bicho come.

Eu sempre morei com a minha vó e com a minha irmã porque meu pai e minha mãe não teve condição. Meu pai e minha mãe é usuário de crack. [...] Da minha infância eu só lembro no começo, empinava um pouco de pipa, jogava uma bola. Aí depois, na rua de baixo de casa tinha uma biqueira. Eu tinha 13 anos e aí, foi ali que eu conheci os meninos e quando eu comecei (a usar drogas e traficar). Os meninos me explicou e eu comecei. Aí desde os 14 foi só Fundação (CASA), desde 2018. Comecei a trabalhar, a vender droga. Fiquei dois mês vendendo drogas e fui pa Fundação. Aí eu saí, fiquei um mês na rua, fui pa Fundação. Depois saí, fiquei 23 dias na rua, fui pa Fundação. Aí saí, fiquei cinco dias na rua, fui pa Fundação. Aí, desde aí, foi só Fundação, Fundação, Fundação. Aí não morei mais com a vó. [...] Em casa, na escola, eu sempre me senti desprezado, porque a minha vó só gostava da minha irmã. Dava os negócio só pa minha irmã, nunca me deu nada. [...] Eu era revoltado, era revoltado. Por causa do pai e da mãe, eu acho. Toda vez que tinha reunião (na escola) de pai e mãe, só ia a vó. Os menino zuava eu: “cadê sua mãe e seu pai?” Eu falava: “um dia eles vai vim”, mas nunca veio. Até eu esperava que um dia eles ia aparecer lá, mas nunca aparecia. Aí eu comecei a dar muito trabalho, ganhava suspensão. Aí foi quando eu comecei a traficar na rua de baixo de casa. [...] Eu queria comprar prata, boné, tênis, aquele chinelo que é Kenner, você já ouviu

falar? É uma chinela mó cara. [...] Pa me divertir eu ia pa baile funk. Pegava umas moto, empenhorar que fala. [...] Eu não vou mentir pa você, eu tenho o intuito de voltar (para o tráfico). Só que você passano aqui complica um pouco mais, por aqui ser CR. [...] Eu sinto que eu vou voltar ainda. Tem vez que eu tô bem, tem vez que eu quero voltar. Eu não sei, sabe, é difícil. Os funcionário nem olha na minha cara. [...] Tudo é “Bismarque, pede o seu bonde”. Eles falam, eu juro por Deus que tá lá no céu. [...] É só perseguição comigo, não dá mais. Por eu ter 19 anos, assim, até eu fico emocionado de tanto de coisa que eu já vivi. Eu fico impressionado de tanta coisa que eu já vi, tanto de coisa que eu já aprendi. [...] Eu me vejo como adulto já. Com uns 13, 14 ano, por aí, eu comecei a pegar bastante maldade mesmo. Não quero mais saber desses negócio sabe? De tipo, de jovem. Tipo assim, fazer um curso, esses negócio assim. Eu quero saber desses negócio mais alto. [...] Parece que eu não tenho o caminho, sabe? Não consigo pensar, vê ota coisa, a não ser isso (crime). Parece que isso não sai da minha cabeça, eu tento fazer isso aí, mas parece que não sai. [...] Tô desde 2017 sem passar Natal e Ano Novo na rua. Até hoje. Isso aí pa mim é normal, eu nem ligo mais. Mas ano que vem eu saio. Na rua eu sou revoltado, aqui dentro não muito. Porque aqui não tem como. Eu gosto da bagunça. Eu não gosto de oro não, eu gosto de prata só. Os pingentes assim, do Tony Country. Eu tenho um monte lá em casa, 5, 7 sabe, de pescoço. [...] Eu não me sinto livre (no CR) do mesmo jeito que eu me sentia com as minhas roupa, meus negócio. Eu me sinto diferente, mas porém só de eu ter meu conhecimento já tá bom. Que o que leva você pa frente apesar do caminho errado, é o seu conhecimento. Isso aqui (a prisão) pa mim não significa nada, que eu sei o que eu sou lá fora, entendeu? [...] Eu tatuei tudo, essa aqui do peito é a que mais marca eu. As da perna também, tem um palhaço com uma arma na mão, do outro lado tem falando “ri depois”, mas tudo eles (policiais) vê. Aí é difícil, mas eu não me arrependo não, eu pretendo fazer mais ainda. [...] Eu gosto de funk e de uns trap. [...] Pa mim o mundo tá perdido. Eu falo por mim também, né. Eu mermo ia pro meu carro, passava ali, ia no pião. Aí, sei lá como eu posso dizer pa você, era tipo famoso na rua. Lá no facebook, postava aquelas foto, aqueles negócio. As menina mandava foto, entrava no meu carro. Já ia pa lá e pronto. Maior negócio doido.

Sobrevivente: Louco sonhador

Eu não tive nenhuma infância, porque quando minha mãe tava grávida meu pai se separou dela [...] Minha vó me criou, eu estudava em período integral, chegava em casa, brincava com meus primos no quintal mesmo. [...] Depois fui criado por estranhos, fui sempre criado na mão de babá, então eu nunca tive liberdade, por isso eu não tive infância. [...] Aos 12 anos de idade, eu me revoltei de um certo modo. [...] Com 18 anos eu não queria saber de mais nada, era toda sexta-feira saindo pa baile, fazeno o que não prestava. Eu não queria saber de nada, só jogar bola, empinar pipa, sair pa baile e usar droga. [...] E nisso, fui conhecendo gente em São Paulo, saindo, fui bebebo, fumano maconha... tudo que não prestava eu tava fazendo [...] Apesar da idade, eu já era vivido. [...] Eu não queria saber de nada, não tinha nada a perder. Morando na favela, usano droga, bebeno, todo dia baile. [...] Eu sempre fui meio doidinho da cabeça, então sempre alegrava a família, sempre tava lá. [...] Eu só andava no carro que queria, andava na moto que queria, eu pegava a mulher que eu queria. Eu era reconhecido, respeitado na favela. [...] Nessa vida eu perdi vários amigos. Tipo, esse ano mesmo, agora em agosto, vai fazer três anos que perdi um amigo meu, eu tava no assalto com ele. [...] Foi algo que, querendo ou não, deu uma balançada, mas no oto dia eu tava roubando de novo. Porque a gente não pensa muito com o coração nessa vida, a gente não vai muito pelo sentimento. Porque se for pelo sentimento, prejudica tudo, tem que ser apenas com a mente. Tem que ser frio. A cadeia tá me transformano, tá sendo um aprendizado. Eu entrei na cadeia eu era frio, não tinha sentimento, não chorava. Mas a cadeia tá transformano isso. Ela te modula, ensina a ser um ser humano novamente, voltar à vida. Ao mesmo tempo que ela é ruim, ela dá ordem. [...] Agora eu gosto de conversar com quem fala de progresso. [...] Hoje eu me vejo como homem. [...] Eu nunca me vi como jovem, eu me via mais, vamos se dizer assim... como eu posso dizer? Como eles fala lá na cadeia, eu me sentia, me via como um malandro. Não dependia nem do meu pai nem da minha mãe, corria com a minha própria perna. Jovem é alguém mais dependente, já não me via como jovem. Já me via mais como dono de mim mesmo, como adulto, mas não era. Isso desde os meus 15 anos de idade, por ter que trabalhar muito cedo e tal, conquistar minhas coisas. Mas hoje, por ser pai de família, me vejo como homem, meu pensamento é diferente, algo que mudou bastante. [...] Antes da minha

passagem, no enquadro eu era folgado pra caramba. Tomava enquadro direto, sempre. As tatuagens contam muito, tem na mão, no braço, na costela, na cintura, na sobrancelha. Eu fiz elas quando eu tava trabalhando no posto, então, tipo, eu não tava deveno nada. [...] Eu sofri bastante desprezo. As portas se fecharam bastante porque eu fiz tatuagem, por conta da minha cor. [...] Eu gosto de pagode, samba, funk, sertanejo, trap, hip hop. Gosto de filmes de terror, mas bem terror mesmo. [...] Eu gostava bastante de funk quando era mais novo, mas minha saída hoje é restaurante, pizzaria, balada fechada, uma tabacaria, sair pra comer. Uns rolês assim mais sociais, mais de família, vamos dizer assim. Ir pra uma tabacaria fechada que eu sei que posso levar minha esposa. Que é com som ambiente, a gente vai conversar, vai ser algo positivo. Não vai ser aquela bagunça do baile funk. Os rolês são esses hoje, com esses pensamentos. Eu sou trabalhador, penso bastante sobre meu futuro familiar. [...] Não gosto de mentira, falsidade. Sou hiperativo, explosivo e sem paciência. Humilde, generoso, não me deixo levar pelos problemas da vida.

Emiliano: Todo mundo é igual

Eu naquela parte da adolescência, infância, não andei muito direto na linha. [...] Infelizmente, por causa da minha cor, eu sempre sofri preconceito na escola. Várias vezes chamavam meus pais na escola, porque às vezes eu brigava, porque as crianças chamavam de macaco, às vezes até as professoras na época da escola agredia. [...] Tinha essa situação de preconceito. Aí depois fui me revoltando, perdendo a vontade de estudar. [...] Aí sempre assim, eu sempre fui quieto, humilde, cuidava da turma, às vezes fazia aquela bagunça normal de criança, mas nada demais. [...] O tratamento era bem diferente, por causa da cor. [...] Tava com 15 anos, conheci a maconha, comecei ir pra farrinha dos moleques. [...] Andava de skate, aí tinha uma molecada mais velha. [...] O álcool eu comecei com 14 anos, aí não parei mais até hoje. [...] Eu saía de manhã, voltava à noite, comia, só voltava para casa para dormir. O dia todo, ficava andando de skate, fumando maconha, às vezes subia nuns pico com a turma lá, tocava violão, fazia churrasco, pegava salsicha, tomava umas cachaça. Às vezes pichava um muro ou outro, um símbolo anarquista. [...] Eu sempre fui e gostei de rock, essas coisas, cresci escutando Raul Seixas, às vezes um pouco de rap. Cheguei a ter um moicano de 45 centímetros. Já me envolvi em muita briga por

causa dessas coisas. O anarquismo era uma coisa da igualdade. A igualdade é que todo mundo, ninguém é melhor que ninguém. [...] Só que a coisa ruim do anarquismo foi na parte das brigas, às vezes, à toa. Briga com faca, soco inglês, às vezes até tiro para o alto. [...] Eu sempre fui muito tranquilo, mas quando vinha pisar na bola, perto de mim não gostava. Porque às vezes vinha que vinha maltratar morador de rua, essas coisas, eu já partia pra cima. Via uma injustiça, eu partia pra cima. [...] Eu discutia bastante. Política, histórias, até coisa de constelação estrelar, alienígena, essas coisas. Falava besteira e tal, zoação, mas tinha muito papo sério, ainda mais de política. O ápice disso foi até os meus 20 anos. [...] Comecei a trabalhar já com 16 anos. serralheria, soldador, ajudante de pedreiro. O que apareceu, eu fui fazendo. [...] No motoclub, a gente sempre viajava, a gente vai pra... pra Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, sempre tava viajando. Acampando também. [...] Ser preso foi um choque, foi como enjaular um passarinho. Pra mim, que eu vivia indo pra cima e pra baixo. [...] Ficar preso foi um choque instantâneo, que tanto que eu cheguei na prisão, que eu tive um surto. Tanto que aqui é coisa que eu não precisava tomar remédio com ansiedade, estou tomando. [...] Fiz muita coisa feia, na parte de violência. Quando minha filha completou um aninho, já tava ficando mais sossegado, tava pulando fora. Mas sempre tem aquele ímã que me puxava pra dentro de novo, era dificuldade financeira [...] às vezes normalmente sentir um pouco de poder pra ter uma proteção pra minha família. Mas o básico, o principal era o financeiro, porque eu pegava um dinheiro bom dava o que a minha família precisava. Conseguia o que eu queria, minha moto, carro, as coisinhas que eu gostava, roupa, as coisas para minha filha, não deixava faltar nada. [...] Essa parte da minha vida eu não me orgulho não, eu já machuquei muita gente também na parte de briga, essas coisas. Às vezes muito desnecessariamente, por causa do impulso de outro, pra proteger outra pessoa, ou pra fugir de alguém. [...] Eu cheguei a ser sangue frio. Não pensava muito nas consequências. Só agia por um impulso e depois eu via que dava. [...] (O motivo dessa revolta) era tudo, o preconceito, a perseguição, às vezes um mau-olhado, às vezes o pouco que eu tinha, o outro já invejava, meu pai era alcóolatra quando eu era criança [...] brigava demais com a minha mãe, era pequenininho e eu lembro. [...] Fora as outras dificuldades que eu vi meu pai e minha mãe passando também. Mas outras coisas que eu vi em volta, as coisas que aconteciam com os outros, às

vezes eu ficava revoltado. Eu falava assim, é muito injustiça fazer isso com tal pessoa. Tem tanta coisa, velho. Às vezes nem sai a palavra da boca [...] Gente apanhando de graça, mãe batendo nos filhos [...] muita violência, meu vô batia na minha vó, na minha mãe também [...] Eu larguei mão da bebida. Muita coisa que eu via gosto hoje em dia eu não vejo mais. Com drogas, essas coisas. [...] Foi uma fase bem turbulenta. [...] Eu me vejo mais ou menos num meio termo, eu ainda tenho mais atitudes, digamos, de mais jovem, molecção, mas tenho umas atitudes mais maduras, de adulto. Depende do dia, eu já tomo uma decisão mais madura, mas ainda tem aquelas brincadeirinhas de molecção. [...] Eu faço bastante filantropia. Todo churrasco que a gente faz no clube, a gente faz voltado para pegar arrecadação de alimento, fralda geriátrica. E o que puder, brinquedo para as crianças, dia das crianças, Natal, aí sai distribuindo. [...] Mas é como se fosse uma vida que a gente escolhe, sempre na estrada, viajando. [...] É uma filosofia de vida.

João Lucas: Festa na rua é céu de pipa

Desde pequeno eu nunca me dei com a minha mãe. [...] Eu acho que eu tinha uns 12, 13 anos de idade. Teve um tempo que, quando eu ia sair, ela queria me corrigir, queria me deixar trancado e tals. Aí o primeiro contato que eu tive com o meu primo, que eu experimentei a droga, ela percebeu que eu tava fumando e tals. Eu chegava, ela me batia, batia na minha boca e tals. Aí teve um dia que eu ia sair, aí eu saí, usei, voltei e ela me bateu. Aí ela pegou uma corrente, amarrou no meu pé e amarrou na cabeceira da cama, falou que eu não ia sair de lá. Aí nisso eu comecei a chorar, comecei a chorar e meu padrasto chegou do trabalho, viu aquela situação e brigou com a minha mãe. [...] aí foi e me tirou de lá, aí eu peguei e me afastei também, fui morar com a minha avó. Mas com a minha avó era mais solto, entendeu? Minha vó me tratava com bastante carinho, mas eu ficava mais solto. Foi aí o meu erro também. [...] Quando eu tinha uns 13 anos, o meu tio pegou eu pra trabalhar na loja de informática. [...] Eu lembro que naquela época, quando eu comecei a trabalhar com o meu tio, eu estudava de manhã. Terminava o meio período e ficava à tarde trabalhando, mas teve um período ali que eu abandonei a escola, que foi no meio do ano, eu não lembro mais as datas. Naquela época, eu não sei explicar, às vezes eu não prestava atenção, não via sentido assim pra mim. [...] No bairro onde eu moro tem muita

coisa errada, eu acho que isso influencia muito. [...] Foi muito por ilusão, tipo, muita amizade errada. Eu vejo que influencia bastante muita amizade errada. Querer ficar comprando roupa, essas coisas, querer ficar saindo pra festa, isso e aquilo, com amigos e tais. Mas nisso, a minha esposa tava comigo, ela sempre pegava no meu pé, falava que ia separar de mim e tudo mais. Aí eu já não ia ficar também. Porque meu envolvimento nunca foi forte. Assim, de tipo, traficar com força mesmo, me envolver com gente pesada e tal. Sempre foi coisa leve, tipo, ficar uma semana, depois parava, depois ficava de novo. Nunca foi forte meu envolvimento com as coisa errada. [...] Sou trabalhador, gosto de passear, de comer lanches, valorizo a liberdade. Eu gosto de jogar videogame, gosto bastante de jogar videogame, ficar com a família, com minhas filhas. Eu acho que foi o que mais me fez mudar, acho que foi a família. [...] Quando você pega uma pena alta, quando fica de maior, você vê que as coisa muda. Aí eu vi que as coisa mudou, não é mais brincadeira, né? Quando eu peguei uma pena alta assim... de 5, 8 anos, ter que ficar 4 anos preso, é muito tempo. [...] É uma amargura. [...] Hoje eu já não sou mais como eu era antes. Tipo, eu tento ficar mais sozinho, evitar ficar de conversa, porque aqui, tipo, ninguém tem amigo. Na verdade, nossos amigo é nossa família. [...] Aqui pesa bastante por causa da família, sinto angústia, saudade das minhas filhas, da minha mulher. Dói. Eu seguro bastante, nunca tive problema com ansiedade, agora que tô tenho, aí comecei a tomar remédio pra dormir. Eu não tava conseguindo dormir, ficava pensando muito lá fora, às vezes começava a chorar. [...] Hoje eu vejo que mudou, dos quinze para os meus vinte (anos), eu me vejo mais estruturado, eu posso dizer. Eu acho que pela mentalidade que eu tô hoje, de querer fazer o melhor pelas minhas filhas, de eu tá convicto que eu quero sair daqui, nunca mais olhar pra trás, nunca mais fazer as coisa errada, considero que sou um adulto já. [...] Hoje eu vejo assim, se eu não fosse cabeça dura... se eu tivesse lá com o meu tio desde os meus 13 anos de idade, nossa... era pra mim tá lá com ele já, há muito tempo, já era pra mim ter crescido já. [...] Como eu falei, meu envolvimento nunca foi forte, foi mais, eu acho, falta de cabeça mesmo, tipo, levar tudo na brincadeira. [...] Se a minha filha tivesse nascido bem mais pra lá, pra mim ver e ter pegado mais um pouquinho de maturidade, eu acho que hoje eu não taria aqui. Acho não, é certeza, eu hoje não taria aqui.

Kayque: Encher bexiga é uma festa

Desde criança, eu sempre morei com a minha mãe. Nasci dentro de casa, nasci de sete mês. Minha mãe tinha que tramar na fazenda, de arrancar batata, que meu pai não ajudava. Morreu dentro da cadeia também, de tuberculose. [...] Sempre trabalhei, desde criança. Tinha 8 anos de idade, já ia vender bala no farol. Daí, como minha mãe trabalhava sozinha, nunca pediu pensão pos pai, eu fui ajudar ela, fui vender bala no farol. Eu estudava cedo e à tarde eu ia fazer o serviço. Daí quando comecei a ter 14, 15 anos, comecei a trabalhar de servente. Aí assim foi simplesmente a vida. [...] Gostava muito de soltar pipa, brincar de esconde-esconde, polícia e ladrão. Mesmo trabalhando, brincava à noite, daí. Eu ia pa escola cedo, chegava do trampo umas cinco hora da tarde, aí brincava à noite, na rua mesmo, aí nós jogava bola aqui. Tive uma infância boa. [...] Era demais. Era pipa e carrinho de rolimã. Gostava demais, dava até briga. Às vezes quebrava o carrinho de um. Eu tava com o meu, se o cara quisesse pegar eu não deixava, dava briga. Eu arrumava o dele, mas não deixava emprestar o meu. Eu gosto de videogame, sou viciado. Na saidinha mesmo, fiquei com a minha sobrinha, que tenho 7 sobrinhos, deixa eu ver... quatro mulher e três homem. Eu fico com eles em casa. Fico com a minha família em casa. Minha sobrinhada fica lá. Meu irmão: “oh, vou deixar com você. Vai ficar uns sete dias com você. Disse: “não, pode ir embora”. Aí já envolvi o Xbox... De criança eu gosto muito. [...] Eu fiz capoeira e jiu jitsu. Sempre fui de dar trabalho, mas sempre fui querido. Dava trabalho coisa de criança mesmo, de não querer tomar banho, sair pra rua correndo. [...] Quando eu tinha 16 ano, um cara passou no farol e comprou as minha bala. [...] Ele comprou tudo, me devolveu a mercadoria, foi no mercado, comprou mais 400 real de produto pra mim vender de novo. Daí ele pegou e disse: “você quer trabalhar?” [...] Ele falou assim: “você vai vender de hoje até domingo. Aí segunda-feira que vem eu vou levar você pra trabalhar comigo”. [...] Daí na segunda ele passou em casa e pegou eu pra trabalhar, daí eu fiquei de dezesete ano até... 2020. Daí dos 16 ano pra cá eu fiquei trabalhando com ele, minha mãe assinou pra mim viajar pra fora com ele, aí trabalhei em São Paulo, Mairiporã, Paraná. [...] Daí veio a pandemia, não podia trabalhar. [...] Foi quando eu fui vender droga. Fui vender pra ajudar minha mãe. Só tava morano eu e ela, minhas irmã e meus irmão tudo casado. [...] Todas as rua onde eu moro é biqueira. Andava, passava por ali, conhecia todo mundo. [...] Eu tava vendendo

porque eu tava necessitando, porque eu não tava arrumando trabalho mais. Mas eu sabia que podia destruir vida. [...] Quando eu cheguei aqui, tinha uns 20 que eu conhecia da rua, do tráfico, daí eles ajudaram quando eu cheguei. Aqui é como se fosse uma família. Aqui é muito mais melhor a convivência. Que nem, se eu fumo cigarro e acabou meu cigarro hoje, eu vou ali, peço um cigarro pra mim. Eles empresta na hora. Quando eu pegar o Sedex, eu pago. Até o mês, ninguém fica sem cigarro. Me dou bem com todo mundo. [...] A prisão trouxe sofrimento, mais sofrimento e saudade. Por estar trancado mermo... Que nem com criança mermo, porque eu gosto de criança. [...] Quando eu sair da cadeia, eu aproveito esses dias que tenho de saidinha pa ficar com minha família e com as criança. [...] Antes, quando eu tinha ansiedade, eu jogava videogame, daí já distraía. Agora fico agoniado, choro. Dá muita tristeza. Aí eu parei de tomar remédio e comecei a controlar, mas agora, no finalzinho, tá ando vontade de novo, fico pensando mais na rua. Sei que tô pra ir embora, aí fico mais pensano. Oh, que nem ontem, faltava 28, agora falta 27 dias... Acordo todo dia, já vou no calendário e já marco. Tenho um calendarinho na cela, daí eu marco, e assim vai indo.

Max: O que está feito, está feito

Eu quando eu tinha 7 anos de idade, meu pai se separou da minha mãe, aí essa parte assim da separação, não me recordo direito, faz muito tempo, né? A parte que eu me lembro era mais era trabalhando. Eu comecei muito cedo, com 11 anos. Então eu levantava de manhã, ia para a escola, à tarde eu ia trabalhar. Era difícil brincar na rua. Às vezes eu saía, brincava esconde-esconde, mas já voltava pra casa. Eu sempre tive computador em casa, sempre fui de jogo online. Tenho até tatuagens de jogos. Essa aqui é do World of Warcraft [...] essa aqui é o tanque da minha moto. Tem aqui uma catrina [...] um personagem desse jogo aqui, [...] a sigla do meu motoclub, [...] um crânio maori, uma coruja mexicana, um crânio mexicano, o símbolo da banda Raimundos [...] o soco inglês aqui. Esse aqui é ódio, escrito. [...] Sempre quis trabalhar, desde criança eu sempre quis ser importante na casa, dar o dinheiro em casa e falar essa conta eu paguei. Desde criança eu quis fazer isso, uma coisa de responsabilidade. [...] Quando eu fui preso, eu estava trabalhando de motoboy e trabalhava em casa. Trabalhava com criptomoedas, essas coisas assim. [...] Eu parei (de estudar)

porque a minha mãe, ela sofreu um infarte, aí minha mãe não pôde mais trabalhar. Aí nessa época eu lutava boxe, trabalhava meio período e estudava meio período. Aí eu tive de parar com boxe, tive de parar com a escola pra eu poder trabalhar em período integral. [...] Porém, pra mim voltar a estudar, se eu voltasse num supletivo comum, eu ia ter que ficar mais dois anos estudando pra mim poder terminar, entendeu? E tipo, eu não tinha tempo pra isso. [...] Eu acho que desde quando eu peguei todas as contas da casa, comecei a me virar sozinho em casa, eu já me senti um adulto. Com 16, 17 anos. Já peguei tudo, cuidar de tudo. Meus irmãos eram casados, não moravam juntos, né? [...] Ali já percebi que não tinha mais tempo pra ficar de brincadeira, não tinha mais tempo pra muita coisa, entendeu? Tinha uma responsabilidade pra cuidar. E eu gostava de fazer isso também. [...] Sou competitivo, dedicado, questionador. [...] Eu sou bicampeão regional e campeão paulista. Comecei a lutar boxe com 10 anos. O meu primeiro campeonato regional foi com 13 anos, o segundo com 14. E o terceiro com 16. [...] Me defino anarquista desde que eu nasci. Me identifico desde criança. [...] O meu primeiro moicano eu tive com 11 anos. Só que era pequenininho, assim. Levantava com sabonete. Aí depois eu deixei o moicano gigante, com 45 centímetros. [...] Gosto de jogo, computador. [...] Eu não tinha muito tempo pra sair, ou quando chegava o fim de semana, ia pra show, evento, reuniões, essas coisas assim. Porque o motoclub faz muito evento beneficente nos país. [...] Gosto de rock, punk e hardcore. [...] Meu Deus! A pior parte de estar preso é isso [...] é sempre no sertanejo. [...] Eu cresci numa família, pelo menos a minha criação particular, ela foi de pessoas que gostam de rock, gostam de música clássica, essas coisas assim. Pessoas de vocabulário, tipo, mais ético, digamos assim. E você chega aqui, você vê essa molecada falando gíria, falando essas coisas, escutando funk, umas coisas que eles falam que você nem entende, tipo, o que você tá falando, sabe? [...] Tô feliz porque eu tô estudando. E finalmente vou terminar meus estudos. [...] O estudo aqui eu acho muito legal, a biblioteca daqui é muito boa. É muito boa, tem bastante livros interessantes. Eu tenho um monte de Barça em casa. [...] Eu sempre fui bem controlado, eu acho que eu nunca teria depressão na minha vida, porque, tipo, o jeito de eu pensar é um jeito chucro, entendeu? Tipo, ah, beleza, ah, eu tô aqui, beleza, ah, eu tô preso, ah, tô longe da família, essas coisas, posso fazer alguma coisa? Não, tem que ficar aqui, então eu vou fazer o quê? Vou distrair a cabeça de

algum jeito, não vou ficar pensando, entendeu? [...] Eu aprendi no boxe isso, essa doutrina de eu quero alguma coisa eu faço, estou passando por tal coisa porque precisa, entendeu? [...] E faz muita diferença, né? [...] O que mais tem aqui é gente deprimida, pensando no processo, chorando pros cantos e não adianta, isso não vai soltar você. Você tem que focar aqui, fazer o máximo que dá para você ir embora. [...] Já estou preso mesmo. O que eu posso fazer para adiantar? Escola e trabalho. Estou estudando e estou trabalhando. [...] Eu tenho um bom convívio com todo mundo. Se eu vejo alguém fazendo alguma coisa errada, eu não preciso prejudicar essa pessoa. Eu vou lá, ó, vem cá, vamos conversar. Você sabe que não pode fazer isso, isso e isso. [...] Eu vou lá, eu converso, a pessoa sai de lá feliz e não faz de novo. [...] Me dou bem com pessoas mais velhas, com os senhorzinhos. É ótimo [...] eu tenho muita paciência eu tenho muita paciência para conversar [...] eu me sinto uma pessoa velha. O papo do pessoal mais novo daqui nunca foi o meu mundo, então não gosto de conversar. E quem é mais novo talvez está muito no que foi lá fora, né? No que passou e no que quer voltar. Chega falando: tinha carro, tinha moto, vendia droga. Tá, e daí? Tá preso, e agora? Cadê seu carro? Entendeu? Não adianta nada. Então, esse mundo de fora... Não faço questão não.

Vicente: Vocês me ouvem, mas ninguém me escuta

O que me trouxe aqui é ser um jovem perturbado, vamos dizer assim, que não quis seguir o rumo da família. Pra você ter noção, eu tenho uma irmã advogada. Meu cunhado é advogado, meu padrinho é empresário e vendedor, meus pais são aposentados. [...] Então eu não precisaria de nada disso. E por que eu fui uma criança perturbada? Na verdade, eu fui uma criança egoísta comigo mesmo, porque eu sou adotado. Não tenho vergonha de falar, mas isso daí me perturbava muito. Eu não soube pelos meus pais [...] então, eu acabei de tornando uma criança ali perturbada com esse negócio, então eu não queria conselho de pai, não queria escutar conselho de mãe [...] Na escola, sempre na diretoria, essas coisas... não queria saber de nada, de lição... [...] Nos meus 12 anos comecei a fumar cigarro, aí comecei com lança perfume nas baladinhas. Aí depois conheci a maconha, que me acompanhou até hoje em dia. [...] Com 14 pra 15 anos veio essa fatalidade do tráfico. [...] Minha mãe não queria deixar eu sair pra canto nenhum, então eu saía escondido, pulava o muro. Subia pela laje

e ia para os baile funk e, vamos dizer assim, pro mundo, né? Eu andava de skate, ia pra baile funk, balada, shopping, rolezinho... que era o que mais tinha antigamente, os rolezinhos de shopping. Então eu fui muito, né? Nossa! A única coisa que eu não gostava era de ir pra escola. [...] Aí tá bom, fui crescendo... com 16, reencontrei a mãe da minha filha, que ela tinha ido embora e tudo mais, nós nos conhecemos desde crianças. [...] E aí eu tive minha filha, que hoje tem 5 anos. Então, eu sei que a única coisa que eu tenho por parte de sangue, é a minha filha. [...] Fiz minha primeira tatuagem com 15 anos, uma mão de Jesus com o terço. Tenho duas rosas que significam amor, o diamante que significa riqueza, a coroa que significa rei e rainha, embaixo dela, meu pai e minha mãe. Tenho a pomba da paz, uma santa, o pezinho da minha filha, o nome dela, a data em que ela nasceu. Uma escrito Family, outra escrito Prosperidade. E tenho aquela escrito PJLIU. Também tenho a data do meu nascimento e o nome da minha mulher. Saindo daqui, vou fazer muitas tatuagens, porque é um negócio que eu gosto. [...] Mesmo eu sendo uma criança muito revoltada, meus pais sempre esteve comigo pra tudo que eu precisei. [...] Teve uma parte que eu passei no psiquiatra, no psicólogo, então eles acabaram entendendo um pouco do que era minha perturbação. [...] Trabalhei na CBF, na metalurgia, minha filha tinha 1 aninho mais ou menos e eu fui mandado embora. Por erro meu e tal... desinteresse. Saí da metalúrgica e falei “vou ficar de boa”. Arrumei uma moto e fui fazer entrega. [...] No dia seguinte eu fui trabalhar e me roubaram. Então, perdi minha moto, fui atrás e não encontrei. [...] Então, tinha um dinheiro guardado, comprei umas droga, voltei a vender droga novamente. [...] voltei a fazer umas correria, levar uma droga aqui, levar uma droga ali... um uber [...] final do ano de 2020, dia 31, comecei a usar cocaína. Aquela coisa, com 21 anos, conheci essa droga, desculpa, o capeta. Se eu já tava perturbado, fiquei mais ainda. [...] Lá fora vira e mexe eu tomava enquadro, né. Tomava enquadro na porta de casa, na porta da casa da minha mulher... bastante enquadro, de civil, de militar, da Rota. [...] A primeira entrevista que fiz (para um CR) deu errado, por causa de uma tatuagem. Fiz a sigla PJLIU, que é Paz, Justiça, Liberdade, Igualdade e União. É um dialeto que tem no estatuto do Comando, né? [...] Aí depois fiz outra entrevista pra cá. [...] Meu pensamento sempre foi ajudar os outros, tanto aqui como na rua. Mesmo aqui dentro, sempre ajudar os outros. Na rua, fazia marmita e ia entregar para os moradores de rua, conversava,

perguntava a história deles. [...] Eu gosto de conversar com as pessoas mais velhas. Não importa se a pessoa é estuprador, se a pessoa é matador, se a pessoa é traficante, se a pessoa... né? Não importa o que ela fez. [...] Elas têm experiência de vida, têm outra visão. Eu vejo em mim que a minha maturidade aumentou. Eu olho no espelho e falo “pô, cara, você com 20 anos, você ainda tinha um pouco mais de cabelo, agora você tá ficando careca”. A barba cresce mais rápido. [...] Então, tipo... cada coisa... o jeito de você pensar, o jeito de você olhar, o jeito de você interpretar as coisas... você vai percebendo que você tá na mudança. Eu era mais magro do que eu sou agora. Entrei na cadeia com praticamente 45 quilos. [...] Eu fazia natação, não era fortinho, era um corpo ideal. Aí depois comecei com a droga, fumar um cigarro, essas coisas... e dispensei comer. [...] Eu não usava óculos na rua, mas aqui tive que usar porque tava forçando muito a vista. [...] Tem hora que eu tô triste, tem hora que eu tô alegre... tem hora que eu tô chato, tem hora que eu tô praticamente bipolar. Ainda mais com essa notícia do meu tio (que se matou), não tô conseguindo assimilar. Passei no médico e comecei a tomar Sertralina. [...] A ansiedade, a depressão, a vontade de se matar, aqui eu tive. [...] Lá fora você não quer saber de nada, você é um jovem. Então, você vai aprender pelo bem ou pelo mal e eu aprendi pelo mal, eu aprendi pela dor.

Ângelo: Mais uma noite sem dormir

Eu nunca passei na Febem, nem numa delegacia. Pelo contrário, eu servi o exército. [...] Eu tenho quatro irmãos mais novos. Sou o mais velho. Dentro de casa, só sai pra estudar, pra igreja. [...] Comecei a trabalhar com 14 anos. Eu ia, fazia um biquinho ali e ajudava. [...] Trabalhava e estudava. [...] Aí servi o exército depois que eu terminei meus estudos. Passei um tempo no exército e tal. Fatalidade ali eu saí, fui expulso do exército. Era Tiro de Guerra. [...] Foi quando eu comecei a dar umas escapadas, baladinha, aí já tava de maior. O meu pai queria exigir regras pra mim. [...] eu briguei com ele e sai da casa dele. [...] Sempre fui trabalhador, não me envolvia com crime nem nada. [...] A minha infância, por eu ser o filho mais velho eu não aproveitei muito. [...] Mas em compensação o meu pai, quando era no fim de semana quando ele tava de folga, ele levava a gente no campo de futebol, a gente ia pra churrasco, a gente ia pra festa, pra sítio. [...] Eu vejo umas foto minha, eu lembro, eu tenho umas

recordação. [...] Tem a parte do sofrimento que a gente lembra também, mas foi rápido assim, minha infância foi rápido. Aí eu entrei na parte ser jovem ali, eu não tinha maldade. Meu pai não criou a gente com maldade. Sofri muito bullying na época da escola. [...] Porque eu sempre fui baixinho, loirinho, pequenininho. Eu vou fazer 27 ano agora, mas eu tenho cara de 18 anos, 19. [...] Eu, por eu sentar na frente, sempre tentei ser um aluno dedicado, ter notas boa tudo, sempre sofri bullying [...] Sofri isso até uns 16 anos. [...] Eu gostava de ir pra escola porque sempre fui muito comunicativo. [...] Aí quando servi o exército fiquei um pouco mais fechado mermo. Aí chegou essa parte da minha juventude minha assim, que eu vi a adolescência, ela passou rápido pra mim também. Quando eu completei a maioridade aí veio o exército, aí já caiu uma responsabilidade, poxa, você está de maior. Eu usava o meio termo, eu falava assim: era um jovem adulto. Entre aspas. [...] Eu era um jovem que tava aprendendo a ser adulto ainda. [...] Pela parte de aparência e idade eu me vejo como um jovem. Mas maturidade como expressar no dia a dia, eu me vejo mais como adulto. Eu levo a responsabilidade muito a sério. [...] Isso a vida me ensinou, que hoje eu vejo que eu me tornei um adulto. Já não tenho aquela inocência toda que um jovem tem. Igual eu falo assim, pra você ser um adulto você tem que ter maldade, a malícia. Não é nem maldade, malícia da vida. Na juventude, você não tem. [...] Eu gostava de querer sair para jogar uma bola, pra empinar pipa. Só que aí pelas amizades que a gente tinha [...] conheci a bebida, comecei a fumar um cigarrinho escondido do meu pai, fumar maconha. [...] Quando eu fui preso, nossa! Ali foi, sabe, um choque muito emocional, porque eu nunca imaginava que eu ia ser preso. [...] Eu tinha um histórico de ser um bom cidadão, de bem. [...] Ali caiu o meu mundo. Me senti que estava morto pra a sociedade, porque é isso que você sente da vida assim. [...] Servir o exército foi uma das melhores experiências da minha vida. [...] Eu já prestei concurso pra polícia, pra marinha. [...] A prova é tipo Hard pra cima. É muito difícil você passar. [...] Tomei uns três a quatro enquadro na minha vida, mais por amizade. [...] Gosto de me vestir mais social e esportivo na rua. Então da minha parte assim pra tomar enquadro sozinho nunca tomei. Não tenho tatuagem. [...] A gente não conhece todos os nossos sentimentos, aqui dentro a gente começa a conhecer, porque a gente vive intensamente. O sentimento mais forte dentro da cadeia é o ódio, a raiva. [...] O Ângelo do passado, antes deu vim preso, era um Ângelo feliz,

extrovertido. [...] Até nos momentos de dificuldade, eu encontrava algo positivo. O Ângelo de hoje, tem... eu tenho respeito pelo próximo, mas eu tô com mágoa no coração, tô com ódio, entendeu? Eu tento ser feliz, tento fazer o meu dia feliz. Mas quando acontece qualquer coisinha, pelo meu alto nível de estresse, eu explodo fácil. [...] Mas a pior fase já passou, graças a Deus. Eu pesava 59 kg na rua, aí eu vim pra cadeia. Eu emagreci acho que uns 38kg. Eu tava parecendo uma caveira. Minha mãe nem tava reconhecendo eu direito assim. Nossa aquilo ali foi desesperador. [...] Lá fora, para me divertir, eu gostava de beber bastante. Beber muito mermo. Só cerveja e uísque. [...] Eu gostava de jogar uma sinuca, de ir pra natureza. Lá onde eu moro tem uma praça, eu gostava de ficar lá no campo. Às vezes comprava uma bebidinha ali, ia fumar um cigarro, ficava vendo a paisagem, pensando na vida. Nunca fui de ficar enturmado assim. Tinha um pessoal que eu conhecia bastante. Igual tinha um colega meu que lá na casa dele tem uma garagem, então encostava uns 50 homens, cheio de moto e faziam aquele churrasco. Toda segunda-feira tinha aquele churrascão. Às vezes eu ia no churrasco, tava ali no meio. Mas eu gostava mais de ficar isolado, sozinho. Só admirano a natureza, a lua, o céu. Nossa, como eu gosto das estrelas. Fico vendo as constelação, é o que me dá saudade pra caramba. Porque eu fico olhando aqui por grade. A constelação que eu mais gosto é o Cruzeiro do Sul, aí dependendo da época do ano dá pra ver. Então, eu admirava isso aí na rua.

4.1 SER JOVEM X SER HOMEM: FRAGMENTOS DE IDENTIDADE

é sempre mais difícil
ancorar um navio no espaço.

(Ana Cristina César)

O modo pelo qual os jovens se apresentam quando são solicitados a falar sobre si mesmos revela um campo de disputas identitárias atravessado por contradições, dores e expectativas. Suas narrativas não são apenas a descrição de suas trajetórias, mas a criação de um arquivo de si, um posicionamento que tomo como um esforço de sobrevivência discursiva, como atos de fala que produzem mundo (Das, 2020).

Esse arranjo discursivo emerge de diferentes formas, segundo as trajetórias. Átila, Ângelo e Max, por exemplo, acionam com frequência a linguagem da disciplina, da ordem e do trabalho como um modo de se distanciar simbolicamente da imagem do “preso comum”, ao passo em que Sobrevivente e Bismarque recorrem a narrativas permeadas pela sobrevivência precoce, pelos desafios da vida nas ruas, quando passam a estar “por conta própria”.

A conjugação entre passado, presente e futuro, que não aparecem de forma linear, revela estratégias de contranarrativa diante dos discursos institucionais produzidos sobre eles, e a dualidade entre ser jovem e ser homem surge como eixo organizador em suas narrativas. Aqui, a juventude não se configura como uma fase protegida e a masculinidade não é algo dado. Ambas aparecem como categorias carregadas de expectativas contraditórias nas relações estabelecidas com suas famílias, territórios, amigos, polícia e, agora, com a prisão.

Wellington, ao afirmar que foi jovem até os 20 anos, sinaliza uma fronteira temporal que separa, de forma rigorosa, o que seria o tempo da leveza e o tempo da responsabilidade, enquanto Kayque, João Lucas e Max descrevem a adolescência como período de trabalho intenso, cuidado familiar e de renúncias pessoais. Sobrevivente, de outra forma, ao afirmar nunca ter sido jovem, associa juventude à dependência, uma moralidade que localiza o homem em uma situação de autonomia radical.

Como afirma Pais (2006), a juventude é uma condição socialmente negociada, não uma fase biológica universal e,

Nos tempos que correm, os jovens vivem uma condição social em que as *setas do tempo linear* se cruzam com o enroscamento do *tempo cíclico*. Temporalidades ziguezagueantes e velozes [...] na qual os tempos *fortes* se cruzam com os *fracos* e, em ambos, se vivem os chamados *contratempos*. São muitos destes *contratempos* que caracterizam a condição juvenil contemporânea (Pais, 2006, p. 9).

Para jovens pobres, trata-se de uma condição sempre pressionada, encurtada, onde a moratória social é interrompida e os direitos simbólicos da juventude (período de espera e de preparação para a vida adulta) são substituídos por responsabilidades assumidas cedo demais.

O tempo socialmente autorizado para a experimentação da vida é distribuído de forma desigual entre as diferentes classes sociais. Com exceção de Átila, os jovens desta pesquisa falam a partir de lugares onde a moratória nunca existiu. A necessidade de arcar com as contas em casa e com a própria subsistência ressalta uma “independência” construída sobre bases porosas. Em suas afirmações, a juventude aparece como uma fase abreviada e até como uma experiência negada. Ainda que práticas juvenis façam parte de suas vidas, as condições de existência demandaram um posicionamento adulto bastante precoce.

Constata-se essa questão em diferentes falas, por exemplo, quando Max afirma ter parado de estudar em decorrência da necessidade de sustentar a casa após o adoecimento de sua mãe ou quando Kayque descreve uma infância marcada pelo trabalho e por momentos de brincadeiras e cuidado familiar. Aos sete anos, já se via como responsável por auxiliar financeiramente a mãe, que trabalhava na roça.

Tais trajetórias revelam que “ser adulto”, longe de representar autonomia plena, conquistada de forma gradual, aparece como responsabilização excessiva e contínua exposição ao risco. Assim, tornar-se homem, nestes contextos, não se concretiza com um marcador de passagem reconhecido socialmente (ou mesmo com um rito de passagem), mas como uma imposição silenciosa, que se reproduz de maneira frequente em cenários de desigualdades profundas.

Esse deslocamento também se associa à construção de moralidades. Os territórios marcados por violências estruturais fazem emergir códigos de masculinidade que exigem firmeza, controle, capacidade de ação e de posicionamentos que coadunam com a imagem do “sujeito homem”⁵⁶ (Lyra, 2013, p. 99). Um conjunto de disposições nomeado por Alba Zaluar (1994, p. 101) como *ethos* da masculinidade, uma forma de estar no mundo em que a demonstração de fragilidade ou hesitação representa um risco concreto. Esse *ethos* não se restringe aos territórios, ele é prolongado na prisão, onde a

⁵⁶ Sujeito homem, no contexto periférico, sobretudo em interlocução com a vivência criminal, diz respeito àquele que “corre pelo certo”, uma categoria moral que representa uma performance de masculinidade pautada pelo respeito, responsabilidade, humildade e lealdade.

performance da autoimagem é central, sobretudo para seu reconhecimento, legitimidade e segurança perante os pares.

Bismarque expressa esse *ethos* quando associa respeito à visibilidade, à coragem e à circulação de bens simbólicos (carros, roupas, joias e reconhecimento entre os pares). Já Sobrevivente, ao narrar uma trajetória marcada pela frieza emocional como condição de sobreviver no crime, reforça os códigos masculinos de enfrentamento e as “táticas de resistência” (De Certeau, 2003), ou seja, as possibilidades inventadas por grupos desfavorecidos ou em condição de opressão na invenção de novos modos de fazer, em possibilidades que surgem como brechas e que viabilizam outras formas de existência possíveis (Pimentel, 2012), como as mobilizadas na prisão.

Isso aparece de modo evidente em todas as entrevistas, quando reforçam suas responsabilidades e expressam a performatividade masculina, na afirmação da força, autonomia e controle, dimensões que não podem ser consideradas apenas como escolhas individuais, mas como exigências impostas pelos contextos em que vivem e viveram. Ao mesmo tempo, a juventude aparece em suas práticas culturais: na música (funk, rap, trap, pagode, rock), na estética corporal (tatuagens, cortes de cabelo, vestimenta), nos deslocamentos (skate, moto, rolês noturnos), na sociabilidade entre pares (bailes, encontros na praça, churrascos, motoclube) e no lazer (futebol, pipa, redes sociais, jogos, viagens).

Ainda que alguns deles não se reconheçam como jovens, todos acionam repertórios inscritos nas culturas juvenis contemporâneas. Átila e Max fazem uso de referências musicais, estéticas e intelectuais como forma de diferenciação simbólica no interior do presídio, estabelecendo fronteiras entre si e os demais presos. Wellington e Kayque relatam sociabilidades construídas em torno da música, do futebol e da circulação nos territórios. Bismarque, Emiliano, Sobrevivente e Vicente relatam uma juventude vivida de forma intensa nas ruas, marcada pela velocidade, violência e pelos riscos. Pais (2006) relembra a origem etimológica do termo risco, proveniente do latim *riscum* ou *risicum*, expressão associada às incertezas das antigas expedições marítimas:

Hoje em dia, a passagem de alguns jovens para a vida adulta é um verdadeiro dobrar de “cabo das tormentas” (via de *riscum*). Aventura por aventura, envolvem-se então com os amigos, em cada esquina da vida, nas excitações do cotidiano: os excessos

de velocidade com as motos, os esportes radicais, as festas *rave*, as aventuras sexuais, o consumo de drogas etc. Nestas “esquinas da vida” celebram-se muitas das novas sensibilidades das culturas jovens (Pais, 2006, p. 11).

Constatamos, assim, que a aparente contradição em não se reconhecerem como jovens, ao mesmo tempo em que compartilham suas culturas juvenis não é acidental, mas constitutiva da experiência juvenil periférica, vivenciada em meio a muitos tensionamentos: entre autonomia e controle, desejo e limite, condições materiais precárias e potência criativa das culturas juvenis (Dayrell, 2003). No caso dos interlocutores desta tese, esses tensionamentos são aprofundados pela intersecção com a violência policial, pelo encarceramento e pela necessidade constante de gerir uma postura e imagem perante as instituições que, em grande medida, determinam seu presente e futuro.

As abordagens policiais narradas evidenciam como esses jovens são permanentemente vigiados por instituições que os classificam a partir de seus corpos (cor, tatuagens, vestimentas) e dos territórios por onde circulam. Tais experiências produzem um aprendizado violento acerca dos limites do pertencimento social, contribuindo para o que Veena Das (2020) nomeia como conhecimento envenenado, um saber adquirido na repetição da violência, que modula afetos, expectativas e possibilidades de futuro.

Esse conhecimento é atualizado na prisão, espaço que “tira a identidade do prisioneiro”, tornando-o conhecido dos agentes carcerários, visitantes e comunidade em geral pelo delito cometido (Câmara, 2001, p. 211). Na contramão deste movimento, ao produzirem seus arquivos, eles escolhem o que contar e o que silenciar, como processo de criação de uma versão de si socialmente inteligível.

Nas entrevistas, o arquivamento aparece quando destacam cenas que ocultam fragilidades e enfatizam atos de maturidade. Ao afirmar que “*pela aparência eu me vejo como jovem, mas maturidade... me vejo mais como adulto*”, Ângelo expressa uma negociação identitária, onde, ao mesmo tempo em que reconhece traços juvenis, quer projetar uma postura responsável, alinhada às expectativas de seus familiares e do CR.

De forma semelhante, João Lucas, Emiliano, Max e Kayque acionam a paternidade e/ou o cuidado com a família como marcadores centrais da adultez, enquanto Átila, Sobrevivente e Vicente narram processos de transformação subjetiva associados ao encarceramento, como forma de reorganizar suas trajetórias. Em Bismarque, essa reorganização aparece de forma ambígua, quando reconhece o sofrimento, mas mantém o crime como futuro, em uma espécie de ausência de outros horizontes possíveis, relevando limites concretos de transformação em contextos de exclusão persistente.

Essa ambiguidade se revelou de modo particularmente intenso em sua fala. Bismarque demonstrava muita angústia e, ao narrar sua impossível adaptação ao CR, manifestava como ela era fomentada pelas falas e posturas dos agentes prisionais, que não o consideravam um reeducando, mas sim um *outsider*, alguém que “não deveria estar ali”. Eu o via como alguém que buscava se equilibrar em cima de uma corda bamba, com desejos a serem nomeados e ausências latentes que gritavam por reconhecimento. Em sua narrativa, tornava-se evidente que o acolhimento encontrado no PCC preenchia lacunas deixadas por uma infância marcada por abandono e por violências cotidianas.

Ao refletir sobre sua trajetória, quase como se pensasse em voz alta, Bismarque afirmou que, caso seus pais não fossem usuários de droga e fossem presentes em sua infância, muito provavelmente ele jamais teria se envolvido com o crime. Bismarque não correspondia ao perfil do preso arrependido que se martiriza pelos desvios. Os limites da ressocialização são ainda mais frágeis que as possibilidades desses jovens, cujas infâncias foram extremamente dolorosas, de se fortalecerem sozinhos, sem nenhum respaldo afetivo, material e institucional.

Alguns dias após sua entrevista, Bismarque foi “de bonde”⁵⁷ para outra unidade prisional, confirmando a “profecia autorrealizadora” anunciada pelos funcionários: ali não poderia ser o seu lugar. Sua transferência materializou os limites do reconhecimento institucional e a precariedade da promessa ressocializadora, evidenciando como certas trajetórias são “empurradas para

⁵⁷ “De bonde” significa ser transferido para outra unidade prisional, geralmente em decorrência de alguma falta cometida. No caso de Bismarque, ele anunciou em sua entrevista que estava “por um fio” de fazer algo para ir de bonde para uma penitenciária do Comando (PCC).

fora”, ainda que de forma difusa e em espaços que se pretendem alternativos, como o CR.

Assim como a juventude não é somente uma condição cronológica, mas uma posição social atravessada por desigualdades, ser homem, no universo dos jovens entrevistados, não corresponde apenas à idade adulta, mas a uma somatória de performances que garantem proteção, reconhecimento e, no limite, a própria sobrevivência. No caso de Bismarque (tal como, em diferentes graus, nos demais jovens), a masculinidade performada não se configura como escolha livre, mas como uma resposta possível a um mundo que lhes oferece de forma normalizada, desde a infância, mais punição do que cuidado.

Essas performances convergem no que parece ser uma forma de lidar com o sofrimento social, seja silenciando as dores, racionalizando as experiências de violência, nomeando os sentimentos ou transformando o sofrimento em aprendizado moral. A prisão parece ser um “espaço-tempo” que intensifica o processo de elaboração e reorganização de afetos, expectativas e modos de narrar a si mesmos.

Na clivagem entre uma ponta e outra, há um espaço de tensão e criação, onde esses jovens contam quem são. E neste espaço suas narrativas são constituídas como práticas de resistência. Ao narrarem-se, eles disputam classificações, recusam as leituras totalizantes e esboçam futuros possíveis, ainda que frágeis e incertos.

À luz de Fassin (2006), o sofrimento social que marca a vida desses jovens não pode ser compreendido como um efeito colateral de trajetórias individuais malsucedidas, mas como resultado direto de arranjos políticos e econômicos, que produzem desfiliações (Castel, 2000) e vidas precarizadas. O sofrimento aparece em suas falas como uma experiência cotidiana e cumulativa, em infâncias marcadas por racismo, pobreza e abandono, na juventude abreviada pela necessidade de trabalhar e na sobrevivência à prisão, onde a dor se reorganiza sob as novas formas de controle, vigilância e sensação de “suspensão da vida”. Não apenas como experiência vivida, o sofrimento social figura como princípio organizador de subjetividades. Nesse sentido, suas falas descortinam a dimensão política do sofrimento, ao evidenciarem como certas vidas são sistematicamente minorizadas, ao mesmo tempo em que são convocadas a manifestar responsabilidade, autocontrole e, principalmente,

arrependimento. O encarceramento intensifica uma camada de desqualificação simbólica das trajetórias que, ao serem elaboradas e anunciadas por esses jovens, fazem a memória emergir como uma segunda prisão, na medida em que o arrependimento sustenta a autopenitência, numa espiral de dor e culpa.

Interessou-me aqui compreender como a clivagem entre ser jovem e ser homem estrutura as maneiras pelas quais meus interlocutores narram a si mesmos, produzindo arquivos e negociando posições morais em contextos de violência estrutural e encarceramento. Ao interseccionar juventude, masculinidade e sofrimento social, busquei evidenciar que essas categorias não operam isoladamente, pelo contrário, se entrecruzam na produção de subjetividades atravessadas por exigências contraditórias e por tempos desiguais de vida, em que não é possível haver linearidade entre infância, juventude e vida adulta.

Trata-se de um cenário onde a situação de precariedade na qual estão envolvidos mobiliza suas ações e experiências, produzindo marcas indeléveis em suas trajetórias. A família, neste contexto, é base para compreendermos parte das escolhas realizadas pelos jovens e o cenário em que suas vidas foram desenvolvidas. A seguir, veremos como as relações familiares implicam nas trajetórias individuais dos interlocutores dessa pesquisa.

4.2 ENTRE PARTIR E TER PARA ONDE VOLTAR

É necessário preservar o avesso, você me disse.
Preservar aquilo que ninguém vê. [...] Pois entre
músculos, órgãos e veias existe um lugar só seu,
isolado e único. E é nesse lugar que estão os
afetos. E são esses afetos que nos mantêm vivos.

(Jeferson Tenório em *O avesso da pele*, 2020, p.
61)

Losacco (2008) afirma que as juventudes não podem ser compreendidas fora de seu contexto familiar concreto, a partir das desigualdades, rearranjos e múltiplas formas de cuidado. Diferentes estudos do campo social sobre famílias periféricas (Telles, 1992; Sarti, 2008, 2011; Vitale, 2008; Losacco, 2008)

sinalizam que os vínculos familiares não se organizam a partir de modelos normativos, como a famigerada ideia da “família estruturada”, mas por meio de práticas concretas de cuidado, sobrevivência e reciprocidade, que são constantemente postas à prova em cenários de violência, desemprego e, neste estudo em particular, da experiência de encarceramento. Ou seja, a família emerge como um rearranjo relacional, continuamente refeito ao longo do tempo e não como um núcleo fixo (Sarti, 2008). A pluralidade desses arranjos compreende famílias monoparentais, ampliadas, recompostas, redes de parentescos que também se organizam a partir da necessidade e operam segundo lógicas próprias de cuidado (Meireles; Teixeira, 2014).

De acordo com Sarti (2008), a família funciona como uma rede moral e relacional, menos baseada em consanguinidade do que em obrigações, solidariedade e lealdade. A autora faz uso do termo “famílias enredadas” para destacar que os vínculos persistem mesmo em meio aos conflitos e afastamentos. Nas camadas periféricas, a família é o lugar onde a dignidade e o pertencimento são construídos, ainda que isso se dê em meio a muitas tensões, figurando como uma rede que suporta o conflito.

As narrativas dos jovens entrevistados revelam que a família ocupa um lugar central e dúbio em suas vidas. Para quase todos, ela não aparece unicamente como proteção ou conflito, mas como um arranjo instável, permeado por ausências, culpas, dificuldades financeiras e recomposições. Em alguns casos, como veremos mais adiante, um arranjo especialmente atravessado por muitas violências.

Entre os motivos que os fizeram partir e a importância que emerge, sobretudo durante o encarceramento, de ter para onde (e para quem) voltar, a família figura como uma referência fundamental para os jovens, ainda que seja uma relação com muitos atritos. Entre eles, os arranjos familiares são diversos.

Max cresceu em um núcleo composto por sua mãe e por dois irmãos mais velhos. Antes da prisão, morava apenas com a mãe, mas mantinha contato constante com os irmãos, todos casados e residindo em outros locais. Seus pais se separaram quando tinha aproximadamente 6 anos e a figura materna ocupa um lugar central de referência, afeto e cuidado em sua vida. Um cuidado anunciado como compartilhado, sobretudo quando do adoecimento de sua mãe, momento em que ele se coloca como responsável por ambos.

Já Átila, filho único, narra um arranjo familiar marcado pela separação dos pais e pelos cuidados e centralidade da avó, com quem passa a morar desde muito cedo. Embora seus pais estejam presentes, de certo modo, é sua avó que exerce o cuidado direto. Há uma condição de estabilidade material que oferece sustentação, mas que também produz expectativas de desempenho e moralidade. Em sua narrativa, o conflito familiar não se estrutura, como na maior parte dos relatos, pela sobrevivência imediata, mas sim a partir da quebra de expectativas.

Ângelo saiu de casa ainda jovem para morar sozinho. Conta que sua decisão estava diretamente ligada à difícil relação estabelecida com o pai, um homem evangélico, nordestino e excessivamente rigoroso com os filhos. A ausência de liberdade o levou a buscar autonomia fora de casa, ainda que isso tenha significado submissão a diferentes trabalhos para garantir sua subsistência. Mesmo após sair de casa, sua família segue como principal referência moral e de valores. Ele conta, com muito orgulho, a luta de seu pai para sustentar a família e realizar o sonho de se formar em odontologia, dando exemplos de muitas situações difíceis enfrentadas na busca desses objetivos. Como irmão mais velho, assume um lugar de referência para seus irmãos, identificando-se como responsável também por estimulá-los em relação aos estudos e trabalho. Conta que sua relação com os pais se fortaleceu depois que foi preso:

Hoje eu tô dando mais valor para o carinho da minha mãe e do meu pai. Da minha mãe eu sempre tive, mas o meu pai ele é muito chucro. Esse negócio de falar eu te amo, aí eu vou, dou um beijo nele, dou um abraço, antes eu não dava, por vergonha, mas hoje eu não tenho vergonha de mostrar meu sentimento pra ele. É o que sempre sonhei, minha família unida, o respeito um pelo outro. É o foco que eu coloco na minha vida, para não chutar o balde. (Ângelo)

Assim como Ângelo, Emiliano narra uma relação marcada por muitos conflitos com a figura paterna, igualmente evocando as raízes nordestinas como um elemento de muita aspereza e inflexibilidade. Embora a relação com sua mãe e suas quatro irmãs seja boa, a decisão de sair de casa foi mobilizada pelo desejo por mais liberdade e menos submissão ao pai. Emiliano apresenta uma trajetória de intensos conflitos geracionais que deflagram visões de mundo

dísparos e violências produzidas pelas figuras masculinas da família, ao mesmo tempo em que referencia o pai como provedor material de uma estrutura básica e importante, mesmo sob condições duras de sobrevivência. A recomposição de um núcleo familiar composto por sua companheira e por sua filha é um elemento central em sua narrativa, marcando a importância de ambas não só para sua mudança de comportamento e de expectativas de vida antes da prisão, mas como elo de união com sua família de origem, também fortalecida a partir do contexto do encarceramento.

Eu também não gosto que minha filha venha muito aqui. Não quero que ela tenha essa memória de um pai trancado. Quando ela vem é dolorido. Ela diz “Papai, leva eu pa toma sorvete, papai. Você vai levar a buscar na escola, papai? Como você vai sair daqui? Papai, você tá de castigo?” Nossa, trava a garganta. É o que mais pesa no mundo. (Emiliano)

João Lucas, o mais velho de quatro irmãos, narra uma experiência familiar atravessada por muitos conflitos com a mãe, especialmente na transição da infância para a adolescência, o que o leva a morar com a sua avó aos 12 anos de idade. A relação com a mãe, ainda que nomeada como uma forma de cuidado e de contenção, operava por meio de ações e limites violentos, os quais, segundo ele, favoreceram um comportamento ainda mais rebelde e inconsequente. Ao estabelecer uma nova família, com sua esposa, filhas e sogros, João ressignifica suas relações familiares com a mãe, o pai e o padrasto. A vivência carcerária aparece em sua narrativa como um elemento central de aproximação com a mãe, agora a partir de uma relação mais dialogada e amorosa. A relação com o pai se fortaleceu após a prisão, fazendo com que ele ocupe hoje um lugar muito importante e central na vida de João.

Vicente apresenta uma relação familiar de muitas rupturas e retornos, associados principalmente à descoberta de sua condição de filho adotado, fator determinante, segundo ele, para muita revolta, uso de drogas e conflitos com a família. Ainda assim, a casa dos pais aparece na narrativa de Vicente como ponto de retorno para os momentos de instabilidade, quase um porto seguro. Após sua prisão, Vicente anuncia sua família em uma nova visão, apresentando-a como sua base, um arranjo instável, mas resiliente, no qual o vínculo persiste mesmo com os afastamentos e as insistentes rupturas provocadas por ele. Sua

família aparece com frequência em sua fala como uma espécie de última rede de amparo, assim como sua esposa e filha:

Hoje, as seis horas que eu passo do lado deles são as seis horas mais feliz da minha vida. Agora eu tenho visita. Quando eu vejo o sorriso deles... quando vão embora me entristece, mas eu falo: pô, hoje eu fiz meu pessoal sorrir, hoje foi o abraço perfeito. [...] Então, se eu falar que eu passava seis horas do lado deles na rua eu tava mentindo. Mas hoje, você começa a dar valor às coisas lindas nos mínimos detalhes da vida (Vicente).

Já Bismarque cresceu em uma família marcada por dificuldades econômicas e conflitos frequentes. Em decorrência da dependência química de seus pais, principalmente pelo uso de crack, Bismarque foi criado junto com sua irmã pela avó materna. A família aqui não aparece como proteção, ao contrário, revela-se em sua fala como arranjo de tensão permanente, incapaz de oferecer acolhimento e reconhecimento. Entretanto, ela não é irrelevante, aparecendo como pano de fundo de sua trajetória, ponto central para a compreensão de sua inserção no campo das ilegalidades. Por outro lado, a família que construiu com sua esposa, filha, sogra e cunhado figura como um elemento muito importante em sua vida, preenchendo parte de uma lacuna anunciada de forma muito dolorida por ele:

*Eu não quero que ela passe o que eu passei. Nossa, é doído, dói demais. Eles [pais] nunca me deram nada, nada. Eu não tenho nada deles, isso é ruim (Bismarque).
Minha mãe tá presa e ela manda um monte de carta pra mim. Nós conversa, ela manda desenho pra mim. Isso é bom, mas pra mim é uma pessoa normal. Mas é diferente de como minha mulher manda carta, minha vó. Quando minha vó manda, dá pra sentir as coisas, ela fala coisa que nós viveu. Minha mãe não fala nada com nada, ela não tem o que falar. Só fala da cadeia, cadeia... (Bismarque).*

Sobrevivente narra uma trajetória de muitas rupturas, começando pela separação de seus pais quando sua mãe ainda estava grávida e os cuidados que recebeu, durante a infância, pessoas contratadas por sua mãe. Durante a adolescência e juventude, Sobrevivente passa por diferentes experiências de moradia, com a avó, primos, tia, amigos, namoradas e com a mãe e o padrasto, em intensos deslocamentos por diferentes casas e territórios. A avó é

apresentada como uma figura importante de vínculo parental, ainda que não tenha tido condições de sustentar a vida compartilhada. Os conflitos com a mãe, intensificados por situações que ele afirma como rigidez materna, potencializam a relação positiva com o padrasto, ainda que também seja atravessada por episódios de conflito e até de violência. A construção de uma nova família, composta pela companheira e pela filha, mostra ser um fator determinante, conjugado ao seu encarceramento, para a reaproximação com a mãe e o padrasto, que se sentem responsáveis por parte das decisões equivocadas que o levaram à prisão.

Kayque cresceu em um contexto familiar fortemente marcado pela precariedade material e pela necessidade de contribuir financeiramente com sua mãe desde muito cedo. A família figura, em sua fala, como pilar estruturante de sua vida, como pertencimento, mas também como responsabilização precoce. Esse deslocamento, de criança para corresponsável pela sobrevivência da família, é muito marcante na forma como ele narra sua história e suas perspectivas de futuro. A relação com a mãe, com os cinco irmãos, sete sobrinhos e com a família estendida é o elo de sustentação de Kayque no mundo, apresentada como motivação para sobreviver ao cárcere e para sonhar sua breve liberdade. Seus dois irmãos tiveram envolvimento com o tráfico. Um deles, que também está preso, é membro do PCC e rompeu relações com a família, alegando não querer trazer ainda mais sofrimento para sua mãe. A ausência paterna faz Kayque assumir simbolicamente o lugar de pai de um de seus sobrinhos, com quem tem um vínculo muito forte, expresso na pele como tatuagem e no nome que escolhe para ser seu pseudônimo nesta pesquisa:

Desde que ele nasceu, ele é bem apegado, chama até eu de pai. O pai dele mesmo morreu quando ele tinha dois anos. [...] Meu pai morreu na cadeia, de tuberculose, eu tinha três anos. Senti falta dele, por isso eu dou carinho para o meu sobrinho. Minha irmã dá também, mas eu dou mais, porque eu sou homem, dou mais carinho, carinho de pai. Não quero fazer ele sofrer do jeito que eu sofri sem ter um pai (Kayque).

Wellington, filho do meio de uma mulher com 5 filhos, que decidiu sair da periferia da cidade de São Paulo para criar os filhos no interior do estado, longe da criminalidade, descreve um arranjo familiar relativamente estável, onde a

família opera como referência de apoio, base moral e sustentação afetiva. Ainda que Wellington tenha vivido intensos conflitos na relação com o padrasto, que fazia uso abusivo de álcool e drogas, há em sua narrativa a forte presença do vínculo familiar como base e equilíbrio entre proteção e cobrança.

De modo geral, os arranjos aqui apresentados revelam que partir nunca é um gesto definitivo. Mesmo quando há rupturas, afastamentos e intensos conflitos, a família permanece como possibilidade de retorno, seja ele material ou afetivo. Sua importância emerge nas falas dos jovens como uma forte capacidade de suportar o conflito e seguir existindo como rede possível, mesmo com as muitas fragilidades e desgastes.

Entre partir e ter para onde voltar, a família, com seus múltiplos arranjos e relações contraditórias, aparece como um dos principais eixos de sustentação das trajetórias juvenis analisadas. A contradição inerente da relação familiar que opera entre cuidado e conflito é intensificada a partir da experiência carcerária, que reorganiza posições familiares, distribui responsabilidades e reativa expectativas morais, fazendo com que os vínculos familiares possam ser, em quase todos os casos, ressignificados, colocando a família como eixo central de sustentação desses jovens na experiência radical da privação de liberdade.

O encarceramento produz um deslocamento material abrupto para o preso, a partir da interrupção de seu trabalho e consequente perda de renda, atribuindo às famílias a responsabilidade na provisão de itens básicos de alimentação e higiene, além de custos com visitas, suporte jurídico e manutenção de contato do preso com o mundo exterior. Os efeitos da prisão ultrapassam os sujeitos privados de liberdade, alcançando suas famílias emocional, simbólica e financeiramente. Ainda que a pena atribuída seja individual, ela se desdobra nas relações familiares, atingindo principalmente as mulheres, que passam a sustentar as condições mínimas de sobrevivência dos presos (Jardim, 2010, Silvestre, 2012; Lima, 2013; Lins, 2017; Pádua, 2021; Oliveira, 2022). Na lógica da transferência de responsabilidades operada pelo sistema prisional brasileiro, que externaliza custos básicos que deveriam ser de sua responsabilidade, há um fluxo “dentro-fora” dos muros prisionais que regula bens, afetos e até a contenção de comportamentos que, se considerados impertinentes, resultam em suspensão de visita e recebimento de mercadorias.

Durante os encontros com os jovens, a importância do jumbo foi ressaltada diversas vezes, não como um complemento, mas como um elemento estruturante da vida prisional, que supre lacunas básicas deixadas pela administração penitenciária. Além de representar um conjunto de itens básicos para a vida de qualquer pessoa, o jumbo representa proteção e cuidado familiar perante as condições insalubres do cárcere, além de reduzir vulnerabilidades e violências no interior da prisão, servindo como moeda de troca e valorização relacional nas hierarquias produzidas no cárcere.

Acresce-se a isso que as visitas semanais aos familiares privados de liberdade incidem não só em custos para as famílias, mas em operações logísticas que interferem fortemente em suas rotinas, refletindo em faltas ao trabalho e até na perda de vínculos empregatícios. Trata-se de uma economia do encarceramento sustentada por famílias já marcadas pelas desigualdades socioeconômicas, as quais se tornam agentes involuntárias da manutenção do sistema prisional. A prisão, assim, não pune apenas corpos, mas reorganiza vidas inteiras, redistribuindo a violência institucional para as redes afetivas dos presos.

Além do papel desempenhado pela família em relação aos custos materiais, ela é considerada um pilar fundamental no modelo operado pelos Centros de Ressocialização, a começar pela condição de aceitação para entrada no CR, que determina a obrigatoriedade de residência familiar próxima à unidade para suporte e apoio ao preso durante o período de aprisionamento. Tida como base no processo de “mudança de vida” do apenado, a família precisa lidar com o sofrimento da prisão ao mesmo tempo em que é convocada a sustentar toda essa “travessia”, normalmente sem nenhum apoio para suas dores e até mesmo para a elaboração de sua atual situação (Granja, 2015).

Entre os dez jovens entrevistados nesta pesquisa, cinco são pais. Para eles, a paternidade aparece como um divisor de águas em suas vidas, um ponto de inflexão que reorganizou valores e limites. O nascimento de suas filhas (coincidentemente, todas meninas) marca um importante processo em que passam a refletir e a redefinir suas expectativas de vida. Todos afirmam o deslocamento de prioridades, antes centradas no prazer imediato e na curtição, para o cuidado e a proteção que as crianças demandam. A mudança de vida anunciada como desejo e até mesmo ação em algumas narrativas foram

diretamente associadas aos projetos de futuro com suas famílias, nestes casos, especialmente com suas companheiras e filhas.

Ao mesmo tempo em que a paternidade aciona nos jovens outros pontos de vista e responsabilidades, também mobiliza sentimentos de frustração, culpa e tristeza, motivados pela impossibilidade de exercerem a proteção e o cuidado direto com as crianças, além da dor sentida por não acompanharem o crescimento e desenvolvimento de suas filhas:

Eu só vi a minha filha até hoje dentro da cadeia. Quando vim ver a minha filha, ela já tava andano, falano [...] é o que mais dói aqui dentro, é essa saudade (Sobrevivente).

Tô perdendo todo o crescimento, desenvolvimento dela, que nem amanhã, ela vai fazer festa junina, eu não vou estar lá. E ela toda semana me chama, minha mulher fala. Minha mulher fica até com raiva: “ela não para de chamar você, fica chorando, fica te buscando”. Aí eu fico transtornado aqui dentro, só pensando nisso (Emiliano).

Ao centralizarem a paternidade em suas narrativas, esses jovens produzem fissuras na imagem do preso estereotipado, reduzido à violência do ato criminal. Suas falas refletem sujeitos atravessados por afetos, vínculos e compromissos que não se limitam à experiência prisional. A paternidade e, de modo ampliado, as relações familiares, são importantes chaves de análise para compreendermos suas trajetórias e os modos pelos quais produzem sentido sobre a própria vida em um contexto de intensa restrição.

Desse modo, ao longo das trajetórias narradas, a família aparece ao mesmo tempo como lugar de amparo, responsabilização, moralidades e conflito. Uma rede instável, mas persistente, que sustenta os jovens mesmo nos momentos de ruptura. Entre partidas e retornos possíveis, a família é o terreno movediço sobre o qual são impulsionadas muitas das experiências narradas pelos jovens. Uma dessas experiências, que não está restrita aos jovens periféricos, mas que lhes é facilitada em decorrência das desigualdades sociais às quais estão submetidos, é o uso de drogas. A seguir, veremos como o acesso às drogas, sobretudo as ilícitas, atravessam as trajetórias desses jovens, seja como consumo ou, em alguns casos, como fonte de renda.

4.3 ATÉ TU, BRANCA DE NEVE?

A desilusão amorosa foi também um motivo para eu me afundar tanto na cocaína, afinal, ela não podia me decepcionar, era só comprar que ela me deixava feliz a noite toda. Adivinha? Até ela me decepcionou! Até tu, Branca de Neve?

(Trecho de texto escrito pelo Átila, para a pesquisa)

Conforme discutido anteriormente, a Guerra às Drogas configura-se como uma ampla engrenagem de criminalização da juventude pobre e, principalmente, negra. Aqui, o foco se desloca da macrodimensão para a micro, a fim de compreender como as drogas são experimentadas e narradas nas trajetórias dos jovens entrevistados.

Um primeiro conjunto de narrativas situa o contato inicial com as drogas na adolescência, associado a grupos de pares, circulação territorial e afastamento progressivo da escola. João Lucas relata o primeiro uso de maconha aos 15 anos, quando já havia se afastado da escola. Ele associa seu envolvimento com o tráfico de drogas às dificuldades econômicas que enfrentava e ao abandono escolar, narrando essa experiência como um aprendizado doloroso. Kayque contou ter usado maconha pela primeira vez aos 16 anos, na escola. Apesar de ter iniciado o uso aos 16 anos, ele conta que sempre teve curiosidade em usar drogas, por observar seu irmão fazendo uso. O tráfico de drogas, para ele, figurou como possibilidade de renda durante o período da pandemia, quando se viu impossibilitado de exercer sua profissão como pintor. João Lucas e Kayque foram presos por envolvimento com o tráfico de drogas. Em ambos os casos, as narrativas são atravessadas por condicionantes morais e pela importância que o trabalho lícito teve e tem em suas vidas.

Também Emiliano vincula a experimentação de drogas à circulação juvenil no território. Aos 14 anos, passou a usar maconha em grupos ligados ao skate e ao rock, experiência que posteriormente é ampliada para o consumo de álcool e cocaína. Sua experiência parece estar localizada menos na ruptura e

nos conflitos familiares e mais na sociabilidade e nos deslocamentos pelos territórios.

Um segundo eixo narrativo associa o uso de drogas a eventos de sofrimento, ruptura familiar e experiências de perda. Vicente iniciou o uso de maconha aos 12 anos, depois de descobrir que foi adotado, fato que provocou grande revolta, motivando-o ao uso de drogas. Depois disso, usou lança-perfume, álcool e cocaína, que considerou uma experiência negativa, intensificadora de riscos e violência. Bismarque também se associa a esse segundo eixo, como veremos adiante.

Nem todos os jovens, entretanto, atribuem às drogas centralidade na organização da narrativa. Wellington não menciona o uso de drogas em sua entrevista e a ausência desse tema é significativa, pois evidencia que nem todos os jovens constroem suas trajetórias a partir deste marcador, reforçando a importância da singularização dos sujeitos. Já Ângelo e Max, por outro lado, parecem produzir silêncios estratégicos. Apesar de mencionar a preferência por álcool, Ângelo enfatiza suas responsabilidades e desejos em seguir a lei, inclusive profissionalmente, como policial militar. Max constrói uma fala centrada na disciplina e nos projetos de futuro. Tais silêncios não indicam real ausência do vivido, mas possíveis estratégias de produção de uma postura diferenciada no cárcere, a partir de uma moralidade associada à ordem.

Até aqui, as narrativas sobre drogas aparecem marcadas por desigualdades, conflitos familiares, evasão escolar e moralidades do trabalho. A trajetória de Átila, no entanto, localiza outro eixo, diferente dos anunciados anteriormente, ao evidenciar uma forma distinta de relação com o uso e o comércio de drogas, que não produz imediatamente a leitura do desvio irreversível. Átila conta que começou a usar maconha aos 12 anos, por curiosidade. Comprou em uma biqueira próxima à sua residência e aprendeu a usar pesquisando na internet. A partir dos 14 anos, passou a comercializar a maconha, inicialmente no formato de “brisadeiro”, para amigos e conhecidos, depois de forma ampliada, para outros municípios, com a contratação de terceiros e a diversificação das mercadorias comercializadas (bala, MD, LSD, cocaína, extrações e até armas). Narra em detalhes o preparo da droga, a pureza das substâncias utilizadas, a forma como as diferentes drogas agem no organismo e as relações estabelecidas com seus clientes e fornecedores.

Apesar de ter usado cocaína por bastante tempo, diz que se arrepende, que é uma substância muito prejudicial, que o confinou em casa e mudou radicalmente seu corpo.

Átila é um jovem de classe média, com percurso escolar contínuo e, dentre os entrevistados, é aquele que mantém a relação mais intensa e central com a maconha, elemento que atravessa sua vida cotidiana, sociabilidades e seu trabalho. Apesar de ter sido preso por tráfico e por se reconhecer como traficante autônomo, sem vinculação com facções, Átila não é lido como um “bandido típico”. No CR e fora dele, sua trajetória criminal parece ser considerada como um desvio ocasional, passível de correção. Essa distinção, entretanto, não é apenas externa. Átila demonstra consciência de sua imagem e mobiliza essa leitura no modo como narra a si mesmo:

Que saudades dos meus jogos favoritos. Isso era o que tornava essa estupidez que é a vida um pouco interessante. E tomar algum alucinógeno também, ver a parede derretendo, o corredor ficar infinito, as ruas ficarem se contorcendo, ficar impossível até interagir com o celular, achar que o sentido da vida é uma banana ou algo do tipo. Good times. [...] Em relação ao tráfico, creio que minha posição já seja prevista. Como trafiquei boa parte da minha adolescência, tenho grande apreço pela arte.
(Átila)

À luz de Batista (2003) e de D’Elia Filho (2011), a trajetória de Átila evidencia que a criminalização não recai sobre a droga em si, mas sobre determinados corpos. A maconha, quando associada a um jovem de classe média, articulado discursivamente e com perspectivas de futuro reconhecidas, não produz a mesma leitura penal. O tráfico, ainda que seja executado de forma intensa, figura como desvio e não como essência do sujeito. Pouco tempo após o término da pesquisa de campo, Átila, que se encontrava em prisão provisória, foi sentenciado ao regime aberto. Segundo relatou, conseguiu cumprir a pena em liberdade em razão da aplicação do chamado “tráfico privilegiado”, redutor da pena previsto no artigo 33, §4º, da Lei de Drogas. Tal dispositivo permite a redução da pena quando o réu é primário, possui bons antecedentes, não se dedica a atividades criminosas e não integra organização criminosa. De forma oposta aos demais jovens sentenciados por tráfico que, mesmo sem passagem anterior no sistema prisional, seguem no cumprimento da pena no regime

fechado, Átila foi considerado como alguém cuja relação com a droga não se confundia com a figura do traficante profissional. Ainda que sua atuação no comércio de drogas seja mais aprofundada que a de outros jovens presos pelo mesmo crime, há diferenças estruturantes que garantem sua diferenciação em relação à pena.

No polo oposto ao de Átila, Bismarque ocupa o lugar comum do irrecuperável. Ele narra uma trajetória de contato com as drogas desde a infância. Seus pais são usuários de drogas, especialmente de crack, e atualmente estão presos por tráfico. Aos 13 anos, revoltado por não ter acesso a itens que desejava, como “prata”, bonés e tênis de marca, começou a traficar na biqueira localizada próxima à sua residência, momento em que também passou a fumar cigarro e a usar lança-perfume, sua substância preferida. Bismarque afirmou nunca ter usado “pó e pedra”, pois via muitas pessoas morrendo de overdose, além de associar essas drogas à condição de seus pais:

Minha mãe, se você ver como que é. E meu pai, nossa! Não tem um dente na boca. Eu não queria ficar daquele jeito. Não dormia, nossa! Era que nem morador de rua mesmo. À noite, ia lá em casa. Eu lembro quando eles ia lá em casa pedir comida pra minha vó. Minha vó: “do portão pra fora!”. Minha vó dava pelo portão assim, ó. Aí foi quando minha mãe começou a ir presa.

Seu trabalho no tráfico resultou em diversas internações na Fundação CASA. Depois da última, em que permaneceu na instituição por 1 ano e 5 meses sem nenhuma visita de sua avó – que afirmou não o visitar para ver se ele “aprendia” –, Bismarque diz ter saído ainda mais revoltado, intensificando sua atuação na biqueira e, sequencialmente, levando-o ao roubo de motos e carros que, diferente do tráfico, não considera como um trabalho: “*Esse é um meio de você se levantar, de você tirar um dinheiro. No tráfico eu tinha minha responsabilidade, o roubo não. O roubo é qualquer hora, você vai lá, passa uma fita.*”

Bismarque associa sua vivência no tráfico e no roubo como resultado do desejo por itens que não tinha e pela ausência de seus pais em sua vida. Distingue-se dos “emocionados”, aqueles que estão no crime só por ostentação e não por precisar, que “*têm a vida boa, a mãe dá de tudo, o pai dá de tudo, têm*

a mãe e o pai presente, que se você pedir a coisa, dá. Pode não ser na hora que você quer, mas em um mês, em uns dias, vai te dar”.

Já Sobrevivente situa a droga como parte de um contexto mais amplo de sobrevivência. Em momentos de ruptura familiar e perda de trabalho, o tráfico surgiu como opção possível para quem *“não tinha mais nada a perder”*. Aos 18 anos, experimentou a maconha: *“Experimentei, gostei e fiquei. Aí não queria saber de mais nada, só de jogar bola, empinar pipa, sair pra baile e usar droga”*. Ele afirma nunca ter sentido vontade de experimentar outras drogas, apenas maconha. O trabalho como vapor na biqueira não representava status e prazer para Sobrevivente e durou poucos meses, até sua inserção em grupos de roubo à mão armada, que lhe conferiu mais dinheiro e sentido.

É preciso destacar que as drogas reforçam performances de masculinidade: risco, circulação noturna, adrenalina e capacidade de “aguentar”. Na prisão, tais performances são reorganizadas por uma “pedagogia da dor” (Andrade, 2012, p.153). Alguns jovens reinterpretam o uso e o tráfico como erro que os ensinou, reforçando a tese do sofrimento como função coercitiva.

O que aparece de forma não dita em parte das narrativas é que o uso de drogas pelos jovens parece ser uma forma de suportar o insuportável (Nery, 2013), seja o abandono material, familiar, a revolta por se descobrir enganado ou o “vazio que nunca passa”. As dores de existir impulsionam o uso do que está ao alcance e a busca, aqui, foi por ressaltar cenários e conjunturas que levaram os jovens ao uso e ao comércio de drogas, para que suas trajetórias e vivências não sejam reduzidas à simples associação entre juventude e uso de drogas. A criminologia crítica, nesse sentido, é a lente que nos permite inverter uma leitura usual: não é a droga que explica a prisão, mas a prisão reorganiza a narrativa sobre a droga (D`Elia Filho, 2011):

Creio que nossa tarefa nessa jornada é nomear o inominável: compreender a criminalização da juventude pobre pelas atuais políticas criminais de drogas como parte de um processo histórico de barbarização da periferia na expansão do capitalismo. Tenho repetido que o medo do crime e da violência urbana no Brasil carrega as marcas históricas do extermínio civilizatório e da desqualificação jurídica da escravidão. Há sempre um novo argumento a justificar novas torturas, novas chacinas, novas prisões: o que não muda é a clientela que se metamorfoseia infinitamente em índios, pretos, pobres e insurgentes. Desconstruir a questão das drogas é desnaturalizar

a violência contra a juventude pobre: trata-se de um passo importante para a interrupção do filicídio e da constituição da periferia em campo de concentração, territórios de suspensão de direitos, seja na Palestina, no Iraque, em Beslan ou nos morros da nossa cidade (BATISTA, 2007, p. 7).

As trajetórias aqui analisadas evidenciam que, ao produzir exceções e recuperáveis, a criminalização das drogas opera pela classificação diferencial dos sujeitos e não apenas pela punição de condutas (Batista, 2003b). Essa lógica, entretanto, não fica circunscrita ao campo das drogas, tampouco se limita ao momento da prisão. Como veremos a seguir, ela reaparece, de forma intensa, nas relações desses jovens com outras instituições centrais da vida social. A escola, longe de se constituir como espaço protetivo de garantia de direitos e permanência, frequentemente surge como instância de hostilização e expulsão. O trabalho, por sua vez, seja ele lícito ou ilícito, opera como critério moral de condenação e não como via de verdadeira integração e emancipação. Nas margens entre escola, trabalho e sistema penal, é produzida uma trama de exclusões, onde os jovens passam a ser lidos como desviantes pontuais, portanto, passíveis de correção ou definitivamente descartáveis.

4.4 NAS MARGENS: DA ESCOLA QUE HOSTILIZA AO TRABALHO QUE CONDENA

Sete, dos dez jovens entrevistados interromperam seus estudos precocemente, em virtude de preconceito e racismo (Emiliano e Bismarque), do envolvimento com o tráfico e uso de drogas (Vicente, Bismarque e João Lucas), de necessidades financeiras (Max e Kayque) e de trajetórias marcadas por muitas mudanças de residência e de arranjos familiares (Sobrevivente).

Apenas Ângelo, Átila e Wellington finalizaram seus estudos na idade adequada. Wellington, que precisou trabalhar desde muito cedo, afirma que gostava de estudar apenas matemática e educação física, mas não abandonou a escola porque a mãe não deixou. Átila sempre estudou em colégios particulares. Ainda jovem, terminou o curso de inglês e se tornou professor. Pretende cursar faculdade de Gastronomia, reforçando o gosto pelos estudos. Ângelo conta, com orgulho, que terminou os estudos com 17 anos, e que sofreu muito bullying na escola por gostar de estudar e por sentar-se na primeira fileira:

“puxavam minha cadeira, me zoavam, faziam cuecão”. Com o tempo, passou a ser mais comunicativo, se envolveu com trabalhos na rádio e no jornal da escola e fez muitas amizades. Inspirado pelos pais, que voltaram a estudar depois de adultos, Ângelo pretende cursar faculdade de medicina e se especializar em cardiologia. Antes de ser preso, estudava para concursos da Marinha e da Polícia, mas agora diz que os planos mudaram, pois, com a sentença, está impossibilitado de se tornar policial.

Vicente conta que sua relação com a escola foi sempre muito difícil: “*eu era uma criança perturbada, ia sempre para a diretoria, não queria saber de lição, de nada*”. Aos 14 anos, migrou da escola particular para a escola pública, momento em que se envolveu com o uso e venda de drogas e abandonou os estudos. Apesar de gostar bastante das aulas de matemática, artes e educação física, não via sentido em continuar estudando quando podia se divertir nos bailes e com os amigos.

Emiliano relata, com muita dor e revolta, situações de racismo que viveu na escola. Além de ser chamado de macaco por outras crianças, também sentia que era discriminado pelas professoras, chegando a sofrer violência física de uma delas:

Eu brigava na escola porque me chamavam de macaco. Com o tempo, eu fui ficando rebelde, mas eu prestava muita atenção na aula. Estudei até a quinta série, mas depois eu desisti, fui perdendo a vontade de estudar. Uma professora me deu uma livrada na cabeça. Falei para o meu pai, ele foi resolver a situação, só que daí piorou a relação na escola. Me tratavam pior, mandavam direto para a diretoria, diziam que eu era bagunceiro, que não prestava atenção na aula. [...] Mas eu era tratado diferente, o que eu fazia era bagunça normal de criança, nada demais. O tratamento comigo era bem diferente, por causa disso, da minha cor (Emiliano).

O relato de Emiliano evidencia práticas de racismo institucional que atravessam o cotidiano escolar (Ribeiro; Da Costa, 2018), não só na interação entre os alunos, mas também nas relações pedagógicas e disciplinares estabelecidas pelos docentes. A leitura de seu comportamento como “rebelde” e “bagunceiro” revela um processo de patologização seletiva da infância e juventude negras (Lopes, 2014), no qual condutas ordinárias são interpretadas

como desvios e riscos, justificando punições e a construção de um fracasso escolar anunciado.

Emiliano diz que a escola na cadeia é “muito melhor”. Com planos de estudar mecânica quando sair do CR, afirma que estuda tudo que pode para melhorar seu currículo enquanto está preso. Sabe que as dificuldades depois da prisão serão intensas e o estudo é uma possibilidade de atuar como autônomo, com mais qualificação.

Assim como Emiliano, Bismarque narra episódios de preconceito na escola por ser criado pela avó, sem a presença dos pais, fator que o motivou a abandonar os estudos: *“meus amigos me zoavam, então eu só bagunçava e ganhava suspensão”*. Aos 12 anos, abandonou a escola, ao mesmo tempo em que começou a trabalhar na biqueira, vendendo drogas.

João Lucas vê mais sentido na escola dentro da prisão. Diz gostar das aulas e conta de seu desejo de fazer uma faculdade de TI, área na qual trabalhou e já tem algum conhecimento.

Sobrevivente parou de estudar aos 17 anos, depois de muitas mudanças de casa, que o desmotivaram a seguir na escola. No CR não estava estudando por escolha própria, pois tinha a intenção de trabalhar fora do presídio⁵⁸.

Por outro lado, Max conta com pesar sobre a necessidade de interromper os estudos. Mesmo começando a trabalhar aos 11 anos, ele conciliava estudos e trabalho, até sua mãe sofrer um enfarto e não conseguir mais trabalhar. Nesse momento, Max se viu como o responsável pelas contas da casa. Conta como sua trajetória profissional foi prejudicada por não ter o ensino médio e suas tentativas frustradas de voltar a estudar:

Eu não tinha tempo para fazer um supletivo comum e estudar dois anos para terminar o que faltava. Eu trabalhava de manhã e de noite para bancar as coisas para a casa. O tempo que eu não estava descansando, estava trabalhando. Pensei em fazer um supletivo pago, que terminaria mais rápido, mas era cara a parcela por mês e eu não conseguia pagar. Saí da empresa e fui ser motoboy, entregando marmitas de manhã, o almoço e pizza e lanche à noite, para ter um salário maior e conseguir ir pra escola, mas eu não tinha mais tempo de estudar. Aí, no final,

⁵⁸ Na época em que conversamos, eu ainda não tinha a informação de que, para trabalhar fora dos muros do presídio, nas parcerias com empresas e com a prefeitura municipal, os presos do CR precisam ter concluído os estudos. Sobrevivente, ao desejar trabalhar na rua, imaginava que era possível apenas não estudar, mas estava enganado.

fiquei só trabalhando, trabalhando, trabalhando, até vir preso.
(Max).

Mesmo compreendendo a contradição de sua situação, afirma estar feliz por, finalmente, conseguir estudar e finalizar a escola. Leitor voraz, em vários de nossos encontros me contava sobre os livros que tinha lido na biblioteca do CR, a coleção da Enciclopédia Barça que tinha em casa e as muitas ideias que tinha para a expansão de atividades educativas que o centro poderia proporcionar aos presos.

Assim como Max, Kayque precisou abandonar os estudos para auxiliar financeiramente sua mãe. Desde os 8 anos, conciliava estudos e trabalho. Apesar de não gostar de ir para a escola, lamenta não ter concluído os estudos antes de ser preso. Parou de estudar na quinta série, mas estava, no momento de nossa conversa, finalizando o 1º ano do Ensino Médio. Prestes a sair para o regime aberto, afirmou que continuaria os estudos fora do CR.

Em minha experiência profissional nos centros da Fundação Casa, pude presenciar como a escola era ressignificada por alguns jovens, sobretudo a partir de uma outra relação que era estabelecida com os professores. Em muitas ocasiões, ouvi que os professores na “escola da Fundação” eram mais próximos e se importavam com os alunos, diferente das experiências que grande parte dos jovens internados tinham vivido nas escolas convencionais. Como educadora, compreendo que são muitos os fatores que configuram a escola como um espaço de hostilidade, violência e abandono. A escola, como uma das instituições sociais centrais na vida de crianças e jovens, não existe para grande parte dessa população como local de pertencimento, acolhimento e saber. Ao contrário, ela é frequentemente descrita como punição e ação esvaziada de sentido (Charlot, 2000; Cavalleiro, 2017; Pereira Jr., 2025). Aqueles e aquelas que, de algum modo, não aderem ao modelo escolar, passam a ser indesejados nesse espaço e sofrem com o processo de expulsão velada, além de serem qualificados como um fracasso escolar (Patto, 2022).

Não faltam estudos sobre a escola na prisão (Julião, 2012; Amaral, 2025; Pereira Jr, 2025;) e sobre os sentidos que as pessoas privadas de liberdade atribuem aos estudos e às relações estabelecidas com o corpo docente. No polo oposto, também é frequente a afirmação das diferenças entre a escola do

presídio e a escola do “mundão” para alguns professores, que afirmam se sentirem mais valorizados e, ironicamente, mais seguros nas escolas em ambientes de privação de liberdade. Mobilizada por tais contradições, e por terem chegado a mim tais afirmações ao longo de minha trajetória profissional, busquei observar as aulas no presídio para compreender se havia, como nos centros de internação para adolescentes, uma percepção parecida no CR. Encontrei um cenário relativamente parecido, com professoras que se diziam mais valorizadas quando lecionavam no presídio e alunos que, apesar de serem muito mobilizados pela remição da pena pelos estudos, também manifestaram algum prazer por se sentirem respeitados e estimulados a seguir adiante com a escolarização.

Não pretendo, aqui, romantizar a educação oferecida pelo sistema prisional e socioeducativo, tampouco minimizar os paradoxos da escola “na prisão” (Julião, 2016), entretanto, é fato que as desigualdades que atravessam a sociedade brasileira e, de forma cruel, a educação pública, mitigam os sentidos da escola, esvaziando sua função pedagógica e reforçando sua função punitiva. Nos espaços de privação e liberdade, a escola pode significar para alguns um respiro, uma brecha, onde o diálogo passa por outros campos que não apenas os da disciplina, da saudade e dos bate-papos sobre a vida pregressa à prisão. Para os jovens entrevistados nesta pesquisa, a sala de aula significa também um tempo precioso fora das celas, ainda que esse deslocamento espacial não suspenda as dinâmicas de controle e disciplina que estruturam o cotidiano prisional.

A medida socioeducativa, como o próprio nome propõe, deveria ter como base sua função pedagógica (Costa, 2006). O que temos, entretanto, é um sistema socioeducativo centrado na segurança e na disciplina, que relega à educação um lugar quase figurativo, de cumprimento formal da lei (Pereira Jr., 2025). No sistema prisional, esse quadro é ainda pior, pois a obrigatoriedade do ensino não alcança todas as unidades, tampouco todas as pessoas privadas de liberdade. A falta de estrutura, recursos e mínima liberdade de expressão para a ação educativa tornam as escolas na prisão um dispositivo de mais controle e punição. Ainda assim, nesses espaços endurecidos e de tantos limites, há brechas por onde o afeto e a crença na emancipação avançam. As relações estabelecidas por presos e profissionais que ainda ousam acreditar na

possibilidade emancipatória do ato educativo são muito significativas no cotidiano brutal da privação de liberdade.

Tais brechas, quando bem aproveitadas, podem significar a tentativa de desconstrução de muitos processos solidificados em nossa sociedade, que atribuem ao sujeito que cometeu alguma infração toda a responsabilidade por sua situação e escolhas. A atuação de educadores e educadoras com intencionalidade político-pedagógica (Freire, 1996) estabelecida e coerente pode possibilitar a construção de novos mundos, ainda que sejam mundos que orbitem em um espaço provisoriamente paralelo ao mundo da sociedade que se denomina livre.

Tais colocações, longe de escamotear os sentidos da educação para fins ressocializadores, frequentemente subordinados à obediência, à docilidade e ao combate à ociosidade – esta última tida como produtora da “oficina do diabo” – buscam reconhecer a potência da prática educativa como propulsora de indagações e de autonomia, um processo de transformação que inevitavelmente colide com as funções da prisão. O que é possível produzir nos espaços educativos no interior da prisão passa por muitas esferas, do reforço ao controle, dos pequenos poderes à resistência e reconstrução da dignidade perdida muito antes da inserção no cárcere. Nesse sentido, a escola na prisão é um paradoxo que merece maior problematização do que certezas postas. Reduzir sua existência ao fracasso é também despotencializar os sujeitos que seguem vivos e desejantes nesses espaços.

No centro de ressocialização, o trabalho também se apresenta como uma possibilidade valorizada, ainda que restrita. No momento da pesquisa de campo, apenas metade dos jovens entrevistados exercia algum tipo de trabalho no presídio: João Lucas, na cozinha; Max, como galeria; Kayque, na copinha dos funcionários; Bismarque, na produção e Wellington, na Prefeitura. Os demais não exerciam atividades laborais pela escassez de vagas disponíveis e não por alguma recusa ao trabalho, uma vez que, formalmente, estão cientes e de acordo com a obrigatoriedade do trabalho enquanto estão no CR. De modo geral, todos afirmavam a importância do trabalho prisional, principalmente pela possibilidade

de remição da pena e pela obtenção de alguma renda, ainda que mínima⁵⁹, que pudesse ser enviada às famílias.

Tal como o estudo, o trabalho aparece como mais uma forma de “saída da cela”, que alivia momentaneamente a clausura, sem, entretanto, suspender a lógica punitiva institucional. Trata-se de uma experiência atravessada pelo controle e pela disciplina, mobilizada pela administração do tempo e pela redução da pena, ao menos para esses jovens, sem mobilização de sentido ou de reconhecimento. Porém, diferentemente da escola, que aparece para alguns como uma brecha simbólica e como possibilidade de reconstrução de horizontes, o trabalho no cárcere tende a operar na gestão da escassez, antecipando, no âmbito penal, as formas precarizadas de inserção laboral que aguardam a maior parte desses jovens fora dos muros da prisão.

No descompasso da educação que não inclui, o trabalho lícito precarizado e o trabalho ilícito emergem como únicas alternativas possíveis de geração de renda para grande parte da população. Com exceção de Átila, que não dependia do salário recebido para sua sobrevivência, seja como professor de inglês ou como traficante, como se autodenominava, os demais jovens participantes da pesquisa, antes da prisão, trabalhavam para garantir sua sobrevivência e, em alguns casos, de suas famílias. A defasagem escolar os condenou, desde muito cedo, a trabalhos invariavelmente precários e instáveis. As ocupações narradas pelos jovens passam por serviços na área da construção civil (serralheria, pintura, alvenaria), de serviços (motorista de aplicativo, instalador de fibra ótica, empacotador de mercado, manobrista de estacionamento, manutenção de ar-condicionado, motoboy e ajudante de pizzaria), além das áreas administrativa (auxiliar de contabilidade e office-boy) e tecnológica (manutenção de computadores). Há experiências pontuais de alguns jovens nas áreas de

⁵⁹ O CR estudado mantinha uma parceria com a Prefeitura e com uma fábrica local para a produção de peças eletrônicas no interior do presídio. A Prefeitura Municipal é responsável pela maior quantidade de vagas de trabalho no CR, que são disponibilizadas aos presos do regime semiaberto. A fábrica, que funciona dentro do presídio, disponibiliza apenas cinco postos de trabalho. As outras possibilidades de trabalho são todas dentro da unidade e remuneradas a partir de um rateio feito com os salários pagos pelas parcerias. Os postos de trabalho internos distribuem-se na cozinha, manutenção, lavanderia, biblioteca, horta, jardim e na seção administrativa e financeira. Para esses postos, a remuneração girava na época da pesquisa em torno de R\$280,00 por mês. Já para as atividades junto às parcerias externas, o salário podia chegar a até R\$1.200,00 por mês.

metalurgia, carvoaria e em grandes fábricas, que foram estagnadas pela falta de escolarização necessária para ascensão.

Para alguns, o tráfico e o roubo foram uma alternativa pontual de geração de renda, para sair do sufoco ou para levantar uma renda maior para a realização de alguma necessidade específica, como no caso de João Lucas, que retornou ao ilícito para conseguir comprar o enxoval da filha que estava prestes a nascer. Sobrevivente, Kayque, João Lucas, Emiliano e Vicente não compreendem a ação realizada no tráfico ou no roubo como trabalho, ao contrário de Bismarque e Átila:

Trabalhava fixo na biqueira, tinha horário, das sete da manhã às seis da tarde. [...] Trabalhar assim de lavar um carro, ou como pedreiro, eu nunca trabalhei. Mas no tráfico eu já trabalhei e já roubei também. [...] No tráfico eu tinha minha responsabilidade, no roubo não. Roubo é qualquer hora, você vai lá, passa uma fita. [...] Eu só ia em negócio estudado, roubar a qualquer momento é coisa de emocionado (Bismarque).

Eu já tinha estudado um pouco sobre o tráfico, porque bom, querendo ou não, é o mercado que mais gera dinheiro para a pessoa no mundo, né? Não tem imposto, não tem regularização. Eu posso fazer do jeito que eu quiser e se eu fizer direito eu me destaco, como sempre fiz. Então com quinze anos eu olhei assim é disse: nossa, dá pra fazer uma grana. [...] Eu sempre gostei de trabalhar sozinho, eu gostava de fazer tudo sozinho, sabe? Tinha meu orgulho nisso. Como eu era traficante, me achava e tudo, comecei a vender armas, a mexer também com essas coisas (Átila).

Ainda que ambos se qualifiquem como trabalhadores do tráfico, Bismarque afirma sua ligação com o PCC, respeita as regras do Comando e vê sentido nas relações estabelecidas com os membros da facção. Conta que estava para ser “batizado” no Comando quando cometeu um ato considerado errado e, por isso, seu cadastro estava pendente. Já Átila, por outro lado, tece duras críticas às facções e justifica não pertencer ao PCC por não se submeter a hierarquias e regras que considera injustas e sem sentido. Ainda assim, entende que precisava respeitar alguns limites com os quadros locais⁶⁰ para seguir com o trabalho que realizava.

⁶⁰ A expressão “quadros locais”, em referência ao Primeiro Comando da Capital (PCC), é empregada pelos próprios integrantes da facção para se referir àqueles que exercem funções organizativas em contextos territoriais específicos, como unidades prisionais ou áreas urbanas,

O que busquei evidenciar, a partir das narrativas apresentadas, é a condicionalidade de trabalhos que condenam os jovens a uma vida com horizontes restritos aos processos de escolarização defasados. A definição do tráfico como trabalho não opera como reivindicação de legitimidade moral, mas como reconhecimento de uma racionalidade econômica e organizacional que estrutura o cotidiano desses jovens. Tomando o trabalho no tráfico, ressalto os riscos aos quais estes jovens se submetem diariamente em suas experiências laborais, na busca por garantir sua sobrevivência. O comércio varejista de drogas que emprega esses jovens, espelhado no mercado de trabalho formal, tem regras rígidas, códigos de ética e de conduta estabelecidos e hierarquias pactuadas. Um deslize grave não implica demissão por justa causa, mas pena de morte. Ignorar este fato é minimizar a condenação à qual estão circunscritos a partir do momento em que lhes são retiradas outras opções de vida.

Em paralelo, o mercado lícito precarizado oferece a esses jovens panfletos, enxadas, tijolos e balas a serem vendidas no farol, além de possibilidades extremamente limitadas (quando não ilusórias) de ascensão social e até mesmo de uma vida minimamente digna mantida com um salário-mínimo. Chama atenção que, ao contrário do detalhamento conferido às experiências no tráfico e até no roubo, o trabalho lícito aparece de forma mais sucinta nas entrevistas. Apesar de frequente nas narrativas, ele surge como pano de fundo da correria pela sobrevivência, poucas vezes mobilizando identificação ou orgulho.

Essa assimetria narrativa não é casual, ela indica que o trabalho formal precarizado é vivido pela maior parte desses jovens como um esforço desprovido de valor e reconhecimento simbólico e de perspectiva de futuro. Já o mercado ilícito, embora violento, oferece algum grau de previsibilidade e reconhecimento. A narrativa de Sobrevivente evidencia esse aspecto:

Eu fui roubar pela primeira vez e gostei. A sensação de poder foi algo muito grande, que eu sempre quis sentir e senti ali naquele momento. Era assalto a mão armada. Roubei, gostei e deu certo, falei: já era, gostei! [...] Eu fui pegano fama na favela. Eu era o traficante, o assaltante, entendeu? [...] A adrenalina vicia e eu era reconhecido, respeitado na favela, eu acho que isso é o que mais influencia (Sobrevivente).

envolvendo a mediação de conflitos, a transmissão de normas e a gestão cotidiana das relações internas.

Feffermann (2006) chama atenção para o fato de que o tráfico como trabalho na vida de muitos desses jovens não se explica apenas pela dimensão da renda. O envolvimento com o comércio de drogas produz pertencimento, reconhecimento e visibilidade social. Jovens antes relegados ao anonimato e à desvalorização passam a ser vistos e considerados em seus territórios. Essa passagem da invisibilidade à visibilidade, no entanto, é atravessada por uma ambiguidade constitutiva. Conforme afirma Soares (2005), os jovens negros e periféricos no Brasil tendem a permanecer invisíveis como sujeitos de direitos, tornando-se visíveis apenas quando capturados pelas engrenagens punitivas. A atuação no mercado criminal, seja tráfico ou roubo, funciona, então, como um passaporte para uma visibilidade seletiva e perigosa. Ao mesmo tempo em que essa visibilidade confere reconhecimento e sentido para esses jovens, ela os expõe à hipervisibilidade penal, ao controle policial e à morte precoce. Trata-se, portanto, de uma visibilidade perversa (Sales, 2007), que não rompe com a exclusão, antes a reorganiza nas malhas da criminalização.

Aqui busquei evidenciar como as trajetórias dos jovens participantes da pesquisa são atravessadas pelo encurtamento do tempo socialmente atribuído à infância e pela moratória atribuída à juventude. A maior parte das narrativas apresenta a entrada precoce no mundo do trabalho como um marco decisivo para suas vidas. O trabalho infantil narrado, ainda que não seja nomeado e reconhecido pelos jovens deste modo, não é descrito como exceção, mas como parte da vida, naturalizado como necessidade e responsabilidade familiar. Essa adultização forçada implica trajetórias escolares interrompidas ou extremamente fragilizadas, bem como possibilidades de proteção e garantia de direitos drasticamente reduzidas.

Esse deslocamento temporal ajuda a compreender os motivos pelos quais a escola deixa de ser um espaço de pertencimento e aparece com frequência como instância de hostilização e inadequação, ao mesmo tempo em que o trabalho, lícito ou ilícito, se impõe como um pilar estruturante de vidas ainda tão jovens. A experiência do trabalho infantil produz nesses jovens um aprendizado precoce das durezas do mundo, formando subjetividades orientadas pela urgência e pela necessidade de “dar conta” da sobrevivência de qualquer modo. O abandono escolar, nesse contexto, é efeito de rotinas marcadas pela

sobreposição de muitas ações, não devendo ser atribuído ao simples desinteresse, nem tomado como fracasso individual dos jovens. A atuação concomitante ou posterior no tráfico ou em outras economias ilegais não inicia essa lógica, apenas possibilita, em condições ainda mais violentas, que sigam “dando conta” da urgência de suas demandas, agora em uma relação na qual se sentem, de algum modo, valorizados e vistos socialmente.

Por outro lado, busquei evidenciar que tais trajetórias não são feitas apenas de sujeição. A escola e o trabalho, embora atravessados por controle e disciplina, produzem brechas de resistência e reinvenção. A escola no cárcere, apesar de seus limites e paradoxos, reaparece para alguns como fissura no cotidiano, sustentando escuta e reconstrução de horizontes de vida. As boas experiências educativas tensionam a própria lógica punitiva ao evidenciar que os sujeitos ali confinados não são destituídos de desejo, racionalidade e condições de elaboração de futuro. Já o trabalho, mesmo precarizado, é mobilizado como forma de dignificação e cuidado com os outros, quando tomado como possibilidade de apoio à família, mesmo na privação de liberdade.

Nas narrativas contempladas pelo capítulo, o uso de drogas emerge tanto como prática cotidiana em contextos familiares e comunitários marcados por carências materiais e afetivas, como uso associado a diferentes sentidos, como alívio da sensação de vazio, forma de sociabilidade e status, enfrentamento do sofrimento, curiosidade e até como manifestação de revolta. As relações familiares, por sua vez, são apresentadas, em alguns casos, simultaneamente como espaço de cuidado e responsabilidade, mas também de conflito e dor. Essas dinâmicas ilustram o que Castel (1998) nomeou como processo de desfiliação, no qual a corrosão das proteções sociais e a instabilidade dos suportes de proximidade resultam em uma zona de vulnerabilidade que não rompe definitivamente os laços, mas os esgarça. Desse modo, longe de compor um cenário de ruptura absoluta, família e droga se entrelaçam nas experiências juvenis como dimensões ordinárias da vida, vivenciadas no interior de vínculos afetivos fragilizados, mas persistentes. Por outro lado, a criminalização seletiva do uso e comércio de drogas recai não apenas sobre os jovens, mas sobre suas “famílias enredadas”, convertendo dinâmicas privadas de cuidado e convivência em matéria pública de controle e intervenção punitiva estatais.

Nessa realidade, o tempo se impõe como dimensão central da experiência carcerária e a violência aparece como um elemento constitutivo das trajetórias juvenis analisadas, incidindo diretamente sobre suas expectativas e seu futuro. A seguir, passaremos à análise do tempo como pena, das formas de violência que conformam essas experiências e dos rascunhos de futuro elaborados pelos jovens no decorrer da pesquisa.

5 NAS ENGRENAGENS DO SILENCIAMENTO: UM RESPIRO ENTRE GRADES

Não sei o que é o tempo. Não sei qual a verdadeira medida que ele tem, se tem alguma. A do relógio sei que é falsa: divide o tempo espacialmente, por fora. A das emoções sei também que é falsa: divide, não o tempo, mas a sensação dele. A dos sonhos é errada; neles roçamos o tempo, uma vez prolongadamente, outra vez depressa [...] que coisa, porém, é esta que nos mede sem medida e nos mata sem ser? E é nestes momentos, em que nem sei se o tempo existe, que o sinto como uma pessoa, e tenho vontade de dormir.

(Trecho do poema Não sei o que é o tempo, de Fernando Pessoa)

O título deste capítulo expressa a ambivalência que atravessa a experiência prisional narrada pelos jovens. As engrenagens dizem respeito ao funcionamento de um sistema que administra corpos, regula o tempo e enquadra as formas possíveis de dizer. O respiro, por outro lado, não indica a suspensão da pena, mas as brechas possíveis por onde outras narrativas e temporalidades podem emergir, mesmo sob forte regulação institucional.

Os jovens descrevem a entrada no CR como um deslocamento em relação às experiências vividas em outros presídios. Se, nos CDP's a rotina é marcada principalmente pela imprevisibilidade da violência e pela intensificação do medo, o CR aparece para alguns como espaço de maior previsibilidade institucional, ainda que não execute o que lhes foi prometido em termos de qualificação e trabalho. Essa mudança não deve ser compreendida como ausência de controle, mas como reconfiguração de sua operacionalização, onde a disciplina substitui a brutalidade ostensiva e a administração do tempo torna-se o eixo central da experiência.

O respiro mais significativo, no entanto, não se limita às diferenças entre os modelos prisionais. Ele é produzido nas entrelinhas da norma, nos momentos

em que a condição de *reeducando* é suprimida pela possibilidade de narrar a si mesmo. Nos encontros realizados durante esta pesquisa, a palavra circulou como exercício de elaboração. A engrenagem não parou, entretanto, mesmo sob sua execução contínua, emergiram formas de interpretação de si que não se reduziram à lógica disciplinar.

Este capítulo, portanto, inscreve-se nos entrelaçamentos espaço-temporais entre a administração institucional e a elaboração subjetiva. Ao articular violência, tempo e projeções de futuro, busquei compreender como o sistema prisional reorganiza as trajetórias e como, ainda assim, rascunhos de futuro são possíveis de serem escritos como forma de resistir à captura do porvir.

5.1 ESPELHO RETROVISOR: VIOLÊNCIA COMO PARTE DA VIDA

Se perguntarem, digam que roubei, que até matei
Mas não esqueçam de dizer que tive a infância
massacrada. Que fui torturado, espancado de
todas as formas possíveis. Que vivi preso feito
bicho a vida toda em jaulas de concreto e ferro
duro. Que também me roubaram, assaltaram e
me mataram de muitas mortes. Eu é que fui
teimoso em sobreviver.

(Poema Epitáfio, de Luiz Alberto Mendes)

O que é refletido neste espelho retrovisor não é um passado distante ou encerrado, mas um conjunto de experiências que seguem operantes nas trajetórias desses jovens. Ao voltar o olhar para elementos que antecedem o encarceramento, busquei examinar camadas de violência que se sobrepõem como um pano de fundo sobre o qual essas histórias se desenrolam.

As narrativas acessadas nesta pesquisa revelam que a violência, em suas muitas dimensões, é uma experiência anterior ao encarceramento para a maior parte dos entrevistados. Desde a infância, algumas trajetórias foram marcadas por episódios de agressão física e hostilidade no interior das famílias e das comunidades onde cresceram, como narra Emiliano:

Nasci em uma favela, vi muita gente apanhando de graça, vizinha batendo nos filhos, criança apanhando com fio de ferro, pedaço de pau de goiabeira, muita violência. Meu avô também batia na minha avó e bateu demais na minha mãe também. Meu pai bebia e me dava uns tapas na cabeça, faltava meu cérebro pular pela orelha [...] às vezes eu não entendia por que minha mãe chegava estressada, que ela sempre foi doméstica, trabalhava o dia inteiro e aí descontava um pouco a raiva em nós [...] é muita violência. Que nem o namorado da minha irmã, que bateu nela antes de eu vir preso, aí eu fui e dei umas pancadas nele, aí ele se afastou (Emiliano).

Para a maior parte dos jovens, a violência não aparece como um evento pontual, mas como parte do curso da vida, presente no ambiente onde cresceram, da família à escola, passando pela violência vivida nas ruas, sobretudo em decorrência das abordagens policiais. Essa violência é também esfera sobre a qual o pano de fundo sobre o qual a subjetivação se dá, condicionando nesses indivíduos possibilidades de reconhecimento e agência.

Das (2020) afirma que a violência deve ser compreendida para além de sua forma espetacular. Segundo a autora, sobretudo nas sociedades marcadas por profundas desigualdades, a violência torna-se elemento da vida comum, infiltrada no cotidiano, como algo estrutural e simbólico. Essa violência se reproduz de forma direta e indireta, manifestando-se, portanto, nas margens da sociedade: nas exclusões, nas opressões de gênero e onde desigualdades de poder atravessam o cotidiano, não se limitando a episódios criminais ou eventos traumáticos isolados.

A violência familiar compartilhada por Emiliano, Guilherme e João Lucas aparece como método disciplinar e de esgarçamento de vínculos. Ao narrar as cenas de agressão vividas com a mãe, João Lucas faz um balanço de seu comportamento, ponderando o quanto a postura repressiva e pouco reflexiva de sua mãe o estimulou a sair de casa, morar com a avó e, sequencialmente, a cometer atos infracionais:

Eu acho que do fato dela gostar muito de mim e não querer que eu fazer as coisas erradas, aí eu acho que ela cobrava da forma errada [...] eu já tinha sofrido muito com ela [...] Eu acho que eu tinha uns 12 anos de idade, um tempo que eu queria sair e ela queria me corrigir, queria me deixar trancado e tals [...] Ela me batia, batia na minha boca, aí teve um dia que eu saí, usei maconha, voltei e ela me bateu. Ela pegou uma corrente,

amarrou no meu pé e amarrou na cabeceira da cama, falou que eu não ia sair de lá. Aí nisso eu comecei a chorar [...] Aí depois disso eu me afastei, fui morar com a minha avó, mas com a minha avó era mais solto, entendeu? Minha avó tratava eu com bastante carinho, mas eu ficava solto e foi aí o erro também...
(João Lucas)

Depois da ser preso, João Lucas sente que sua relação com a mãe melhorou e conta da importância de falar para ela sobre os episódios de violência em sua infância, fazendo-a refletir que seu método disciplinar não inibiu atos de risco, pelo contrário, serviu como combustível para sua incursão em percursos criminais. João conta que sua mãe admite ter falhado na forma como agiu com ele. O próprio João reconhece que age diferente com seus filhos mais novos, com mais diálogo e sem agressões. Assim como João, Emiliano também se reaproximou do pai depois de ser preso, fazendo uso de sua situação atual para pactuar com o pai um acordo em que ambos deixariam de beber álcool, admitindo que a bebida os torna mais violentos e distantes um do outro.

De modo semelhante, em sua pesquisa com jovens internos da FASE⁶¹, no Rio Grande do Sul, Rolim conclui que a família, para a maior parte do grupo participante da pesquisa, aparece como dor. A ruptura dos jovens com suas famílias se deu no início da adolescência, aos 11 ou 12 anos. O autor afirma que “o que havia de família era tão confuso ou violento que era preciso mesmo inventar um rumo” (Rolim, 2016, p. 164).

Essa vida tecida nas margens (Das, 2020) conforma a violência como *textura da vida*, o que Das nomeia como “descida ao ordinário”, quando a violência é capilarizada no cotidiano, nas relações hostis com a escola, na instabilidade da moradia, do trabalho e dos arranjos familiares, nas mortes que se integram às biografias e nas repetidas abordagens policiais. As margens são compreendidas, nessa chave, como espaços de violência estruturada, zonas vulnerabilizadas onde a proteção estatal é insuficiente, instável ou seletiva.

Nestes espaços, certas vidas se tornam mais expostas ao risco e menos reconhecidas como merecedoras de proteção e cuidado. Neles se localizam os jovens participantes desta pesquisa, cujas trajetórias expressam a invisibilidade

⁶¹ Fundação de Atendimento Socioeducativo – instituição responsável pela aplicação das medidas socioeducativas em meio fechado no estado do Rio Grande do Sul.

de seu sofrimento, a ausência das políticas de proteção e a presença seletiva da repressão estatal.

Wellington, Kayque, Emiliano, Sobrevivente e Bismarque são enfáticos ao narrar a violência policial sofrida:

Eu já apanhei do meu padrasto e da polícia. Eu sou de bairro mais pobre e eles viam o jeito de vestir e tudo e quando abordava, esculachava a gente, batem sem dó. Eu saía com os amigos para barzinho, choperia, aí a polícia parava, já encanava, pensavam que tava com droga, aí revistava e falava: cadê a droga? Cadê a droga? E batia... (Wellington)

Eu já apanhei da polícia em abordagem, mermo tano certo. Sem tá errado, sem tá vendendo (droga), mas por usar, porque eu gosto, eu fumo maconha e só por tá usando, os caras enquadram, batem. (Kayque)

Já sofri muita violência policial. Já fui preso porque me confundiram com outro cara que não tinha nada a ver comigo, só era da mesma cor [...] várias vezes eu andava normal na rua, eles (policiais) só vinham, paravam, me esculachavam. Eu fumava cigarro de palha, já chegaram a fazer eu ficar ajoelhado com a mão pra trás, jogaram fumo na minha cabeça, soco na costela. Isso sem eu ter feito nada [...] Mas tinha diferenciação, tinha outra turminha ali perto, fazendo a mesma coisa e tinha a nossa turminha, com os caras negros. Eles vinham mais em nós do que neles, vinham mais pesado sempre em nós [...] Tem um amigo meu, que tá preso também, que ele viu várias vezes essa diferenciação comigo. Ele é branco, ninguém mexia com ele, comigo é como se eu tivesse matado alguém. (Emiliano)

Antes da minha passagem, no enquadro eu era folgado pra caramba, porque eu não tinha passagem, eu sabia que não ia ser preso. Tomava enquadro direto, acho que as tatuagens consta muito, tenho na mão, no braço. [...] Eu tinha o Tony Country⁶² na sobancelha [...] e mexia no carro, coisa de modinha, aí tomava muito enquadro. E eu era folgado, era na onde eu apanhava bastante por ser folgado, tomava uns peteleco, uns presta atenção. Infelizmente, como eles usam a farda e falam pelo Estado, a voz deles é mais ativa que a nossa. Apanhei umas três vezes por causa desse Tony Country. A última vez foi o poliça que matou meu amigo na quebrada⁶³. Ele

⁶² Conhecido nas periferias de São Paulo como "Tony Country", o símbolo representa, inicialmente, o ideograma chinês do Yin Yang, que está ligado ao conceito de equilíbrio e complementaridade entre forças opostas. No cenário do crime em São Paulo, especialmente após sua incorporação pelo PCC, o logotipo da marca de surfwear Town & Country ganhou um novo significado, tornando-se um emblema que representa a ideia de união e dualidade. Essa dualidade é frequentemente interpretada como uma representação das tensões entre crime x Estado e bem x mal.

⁶³ Em 2020, Sobrevivente participou de um assalto à mão armada com um grupo, quando perceberam que a moto que tentavam roubar era de um policial. Um de seus parceiros foi alvejado pelo policial e morreu no local. Sobrevivente conta como foi doloroso ver seu amigo

catou eu e falou “oh, se você não tapar esse Tony Country seu, eu vou arrancar na faca”. [...] Foi por isso que eu tampei, mas deixei de apanhar pelo Tony Country e passei a apanhar por outros motivos. São os donos da autoridade [...] Na audiência eu não falei nada, infelizmente a gente sofre quieto, ainda mais pessoas da favela. Criado na periferia, na comunidade, a gente sabe que quando a polícia entra, ela vai esculachar alguém, alguém vai ter que sofrer. Então, infelizmente você tem que correr pa não ser você. (Sobrevivente)

Já apanhei muito por causa das minhas tatuagens. Tenho palhaço, irmão metralha, gueixa, K47 [...] Se eu corria e parava, era “mão na cabeça, levanta a camisa”. Aí já vinha aqui de canto, aí pegava e dava pancada em nós. Já tomei muito choque. Teve uma vez que o policial pegou a agulha e enfiou dentro da minha unha, aqui assim, ó. Aí eu quase morri do coração, deu uma pontada no coração. Foi enfiando assim, até lá dentro, assim. [...] Nossa senhora, eu até fiquei com tontura, fiquei mole. Ele queria que eu caguettasse, vai torturando até você falar. Aí pega um menino que é mente fraca, fala pa se liberar dali, aí então o pior acontece. (Bismarque).

Nos espaços periféricos, onde a necropolítica se concretiza, a suspensão prática das garantias jurídicas não é anunciada como ruptura formal. O estado de exceção, conceito formulado por Agamben (2004), aparece empiricamente enquanto o direito não desaparece, mas é aplicado de forma diferencial, estabilizando o que era exceção. A margem, assim, é o espaço onde essa exceção opera e a exceção, por sua vez, é o mecanismo que sustenta a margem.

Essa suspensão de direitos, entretanto, não é universal, mas dirigida. Ao relatar que passava fumando em frente à viatura policial sem ser abordado, por ter “cara de boy”, Átila evidencia que a violência é seletiva e que os corpos suspeitos sobre os quais recai a violência têm marcas, cores e vestimentas definidas. Ainda assim, narra o único episódio de violência policial sofrido até então, ocorrido no momento de sua apreensão, em casa:

Ele (policial) já me abordou, me jogou na cadeira e falou “cadê as drogas?”. Começou a dar tapa na minha cara, perguntando: “Cadê? Cadê? Cadê?”. Aí eu puxei a que tava no meu bolso, nem lembrava as outra 50 gramas que tava ali, eu tava em choque no momento. [...] Eu falei que não tinha mais nada, ele ficou mais bravo ainda e tapa na minha cara, tapa na minha cara... Aí o policial me pegou assim e começou a bater em mim

jogado na rua, sem receber socorro médico e, posteriormente, ver a esposa de seu amigo o procurando, sem saber para onde levaram o corpo. Essa cena marcou a trajetória de Sobrevivente, que afirma ter sentido ainda mais ódio da polícia depois desse episódio.

até eu falar. E eu não ia falar de jeito nenhum, aí ele pegou meu celular uma hora e falou pra desbloquear. Tapa na minha cara, “desbloqueia!”. Aí me levou na frente da minha avó, que tava na sala chorando e começou a me bater bem na frente dela, até eu desbloquear o celular (Átila).

Assim como Átila, Ângelo sofreu violência policial uma única vez, no momento de sua apreensão.

[...] Escutei um barulho na rua da minha casa, aí saí pra ver o que tava acontecendo. Aí nisso que eu saí, já tinha um revólver na minha cabeça, da polícia. Uns 15 policiais da Força Tática falando “você roubou, você roubou” e eu falei que não roubei ninguém. [...] Ele entrou na minha casa dizendo que eu era o ladrão. E pelo fato de ter sido do exército, eu tenho uma paixão muito grande por armas. Eu já tinha desde criança uma 380, que era para defesa pessoal minha... e eles viram a arma. Aí eles pegou uma corda da rede da minha casa, cortou a corda, me estrangulou. Cada um puxou a corda de um lado. [...] Quando eu não aguentei mais, ajoelhei no chão, fiquei roxo, caí desmaiado e me soltaram. [...] Eles queriam que eu assumisse, começou muita agressão dentro da minha casa, chute, soco, tapa, foi demais. Aí eles pegou um fio da fiação da minha casa, que era exposta do chuveiro. Aí colocou na minha cabeça, eu não tava aguentando levantar, eu tava sendo agredido há um tempo. Aí eles colocou o fio na minha orelha e começou a dar choque elétrico, aí eles dava risada de eu me torcendo todo, aí eu se mijeí, não aguentei [...] Eu só clamava o nome de Deus [...] Aí ele retirou a tampa do meu fogão, ligou aquela chamoná, pegou uma colher e colocou pra esquentar no fogão. Falou “foi você”. Eu falei “não fui eu, pelo amor de Deus senhor, eu sou trabalhador, meus documentos estão em cima da cômoda”. E ele “e porque então você tem uma arma?” [...] Aí quando a colher ficou em chama, ele pegou eu pela gola da camiseta e, com todo respeito a senhora, eles abriram a minha calça pra queimar o meu pênis. Aí quando eles foi pra queimar meu pênis, eu dei um murro na mão dele, a colher caiu e aí eu apanhei de verdade, muito mesmo. (Ângelo)

Átila e Ângelo compartilham em suas narrativas grande admiração pelo trabalho policial, desejando, inclusive, se tornarem policiais antes do episódio prisional. Os relatos expõem surpresa e indignação pela violência sofrida, sobretudo pela admiração que tinham pelas forças policiais:

Sou uma pessoa precavida, sabe, se sair assim com meus documentos e se a polícia me parasse, eu como cidadão tinha o meu direito. A polícia estava ali para me proteger. [...] Nunca tomei enquadro sozinho, pelo jeito de me vestir, nunca dei motivo para a polícia, não tenho tatuagem. Tomei uns três

enquadros por amizade, pelo jeito da pessoa que estava comigo se vestir, uma roupa mais de maloqueiro. [...] E essa é uma visão que eu não tenho mais, da polícia me proteger, porque ela comete muita injustiça. Eu já vi a polícia matar inocentes com os meus próprios olhos, no condomínio onde a minha mãe mora, eu presenciei. Mas eu achava que ela tava ali para me proteger, mesmo assim eu queria ir pra área militar, para fazer diferente (Ângelo).

Apesar de não ter sofrido violência policial antes de sua apreensão, Ângelo narra uma trajetória de violência estrutural desde a infância, na comunidade carente em que nasceu e cresceu, com enchentes, tráfico de drogas e inúmeros assaltos sofridos pelo pai durante seu trabalho noturno como frentista. A prisão, para Ângelo, também aparece como uma forma de violência contra sua família, quando sua mãe era obrigada a se despir nas primeiras visitas e quando é deslocado para uma penitenciária que ficava há centenas de quilômetros da residência de seus pais, indicando a distância promovida pelo sistema prisional como uma técnica de punição estendida.

Vicente traz outra dimensão em sua narrativa: a da violência como perturbação subjetiva. Ao se compreender como filho adotivo, Vicente se revolta e torna-se agressivo. Essa violência desorganizou sua relação familiar e reconfigurou sua relação com o mundo. O uso de drogas e as cenas criminais são articuladas para o que ele sintetiza como a dimensão letal do circuito criminal: *“ali é só cadeira de rodas, cadeia ou caixão”*. Vicente narra as violências sofridas durante diferentes episódios de perseguição policial, enquanto traficava, enquanto curti os bailes funk e durante o assalto que o levou à prisão. Em todas as cenas narradas, Vicente ressalta a violência policial como algo gratuito, que pode acontecer com ou sem motivo algum, apenas pelo fato de ser um jovem que está na favela: *“Vira e mexe eu tomava quadro. Era na porta de casa, na porta da minha mulher, em todo lugar”*.

Bismarque, por sua vez, vivenciou múltiplas camadas de violência antes de nosso encontro no CR. Abandono parental, violência doméstica, sucessivas passagens pela Fundação Casa, ausência de visitas em suas internações, episódios de discriminação na escola, violências presenciadas em seu trabalho no tráfico e violência policial. Seus pais, usuários de crack e, no momento de nossa conversa, também presos por tráfico, indicam que a violência em sua

trajetória é estrutural e intergeracional. Essa continuidade é percebida por Bismarque, mas não compreendida como um ciclo que pode ser interrompido.

No interior da facção, Bismarque conta já ter passado pelo Tribunal do PCC, em decorrência de uma briga que teve com um rapaz, ação tida como inadequada pela facção, que direciona os atritos para os quadros locais resolverem: *“Eu podia ter ido e não ter voltado”*. Por ser considerado um “bom garoto” nas ações da facção, Bismarque não sofreu nenhuma punição grave, a não ser o adiamento de sua entrada formal no Comando, que ainda estava em vigor durante o período em que estava no CR.

Nas entrevistas, alguns jovens relataram violências sofridas em presídios de passagem, onde estiveram antes da ida para o CR. Ângelo descreve o horror vivido no CDP, onde ficou por 16 dias, em meio a *“gente melada de sangue, que tava no homicídio”*. Isso aconteceu em 2021, durante o inverno. Mesmo fazendo muito frio, Ângelo conta que não tinha acesso a mais roupas, nem a mantas, era obrigado a dormir direto “na pedra”. Além disso,

Comida, não tinha comida, a comida vinha podre. Se o bandequinho⁶⁴ viesse com 200 gramas era muito. Vinha suco se feijão, aquele arroz preto assim, coisa horrível. Vinha com pedaço de AJ⁶⁵, pedra, vidro. [...] Foi terrível, eu não conseguia dormir. A gente não tinha privacidade para usar o banheiro, ficava todo mundo olhando, foi a pior sensação da minha vida [...] uma montanha russa de sentimento: tristeza, ódio, raiva, rancor... (Ângelo).

João Lucas, que afirma não ter sofrido violência policial antes de ser preso, descreve a entrada do AG⁶⁶ no presídio onde estava, antes da transferência para o CR, como extremamente violenta, evidenciando a prisão não apenas como espaço de cumprimento da pena, mas como cenário de muitas violações de direitos:

⁶⁴ Trata-se do chamado marmitex.

⁶⁵ Como é denominada a lâmina de barbear.

⁶⁶ AG é a forma genérica como é conhecido o GIR – Grupo de Intervenção Rápida da Secretaria de Administração Penitenciária. O GIR é responsável pelas intervenções disciplinares nos presídios, bem como pelas revistas (pente fino ou blitz, como são conhecidas), contenção de rebeliões, retomada de pavilhões e escoltas de alta periculosidade. Na Fundação Casa, de forma parecida, há o “Choquinho”, grupo que atua nestes mesmos casos nas unidades de internação, altamente temidos pelos jovens por sua ação violenta. Nos anos em que atuei na instituição, presenciei ações realizadas pelo grupo e vi muitos adolescentes machucados após a entrada do “Choquinho” nas unidades. A desproporcionalidade das ações é assustadora e a chance de defesa dos adolescentes é inexistente.

Lá eu sofri bastante. Era ducha gelada, comida vinha estragada. Um dia de manhã cedo eu peguei a blitz, eu não sabia o que era aquilo. A contagem não veio, aí soltou três bomba no pátio. Do nada, três bomba no pátio. Eu acordei desesperado, e eu falei “o que é?” aí me falaram “pula, pula, tira a roupa e tudo, que a AG tá entrando [...] pula no chão e coloca a cabeça entre as pernas”. E aí eu comecei a ouvir o barulho de escudo, bomba e cachorro. Dá um desespero, eu nunca tinha visto aquilo na minha vida. Aí a porta abriu e jogaram uma bomba na cela, de gás lacrimogêneo. A visão ficou embaçada, perdi a respiração e tals. [...] Aí ele pegou e falou pra todo mundo ficar de pé e ir pra quadra [...] Só que no corredor tinha uma fileira com um monte de polícia e nós tinha que passar no meio. Aí nisso, eles jogaram um monte de detergente no chão e quando nós começava a passar, nós começava a escorregar e eles começava a chutar, a bater. É uma opressão... [...] aí na quadra nós ficou das seis da manhã até acho que meio-dia. Todo mundo pelado e eles jogano água gelada. Aí foram revistando todas as celas e saíram. Nossas coisas ficaram tudo rasgadas, jogaram sabonete, sabão em pó que nós tinha tudo no chão, destruíram a cela inteira. Aí, depois de quatro meses que eu tava lá, graças a Deus eu consegui vir pra cá (João Lucas).

Ressalto que, para quase todos os jovens participantes da pesquisa, a escolha pela transferência para o CR foi motivada pela situação de extrema insalubridade das penitenciárias comuns — principal diferença que atribuem ao CR em comparação com os demais presídios.

Se até aqui a análise evidenciou as violências sofridas pelos jovens, agora abordarei outra dimensão que atravessa essas trajetórias: as violências que alguns deles praticaram. Esse movimento busca compreender os efeitos da acumulação social da violência (Misse, 2011) que marca as biografias desses sujeitos, sobretudo nos cruzamentos perversos entre racismo, machismo, neoliberalismo, política de drogas e seletividade penal.

Ainda que não seja algo natural, mas construída socialmente, a violência é assimilada como linguagem corrente por alguns dos jovens participantes da pesquisa e, em algumas narrativas, ela aparece como resposta imediata, quase um reflexo, como na cena narrada por Emiliano, em que fica sabendo das agressões sofridas pela irmã e, por isso, dá “umas pancadas” em seu cunhado.

Bismarque, por sua vez, narra episódios dramáticos vivenciados durante suas jornadas de trabalho no tráfico:

Eu já vi muita gente apanhando e já bati em muita gente já. Nesse meio que eu tava, eu tinha que fazer algumas caminhada. Que nem, quando eu arremessei o papel, eu tive que conduzir umas ideias dos oto. Tive que cobrar umas pessoa. [...] Que nem um menino que pegou a droga lá, ele rateou a droga lá aí nós descobriu que foi ele. Conseguimo as prova, ele falou e nós teve que dar umas paulada nele. É assim, normal. [...] Pra mim foi suave, aí sabe aquela coisa de neurose de outro problema? Eu descontava já tudo ali. Só que depois, quando eu deitava a minha cabeça no travesseiro, ficava pensando. Isso aqui que é a cobra, né? Aí cê pode depois trombar com esse menino, você pode trombar ele num pião e ele tá armado e pegar um tiro em você. Vai criando um monte de cobra, né? É um na maldade do oto. (Bismarque)

Eu já vi duas pessoas morrendo na minha frente, de machado mermo. [...] Deu no pescoço. O pescoço caiu, começou a espirrar um monte de sangue assim, ó. Aí nossa, eu nem olhei mais, eu nunca dormi na minha vida. Até hoje eu lembro, é ruim, eu nunca mais dormi, sempre via o rosto dele. [...] O irmão pediu pra mim fazer isso, só que eu não consegui, até tomei uma embaçada deles, eles falou um monte pa mim. [...] Aí enterrou o cara lá, não se se achou, se achou também, acho que não vai dar em nada. [...] Eu não tinha coragem, na hora lá eles falavam “pelo amor de Deus, eu tenho família, perdoa, me dá uma oportunidade”. Aí começava a botar na minha mente, aí já largava mão. Eu deixava e os cara que fazia lá. Mas é um negócio que nunca sai da minha cabeça. (Bismarque)

Essa “violência regulada” não é exercida apenas pelo Estado, ela está presente no interior das facções, normatizada e submetida a uma ética e códigos próprios. Ainda que afirme não ter coragem para tirar a vida de alguém, Bismarque compactua com a forma promovida pela facção para a resolução de conflitos, uma espécie de moralidade organizadora da lealdade, da honra e da justiça.

Nas trajetórias de Sobrevivente e Átila, a violência aparece como performance de poder. A arma é aqui um dispositivo de visibilidade e reconhecimento (Bill; Athayde; Soares, 2005). Misse (2011) afirma que, nas economias ilícitas, a violência aparece como um capital simbólico, produzindo reputação e garantindo posição. A violência não é um meio para obtenção de recursos, mas o recurso em si. Ao narrar suas atividades, Sobrevivente reforça sua motivação:

Você vive aquilo na carne, você sabe que não vale a pena, mas a adrenalina de poder é muito bom. Tipo, você se sente como se

fosse o cara mais rico do mundo. Tipo, eu andava no carro que queria, andava na moto que queria, pegava a mulher que eu queria. Eu gastava o tanto de dinheiro que eu queria, não me preocupava, porque eu sabia que sempre tinha. Era reconhecido, respeitado na favela, eu acho que isso é o que mais influencia. A sensação de poder que o ser humano, querendo ou não, ele é ambicioso. Se ele não for ambicioso por dinheiro, é ambicioso por atenção. Se ele não for ambicioso por atenção, é ambicioso por amor. Ele sempre tem alguma ambição [...] O crime me dava tudo isso de mão beijada. A melhor sensação é quando você consegue tá dentro do carro da vítima, com os pertences, dinheiro, tudo, voltano pra favela. Você se sente satisfeito, concluiu a missão. Tipo, é a melhor sensação que tem, você fica aliviado. Solta daquele aperto do coração. Porque na hora da adrenalina, o coração aperta, mas a gente não pode pensar com o coração, é com a mente. (Sobrevivente)

Átila também descreve episódios de agressão física executados por ou a mando dele, que foram filmados e publicados em sua rede social. O uso das redes e a performatividade juvenil se articulam com o circuito criminal, ampliando a espetacularização da violência e conferindo ao autor mais prestígio e respeito entre seus pares e clientes, ao mesmo tempo em que promovem provas contundentes de crimes por ele praticado.

Das (2020) e Misse (2011) ajudam a compreender esse movimento sem reduzi-lo à causalidade mecânica. A violência sofrida não determina a violência praticada. Entretanto, quando a violência desce ao ordinário, ela passa a se tornar uma das linguagens possíveis de ação, ainda que não seja utilizada por todas as pessoas que a viveram ou testemunharam. Desse modo, a violência praticada pelos jovens não pode ser compreendida fora da violência estrutural que os antecede, mas também não pode ser simplesmente dissolvida nela.

Ao articular violência sofrida e violência perpetrada, busquei compreender o processo de subjetivação desses jovens em contextos nos quais a violência é prática corrente. A violência por eles praticada, portanto, não inaugura o problema, ela é engendrada em uma história que os antecede:

As violências dizem muito sobre a complexidade de uma sociedade e sobre o estado em que se encontram as instituições. Dizem mais ainda sobre o modo como a modernização vem se desenvolvendo em países pós-coloniais e sobre as contradições sociais que deixa em seu rastro (Misse, 2011, p. 106).

As narrativas sobre as violências sofridas e praticadas pelos jovens delinearam o cenário estrutural e relacional no qual as trajetórias se constituem. No entanto, pelas falas dos jovens, há outro elemento que atravessa suas experiências no cárcere com intensidade semelhante: o tempo. Ele aparece nas contagens regressivas, nas visitas aguardadas e nas rotinas que organizam o cotidiano prisional, incluindo os limites de nossa interação. Não se trata apenas da duração formal da pena, mas da experiência concreta de viver sob uma temporalidade administrada integralmente por outros, na qual a espera e a incerteza geram impactos subjetivos profundos nos sujeitos encarcerados. A próxima seção se desenvolve a partir da centralidade do tempo nas narrativas dos jovens, tomando-a como dimensão constitutiva da própria experiência punitiva.

5.2 A PENA COMO REGIME DO TEMPO

Tic-tac, ainda é 9:40

O relógio da cadeia anda em câmera lenta.

(Trecho da música Diário de um detento,
Racionais MC's)

Anteriormente, ao recorrer à metáfora do espelho retrovisor, busquei demonstrar como as trajetórias dos jovens entrevistados são duramente atravessadas por experiências de violência e desproteção social. Voltar os olhos para o passado não significou apenas reconstruir fatos biográficos, mas compreender como tais experiências conformam modos de estar no mundo. Se, até aqui, o passado apareceu como dimensão constitutiva da experiência, o que se pretende agora é demonstrar como a própria pena opera como regime que reorganiza a experiência temporal em sua totalidade.

Por outro lado, além de iluminar as marcas deixadas pelo passado, o espelho retrovisor funciona também como uma espécie de lente de aumento, que favorece uma compreensão possível da experiência de encarceramento. A prisão não apenas reorganiza retrospectivamente a trajetória, ela intervém

diretamente na relação do sujeito preso com o tempo. Além de interromper percursos, o cárcere captura o porvir.

Na contemporaneidade, o tempo não se apresenta como horizonte estável. Pais (2016) afirma que vivemos sob o signo da aceleração, em que o presente é comprimido e as continuidades históricas são erodidas. Para ele, o presente tende a fechar-se sobre si mesmo, desvinculado da memória e da projeção, criando uma experiência marcada pela urgência e pela incerteza. O futuro, que não é mais promessa, facilmente aparece como indeterminação ameaçadora e o tempo, então, torna-se fragmentado, passando a ser administrado externamente, mais do que apropriado pelos sujeitos.

Se a crise temporal é uma das grandes marcas da vida social contemporânea, podemos afirmar que a prisão opera como sua radicalização institucional. Nela, a presentificação é formalizada judicialmente. Como sustenta Ana Messuti (2003, p. 33), “o tempo, mais do que o espaço, é o verdadeiro significante da pena”. Ou seja, não se pune o corpo como nas formas clássicas do suplício, mas pune-se a duração da existência. A sanção penal converte os dias e os anos em unidades de equivalência jurídica e o tempo é transformado em substância de punição. A prisão, assim, organiza os corpos nos espaços e as vidas no tempo.

A pena não se limita à contenção física, mas opera como regime cronopolítico, entendido aqui como uma forma de governo que administra e distribui desigualmente o tempo social, apropriando-se da existência, gerando esperas, suspendendo horizontes e redistribuindo também desigualmente as possibilidades de futuro.

De acordo com Fassin, a dimensão espacial da detenção é indissociável de sua dimensão temporal:

Podemos distinguir duas escalas dessa temporalidade. A primeira corresponde ao dia, ritmado pela repetição dos ciclos praticamente idênticos: levantar, ducha, pátio de sol, refeição, interlúdio, pátio de sol, refeição, reclusão. A segunda estende-se por todo o tempo da detenção: é o tempo da pena, ou pelo menos da parte da pena passada na prisão. Essas duas temporalidades se articulam numa rotina interminável em que os dias se sucedem e se parecem, até o momento da soltura – definitiva ou por flexibilização da pena. (Fassin, 2019, p. 153)

Do apenado não é retirada apenas a liberdade de circulação no espaço social, mas também a sua autonomia sobre o próprio ritmo de vida. Seu futuro é formalmente confiscado e a devolução é promovida sob a forma de contagens regressivas. A experiência temporal cotidiana passa a ser balizada pelas remições e progressões de regime. Mais do que nunca, a vida passa a ser minuciosamente medida — não à toa, o calendário rabiscado na parede reflete no imaginário social a imagem caricata da rotina prisional.

Os jovens participantes desta pesquisa já não contavam com horizontes de vida amplos e estáveis. Vivenciavam um descompasso entre horizonte de expectativas e espaço de experiência, no qual o futuro, antes mesmo da sentença, já figurava como incerteza para a maior parte deles.

Se, fora dos muros, o tempo se apresenta acelerado e comprimido, atrás deles ele se dilata e se imobiliza. Esse presente “alongado” do cárcere é um presente regulado e repetitivo. A pena de prisão transforma o tempo em uma espécie de espera organizada:

Se estes são os estados próprios de quem vive a pena, seus tempos seriam o presente do pretérito e o presente do futuro. E a ambos correspondem respectivamente a memória da espera: Porque estas são as três coisas que existem de algum modo na alma, e fora dela já não vejo que existam: presente das coisas passadas (a memória), presente das coisas presentes (visão) e presente de coisas futuras (expectativa). Na pena, a visão do presente se obscurece ante a expectativa do futuro. O presente só tem valor como passagem do futuro ao passado, pois, como vimos, todo o ser está concentrado na espera. [...] Como a pena é lesão, todo o ser procurará rechaçá-la, e para isso lhe resta a memória ou a espera (Messuti, 2003, p. 45).

No espaço intramuros, há tempo para tudo: tempo de acordar, de tomar banho, de tomar café, tempo das refeições, da escola, do trabalho, do ócio, de receber visitas... o tempo é institucionalmente cronometrado, ao passo em que os sujeitos aprisionados sequer têm acesso ao relógio⁶⁷.

⁶⁷ No CR os internos têm acesso às horas por relógios que ficam em locais específicos de trabalho (como a cozinha), rádio e computadores disponibilizados na biblioteca e na sala de atendimento onde realizei as entrevistas. Não é permitido o uso de relógios pessoais. Essa é uma diferença significativa em relação às unidades de internação, onde os jovens não têm nenhum acesso às horas, a não ser quando perguntam aos funcionários. O mesmo acontece em relação aos espelhos, que no presídio não disponibilizados, ainda que de forma regulada e em material não perfurante.

Sobrevivente diz que, para quem está preso, o relógio não anda, ele vive parado. Mas, para quem está na rua, o relógio voa. Ele define a rotina prisional como um *“filme que repete sempre o final”* e, mesmo que você assista àquele filme dez vezes, ele vai repetir o mesmo final dez vezes: *“então nossa vida se torna um filme aqui dentro, nunca troca o final, já na rua não, todo dia é um final diferente”*.

Kayque ressalta a importância de preencher o tempo com tudo o que for possível, para o tempo passar mais rápido:

Fiz uns seis cursos, o que dá mais remição também. Eu entrava na escola às sete da manhã, saía meio-dia. Daí meio-dia e meio eu entrava no trampo, saía às seis. Das sete da noite eu ia até nove e meia no curso. O dia inteiro ocupado, é melhor do que ficar parado. Cê fica parado, cê fica lá pensano. Do nada vem um pensamento da rua, aí cê começa a chapar (Kayque).

A falta de atividades para quem já finalizou os estudos e não trabalha torna a passagem do tempo algo ainda mais difícil. Como afirma Wellington, *“o tempo não passa, nosso tempo é cruel [...] cê só pode fazer o que tem, que é ficar vegetando na cela, ou fica na quadra ou vai pra igreja. Fora isso, mais nada.”*

João Lucas e Bismarque comparam o CR à experiência que tiveram na medida socioeducativa de internação. Para ambos, a experiência na Fundação Casa foi menos sofrida que a experiência prisional, não apenas pela temporalidade da sanção, mas pela rotina cheia de atividades e pelo acompanhamento que tinham nas unidades de internação, bem diferente de como é no CR:

Aqui fica mais tempo preso, quem não estuda é só dentro da cela, dentro da cela, dentro da cela. Na Fundação tem horário pa tudo, vai pa escola, vai pa curso, vai pa física. Cê fica solto, só de noite cê dorme (Bismarque).

Tipo, o tempo aqui dentro e lá fora é o mesmo, né? Vai passar da mesma forma, só que aqui dentro o tempo não passa, é uma ansiedade que, nossa! [...] Ah, eu acho que lá... eu acho que o padrão da Fundação Casa, comparano com o sistema que eu vejo de hoje, seria o padrão correto de fazer as pessoas mudar. Eu falo pa pessoas de maior. Porque no presídio mesmo... eu não sei se o governo tem dinheiro assim pa patrocinar uma assistente social ou algo melhor pa nós, curso e tals. Mas só que lá na Fundação Casa tinha tudo, tinha assistente social, tinha

psicóloga, tinha tudo que fazia nós mudar. Tipo, mostrar o caminho certo. Eu acho que já no presídio não. No presídio eu sofri bastante quando a AG entrava. O jeito que eles entra é bateno, com cachorro, jogano bomba e tudo, tipo esculachano. Eu acho que o sistema é muito... tipo, não sei explicar. É muito... não dá forma correta pra uma mudança. Eu acho que outras pessoas que é revoltado sai pior. Na parte da prisão acho que sai pior (João Lucas).

Ambos relataram, durante suas entrevistas, as muitas dificuldades que passaram nas unidades de internação, sobretudo Bismarque, que passou por diversas internações em unidades diferentes, incluindo dois dos centros mais desafiadores do estado, para onde encaminham adolescentes considerados RGG (reincidentes graves gravíssimos). Diz que, em uma delas, apanhou como nunca havia apanhado em sua vida. Entretanto, a presença das equipes técnicas, constituídas por assistentes sociais e psicólogas, foram fundamentais para que conseguissem, minimamente, suportar o tempo da internação, diferente do CR, que não conta com esses profissionais. Minha presença, não apenas para os dois, mas para quase todo o grupo, era também um espaço de respiro, onde o tempo passava de forma diferente, muito mais rápido, eles diziam.

Bismarque conta que, quando o chamaram para falar comigo, ele saiu correndo, pois além de não aguentar mais ficar na cela, ele queria muito conversar também:

Tem um monte de coisa que eu não conto pa ninguém, sabe? Eu tenho medo de falar as coisas, porque se falar, cê sabe, né? [...] Na cela que eu tô só tem um lá da minha idade, o resto é tudo véio. Me colocaram lá por causa disso aí mermo, pa mim ficar quieto, porque eu tano com os amigo, nós faz bagunça. Aí a hora não passa, os véio não fala nada. Eles é vivido, eu entendo eles, a mente deles é outra da minha, que sou novo. [...] Mas eu não tenho paciência, eu tenho que falar.

Vicente compartilha a angústia de viver um tempo na prisão que vai desbotando o mundo exterior:

Na rua você vê as coisas passar, aqui você vê as coisas parar. Se você me perguntar sobre a rua, eu vou falar de dois anos e quatro meses atrás, quando eu tava nela. Agora imagina para quem fica cinco, dez anos preso? [...] O único jeito que eu vejo lá fora é quando minha família vem, que ela traz muita coisa de

fora pra cá. Conta como as coisas tá, as novidades... então o tempo acaba passando mais rápido, como está passando hoje, que estou aqui conversando com você. Então, nem tô vendo a hora passar, tô aqui dizendo e desabafando com você. [...] Minha filha tá crescendo e eu tô parado no mundo. [...] O sistema, infelizmente, ele faz você parar no tempo.

Se, como afirma Ana Messuti, a pena moderna incide fundamentalmente sobre a duração da existência, convertendo o tempo em matéria da punição, é necessário reconhecer que tal incidência não produz uma experiência homogênea. Alves dos Santos (2022), ao analisar a experiência temporal de mulheres privadas de liberdade, identificou que a prisão pode ser vivida tanto como um “tempo suspenso” quanto como um “tempo construtivo”. No primeiro caso, a prisão é narrada como interrupção da vida; no segundo, ela pode ser reinterpretada como ocasião de reorganização da trajetória, seja pela projeção de mudança de vida após o cumprimento da pena, seja pela reconfiguração de vínculos e posições no universo criminal.

Alguns dos jovens entrevistados nesta pesquisa dão ao tempo do encarceramento outros significados, numa tentativa de construir algo com o que tem como presente possível:

O tempo que estou aqui não é bem um tempo perdido na minha vida. Até me fez bem, como eu disse. Mudou bastante minha forma de pensar. O foco da minha vida, o que eu quero. Mas sim, é um tempo perdido em questão da minha filha, que não volta mais. Mas não é 100% perdido, porque me fez bem, me transformou, se eu posso dizer, me estruturou mentalmente, mas isso foi por mim, pela mudança que eu queria mesmo, porque a pessoa só muda quando ela quer realmente mudar. Então, foi muito por mim (Sobrevivente).

Não sei se o tempo da prisão vai mudar a pessoa, sabe, mas pra mim foi o dobro. Quero mudar por mim e pela minha família. Vejo o sofrimento que tô passando aqui, o tempo que eu tenho que ficar. Então esse é um aprendizado que vou levar pra minha vida toda, nunca vou esquecer do que eu passei, principalmente lá onde eu tava [presídio anterior]. No que que entrou lá a polícia e tudo mais, eu nunca vou esquecer. Me traumatizou bastante (João Lucas).

Ângelo nomeia essa temporalidade como “tempo de cadeia”. Ele diz que o primeiro ano de cadeia foi mais intenso: “*eu olhava no relógio, era três da tarde. Aí passou um tempão na minha cabeça, eu ia olhar e era três e cinco. Então é*

uma coisa que é infinita e repetitiva, porque é a mesma imagem na sua cabeça passando". Ele conta que a preocupação com a família e com o que está acontecendo lá fora prejudica quem está preso, que não consegue se concentrar em mais nada: *"você não vive aqui dentro, seu corpo está aqui dentro, seu pensamento lá fora, então não dá aquela harmonia"*.

A distinção entre o tempo perdido e o que Alves dos Santos (2022) nomeia como "tempo construtivo" permite complexificar a compreensão da pena de prisão como captura do porvir. A pena organiza juridicamente o tempo, mas não esgota suas múltiplas experiências. A fratura temporal institucionalizada formaliza a espera, mas não anula a capacidade de resistência e projeção dos sujeitos. Ainda assim, é necessário reconhecer que mesmo a elaboração de futuro mobilizada é duramente atravessada por ambivalências, estigmas e desproteções.

Nas narrativas dos jovens há, ao mesmo tempo, a anunciação de um tempo perdido e a tentativa de atribuição de sentido ao tempo que resta ser cumprido no cárcere, como podemos ver na fala de Ângelo:

O pensamento que eu uso: eu me amo, eu sou feliz com a minha aparência, eu sou feliz pela minha história de vida. Esse momento me tornou uma pessoa mais madura do que eu poderia ser. E foi difícil, tá seno difícil, mas eu tenho privilégio. Eu coloco isso na cabeça para não criar mais revolta. Aí eu coloco na cabeça assim: isso aqui foi bom pra mim. Eu coloco uma máscara em cima. [...] Eu vou pensar pelo lado positivo, é igual uma colheita, tem o trigo e tem o joio. O trigo é bom, o joio é ruim e você vai separar. Então tem a parte boa e tem a parte ruim. Eu tô dando mais valor numa leitura, num carinho da minha mãe e do meu pai. (Ângelo)

Nesse diapasão, a situação de dois jovens é particularmente mais intensa, pela indefinição dolorosa da sentença. Emiliano e Max estavam, no momento das entrevistas, presos há nove meses, à espera do júri popular. A angústia de não saberem se serão condenados e, caso sejam, o tempo de duração da pena, os mobiliza de diferentes modos. Emiliano externa profundo sofrimento e revolta com sua situação indefinida, enquanto Max afirma trabalhar o autocontrole para lidar com a angústia da espera:

O tempo aqui é bem relativo, porque você parando para pensar no tempo que você vai ter que ficar, demora muito. Só que, a partir do momento em que você olha para trás, você fala “pô, foi rápido”. Eu tô há nove meses preso e não parece, parece que é menos tempo. [...] E isso é com bastante gente que eu já conversei aqui. [...] Tem que viver um dia de cada vez, ter autocontrole. [...] O mais angustiante é viver nessa situação, que você não sabe quando vai ser o júri, você sabe que tem um habeas corpus seu em aberto, que pode ser que caia na mão do juiz, o juiz assina sua liberdade e você vai embora agora, entendeu? Aí você fica nessa, será que vou, será que não vou? Ainda mais no meu caso, que fui preso numa tentativa de homicídio que não faz sentido nenhum [...] Aí lança o habeas corpus e você fica “ah, posso ir, posso ir, posso ir” e não vai. Aí nega aquele habeas corpus. Aí lança outro tipo de habeas corpus, fico achando que posso ir e aí nega esse também. Aí vai pra audiência, na audiência você acha que vai embora, aí nega. Vai pra segunda audiência, nega. Vai pro júri, no júri você tem certeza que vai embora, mas, meu Deus, faz nove meses que eu tô indo embora e não fui! Entendeu? Você vai criando expectativa, né? Vai criando e vai se frustrando. [...] Se a pessoa não tiver uma cabeça boa... (Max).

Max desvela, em sua narrativa, uma espera ativa (Godói, 2017, p. 128), em que ele e sua família mobilizam processos com a ajuda de advogados. Essa espera ativa, que se dá pelas articulações dentro-fora do cárcere, complexificam a ideia de tempo morto ou de tempo suspenso. A “suspensão da vida” anunciada por diferentes autores, seja em alusão aos campos de concentração (Frankl, 2008), às zonas de espera do “presentismo” (Arantes, 2014) ou às precariedades e incertezas de futuro da juventude pobre no regime neoliberal (Frigotto, 2009) é assim relativizada pela manutenção de vínculos dos jovens com o mundo exterior, através das visitas, processos e cartas enviadas e recebidas.

Ângelo atribui a mudança de percepção do tempo na prisão à sua fé em Deus. Segundo ele, foram os cultos que lhe deram mais calma para conseguir se adaptar ao cárcere, passando a “*gastar o tempo de forma mais produtiva*”, ao ler livros e aprender a fazer artesanato.

A crença é um aspecto muito valorizado por Ângelo, que repetiu diversas vezes em sua narrativa a importância da fé em sua vida, desde a infância, destacando que não segue mais uma religião específica, mas continua sendo cristão. Apesar de ser, do grupo, o jovem que mais parece valorizar o culto à Deus, em alguns momentos, durante as entrevistas e os grupos focais, outros jovens mencionaram a importância dos cultos promovidos por diferentes

religiões no presídio como um espaço de respiro, onde podem ter contato com pessoas que estão ali para confortá-los e ouvi-los.

Conforme destacado no início desta tese, o CR teve início a partir da APAC, organização social que atua nos presídios, cuja base é a religião. Ainda que o CR não seja mais gerido pela organização, os princípios evangelizadores seguem como pilar da proposta ressocializadora, centralizando a participação das diferentes igrejas e matrizes religiosas na rotina cotidiana dos presos.

Essa centralidade da dimensão religiosa não está limitada aos cultos e atividades espirituais realizados, mas atravessa também a própria configuração institucional da unidade. O pastor da igreja evangélica de maior atuação no presídio é marido da diretora do CR, o que explicita a sobreposição de vínculos pessoais e funções profissionais. Este arranjo reforça a presença contínua de determinada matriz religiosa na rotina institucional e indica que o projeto evangelizador, ao ter capilaridade também entre o corpo funcional, produz uma ambiência marcada por referências religiosas compartilhadas. Tal entrelaçamento entre autoridade administrativa e liderança espiritual tensiona a fronteira entre proposta pedagógica e dispositivo de controle moral, fazendo com que a espiritualidade não opere apenas como um recurso ofertado aos presos, mas como um eixo estruturante do projeto e da cultura organizacional do CR.

Ao promover discursos de arrependimento, redenção e transformação individual, o projeto evangelizador dialoga com a lógica cronopolítica da prisão: se o tempo é punição, ele também pode ser transformado em tempo de conversão. Esse entrelaçamento embaça a fronteira entre cuidado e controle, produzindo um estímulo institucional onde a reorganização moral do passado incida na projeção de um futuro “corrigido”

Percebemos, nas falas dos entrevistados, que o ritmo do tempo está condicionado à ociosidade. Quanto mais atividades para fazer, menos se percebe a lentidão da pena cumprida. Por outro lado, o tempo subjetivo experimentado na prisão parece esvaziar de sentido o presente. Retomando as ideias de Messuti, o presente, no cotidiano carcerário, converte-se numa espera institucionalizada, na qual o agora só adquire sentido como passagem controlada em direção a um futuro em liberdade.

Se a pena até aqui apareceu como espera institucionalizada, captura do porvir e reorganizadora moral do passado, a escrita de Átila nos permite

compreender um efeito ainda mais profundo da cronopolítica: a erosão da “continuidade de si”. Em um diário entregue ao final do trabalho de campo, ele nomeia aquilo que chama de “amnésia carcerária”:

Sabe uma das coisas que mais desesperadoras para mim aqui? A “amnésia carcerária”. É a condição em que a pessoa, por estar tanto tempo sem ver, ouvir, sentir os maiores prazeres pessoais de fora, vai esquecendo aos poucos, principalmente aqueles dos quais ela mais amava, Eu acabei de sentir isso, tentando decidir um verso para colocar aqui. Eu conseguia lembrar palavra por palavra de centenas de músicas, agora, se eu conseguir lembrar de algo além do instrumental, são algumas poucas linhas. Isso me assusta, de verdade. Se eu estou sendo capaz de esquecer umas das coisas, uma não, várias das coisas mais importantes que existem pra mim, as coisas que são parte das principais memórias que me constituem, constituem minha personalidade, constituem boa parte do que eu sou, o que mais estarei esquecendo? Isso que eu estou só há sete meses preso. Quem vou ser quando eu sair? Eu definitivamente criei mais disciplina, aperfeiçoei minha ética e minha moral, amadureci, mas se isso vai custar toda minha personalidade, não parece valer muito a pena. Tudo que eu espero é poder recuperar quem eu era. Pelo menos as partes boas. Damn, this shit is fucked up. (Trecho do diário escrito por Átila)

A “amnésia carcerária” não diz respeito apenas ao esquecimento de letras de música, mas também o temor de perder aquilo que sustenta a própria identidade. Ao dizer que certas memórias constituem sua personalidade e são boa parte do que ele é, Átila explicita que a memória não é só um registro do passado, mas um fundamento do eu. Se a pena incide sobre a duração da existência, como sustenta Messuti, ela incide também sobre os suportes que simbólicos que dão base para a subjetividade.

A escrita de Átila apresenta um paradoxo importante: o cárcere teria produzido nele atributos valorizados pelo discurso ressocializador (disciplina, ética e amadurecimento), entretanto, às custas de uma possível descaracterização de si. O sujeito exposto à prisão pode tornar-se mais adequado às expectativas normativas, porém, menos reconhecível para si próprio. Quando pergunta “quem vou ser quando eu sair?”, Átila não formula uma pergunta apenas sobre seu lugar no mundo social, mas sobre a continuidade de sua própria personalidade, sobre o que restará de si após a experiência carcerária.

Esse deslocamento identitário se aproxima do que Goffman (1961) nomeou como “mortificação do eu” nas instituições totais, processo pelo qual o sujeito é progressivamente despojado de referências anteriores e submetido a uma reconfiguração identitária sob parâmetros institucionais. A erosão da memória, nesse contexto, não aparece como um evento abrupto, mas como um processo gradual de esvaziamento da memória e rarefação de experiências sensoriais e afetivas, sendo este um dos efeitos menos visíveis e, talvez por isso mesmo, mais profundos da administração institucional do tempo.

A experiência do tempo como espera pode assumir contornos ainda mais densos quando atravessada pelo arrependimento. Átila escreve sobre isso em seu diário, recorrendo à metáfora teológica para descrever sua situação no CR:

Eu estava pensando (como se tivesse mais o que fazer), e percebi que eu estou literalmente no inferno bíblico. Nada de fogo e o caralho, isso é figura de linguagem. O inferno que é realmente explicado na bíblia é um “lugar” de eterno arrependimento e isolamento. A única diferença é que não é eterno (por mais que pareça). Eu vivo no mais puro estado de frustração e arrependimento de quase todas as minhas escolhas e fico isolado de tudo e de todos. Pretty accurate! Acho que eu já posso falar que passei pelo inferno na Terra. (Trecho do diário escrito por Átila)

Ao comparar o encarceramento com o “inferno bíblico”, Átila reforça o isolamento da prisão como lugar de penitência e eterno arrependimento, onde o tempo é vivido como suspensão contínua entre culpa e frustração. O inferno, nesse sentido, não é o fogo, mas o tempo. Entretanto, mesmo quando vivenciado como condenação moral e suspensão subjetiva, esse tempo precisa ser percorrido e é na rotina repetitiva dos dias, entre grades e muros, que a vida continua a se desenrolar.

Sendo a prisão o extraordinário, o ordinário se torna a sobrevivência cotidiana no cárcere. Descer ao ordinário é a forma pela qual esses sobreviventes afirmam a possibilidade da vida perante a despossessão total da gestão de seu tempo. A violência promovida pela prisão (e pela onda punitiva que a antecede e captura corpos negros e pobres) representa a quebra de um limite fundamental na vida desses sujeitos, ao transformar o tempo em instrumento de contenção e espera. Contudo, é também no ordinário que se

ensaíam reconfigurações possíveis, pequenas reinscrições do tempo como experiência própria, ainda que sob severas restrições.

Se antes a violência aparecia como experiência constitutiva das trajetórias, aqui é possível entender que a gestão do tempo opera como uma continuação institucionalizada. A prisão, assim, radicaliza desigualdades temporais já existentes e os jovens, cujas vidas já estão marcadas por responsabilidades antecipadas e moratórias interrompidas, passam a ter o próprio porvir formalmente confiscado. A acumulação social da violência, descrita por Misse (2011), não se expressa somente nas agressões físicas e conflitos armados, mas também na distribuição desigual do tempo social. O cárcere converte essa desigualdade difusa em forma jurídica, estabilizando-a como pena.

5.3 TEMPORALIDADES EM ELABORAÇÃO: LINHAS DO TEMPO E CARTAS AO PASSADO

O tempo da lembrança não é o passado, mas o futuro do passado.

(Merleau-Ponty)

A administração institucional do tempo regula o presente, converte o futuro em espera e o passado em uma contínua reinterpretação, e é sob a pena, que opera como regime de tempo, que os jovens reelaboram suas trajetórias.

Conforme mencionado anteriormente, durante os encontros em grupo com os jovens, realizei atividades em que os participantes registraram fatos, percepções e desejos sobre suas vidas. Duas das atividades foram relacionadas à questão temporal: a construção da linha do tempo de suas vidas e a redação de uma carta dirigida a si mesmos, no passado. Os materiais produzidos permitem observar como o tempo é organizado, interpretado e reelaborado por sujeitos que vivenciam a experiência carcerária. Priorizo a utilização desses recursos inspirada na tradição da pesquisa (auto)biográfica em contextos de privação de liberdade, na qual as escritas de si são entendidas como processos de “arquivamento do eu”, por meio dos quais os sujeitos selecionam, conferem graus de importância e interpretam os acontecimentos em suas trajetórias

(Stecanela; Kuiava, 2012). Escrever a própria vida não é apenas registrar os acontecimentos, mas produzir uma imagem de si e atribuir sentido ao curso de sua existência.

O exercício da linha do tempo solicitava aos jovens que registrassem acontecimentos marcantes em suas vidas até aquele momento. O instrumental utilizado era uma folha de sulfite com a imagem impressa de uma linha vertical com onze pontos, onde apenas dois eram nomeados, sendo o primeiro, a data de nascimento e o último, a data em que realizaram a atividade. Os participantes foram informados que poderiam criar novos marcos, caso quisessem, e que não era necessário utilizar todos, ficando livres para dar o tamanho que quisessem dar às suas linhas. Ao final, havia um campo com a seguinte pergunta: “Se a sua vida virasse um livro ou um filme, qual seria o título?”.

Entre as sete linhas do tempo produzidas⁶⁸, opto por analisar de forma mais detida as de Sobrevivente e Vicente, por evidenciarem dois modos distintos de organização da experiência biográfica: um centrado nos vínculos afetivos e outro atravessado por afetos, rupturas e eventos dolorosos. As outras cinco linhas, ainda que não sejam aqui analisadas individualmente, reforçam padrões semelhantes e encontram-se reproduzidas no Apêndice E. Da mesma forma, dentre as cartas escritas ao “eu do passado”, a de Max será aqui analisada com maior profundidade por explicitar, de forma nítida, a construção de pontos de bifurcação retrospectivos em sua trajetória. As demais cartas, redigidas em tons bastante distintos, embora componham o mesmo campo discursivo, estão igualmente disponibilizadas no Apêndice F, devidamente anonimizadas.

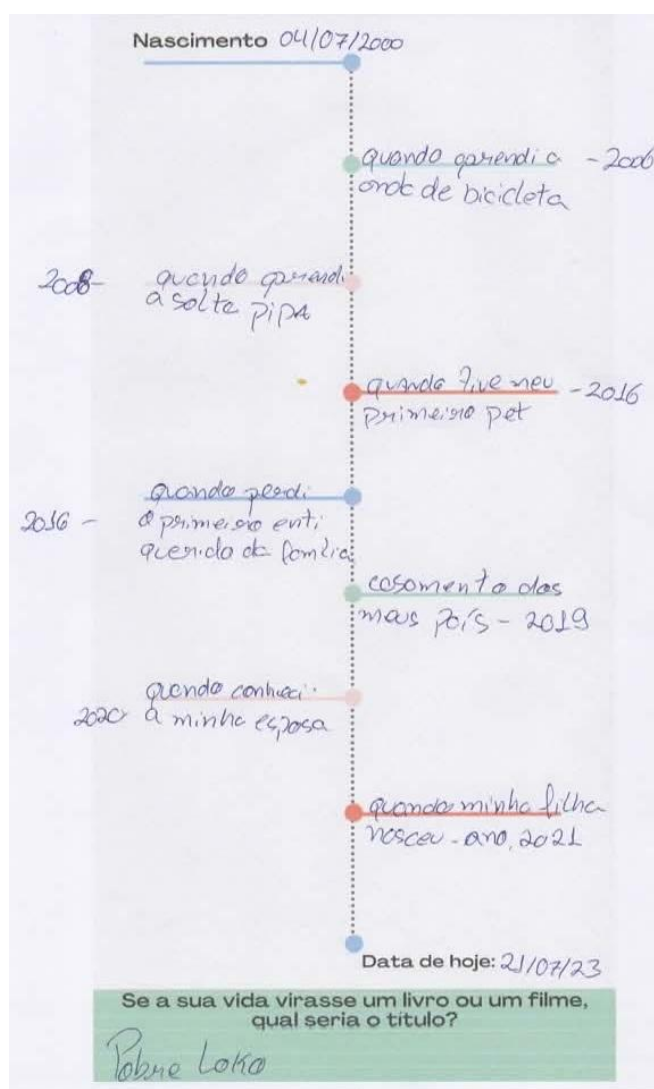
Ressalto que este recorte não implica hierarquização das experiências, mas corresponde a um critério analítico: pôr em evidência modos distintos de *paginação da própria vida* (Pais, 2005), isto é, de organização narrativa da trajetória. As demais produções reforçam nuances semelhantes e ampliam o campo empírico aqui apresentado.

A linha do tempo produzida por Sobrevivente privilegia marcos afetivos e familiares: aprender a andar de bicicleta, soltar pipa, o primeiro animal de estimação, a perda de um familiar, o casamento dos pais, o primeiro contato com

⁶⁸ Nem todos os dez participantes da pesquisa realizaram as atividades durante os grupos focais em virtude de transferências, do horário de trabalho que coincidia com os encontros realizados e, no caso de um deles, por sair em liberdade condicional logo que iniciei os grupos.

a atual esposa e o nascimento da filha. A experiência prisional não aparece. Entretanto, o título escolhido por Sobrevivente, *Pobre Loko*, contradiz a aparente leveza de sua trajetória, sugerindo uma vida construída em meio a ambivalências.

Figura 3 – Linha do tempo – Sobrevivente



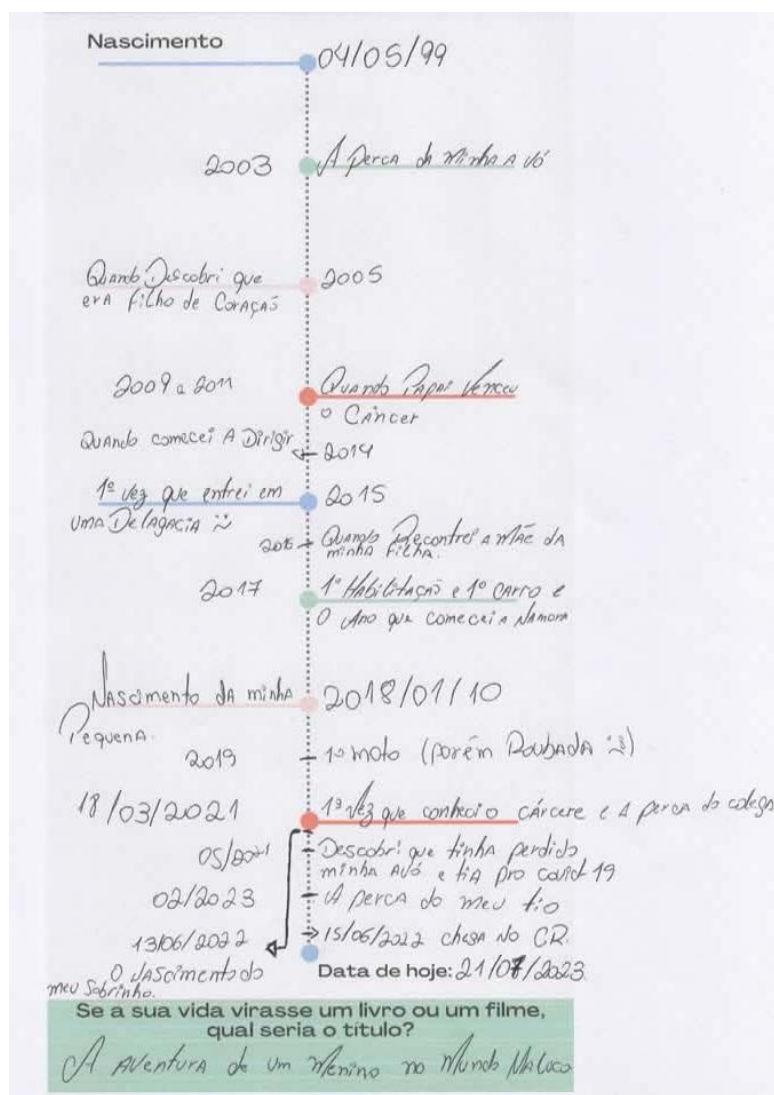
Fonte: Dados da pesquisa, 2023. Documento anonimizado pela autora.

Sobrevivente estrutura sua trajetória prioritariamente a partir dos vínculos afetivos, como um esforço de continuidade biográfica diante da fratura produzida pela prisão. A linha funciona como uma espécie de reflexo, em que “arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio e, nesse sentido, o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência” (Artières, 1998, p. 11). Não mencionar a detenção

como um marco em sua vida não significa, necessariamente, a negação de sua condição, ou mesmo a ideia de que ela não interfere em sua trajetória. Sua escolha evidencia o que ele compreende como acontecimentos de maior importância em sua biografia, sendo a prisão uma dor que busca racionalizar para não tomar uma proporção que o paralise, como enfatizou em sua entrevista.

Já a linha produzida por Vicente apresenta uma configuração distinta. Nela, as perdas familiares, os episódios de autonomia e conflitos com o sistema penal compõem uma biografia marcada por instabilidades significativas. O título por ele escolhido, *A aventura de um menino no mundo maluco*, indica sua percepção de imprevisibilidade e falta de controle sobre os acontecimentos.

Figura 4 – Linha do tempo – Vicente



Fonte: Dados da pesquisa, 2023. Documento anonimizado pela autora.

A experiência penal de Vicente está entrelaçada com as sucessivas perdas que vivenciou, de bens materiais a familiares mortos. Há significativa alternância entre as conquistas (pessoais e familiares) e as perdas, marcando uma linha em oscilação constante. Os acontecimentos registrados por Vicente foram narrados em sua entrevista, em um aparente esforço de extravasar sua imensa tristeza pelas perdas sofridas. A quantidade de vezes em que referiu a si mesmo como uma criança/adolescente perturbado reforçou sua postura em diversas ocasiões, oscilando entre o arrependimento pelo sofrimento por ele causado à família e a dor quase imobilizadora que as perdas familiares lhe infligiram.

A exposição desse exercício, realizado sob o regime cronopolítico da prisão, explicita como os jovens produzem suas próprias formas de ordenação do vivido, lançando luz ao que escolhem priorizar e ocultando o que por eles é considerado irrelevante, confuso ou extremamente doloroso de narrar. Como sugerem as análises sobre escritas de si em contextos de privação de liberdade, arquivar a própria vida implica seleção, omissão, destaque e reorganização (Stecanela; Kuiava, 2012), não figurando, de modo algum, como um espelhamento fiel da realidade, mas como uma construção narrativa situada – neste caso, de jovens situados e sitiados (Domínguez, 2016, p. 21), também atravessada por quem sou, pela relação construída durante a pesquisa de campo e pelo objetivo de minha interlocução com o grupo. De modo geral, praticamente todos os marcos registrados pelos jovens foram mencionados anteriormente nas entrevistas, com exceção de Átila, que aprofundou sua narrativa em um diário entregue a mim em nosso último encontro, reforçando suas escolhas em contar (ou não) o que, para eles, eu poderia acessar naquele momento.

Enquanto o exercício da linha do tempo foi de ordenação/relevância da sequência de acontecimentos em suas vidas, a dinâmica das cartas ao “eu do passado” demandou uma ação mais complexa, a de reinterpretação do vivido. Ao redigirem a carta para si mesmos, os jovens produziram um diálogo entre temporalidades, em que os sujeitos do presente invariavelmente assumiram posição de autoridade moral sobre aqueles que foram um dia, dando conselhos e fazendo advertências para que os erros não se repetissem.

Nesse movimento, está também implicado um processo reflexivo e dialógico, pois conforme destacam Stecanela e Kuiava (2012, p. 176), a escrita de si não apenas relata a experiência, mas a transforma em objeto de reflexão, operando ao mesmo tempo como investigação e formação.

Todas as cartas partem de um núcleo comum: evitar más amizades, não usar drogas, ouvir os familiares, seguir com os estudos. A prisão é reinterpretada aqui como consequência de escolhas equivocadas. Há nos registros uma explicação retrospectiva do que podemos nomear como causalidade, na qual o sofrimento do presente ilumina o passado, transformando certas decisões em marcos explicativos. A carta de Max é especialmente expressiva nesse movimento ao identificar episódios concretos como pontos de inflexão em sua trajetória.

Figura 5 – Carta elaborada por participante da pesquisa

22/09/23

FALA [REDACTED], BELEZA? POR AQUI ESTÁ TUDO EM ORDEM!
 MANO, EU ESTAVA PARTICIPANDO DE UMA DINÂMICA AQUI E RECEBI A OPORTUNIDADE DE
 TE MANDAR ESSA CARTA, ENTÃO EU QUERIA TE DAR ALGUNS CONSELHOS.
 DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2009, A MÃE VAI TE LIGAR E PEDIR PARA VOCÊ VIR PRA CA-
 SA POIS ELA NÃO ESTÁ MUITO BEM, CARA, EU SEI QUE É ANIVERSÁRIO DA [REDACTED] MAS
 CORRA PRA CASA E CHAME O [REDACTED] COM URGÊNCIA, CORRA PARA O HOSPITAL COM
 A MÃE, ELA VAI INFARTAR E TALVEZ SE VOCÊ FOR RÁPIDO O BASTANTE, ELA NÃO FI-
 QUE COM TANTA SEQUELA, E SE A [REDACTED] RECLAMAR, MANDE ELA PARA AQUELE LUGAR,
 ELA VAI TE LARGAR DAQUI DOIS MESES MESMO. TI
 EU SEI QUE VOCÊ JÁ GANHOU DOIS CAMPEONATOS [REDACTED] DE BOXE E SEI
 O TANTO QUE VOCÊ ESTÁ SE SENTINDO INTOCÁVEL, E QUE VOCÊ TEM TODAS AS CHAN-
 CES DE GANHAR DO [REDACTED] NA SUA PRÓXIMA LUTA, MAS SPIBA ENTENDER QUE
 O QUE ELE MAIS QUER É BATER NA LINHA DE CINTURA ATÉ VOCÊ PERDER O MEDO
 DELE BATER NO QUEIXO ACHANDO QUE ELE É UM BOXEADOR TÉCNICO. ELE VAI MIRAR
 SEU QUEIXO E ISSO VAI SER HORRÍVEL, A QUALQUER CUSTO DESVIE!!!
 MANO, NÃO PARA DE ESTUDAR NÃO, VAI SER MUITO DIFÍCIL GUARDAR DE TUDO
 SOZINHO COM O SALÁRIO QUE VOCÊ GANHA, MAS NÃO PARA! O SALÁRIO QUE VOCÊ
 VAI TER EM BREVE VAI VALER A PENA!
 AQUELES CARAS QUE FALARÃO COM VOCÊ NO ANIME FRIENDS SÃO ACESSORES DO
 TIME [REDACTED] SIM E ELES QUEREM VOCÊ NO TIME, VAI E ARRABA.
 VOU PARANDO POR AQUI E PARA DAR O ÚLTIMO CONSELHO, NO DIA 03/09/22
 QUANDO VOCÊ LEVAR A [REDACTED] EMBORA, ACEITE O CONVITE DELA E DURMA NA CASA
 DELA, POIS VÃO ROUBAR O [REDACTED] E VOCÊ VAI QUERER FAZER JUSTIÇA DA
 MANEIRA ERRADA E VOCÊ VAI SE ARREPENDER DO FUNDO DA SUA ALMA.
 FICA BEM AÍ LINDÃO, EU AMO VOCÊ!

Fonte: Dados da pesquisa, 2023. Documento anonimizado pela autora.

Os conselhos dados não são abstratos, eles marcam as encruzilhadas. A carta constrói uma narrativa contrafactual em que Max indiretamente afirma que, se suas escolhas fossem diferentes, o presente seria outro. Essa lente retrospectiva destaca, em todas as cartas, determinadas escolhas individuais como decisivas para os rumos de suas vidas.

Percebe-se que a prisão atua na reconfiguração da memória, atribuindo centralidade a escolhas específicas e dando ao passado uma sucessão de bifurcações agora possíveis de serem vistas ou consideradas. Essa causalidade retrospectiva produzida pelos jovens convive com condições estruturais que atravessam suas trajetórias: desigualdade social, desproteções institucionais e violências de todas as ordens. A ênfase dada às escolhas individuais não elimina tais determinações, apenas revela como os sujeitos mobilizam repertórios morais disponíveis para narrar a própria experiência. Diante da prisão dos corpos e da captura institucional do tempo, a responsabilização individual aparece como linguagem possível de elaboração.

Nesse contexto, o encarceramento não só regula o futuro como espera, mas busca reorganizar o passado em um constante processo de reelaboração moral de arrependimento e penitência. Ou seja, a pena não incide só no presente e no futuro, ela atravessa a experiência temporal desses sujeitos integralmente quando reconfigura o passado com as narrativas de responsabilidade individual. Ainda assim, ao reorganizarem suas trajetórias através da escrita, os sujeitos evidenciam que essa captura nunca é absoluta, pois o tempo, embora juridicamente sequestrado, segue como objeto de memória, sentido e projeção, elementos que tornam a vida (ainda assim) possível.

Ao percorrer as narrativas sobre violências sofridas e praticadas, a experiência do tempo como pena e os exercícios de escrita de si, é possível delinear o funcionamento das engrenagens do silenciamento. Não se trata de ausência de fala, mas de um *enquadramento das formas possíveis de dizer*. O que se silencia, em última instância, não é a experiência, mas sua dimensão estrutural, onde a violência é individualizada; a captura do tempo, reinterpretada como aprendizado e a descontinuidade de si, reinscrita como amadurecimento. Tais engrenagens não suprimem a agência, mas a circunscrevem. Ainda assim, ao produzirem seus arquivos, os jovens vivenciam respiros no cotidiano sufocante da espera.

5.4 RASCUNHOS DE FUTURO

A palavra associa o traço visível à coisa invisível, à coisa ausente, à coisa desejada ou temida, como uma frágil passarela improvisada sobre o abismo.

(Ítalo Calvino em *Seis propostas para o próximo milênio*, 2008, p. 190)

Se a pena opera como regime que administra o tempo e converte o futuro em espera, importa compreender como esses jovens, imersos nessa temporalidade regulada, imaginam (e desejam) o que ainda não foi vivido. A partir daqui serão apresentados os sonhos de futuro rascunhados pelos jovens. Com mais ou menos brilho nos olhos, a travessia da aridez prisional suscita gestos de resistência que tensionam a captura institucional do porvir. A pena confisca o futuro, mas os jovens ensaiam sua restituição simbólica, seja pela insistência da vida presente ou pela projeção de um amanhã que se deseja possível.

Os sonhos enunciados pelos jovens não são extraordinários, ao contrário, orbitam em torno da família, do estudo, do trabalho, da estabilidade e do reconhecimento. No entanto, o que projetam é sempre formulado sob a antecipação de obstáculos, sobretudo aqueles ligados à discriminação sofrida em decorrência da vivência prisional.

Nas narrativas, o trabalho ocupa posição central. João Lucas quer estudar tecnologia da informação e abrir um negócio próprio, pois antevê o preconceito que sofrerá no mercado de trabalho formal. Emiliano deseja fazer um curso de mecânica e trabalhar também por conta própria. Diz que, embora tenha bastante experiência como serralheiro e soldador, as empresas em sua cidade não contratam quem já esteve preso. Sobrevivente pretende fazer um curso de barbearia e atuar como autônomo para evitar o preconceito que sofrerá por sua passagem pelo sistema prisional e pelas tatuagens que tem e as muitas que ainda pretende fazer:

Tem essa hipocrisia, esse preconceito aí infelizmente hoje em dia, no século em que vivemos. [...] Vamos supor, eu tenho o mesmo estudo que uma pessoa, eu e ela somos formado em Direito, nós dois o mesmo grau. O que uma tatuagem na cara vai fazer eu entender menos que ela? [...] Agora o cara, vamos supor, que fecha o pescoço com coisas cristãs, faz uma mão escrito fé, essas coisas. Já é visto de maneira errada. Só por ser uma tatuagem, não tem isso. Tem muitos empresários ricos, famosos, que faz tatuagem. E por que pra eles não tem preconceito e pra gente tem? É bem complicado essa parte. (Sobrevivente).

Em todos esses casos, o empreendedorismo não surge como uma adesão ao discurso romantizado da meritocracia, mas como tentativa de resposta ao estigma imposto pela sociedade. Quando mobilizam alternativas, esses jovens não se baseiam em possibilidades abstratas de discriminação, falam de uma certeza já incorporada. Ângelo apresenta esse receio ao mencionar a forma como será visto pelos conhecidos:

A gente vê as outras pessoas que já foi preso e tudo, a discriminação. (Se emociona) [...] quando eu sair eu vou receber retaliação, vou ser humilhado, tirado pelas outras pessoas. Quando eu olhar para uma pessoa e ela saber que eu já fui preso, ela já não vai me tratar do mesmo modo que ela me tratava quando eu não era preso. Eu sou uma pessoa lá onde eu moro, bem conhecida. [...] Quando eu voltar pra lá, como que vai ser essa relação? Não vão me olhar com o mesmo olhar, não vão (Ângelo).

Essa antecipação do julgamento social dialoga com o que Pais (2006) nomeia como desfuturização – o enfraquecimento do futuro como horizonte estável de possibilidades. O que está por vir não é imaginado como campo aberto, mas como espaço marcado por barreiras previsíveis.

Max conta que fez uma grande amizade no CR e que ambos planejam sociedade em uma empresa que tem sido cuidadosamente pensada com a ajuda de seus familiares:

Esse cara virou um grande amigo meu e a gente está fazendo uns planos para o futuro aí. [...] Ele é médico [...] e está pensando em se especializar em medicina oriental, para pessoas que têm dor crônica. E eu, quando era criança, minha mãe fez um curso de massoterapia e ela me ensinou uns negócios e eu gostei muito, tenho uma mão boa para massagem. [...] Ele está querendo criar um centro de dor, um negócio muito interessante

e estamos pensando em sair daqui e ir pra Santa Catarina. A gente vai porque a faculdade que ele quer fazer, a melhor que tem no Brasil sobre isso, fica lá e eu vou também começar a estudar esse negócio de massagem. Enquanto eu vou estudando eu vou trabalhando de motoboy, porque motoboy trabalha em qualquer lugar, enquanto ele vai estudando vai trabalhando como médico, porque ele é formado até a gente conseguir se estabilizar, juntar o dinheiro, abrir o centrinho, fazer a divulgação e ter os nossos clientes. [...] O pai dele já pesquisou e não tem um centro desse lá. Nossos pais estão vendo lá fora essas coisas (Max).

O projeto em construção é também uma resposta aos obstáculos que ambos enfrentarão no mercado. O que os jovens desejam não é um futuro ingênuo, mas um futuro negociado, em que a autonomia surge como única possibilidade de fazer frente ao ilícito e às barreiras do estigma. Entretanto, se alguns deles apresentam planos relativamente elaborados, outros ressaltam a fragilidade desse horizonte.

Wellington, embora queira continuar trabalhando na área em que atuava antes de ser preso, apresenta muitas incertezas sobre sua reinserção profissional, chegando a cogitar que sua vontade, além de não se concretizar, pode ser convertida a uma atuação não desejada no ilícito:

Aí cê fala, nossa, daqui a 3 anos e 6 meses eu vou ter que ir pro semiaberto. [...] Tipo, o que eu vou fazer lá fora? O que eu vou fazer da minha vida? [...] Como eu vou conseguir arrumar um trabalho se tem o preconceito da sociedade? Tipo assim, querendo ou não, cê não arruma emprego. Daí cê pensa, será que eu vou ter que tomar outro rumo, um rumo que eu não queria? [...] Abre vários leques na sua mente. Cê até faz planos, assim, quero continuar trabalhando, conquistar minha casa, fazer minha família. Cê planeja assim, tem um plano na sua mente. Mas aí cê fica com muita dúvida, cê fica meio que com medo (Wellington).

Bismarque, por sua vez, afirma que pretende terminar os estudos e “tentar” trabalhar, mas admite a possibilidade de voltar ao tráfico, caso não se adapte ao mercado de trabalho lícito. Ao ser indagado sobre como se imagina daqui há dez anos, responde:

Não sei. Não penso nisso não, eu penso no agora. Não consigo pensar lá na frente, eu penso em viver um dia a após o outro ali. [...] Não tem como nós saber. Não tem como eu falar pra você:

“ah senhora, daqui há dez anos eu vou ser bombeiro ali”. Nós não sabe se eu vou tá vivo. [...] Posso pensar daqui um mês, daqui dois mês, mas acho que dez anos é muito tempo (Bismarque).

Sua fala concretiza o conceito de desfuturação. Ao dizer que vive um dia após o outro, Bismarque revela o encurtamento de horizonte futuro. Esse processo não significa ausência de sonhos, mas reconhecimento de condições concretas de endurecimento da vida. Bismarque é, dentre os jovens participantes da pesquisa, aquele que mais teve contato com violências extremas, contabilizando a morte de seus pares. Nessas condições, o futuro deixa de organizar a vida como promessa e passa a ser uma hipótese incerta. Seus planos são tomados por ambiguidades: o trabalho legal é uma possibilidade frágil diante da experiência no campo ilegal, e o desejo de ver seus pais bem e livres da droga é anunciado já como algo impossível de ser realizado. Sua própria estadia no CR é vivida por ele como uma impossibilidade, não só por ser indesejado pelos profissionais e por alguns presos, mas por contradizer seus princípios de fidelidade à facção. Bismarque parece se equilibrar em uma corda bamba acima de um mar cheio de tubarões. Suas incertezas revelam um abismo social que não pode ser tomado como algo individual.

Átila, por outro lado, fala sobre algumas possibilidades: trabalhar com os pais, com o padrasto ou até mesmo abrir um negócio próprio, contando com o dinheiro que guardou do trabalho no tráfico. Também planeja fazer faculdade de gastronomia e reconstruir sua trajetória com um “emprego decente”. Entretanto, apesar de anunciar um cenário pavimentado por estruturas existentes, ele não deixa de mencionar os desafios que enfrentará em decorrência de sua passagem pelo cárcere, como a dificuldade em obter o visto para morar nos EUA, como planejava antes de ser preso.

Vicente deseja cursar faculdade, cuidar da filha e guardar dinheiro para sua festinha de quinze anos. Diz que sua principal motivação é mostrar para sua família que mudou e “recuperar o tempo perdido”. Ele fala sobre um futuro em que não quer ser visto como “coitado” ou “se fazer de vítima” por ter passado pela prisão. Seus planos aparecem como uma afirmação moral e como redenção depois de um longo processo de expiação.

As respostas dos jovens à pergunta sobre como pensam seu futuro evidenciam que o porvir é invariavelmente projetado sob tensão. Os riscos são apresentados colados aos objetivos, como um duplo indissociável.

Ao lado do trabalho, a família é central em suas respostas. Vicente, Blismarque e Emiliano organizam suas projeções em torno das filhas. Querem “*dar tudo*”, garantir estabilidade e presença. Kayque, por sua vez, planeja se casar e ter quatro filhos. Cuidar de sua mãe também é uma prioridade para ele, algo que faz desde muito cedo, como constatamos em sua história de vida narrada. Ângelo quer vender sua casa e voltar a morar com os pais, por medo de retaliações policiais, em decorrência de uma denúncia de violência sofrida, dirigida à vara criminal. Além disso, diz que seu sonho é ter condições de ajudar o próximo e “*estar em um círculo social onde seja amado, respeitado e valorizado*”. João Lucas e Kayque também mencionam o desejo de mudança de moradia para um território mais tranquilo, longe das “*más influências*” e dos pontos de tráfico e de violência.

Em quase todos os casos, a paternidade e o cuidado aparecem como horizonte de reorganização da vida. Nota-se que os jovens não enunciam os desejos de futuro como ascensão espetacular. Eles sonham com o que deveria ser efetivado como direito: segurança, saúde, moradia, comida, cultura, trabalho. Nenhum deles menciona riqueza ou luxo; eles falam sobre condições mínimas de dignificação da vida. O ordinário, em suas projeções, adquire status de conquista.

A ênfase que a maior parte no grupo dá na reparação dialoga com a experiência do tempo punitivo analisada anteriormente. Se o passado é reconfigurado sob narrativas de erro e arrependimento, o futuro é pensado como chance de reinventar-se moralmente. Ainda assim, essa reinvenção não apaga o vivido: a experiência prisional produz um aprendizado que não desaparece com a liberdade conquistada. O conhecimento envenenado (Das, 2020) adquirido nas experiências de violência sofrida e testemunhada, e aqui incluo a violência das tramas penais, se incorpora à vida cotidiana, constituindo e moldando as percepções de mundo. Os sujeitos que passaram pelo cárcere aprendem a antecipar suspeitas, a medir palavras, a calcular riscos e a desconfiar das promessas institucionais. As barreiras antecipadas pelos jovens, assim, não significam recuos infundados, mas aprendizado empírico. O passado

penal infiltra-se no porvir como advertência permanente e a desfuturização, nesse sentido, é reforçada como presença de um saber doloroso que acompanha qualquer projeção.

Kayque conta que registra seus objetivos em um caderninho que tem há dois anos: *“eu vou escreveno e mandano pa rua as folha. O objetivo que eu tenho aqui é o objetivo que eu quero fazer lá”*.

A responsabilidade individual aparece como um elemento importante que atravessa suas projeções de futuro. Ao contarem seus planos, os jovens invariavelmente associam a mudança que desejam a decisões pessoais, como “parar de usar drogas”, “mostrar que eu mudei” ou “não traficar mais”. O êxito futuro aparece, assim, condicionado aos seus esforços pessoais e a uma disciplina moral. Esse elemento se conecta ao discurso ressocializador que atravessa a experiência penal, sobretudo no CR. O sujeito que deve “aprender com o erro” e “fazer escolhas melhores” passa a interpretar o passado como resultado de decisões equivocadas e o futuro como campo de escolhas assertivas.

Não se trata de deslegitimar essa ação, pois o reconhecimento da responsabilidade constitui elemento importante de reorganização subjetiva. Entretanto, a centralidade da responsabilização individual escamoteia as condições estruturais que possibilitam (ou não) a concretização desses projetos.

Quando Bismarque admite a possibilidade de voltar para o tráfico caso não consiga um trabalho lícito, a tensão entre o individual e a estrutura se torna evidente. De igual maneira, quando Ângelo teme retaliações policiais, a questão ultrapassa o campo da escolha moral. Ao planejarem abrir um negócio próprio para evitar a discriminação, João Lucas, Sobrevivente, Max e Emiliano revelam não apenas planejamento e iniciativa, mas respostas a um mercado excludente. Ou seja, a *responsabilização individual*, ficção fundante da pena útil, organiza o modo pelo qual os jovens narram seus planos, deslocando para si o peso da mudança. Nesse sentido, a desfuturização ganha outra camada, na qual o horizonte não apenas é fragilizado pelo estigma e pelas desigualdades, mas também é *moralmente individualizado*, servindo como justificativa futura para a isenção do Estado na responsabilidade pelos índices de reincidência criminal.

Os rascunhos de futuro, portanto, revelam simultaneamente agência e limite. Eles expressam o desejo de reorganização da vida, ao mesmo tempo em

que tornam explícito o peso de um contexto que não se altera com iniciativas individuais. Reconhecer essa tensão é fundamental para uma análise que não caia na romantização da resistência, tampouco que se renda à culpabilização individual.

Neste capítulo, inspirada em Veena Das, busquei mostrar que o passado violento permanece ativo no presente e as experiências narradas pelos jovens não devem ser compreendidas como eventos pontuais, mas como acontecimentos que descem ao cotidiano e passam a organizar silenciosamente as relações afetivas, familiares, comunitárias e institucionais. A prisão, na vida desses sujeitos, participa de um circuito institucional já violento. Ela prolonga e aprofunda sofrimentos pregressos, perpetuando um sofrimento que não é apenas psíquico, mas fundamentalmente ético-político (Sawaia, 1999).

Por outro lado, a reconstrução da vida cotidiana, ainda que atrás de grades e muros, é uma forma de ação. Há produção de dignidade quando esses jovens reinterpretem seu passado e quando buscam seguir em frente esboçando projetos de futuro, mesmo frágeis.

Esses corpos, que são intensamente mediados socialmente, não têm a dor apenas como sensação. Ao discutir o “ato de testemunhar”, Das (2020) afirma que nem toda experiência de sofrimento é expressa em narrativa. Há algo que resiste à simbolização. Nas entrevistas e grupos realizados, essa dimensão apareceu no que os jovens contaram e, principalmente, no que escolheram silenciar, além das formulações interrompidas.

Esse testemunho, quando narrado, não tem potência de eliminar a dor, mas a situa em um campo social diante de um outro que a escuta. Narrar a violência, portanto, não significa superá-la, mas contextualizá-la no campo das relações, onde ela continua inevitavelmente a produzir efeitos. Escutar esses relatos, por outro lado, demanda reconhecer que a violência não se limita ao que foi contado, mas *atravessa a própria possibilidade de dizer*.

De forma mais ou menos organizada, todos os jovens desenham planos para o futuro, ainda que seja um futuro escrito à lápis, como rascunho produzido em uma folha que pode, a qualquer momento, ser levada pelo vento. Seus sonhos mostram que a prisão não elimina a capacidade de projeção, mas projeta-se sob a sombra. A antecipação do estigma, a memória da violência institucional e as desigualdades são os materiais que compõem a folhas sobre a

qual os planos são escritos. O futuro é condicional, negociado e frágil, mas ainda assim afirmado. O futuro “escrito à lápis”, como vimos, é a prova de que, apesar do silenciamento, esses jovens insistem em sonhar, mesmo que a borracha do estigma penal esteja sempre à espreita.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese buscou compreender como jovens encarcerados em um CR, no interior de São Paulo, interpretam suas trajetórias, atribuem sentidos à experiência carcerária e elaboram projetos de futuro.

O trabalho partiu de três hipóteses. A primeira – de que o sistema de justiça criminal opera como dispositivo de controle direcionado a determinados segmentos sociais – encontrou forte sustentação nos dados empíricos e na reconstrução histórica apresentada, que evidenciam a centralidade do racismo estrutural e das dinâmicas de classe na produção dos sujeitos criminalizáveis. A segunda hipótese – de que o encarceramento produz rupturas profundas nas trajetórias juvenis – também se confirmou, sendo possível observar impactos significativos nas relações sociais, na autopercepção e nos projetos de futuro dos jovens entrevistados. Por fim, a terceira hipótese – de que, mesmo sob controle institucional intenso, os sujeitos elaboram sentidos e produzem formas de resistência – também encontrou sustentação, revelando a centralidade das narrativas (produzidas individual e coletivamente) na reorganização da experiência vivida.

Tais hipóteses não só orientaram as elaborações apresentadas ao longo da tese, mas desenharam o campo problemático investigado, campo no qual os atos criminais praticados pelos jovens entrevistados não foram um trovão em céu azul. As condições nas quais praticamente todos viviam os conduziram para uma trajetória de rupturas e violências, e a resposta criminal se deu sobre um chão já movediço, que parece repuxá-los a cada tentativa de seguir.

Todas as narrativas acessadas apresentam vidas marcadas por sofrimentos acumulados, que são reorganizados no CR através de silenciamentos e vigilância, sobretudo praticada pelos pares. Nesse sentido, como foi possível observar, o controle institucional não se limita às estruturas formais do CR, mas é reproduzido e negociado nas relações cotidianas entre os próprios presos, revelando a complexidade das dinâmicas de poder intramuros.

No entanto, as histórias aqui apresentadas, lidas como histórias em movimento em um tempo que parece suspenso, indicam que, mesmo sob o confinamento e a suposta paralisação do tempo de vida, não há imobilidade subjetiva. Ainda que o encarceramento imponha limites concretos e simbólicos,

ele não consegue eliminar a capacidade de produção de narrativas, de reelaboração do passado e de invenção de futuro. Há, sem dúvida, a suspensão de um tempo social ampliado, mas não a suspensão da vida, da mesma forma que há assimetrias estruturais profundas, mas não esgotamento de agência. Esses jovens estão vivos e é nessa continuidade insistente da vida que se dá a resistência – individual e coletiva – como prática ordinária e não como gesto excepcional.

Essa pesquisa, portanto, investe em compreender como, em um espaço marcado pela suspensão e pela incerteza, a vida continua sendo narrada e projetada por pessoas que são, como ressalta Loïc Wacquant, “antes de tudo, seres de carne, nervos e sentidos”.

Ao privilegiar as narrativas, esta tese desloca o foco analítico das estruturas institucionais para as experiências vividas, ressaltando os sujeitos como agentes que elaboram, questionam, negociam, produzem sentidos e preservam elementos de sua cultura juvenil, mesmo em contextos de intenso controle. Tal deslocamento permite somar às abordagens que privilegiam exclusivamente a dimensão estrutural da punição, incorporando a dimensão subjetiva como elemento central para uma compreensão ampliada do cárcere, em que a pena reorganiza a experiência temporal daqueles que a vivem.

Nesse sentido, se há uma contribuição central desta tese, ela reside em evidenciar que o cárcere, além de interromper trajetórias, reconfigura a experiência do tempo. Ao analisar as narrativas dos jovens, foi possível perceber que a prisão estabelece uma temporalidade específica, marcada por suspensões, incertezas e também negociações, na qual passado, presente e futuro são constantemente reelaborados.

É nesse regime temporal específico que essas experiências se tornam inteligíveis em sua singularidade. Se, como sugere Anitua, cada prisão é infeliz à sua maneira, as histórias aqui analisadas mostram que essa infelicidade institucional ganha concretude nas experiências singulares dos jovens. Mesmo não se tratando de uma metanarrativa sobre o encarceramento juvenil, as narrativas aqui apresentadas permitem estender essa reflexão ao conjunto das trajetórias juvenis marcadas pelo cárcere, engrenagem produtora de efeitos que são vividos singularmente, ainda que de forma massiva.

Nove dos dez participantes da pesquisa não tiveram oportunidade de vivenciar a moratória social tradicionalmente associada à juventude como um tempo de suspensão e preparação para a vida adulta. Ao contrário, a suspensão do tempo em suas trajetórias, longe de constituir uma condição de possibilidade, assume a forma de imposição, ruptura e controle. A moratória que lhes é destinada não é aquela que protege, mas aquela que pune: a pena. Importante ressaltar que parte dos jovens entrevistados não tiveram sequer direito à infância, a serem crianças, livres de responsabilidades financeiras e afetivas.

As histórias aqui contadas mostram que, entre sonhos porosos, planos adiados e caminhos constantemente ameaçados pela criminalização, o cárcere figura como mecanismo que aprofunda os conflitos sociais, ao acrescentar mais uma marca naqueles que já convivem com outros estigmas.

Escutar tais narrativas torna evidente que enfrentar o hiperencarceramento não se limita a reformas pontuais no sistema penal ou a reformulação do ideal ressocializador, mas envolve a construção de outras formas de lidar com o conflito, com a violência e, consequentemente, com os processos de responsabilização.

A pesquisa, ao evidenciar as rupturas produzidas pela prisão nas trajetórias juvenis e os limites de um modelo punitivo amplamente utilizado, ainda que questionado, reforça a urgência de construção de respostas outras ao encarceramento. Nesse contexto, o abolicionismo penal se apresenta como uma corrente crítica valiosa ao questionar a ineficácia da prisão como resposta à violência social. Os dados aqui apresentados reforçam essa corrente, apontando a necessidade de ampliação do debate sobre formas de responsabilização que não se fundamentem na privação de liberdade como resposta automática à conflitividade social e que ultrapassem a punição como princípio educativo. Mais do que substituir as grades e os muros da prisão por tornozeleiras eletrônicas e regimes restritivos de liberdade, trata-se de abrir espaço para que outras relações sociais possam ser imaginadas e sustentadas, onde jovens pobres e negros, historicamente atravessados por dinâmicas de raça e classe, trilhem trajetórias improváveis, que não “cadeia ou caixão”; que o ‘re’ possível seja o da reinvenção de si e da vida e não mais os ‘re’ punitivos da ressocialização, reinserção e reeducação. Nesse horizonte, a ideia de responsabilização desloca-se da punição para a construção de condições concretas de dignificação da vida.

É preciso dizer que terminar uma tese é um exercício bastante desafiador, pois o campo segue em movimento e as análises produzidas vão abrindo novos horizontes para aprofundamentos, comparações e desdobramentos. Por isso, teses só terminam porque colocamos um ponto final que nos permite encerrar a escrita, reconhecendo que a pesquisa propriamente não acaba nunca: ela convida para novos caminhos, outras trilhas possíveis e desejáveis. Entre os possíveis desdobramentos desta pesquisa, destaco a importância de análises comparativas entre diferentes Centros de Ressocialização, tanto para compreender se há, de fato, um modelo de funcionamento comum entre as unidades quanto para tensionar a distância entre a promessa institucional e a experiência concreta dos sujeitos após o período de encarceramento. Também considero relevante investigar os impactos desse modelo em comparação com outras unidades prisionais, bem como ampliar os estudos para diferentes perfis populacionais.

Como afirma Fassin, no livro *A sombra do mundo: uma antropologia da condição carcerária*, “a prisão é um segredo público que precisa ser revelado”. Nesta pesquisa, busquei iluminar abismos e abusos sem naturalizá-los, compreendendo esse gesto como um princípio ético assumido junto aos jovens que aceitaram compartilhar comigo essa travessia. Espero que, de algum modo, esse trabalho inspire outros pesquisadores e pesquisadoras a descer ao cotidiano da vida, onde podemos olhar nos olhos daqueles que compõem nossas análises mais amplas e conhecer suas histórias, compreender quem são e como pensam o mundo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena Wendel. A condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel.; BRANCO, Pedro Paulo M. (org.). **Retratos da juventude brasileira**. Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.
- ADORNO, Sérgio. **Crianças e Adolescentes e a Violência Urbana**. 1999. Disponível em: <http://www.nevusp.org/downloads/down076.pdf>. Acesso: em 18 jun. 2025.
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGUIRRE, Carlos. Cárcere e sociedade na América Latina, 1800-1940. In: MAIA, Clarisse Neto; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Luiz Marcos (org.). **História das prisões no Brasil, volume 1**. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2017.
- ALVES DOS SANTOS, Leonardo. As interpretações do tempo em uma prisão de mulheres. **Vivência: Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 1, n. 59, 2022. DOI: 10.21680/2238-6009.2022v1n59ID28787. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/28787>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- ANDRADE, Luma Nogueira De. **Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa**. 2012. 278 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- ANITUA, Gabriel Ignácio. **Histórias dos pensamentos criminológicos**. Rio de Janeiro: Revan, 2008.
- ANITUA, Gabriel Ignácio.; BATISTA, Vera Malaguti. (org.). **Depois do grande encarceramento**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.
- APPADURAI, Arjun. **Dimensões culturais da globalização**. Lisboa: Editorial Teorema, 2004.
- ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998. Disponível em <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2061/1200>. Acesso em 02/12/2025.
- AUGUSTO, Acácio. Para além da prisão-prédio: as periferias como campos de concentração a céu aberto. In: ABRAMOVAY, Pedro Vieira; BATISTA, Vera Malaguti. (org.) **Depois do Grande Encarceramento**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.
- AUGUSTO, Mariana Luiza. **Fabricando Novos Homens: Religiosidade e Gestão prisional na APAC de Santa Luzia – MG**. 2016. Dissertação

(Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

BAQUEIRO, Fernanda Ravazzano L. **Execução penal e o mito da ressocialização: disfunções da pena privativa de liberdade**. Curitiba: Juruá, 2017.

BATISTA, Vera Malaguti (org). **Depois do grande encarceramento**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

BATISTA, Vera Malaguti. “Adeus às ilusões ‘re’”. In: Coimbra, C. M. B. et. al. **Pivetes: encontros entre a Psicologia e o Judiciário**. Curitiba: Juruá Ed., 2008, pp. 195-199.

BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BATISTA, Vera Malaguti. Adesão subjetiva à barbárie. In: **Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis ganhos fáceis – drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Revan, 2003b.

BATISTA, Vera Malaguti. Filicídio: a questão criminal no Brasil contemporâneo. In **Direitos humanos: violência e pobreza na América Latina contemporânea / Silene de Moraes Freire, organizadora – Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2007.**

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2003a.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BECKER, Howard S. **Outsiders**. Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BILL, MV; ATHAYDE, Celso; SOARES, Luiz Eduardo. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

BIONDI, Karina. **Junto e misturado: uma etnografia do PCC**. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

BOFF, Leonardo. A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana. Petrópolis: Vozes, 1997. 206p.

BORELLI, Silvia Helena Simões, SOARES, Rosana de Lima (Orgs.); prefácio de Óscar Aguilera Ruiz. **Juventudes: violência, biocultura, biorresistência**. São Paulo: EDUC: PIPEq, 2022.

BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?** São Paulo: Editora Letramento, 2018.

BORGES, Juliana. **Prisões:** Espelhos de nós. São Paulo: Editora Todavia, 2020.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais. **SISDEPEN** – Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional: dados de fevereiro de 2025. Brasília, DF: SENAPPEN, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen>. Acesso em: 15 ago. 2025.

BUDÓ, Marília Denardin. **Mídias e Discursos do Poder:** A legitimação discursiva do processo de encarceramento da juventude pobre no Brasil. 542 f. Tese (Doutorado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

CALVINO, Ítalo. **Seis propostas para o próximo milênio.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CÂMARA, Heleusa F. **Além dos muros e das grades** (discursos prisionais). São Paulo: EDUC, 2001.

CARVALHO, Robson Augusto Mata de. **Cotidiano encarcerado:** o tempo como pena e o trabalho como "prêmio". São Paulo: Conceito Editorial, 2011.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In M. Belfiore Wanderley, **Desigualdade e a questão social** (pp. 17-50). São Paulo, SP: Educ, 2000.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social.** Petrópolis, Vozes, 1998.

CAVALCANTI, Gênesis Jácome Vieira. **A crise estrutural do capital e o encarceramento em massa:** o caso brasileiro. 2019. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16711>. Acesso em: 03 abr. 2025.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar:** racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (Coords.). **Atlas da violência 2025.** Brasília: Ipea; FBSP, 2025. 174 p. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/276>
[reddit.com+14publicacoes.forumseguranca.org.br+14.](https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/276)

- CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade, uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- CHRISTIE, Nils. **Limites à dor**: o papel da punição na Política Criminal. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.
- COELHO, Edmundo Campos. **A oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- COHEN, Stanley. **Folk Devils and Moral Panics**. London: MacGibbon & Kee, 1972.
- CORROCHANO, Maria Carla. **O trabalho e a sua ausência**: narrativas juvenis na metrópole. FAPESP, 2012.
- COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Socioeducação**: estrutura e funcionamento da comunidade educativa. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2006.
- COSTA, Arthur; LIMA, Renato. Estatísticas Oficiais, Violência e Crime no Brasil. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB**, v. 2018, p. 81-106, 2018.
- D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. **Acionistas do Nada**: quem são os traficantes de drogas. 3a edição. Rio de Janeiro: Revan, 2011.
- D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. **Indignos de vida**: a forma jurídica de extermínio de inimigos da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2015.
- D'ALVA, Roberta Estrela. **Slam**: voz de levante. Revista Rebento, n. 1, jun. 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.ia.unes.br/index.php/rebento/article/view/360>.
- DAS, Veena. **Vida e Palavras**: a violência e sua descida ao ordinário. São Paulo, Editora Unifesp, 2020.
- DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: Difel, 2018.
- DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. In: **Revista brasileira de educação**, n. 24, p. 40-52, 2003.
- DE CERTEAU, Michel, 2003, **A Invenção do Cotidiano 1: Artes de Fazer**. Petrópolis, Vozes.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência**: gangues, galeras e o movimento hip-hop. São Paulo: Annablume, 1998.

DOMINGUEZ, Alfredo (Org.). **Juventudes sitiadas y Resistencias afectivas**. Cidade do Mexico: Gedisa Editorial, 2016.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Memórias da casa dos mortos**. Tradução de Oleg Almeida. São Paulo: Martin Claret, 2016.

FASSIN, Didier, 2006, "Souffrir par le social, gouverner par l'écoute: une configuration", *Politix*, 73: 137-157. Disponível em <https://shs.cairn.info/revue-politix-2006-1-page-137?lang=fr> Acesso em jan. 2026.

FASSIN, Didier. **Punir – uma paixão contemporânea**. Traduzido por André Bezamat. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2017.

FASSIN, Didier. **A Sombra do Mundo**: uma antropologia da condição carcerária. São Paulo: Editora Unifesp, 2019.

FAUSTINO, Eliana Ribeiro. **Centro de ressocialização**: a humanização da pena como caminho para a reintegração social. 2008. 154 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008. Disponível em: [Acessar dissertação](#). Acesso em: 31 mar. 2025.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. Trad. Paula Siqueira. **Cadernos de Campo**, n. 13, 2005, p. 155-61.

FEFERMANN, Marisa. Os jovens inscritos no tráfico de drogas: os trabalhadores ilegais e invisíveis / visíveis. In: BOCAYUVA, Helena; NUNES, Silvia Alexim (org.) **Juventudes, subjetivações e violências**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.

FEFFERMANN, Marisa. **Vidas arriscadas**: o cotidiano de jovens trabalhadores do tráfico. Petrópolis, Vozes, 2006.

FEIXA, Carles, M. Á. Cabases, and Agnès Pardell. "El juvenicidio moral de los jóvenes... al otro lado del charco." In: **Juvenicidio - Ayotzinapa y las vidas precarias en América Latina y España** (2015): 235-269.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de Tensão**: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Ed. UNESP. CEM Cebrap. 2011.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 53, nº 2, 2010, p. 566-610.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Unesp, 1997.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**, volume I: A vontade de saber. 1976.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalheite. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

FRANKL, Viktor E. **Em busca de sentido**: um psicólogo no campo de concentração. Petrópolis: Vozes, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio (coord.). **Juventude com vida provisória e em suspenso**. Documentário. Rio de Janeiro: ARISSAS Multimídia, 2009. 1 vídeo (50 min).

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. Tradução de Helena Pitta. Porto Alegre: L&PM, 2011.

GARLAND, David. **A cultura do controle**: crime e ordem social na sociedade contemporânea [tradução, apresentação e notas André Nascimento]. Rio de Janeiro: Revan, 2008, 2ª reimpressão, abril de 2017.

GARLAND, David. **As contradições da “sociedade punitiva”: o caso britânico**. *Revista de Sociologia e Política*, [S.l.], n. 13, p. 59–80, nov. 1999. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39244/24065>. Acesso em: 20 mar. 2025.

GARLAND, David. **Punishment and Modern Society**: a study in social theory. Chicago: The University of Chicago Press, 1990.

GAULEJAC, Vincent de. **La société malade de la gestion**: idéologie gestionnaire, pouvoir managérial e harcèlement social. Paris: Seuil, 2005.

GILMORE, Ruth Wilson. **Califórnia Gulag**: Prisões, crise no capitalismo e abolicionismo penal. Traduzido por Bruno Xavier. São Paulo: Editora Igrá Kniga, 2024.

GIORGI, Alessandro De. **A miséria governada através do sistema penal**. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2006. (Pensamento criminológico; v. 12). 3ª reimpressão, outubro de 2017.

GODÓI, Rafael. **Fluxos em cadeia**: as prisões em São Paulo na virada dos tempos. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2017. P. 49.

GOFFMAN, Erving. **Asilos**: ensaios sobre a condição social dos doentes mentais e outros internados. São Paulo: Perspectiva, 1961.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 2013.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**: rotina nas instituições totais. Tradução de Ilana Feldman & Joel Pizzini. São Paulo: Editora Perspectiva, 1961.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GRANJA, Rafaela Patrícia G. (2015). **Para cá e para lá dos muros**: Relações familiares na interface entre o interior e o exterior da prisão (Tese de Doutorado). Universidade do Minho, Braga, Portugal.

GROPPO, Luís Antonio. **Introdução à Sociologia da Juventude**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

HAHNE, Beatriz Saks. **No interior da medida socioeducativa**: itinerários narrativos e encontro como resistência [doi:10.11606/T.47.2022.tde-15022023-180824]. São Paulo: Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2022. Tese de Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. [acesso 2025-06-24].

HULSMAN, Louk. **Penas perdidas**: o sistema penal em questão. Trad. Maria Lúcia Karam. Rio de Janeiro: Luam Editora, 1993.

HUND, Wulf D. **Inclusion and exclusion**: dimensions of racism. In: Wiener Zeitschrift zur Geschichte der Neuzeit, vol. 1, p. 6-19, 2003.

IULIANELLI, Jorge Atílio S. Juventude: construindo processos – o protagonismo juvenil. In Paulo. Fraga & Jorge Atílio S. Iulianelli (Orgs.), **Jovens em tempo real** (pp. 19-37). Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

JARDIM, Ana Caroline M. G. (2010). **Famílias e prisões**: (Sobre)vivências de tratamento penal (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

JORDAN, MB (Diretor). **Creed III**. Estados Unidos: Metro-Goldwyn-Mayer; Pictures, 2023. 1 filme (116 min), filho., cor., legendado. Arquivo digital.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Escola na ou da prisão? **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 36, n. 98, p. 25–42, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/tQrmp78mcFp47TrN4qhhtHm/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 6 fev. 2026

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Sistema penitenciário brasileiro**: aspectos conceituais, políticos e ideológicos da reincidência. Rio de Janeiro: Revan, 2020.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Sistema penitenciário brasileiro**: política de execução penal. Petrópolis, RJ: De Petrus et Alli; Rio de Janeiro: Faperj, 2012.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

KOERNER, Andrei. O impossível “panóptico-tropical-escravista”: práticas prisionais, política e sociedade no Brasil do século XIX. In: **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, n. 35, v. 9, 2001. P. 211-224.

LAGRAVENESE, Richard (Diretor). **Escritores da Liberdade**. Estados Unidos: Paramount Pictures, 2007. 1 filme (123 min), sonoro, colorido, DVD.

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes** – os delitos, os castigos, as penas, as impunidades. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

LIMA, Carla Patrícia Serqueira. **As mulheres nas redes do tráfico de drogas em Alagoas. 2016.** 143 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

LIMA, Jacqueline Stefanny Ferraz de. (2013). **Mulher fiel**: As famílias das mulheres dos presos relacionados ao Primeiro Comando da Capital (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.

LINS, Valéria Maria Cavalcanti. Mulheres, cárcere, famílias e afetos. In F. Fidalgo, & N. Fidalgo (Orgs.), **Sistema prisional**: Teoria e pesquisa (1a ed., pp. 330-346). Belo Horizonte, MG: UFMG, 2017.

LOMBROSO, Cesare. L'uomo delinquente: stampato in ter volumi e atlante. Turim: Fratelli Bocca, 1876.

LOPES, Marluce Leila Simões. **“Infâncias capturadas” e trajetórias de crianças negras encaminhadas pela escola ao Conselho Tutelar.** 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/5871be3b-8635-4e5a-a1a4-45fe2fd385a8/content>. Acesso em: 6 fev. 2026.

LOSACCO, Silvia. O jovem e o contexto familiar. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller (org.). **Família: redes, laços e políticas públicas.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LYRA, Diogo. **A República Dos Meninos.** Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2013.

MACAULAY, Fiona. Os centros de ressocialização no Estado de São Paulo. **JOTA**, 28 jul. 2015. Disponível em: <https://www.jota.info/especiais/os-centros-de-ressocializacao-no-estado-de-sao-paulo>. Acesso em: 31 jun. 2025.

MATOS, Erica do Amaral. **Cárcere e trabalho**: um diálogo entre a sociologia do trabalho, o sistema de penas e a execução penal. 1. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade.** São Paulo: N-1 Edições, 2020.

MEIRELES, Fabrina da Silva; TEIXEIRA, Solange Maria. As diversas faces da família contemporânea: conceitos e novas configurações. **Informe Econômico**, ano 16, n. 31, p. 38–44, jun. 2014.

MELO, Felipe Athayde Lins. **O dispositivo penitenciário no Brasil**: disputas e acomodações na emergência da gestão prisional. Tese (Doutorado em Sociologia). Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, 2018.

MELOSSI, Dario e PAVARINI, Massimo. **Cárcere e fábrica** – As origens do sistema penitenciário (séculos XVI – XIX). Rio de Janeiro: Revan, 2010.

MENEGAT, Marildo. **Estudos sobre ruínas**. Rio de Janeiro, Revan, 2012.

MESSUTI, Ana. **O tempo como pena**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2003.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Execução Penal**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MIRANDA, Wander Melo. Posfácio. In: RAMOS, Graciliano. **Memórias do Cárcere**. 52ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2020, p. 641-654.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MONSMA, Karl. **Como pensar o racismo**: o paradigma colonial e a abordagem da sociologia histórica. In: Revista de Ciências Sociais, v. 48 (2), 2017 (p. 53-82).

MOURA, Clóvis. **O negro**: de bom escravo a mau cidadão? São Paulo: Editora Dandara, 2021a.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Anita Garibaldi, 2021b.

NASCIMENTO, Abdias. **Submundo**: Cadernos de um penitenciário. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. São Paulo: Editora Perspectiva, 1980.

NERY FILHO, Antônio. **Drogas, Economia e Exclusão Social**. Simpósio Internacional

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes; EUGENIO, Fernanda (Orgs.). **Culturas jovens**: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

OLIVEIRA, Ana Padilha Luciano de. **Guerreiras**: um estudo das relações de familiares de presos em grupos de uma rede social. 2022. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

PÁDUA, Tiago Antônio de. "**Somos todos réus primários**": o impacto da prisão no cotidiano de familiares pobres de pessoas presas. 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/e18840b4-2f2c-4c24-9d7f-6ac2899042bc/content>. Acesso em: 20 jan. 2026

PAIS, José Machado. Tessituras do tempo na contemporaneidade. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 18, n. 33, p. 7–18, jul./dez. 2016.

PAIS, José Antônio Machado da Silva. "Buscas de si: expressividades e identidades Juvenis". In Culturas Juvenis. **Novos Mapas de Afecto**, 7-24. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

PASSEGGI, Maria da Conceição. **Narrativas da experiência**: pesquisa (auto)biográfica em educação. Natal: EDUFRN, 2014.

PASSETTI, Edson (coord.). **Violentados**. São Paulo: Editora Imaginário, 1995.

PASSETTI, Edson. **Ensaio sobre um abolicionismo penal**. Verve. v. 9. 2006. p. 83-114.

PASSOS, Aline. **Por que prender?** O ciclo da penalização de adolescentes pobres no Brasil. São Paulo: Reformatório, 2019.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. Universidade de São Paulo. Instituto de Psicologia, 2022. DOI: <https://doi.org/10.11606/9786587596334> Disponível em: www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/932 . Acesso em 6 fevereiro. 2026.

PAULA, Liana de. **Liberdade assistida**: punição e cidadania na cidade de São Paulo. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/T.8.2011.tde-07102011-145637. Acesso em: 2025-07-24.

PAVARINI, Massimo. La Pena 'Utile', la sua Crisi e il Disincanto: verso una pena senza scopo in COTTURRI, G. & ROMATI, M. (coord.). **Quali Garanzie**, Bari: De Donato, 1983.

PAVARINI, Massimo. Cárcere sem fábrica. In: André Giamberardino; Rodrigo Duque Estrada Roig; Salo de Carvalho. (Org.). **Cárcere sem fábrica**: escritos em homenagem a Massimo Pavarini. Rio de Janeiro: Revan, 2019.

PEIRANO, Mariza. **Etnografia**: o trabalho de campo na antropologia. São Paulo: Editora Vozes, 2008.

PEREIRA JUNIOR, Paulo Roberto Cardoso. **Racismo, educação e adolescência encarcerada**: quando o Estado está em conflito com a lei. 2025. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2025.

PEREIRA, Simone Luci; GUERRA, Paula; SILVATTI, Felipe. Juventudes, gerações e narrativas na cena punk em São Paulo. In: In S. H. S. Borelli & R. L. Soares (Orgs.). **Juventudes: Violência, biocultura, biorresistência** (pp. 53-84). EDUC; PIPEq, 2022.

PERLMAN, Janice E. **O mito da marginalidade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Visões do cárcere**. Porto Alegre: Zouk, 2009.

PIMENTEL, Adriana Miranda. Sentidos e significados de práticas juvenis em um bairro da cidade de Salvador, Bahia, Brasil. **Etnográfica**, v. 16, n. 1, 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/etnografica/1373>. DOI: <https://doi.org/10.4000/etnografica.1373>. Acesso em: 2 jan. 2026.

QUEIROZ, Maria Isaura P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. (Org.). **Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil**. São Pedro: Vértice, 1988

REGUILLO, Rossana. **Emergencia de culturas juveniles: Estrategias de desencanto**. Bogotá: Norma, 2007.

RIBEIRO, Flávia Gilene.; DA COSTA, Cândida Soares. O RACISMO INSTITUCIONAL E SEUS CONTORNOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 10, n. 24, p. 392–408, 2018. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/457>. Acesso em: 6 fev. 2026.

RIESSMAN, Catherine Kohler. **Narrative methods for the human sciences**. Los Angeles: Sage, 2008.

ROCHA, Andréia Pires da. **O juvenicídio brasileiro: racismo, guerra às drogas e prisões**. Londrina: EDUEL, 2020.

ROLIM, Marcos. **A Formação de Jovens Violentos: estudo sobre a etiologia da violência extrema**. Curitiba: Editora Appris, 2022.

ROSA, Fátima Sabrina. **Bondes, periferias e conflitos: sociabilidades juvenis em Porto Alegre: il.** Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, RS, 2014. 169 f.

ROVARON, Marília. **Fundação CASA: o passado ditatorial no cotidiano democrático?** 2017, 162f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

RUIZ, Óscar Aguilera. Todo lo que pueden los corpos juveniles. In: BORELLI, Silvia Helena Simões, SOARES, Rosana de Lima (orgs.); **Juventudes: Violência, biocultura, biorresistência** prefácio de Óscar Aguilera Ruiz. São Paulo: EDUC; PIPEq, 2022, p. 5-8.

RUSCHE, George; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia/Revan, 2ª ed., 2004

SALES, Mione Apolinário. **(In)visibilidade perversa**: adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez, 2007.

SALLA, Fernando. **As rebeliões nas prisões**: novos significados a partir da experiência brasileira. Sociologias, Porto Alegre, n. 8, dez, 2006.

SALLA, Fernando. **As Prisões em São Paulo**: 1822-1940. São Paulo: Annablume, 1999.

SANTIAGO, Luiz Paulo Ferreira. **O baile funk na encruzilhada**: uma etnografia dos fluxos de rua na zona sul de São Paulo / Luiz Paulo Ferreira Santiago; orientador Heitor Frúgoli Jr. - São Paulo, 2024. 201 f. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Antropologia. Área de concentração: Antropologia Social.

SANTOS, Leonardo Alves dos. *As interpretações do tempo em uma prisão de mulheres*. Vivência: **Revista de Antropologia**, v. 1, n. 59, 2022. DOI: 10.21680/2238-6009.2022v1n59ID28787. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/28787>. Acesso em: 24 fev. 2026.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SARTI, Cynthia, Famílias monoparentais: reflexões a partir das redes sociais e de cuidado. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (orgs.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais – PUC-SP, 2008. p. 45–66.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Cortez, 2011

SAWAIA, Bader Burihan. (Org). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999.

SEGATO, Rita Laura. Antropologia e Direitos humanos: alteridade e ética no movimento dos direitos universais. In: **Mana**, v 12, n. 1, p. 207-236, abril/2006.

SERRA, Marco Alexandre de Souza. **Economia política da pena**. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

SHECAIRA, Sérgio Salomão; CORRÊA JUNIOR, Alceu. **Teoria da pena**: finalidades, direito positivo, jurisprudência e outros estudos de ciência criminal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. 476 p.

SILVESTRE, Giane. **Dias de visita**: uma sociologia da punição e das prisões. São Paulo: Alameda, 2012.

SINGER, Helena. **Direitos Humanos e volúpia punitiva**. Revista USP, São Paulo, 1998, pp. 10-19.

SINHORETTO, Jacqueline. Violência, controle do crime e racismo no Brasil contemporâneo. Revista do PPGCS – UFRB – **Novos Olhares Sociais**, v. 1, n. 2, p. 4-20, 27 nov. 2018.

SOARES, Rosana de Lima. “Culturas juvenis e estigmas sociais: subjetividades e resistências nas mídias”. In: ALVARADO, S.V. et al (coords). **Diversidades: Memórias. IV Bienal Latinoamericana y Caribeña em Primera Infancia, Niñez y Juventud**. Manizales: Cinde/Clacso/RedInJu, 2021.

SOLAZZI, José Luís. **A ordem do castigo no Brasil**. São Paulo: Editora Imaginário, 2007.

SOUZA, Jessé de. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Taiguara Libano Soares. **A era do grande encarceramento**. Rio de Janeiro: Revan, 2018.

SPAGNOL, Antônio Sérgio. **Jovens perdidos**. São Paulo: Annablume / FAPESP, 2008.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STECANELA, Nilda; KUIAVA, Evaldo Antônio. Escritas de si: arquivando a própria vida. In: **Educação**, Santa Maria, v. 37, n. 2, p. 275-289, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/3C3Bb7LN8WybsqY3BV6Rkzq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 fev. 2026.

TEIXEIRA, Alessandra. **Construir a delinquência, articular a criminalidade: um estudo sobre a gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo**. 2012. Tese de Doutorado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

TEIXEIRA, Joana D’Arc. **Os sujeitos e lugares da punição**. Da passagem do/a jovem perigoso/a para o/a jovem em perigo. Um estudo das dimensões do dispositivo da gestão dos riscos e de controle social da juventude. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2015.

TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Adolescência Violência: desperdício de vidas**. São Paulo: Cortez, 2006.

TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Adolescência-Violência, uma ferida de nosso tempo**. São Paulo, Puc-SP, 2002. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.

TELLES, Vera da Silva. **A cidadania inexistente**: incivilidade e pobreza; um estudo sobre trabalho e família na grande São Paulo. 1992. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-22062023-135256/>. Acesso em: 14 jan. 2026.

TELLES, Vera S. (2010), Illegalismos e a gestão (em disputa) da ordem. In: **Cidade: tramas, dobras, percursos**. São Paulo, tese de livre-docência, FFLCH-USP.

TENÓRIO, Jeferson. **O avesso da pele**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VALENZUELA, José Manuel. **Juventudes, biocultura y bioresistencia**. In S. H. S. Borelli & R. L. Soares (Orgs.). **Juventudes: Violência, biocultura, biorresistência** (pp. 21-30). EDUC; PIPEq, 2022.

VOMMARO, Pablo, VÁZQUEZ, Melina. Entre las persistencias y las emergencias: juventudes y desigualdades em tempos de pandemia. Acercamientos desde lo laboral, lo educativo y lo territorial. In: BORELLI, Silvia Helena Simões, SOARES, Rosana de Lima (Orgs.); **Juventudes: Violência, biocultura, biorresistência** prefácio de Óscar Aguilera Ruiz. São Paulo: EDUC: PIPEq, 2022, p. 165-190.

WACQUANT, Loïc. **As duas faces do gueto**. Traduzido por Paulo Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2008.

WACQUANT, Loïc. **As Prisões da Miséria**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. São Paulo: Revan, 2003.

WILKINS, Leslie T. **Social deviance**: social policy, action and research. London: Tavistock Publications; Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1964.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Colonização punitiva e totalitarismo financeiro**: a criminologia do ser-aqui. [Tradução e apresentação Juarez Tavares]. Rio de Janeiro: Da Vinci livros, 2021.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**: a perda de legitimidade do sistema penal. São Paulo: Revan, 2010.

ZALUAR, Alba. Teleguiados e chefes: juventude e crime. In: ZALUAR, Alba. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: Revan: Ed. UFRJ, 1994. p. 100-116.

APÊNDICE A – Dicionário de dialetos⁶⁹

Aladim – Luz

Ar – Banho de sol

Baixa – Apagar as luzes

Bença – Pessoa da igreja

Bic – Isqueiro

Biriri – Celular

Blindado – Marmita

Bob esponja – Omelete

Boca suja – Cinzeiro

Boi – Banheiro

Boi ralado – Carne moída

Boia – Comida

Bombeta – Boné

Bonde – Transferência de unidade

Bota – Polícia

Breve – Relato de algo

Campana – Espelho

Capa – Grades da cela

Careta – Cigarro

Carrapato – Gancho improvisado

Cartucho – Embalagem

Cheirinho – Desinfetante / Amaciante

Cheirinho de braço – Desodorante

Chorona – Carta

Coisa – Pessoa de facção contra o PCC

Coruja – Cueca

Cota – Porção de algo

Cumbuca – Pote

⁶⁹ Dicionário de dialetos foi o nome dado pelos autores, Max e Átila, ao material produzido coletivamente com outros presos e entregue para ser utilizado na pesquisa.

Cunhada – Esposa de outro preso
Dar bonde – Jogar fora
Dar direção – Provar algo
Descabelado – Pessoa que chega sem nada na cadeia
Do louco – Remédio controlado
Envolvido – Pessoa que divide coisas com homossexuais
Extensor – Cabo de vassoura / Rodo
Ficar no sapo – Fingir que está dormindo
Fio de dente – Fio dental
Física – Atividade física
G3 – Gillette de 3 lâminas
Gaiada – Cama
Gatorade – Solução usada para neutralizar outro preso
Graxa – Margarina
Gueres – Mistura de doces
Jota – Lâmina de barbeador desmontado
Jéga – Cama
Jumbo – Coisas trazidas pelas visitas
Lagarto – Pessoa que trabalha para os outros sem remuneração
Latrô – Colchão
Lupa – Óculos
Macaca – Banana
Machadão – Gillette de 1 lâmina
Malandrinho – Pote de maionese
Manual – Trabalho de artesanato
Marroquinho – Pão
Matrícula – Número no registro da SAP
Micha – Chave dos cadeados
Móca – Café
Mona – Homossexual
Monteiro Lobato – Mentiroso
Mundrongo – Pessoa suja, que não gosta de banhos

Muquirana – Piolho de pombo

Paleta – Colher

Papagaio – Rádio

Pastel – Cigarro mal enrolado

Passadeira – X9 / Cagueta

Pé vermelho – Pessoa do interior

Peça – Qualquer coisa utilizada na negociação

Pedal – Andar

Pedrinha – Nóia

Péla – Água fervendo

Pena – Caneta

Peregrino – Pessoa que não recebe nenhuma ajuda de fora da cadeia

Perereca – Instrumento utilizado para ferver água

Perreco – Intriga entre presos

Pessoal – Família do preso

Picuá – Sacola

Pipa – Bilhete

Pisante – Tênis

Porquinho – Potes utilizados para deixar roupas de molho

Pote – Cella de castigo

Preguiçosa – Rede para dormir

Primo Nike – Presos que têm ajuda da rua e são considerados ricos na cadeia

Puff – Colchão

Rabiar – Trabalhar por castigo

Rapa – Limpeza da cela

Tela – Televisão

Teresa – Tipo de incenso feito de papel higiênico

Tia – Corda feita de sacolas

Tiriça – Sujeira

Trim – Cortador de unha

Vaquinha – Leite

Ventana – Tipo de janela

Vuco – Agitação

Vulgo – Apelido

Zuleiquinha – Marmita

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Prezado participante,

Você está sendo convidado a participar da pesquisa **“Memórias e Cárcere: a construção de narrativas e sentidos com jovens presos em São Paulo”**, realizada no âmbito do doutoramento da pesquisadora Marília Rovaron, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), sob orientação do Prof. Dr. Aluísio Almeida Schumacher.

Este documento tem como objetivo firmar acordo escrito mediante o qual você autoriza sua participação na pesquisa, com a capacidade de livre arbítrio e sem qualquer coação.

O objetivo geral da pesquisa é: Compreender como jovens encarcerados, em um centro de ressocialização de São Paulo, se identificam e significam suas trajetórias de vida, e as relações estabelecidas com suas famílias, pares, comunidades, escola, trabalho e, principalmente, com o sistema de justiça criminal.

Este estudo pretende contribuir para as pesquisas acadêmicas e para a sociedade, em geral, sobre questões relacionadas ao sistema prisional e como ele afeta a trajetória de jovens com idade entre 18 e 29 anos, os quais estão em cumprimento de pena no Estado de São Paulo. A contribuição da pesquisa se dará, principalmente, pelas histórias de vida dos voluntários que participarão das entrevistas, pois possibilitará que suas trajetórias e percepções de mundo sejam acessadas em outros espaços e por outro público, além daqueles que já os conhecem.

A pesquisa será realizada a partir de encontros individuais com os voluntários que se interessem em participar deste estudo. Estes encontros terão aproximadamente 2 horas de duração, para que as informações sejam colhidas através de um roteiro com perguntas que guiará a entrevista. As conversas serão gravadas e, na sequência, transcritas pela pesquisadora. Nesta etapa, as falas dos entrevistados serão analisadas para serem incluídas na tese de doutorado. Caso haja tempo, disponibilidade e interesse dos entrevistados, a pesquisadora poderá entregar uma cópia das entrevistas digitadas para os participantes da pesquisa.

Em relação aos possíveis **desconfortos ou riscos esperados durante a realização da pesquisa**, a pesquisadora reconhece a condição de vulnerabilidade da população encarcerada e, por isso, afirma que conduzirá suas ações tendo sempre presente o cuidado para com este aspecto. Neste sentido, caso haja qualquer desconforto de sua parte em relação a um tema ou pergunta específica, você poderá não responder à questão, sem prejuízo nenhum quanto a sua participação no estudo.

Serão tomados todos os cuidados para que a sua identidade não seja exposta. Sua participação na pesquisa se dará em encontros individuais com a pesquisadora. Além disso, serão tomadas as medidas necessárias para evitar quaisquer riscos de exposição relacionados à Covid-19 ou qualquer outro vírus.

Os dados colhidos nas entrevistas serão mantidos na sua integralidade apenas no computador da pesquisadora e de seu orientador. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos cinco anos, conforme Resoluções do CNS nº 466/12 e nº 510/16 e, com o fim deste prazo, será descartado.

Caso haja interesse de sua parte, você receberá informações e/ou esclarecimentos quanto aos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com pesquisa, através da pesquisadora, Marília Rovaron, e do seu orientador, Professor Aluísio Schumacher, durante a pesquisa.

Você tem direito de se retirar do estudo a qualquer tempo, sem que haja prejuízo algum relacionado ao seu processo de ressocialização.

Este termo foi elaborado de acordo com as diretrizes e normas regulamentadas de pesquisa envolvendo seres humanos, atendendo à Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério de Saúde – Brasília – DF.

Você terá a **garantia de sigilo** quanto à sua participação na pesquisa. Se preferir, você poderá escolher um nome fictício para que seja utilizado no texto final do estudo, a fim de que sua identidade seja preservada.

Local da Pesquisa:

A pesquisa será realizada no Centro de Ressocialização localizado na cidade de XXXXXXXXXX, SP.

Informações dos Pesquisadores para Contato:

Orientador da Pesquisa: Prof. Dr. Aluísio Almeida Schumacher

E-mail: aa.schumacher@unesp.br

Pesquisadora: Marília Rovaron

E-mail: marilia.rovaron@unesp.br

Comitê de Ética e Pesquisa – Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus Marília

Hygino Muzzi Filho, 737 – Mirante – Marília/SP – CEP: 17525-900

E-mail: cep.marilia@unesp.br

Telefone: (14) 3414-9643

São Paulo, _____ de _____ de 2023.

Nome da pesquisadora: _____

Assinatura: _____

Consentimento Pós-Informação:

Eu, _____, após leitura e compreensão deste termo de informação e consentimento, entendo que minha participação é voluntária, e que posso sair a qualquer momento do estudo, sem prejuízo algum. Confirmando que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo no meio científico.

- () Autorizo a gravação oral da entrevista
() Não autorizo a gravação oral da entrevista

* Não assine este termo se ainda tiver alguma dúvida a respeito.

Cidade, _____ de _____ de 2023.

Nome do participante (por extenso): _____

Assinatura: _____

1ª via: Universidade Estadual Paulista (UNESP)

2ª via: Voluntário participante

Todas as páginas devem ser rubricadas pelo voluntário e pela pesquisadora.

APÊNDICE C – Carta de cessão**CARTA DE CESSÃO**

Pelo presente documento, eu, _____,
nacionalidade: _____ estado civil: _____,
portador do documento de Identidade Nº _____, declaro
aprovar a transcrição da entrevista oral que concedi à pesquisadora Marília
Rovaron, portadora do documento de Identidade nº xx.xxx.xxx-x, doutoranda em
Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, nos dias
_____, cuja gravação foi de _____
minutos.

Também declaro:

- () Autorizo a gravação das entrevistas, sendo utilizada estritamente para a área acadêmica.
() Não autorizo a gravação das entrevistas.
() Autorizo a identificação do meu nome, como um dos colaboradores da pesquisa.
() Não autorizo a identificação do meu nome como um dos colaboradores da pesquisa, mas aceito utilizar o seguinte nome fictício:
_____.

Assinatura do entrevistado

Marília Rovaron
Pesquisadora

Cidade, _____ de _____ de 2023.

APÊNDICE D – Roteiro de entrevista semiestruturado – jovens e profissionais

ROTEIRO PRÉVIO DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTA – JOVENS

BLOCO 1: PERFIL DO ENTREVISTADO

- Idade:
- Escolaridade:
- Raça/etnia:
- Gênero:
- Religião
- Região de moradia:
- Tempo de cumprimento da pena:
- Histórico prisional:

BLOCO 2: TRAJETÓRIA ANTERIOR À PRISÃO

1. Como foi a sua infância e a sua adolescência?
2. Como você descreveria a relação com sua família, amigos e comunidade?
3. Com quem você morava antes de vir para a prisão?
4. Como você avalia sua trajetória escolar e de trabalho?
5. Pensando na sua trajetória antes da prisão, você sofreu algum tipo de violência?

BLOCO 3: EXPERIÊNCIA PRISIONAL

6. O que é ser um jovem privado de liberdade?
7. Na sua opinião, qual é a função da prisão (ela serve para quê)?
8. A relação com o tempo na prisão é diferente de quando você estava em liberdade?
9. Para você o que é ressocialização?

BLOCO 4: EXPECTATIVAS PÓS-PRISÃO

10. Você tem planos para o futuro? Quais?
11. Você acha que a sociedade coloca algum tipo de desafio para quem passa pela prisão? Quais?

ROTEIRO PRÉVIO DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTA - PROFISSIONAIS**BLOCO 1: PERFIL DO ENTREVISTADO**

- Nome:
- Idade:
- Escolaridade/Formação:
- Cor/raça/etnia:
- Gênero:
- Religião:
- Cargo/função:
- Tempo em que trabalha no CR:
- Quais são suas principais responsabilidades?

BLOCO 2: TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

1. O que a/o mobilizou a trabalhar no Sistema Prisional?
2. Como foi sua trajetória até chegar no CR?
3. Há algum tipo de formação continuada realizada para os profissionais que atuam nos CRs?
4. Quais são os principais desafios no cotidiano do seu trabalho?
5. De modo geral, como é a sua relação com os reeducandos?

BLOCO 3: PÚBLICO-ALVO DA PESQUISA/CR

6. Como é o processo para ingresso de reeducandos no CR? Há uma seleção? Há um perfil?
7. Quais são as regras básicas que devem ser seguidas no CR?
8. Quais são os diferenciais do CR em relação a um presídio comum?
9. Há algo que poderia ser melhorado no CR?
10. Para você, existem relações de poder na prisão? Como elas acontecem?
11. Na sua opinião, qual é a função da prisão (ela serve para quê)?
12. Para você o que é ressocialização?
13. Para você, quais são as particularidades de ser um jovem privado de liberdade?

BLOCO 4: EXPECTATIVAS PÓS-PRISÃO

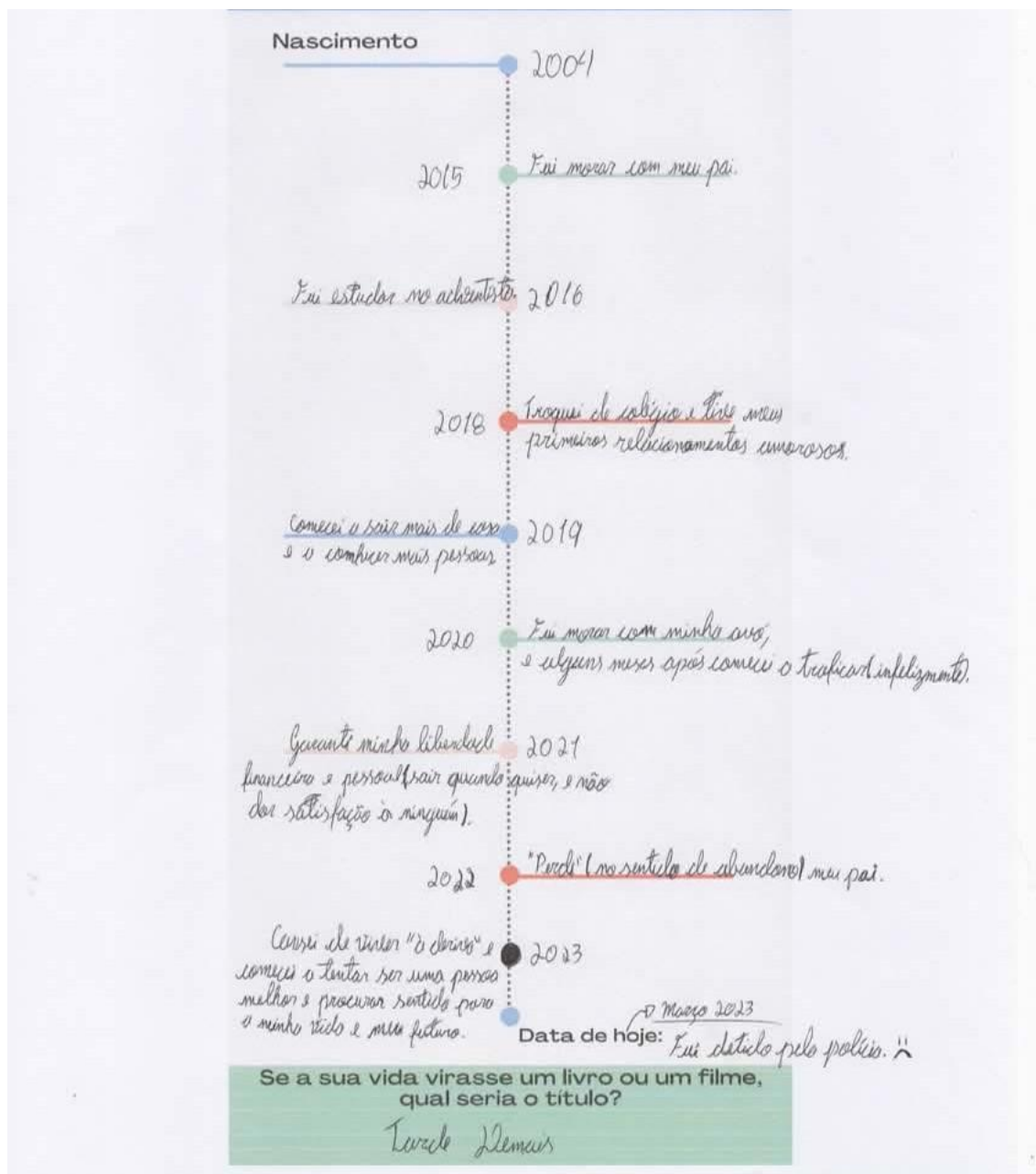
14. Você acha que a sociedade coloca algum tipo de desafio para quem passa pela prisão? Quais?
15. Há algo que poderia ser feito após o cumprimento da pena dos reeducandos que não é realizado?

Número de profissionais no CR atualmente/áreas:

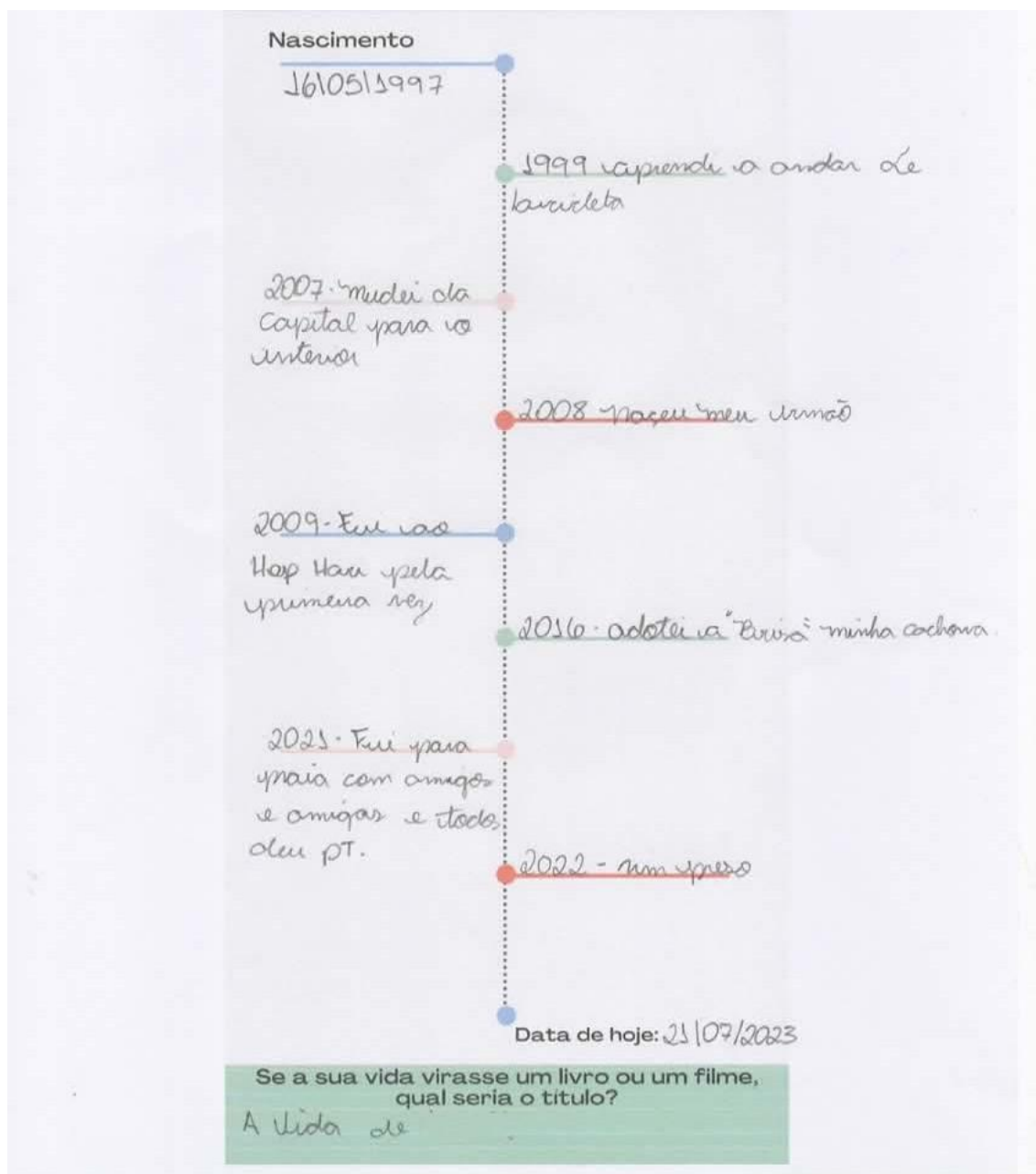
Tipo de vínculos:

APÊNDICE E – Linhas do tempo

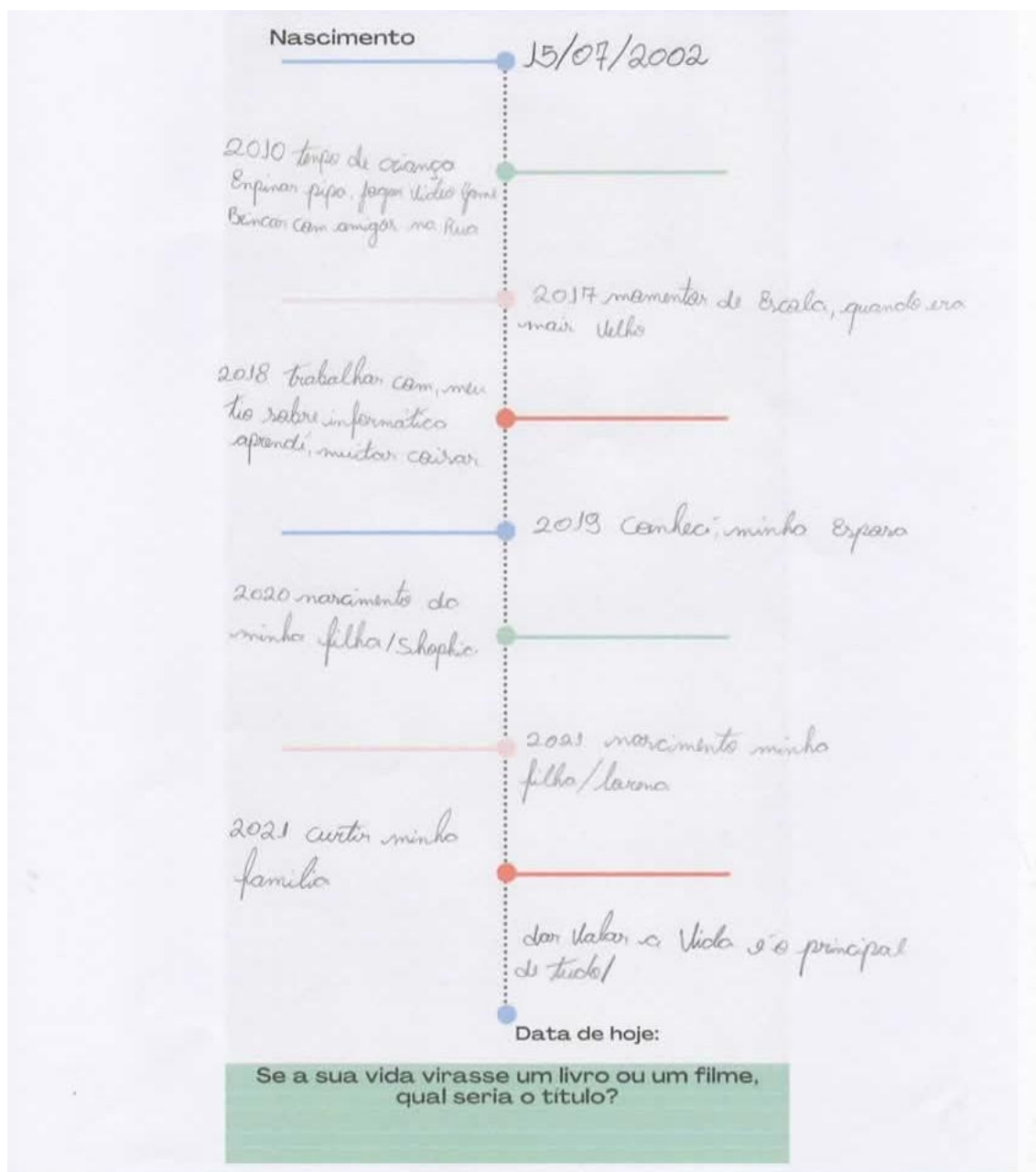
Átila



Wellington



João Lucas



Ângelo

Nascimento 19/10/96

2010 Minha Primeira Namorada e meu batismo na igreja

2013 Meu primeiro trabalho foi em uma contabilidade

2014 Ano em que fui ao Exército Brasileiro

2015 Ano e que fiz meus 18 anos de idade

2017 Ano em que me separei da minha mulher

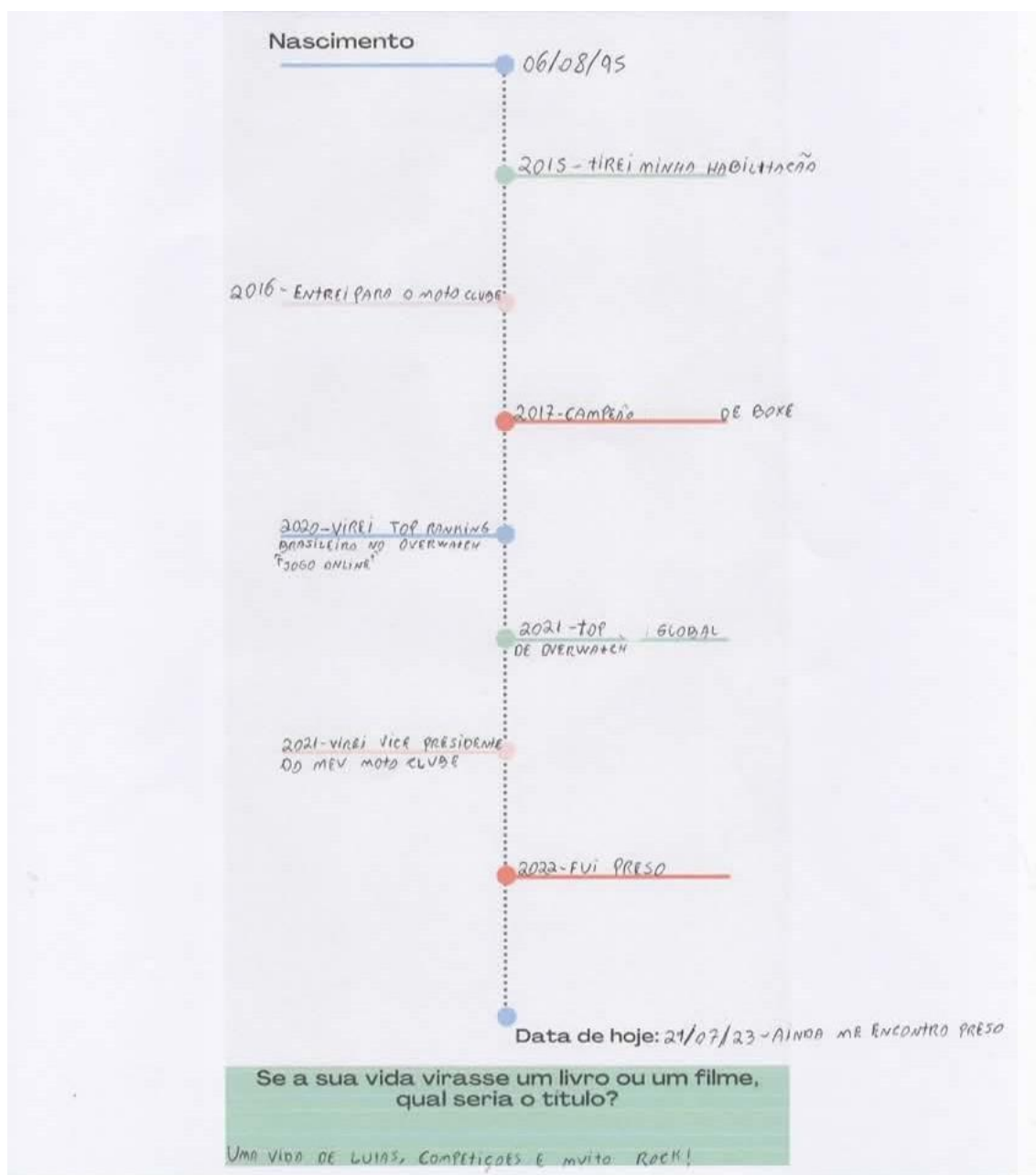
2020 Ano e que saí da casa dos meus pais

2021 Ano que vim preso

Data de hoje: 21/07/23

Se a sua vida virasse um livro ou um filme, qual seria o título?

Max



APÊNDICE F – Cartas ao eu do passado

Átila

22 de setembro de 2023

Maldito Átila,

Você ainda não tem noção da eliminação que algumas cagadas suas podem ter, e do impacto que a sua imagem terá nas pessoas depois de já ter formado uma, pessoas pelas quais você não se importa ou não conhece ainda, mas serão importantes depois.

Aprenda de uma vez a pensar de longo prazo, e principalmente, a controlar o peso dos seus impulsos. Não é porque se você vai saber de algo, ou acho que não haverá consequências, ou pior, acho que tem noção do "novo cálculo" das coisas, que você vai poder fazer o que bem entender existindo os resultados que você não goste. Tudo volta uma hora, mais cedo ou mais tarde!

Estudar é uma merda, fato, mas se eu sei o quanto você vai desistir de continuando estudando firme, e não desistindo e só se empurrando com o barrido e focando demais em outras coisas estúpidas pelas quais você julga importantes. Nada do que você acha importante serão assim no futuro.

Ah, e não um cacóia, sério, se você não quiser perder uns dois anos do seu tempo para o arrependimento

Emiliano

... eu já tive sua idade, por mais 14 anos fiz muita besteira coisas boas e coisas ruins, quero lhe dar umas dicas para não cometer alguns erros.

Mais uma coisa te digo com alguns erros são necessários para forma seu caráter, para aprender por que nem so de coisas boas vale o bom, seja mais tranquilo deixe confusão se oposte de pensar que so te levan para o mal que quando voce mais precisar debs, vão virar os cantos para voce.

Se espere na escola por que seu pais se espregam para te dar uma boa educação, não comence a beber tanta alcohol to gata valorize sua saúde e poupe o dinheiro de seu pais, já choraria muito por sua causa, reflita antes de fazer qualquer coisa, seja mais paciente, compreensivo.

Seja no seu futuro e não mude alguns pontos por que alguns dos seus amigos te tiram coisas muito boas, seja paciente tudo tem seu tempo, seja forte e persistente corra atrás daquilo que voce deseja.

Não fiz esse resumo para te dar poucas coisas que são o mais importante, seja respeitável e faça do seu projeto o melhor possivel para quando for mais velho se orgulhe do que fez se orgulhe da pessoa que voce ira se torna e de muito orgulho para os seus pais.

João Lucas

Oi João Lucas tudo Bem? Espero que sim no passado não tinha
 10 anos, quero te falar para tomar cuidado com as
 falar amizade, ou falso amigo que dizem que são, porque
 na data de hoje no futuro eu estarei sofrendo muito em um
 lugar muito ruim que eu não vou falar qual é!
 Espero que escute meu grande conselho, eu sei que você é bem
 rebelde, não briga bem com a mãe, mais sim com a avó
 Então ~~eu~~ escute ela porque ela sim quer o bem de
 gente, então não faça nada de errado porque você iras
 sofrer 2 vezes, a primeira vai ser fácil, mais p' a
 segunda você veras o quanto é ruim dar valor na
 vida, e quem está com você de verdade na vida!
 tem mais sabe a aquela menina que você sempre gostou
 acredite se quiser, hoje você são amigo e ela não
 gosta de você porque são novo ainda mais acredite
 você não se casar e tiras 2 filhas lindas RS
 acredite, Bem eu falei de mais escute o conselho
 não faça nada de errado e escute sua futura
 mulher que você não iras sofrer!

22/09/2023

de: João Lucas

21 anos

para: João Lucas

de 10 anos

Ass:

Ass:

Vicente

22 de Setembro de 2023



Tudo Bem? Espero que sim pois já passei por isso

Quando tive sua idade 17 anos. Muito + revoltante, cara se você
 soubesse onde nós estamos hoje ou melhor onde eu do
 presente me encontro, você colocaria o Dêzinho no Freio e começaria
 a dar um pouco + de valor para vida, Você lembra o que o promotor
 diz para você? Se lembra continue lembrando todos os dias
 Você irá ter um filho muito lindo, com... porém você pode
 mudar bastante coisa terminando a escola e fazer uma faculdade, quando
 souber que irá ser pai, case com ela, pois ela sempre vai
 corre contigo, você irá receber uma oportunidade, na verdade de
 2 oportunidade na firma do... mas eu não com todos
 os Sócios Principalmente, e 2 pois você irá ficar no lugar do seu
 Pai. Você irá conhecer um novo círculo de Amizade, porém
 não precisa se envolver focar somente a sua família
 que você irá construir é coisa mais linda. Porém a família
 to não presta atenção no que está fazendo isso para poder
 me encontrar hoje. Então sua família chora, quase
 perdendo o que você construiu de mais importante
 sua família. Bom Meu Amigo e isso
 Não muda quem você é e quem seus valores
 e pensamentos sobre a vida.